

Uma publicação do



RMC, Revista Mineira de Contabilidade,
Belo Horizonte, v. 23, n. 3, setembro/dezembro de 2022
<http://revista.crcmg.org.br>
ISSN: 2446-9114



RMC

Revista Mineira de Contabilidade
Journal of Accounting of Minas Gerais



Centro Administrativo Municipal Presidente Tancredo Neves – Muriaé - MG

| Análise epistemológica do 3º congresso UFU de contabilidade

| Capacidade de resiliência organizacional e prestação de contas de entidades do terceiro setor

| E agora, José? O COVID chegou. A demanda aumentou. O controle atrasou.

| Estereótipos de gênero na contabilidade: uma análise sob a percepção de estudantes e profissionais contabilistas

| A influência da mídia social no valor da Petrobras

| Efeito das diferenças regionais sobre a situação fiscal dos municípios mineiros no período de 2006 a 2016

| Auditoria em épocas de crise: um estudo sobre os efeitos da crise pandêmica SARS-CoV-2 na qualidade da auditoria

REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE

Periodicidade quadrimestral
Volume 23, n. 3, setembro/dezembro de 2022
ISSN 2446-9114

CRCMG

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi - Cep 30140-105
BH/MG - Tel: (31) 3269-8400 - E-mail: rcmg@crcmg.org.br
Edição: Fernanda Oliveira - MG 06296 JP

Redação: Deborah Arduini - MG 15468 JP

Assistente Editorial: Suélen Teixeira de Paula

Diagramação: Phábrica de Produções

Capa: Renato Galluzzi

E-mail: revista@crcmg.org.br

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. As matérias desta revista podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

CORPO DIRETIVO**Presidente do CRCMG**

Suely Maria Marques de Oliveira

Comitê de Política Editorial

Prof^ª. Dra. Virginia Granate Costa Sousa, ISCA/UA, Portugal;
Prof. Dr. Alexandre Bossi Queiroz, Brasil;
Prof. Dr. Ilirio José Rech, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil;
Prof. Dr. José Elias Feres de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil;
Prof. Dr. José Edilton Alves Diniz, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil;
Prof. Dr. Manoel Raimundo Santana Farias, Universidade São Judas Tadeu (USJT), Brasil;
Prof^ª. Dra. Kelly Cristina Múcio Marques, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil;
Prof^ª. Dra. Sheizi Calheira Freitas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil;
Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva, Saber e Saber - A Arte de Educar, Brasil

Editora

Prof^ª. Dra. Nálbia de Araújo Santos, Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Editores Adjuntos

Prof. Dr. Ewerton Alex Avelar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;
Prof^ª. Dr^ª. Edvalda Araújo Leal, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;
Prof^ª. Dr^ª. Lara Cristina Francisco de Almeida Fehr, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;
Prof^ª. Dr^ª. Bruna Camargos Avelino, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;
Prof. Dr. João Estevão Barbosa Neto, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil

Corpo Editorial Científico

Prof^ª. Dra. Márcia Athayde, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil;
Prof^ª. Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;
Prof^ª. Dra. Patricia De Souza Costa, Universidade de Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Brasil;
Prof. Msc. Renato Ferreira Leitão Azevedo, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), Brasil & University of Illinois at Urbana-Champaign - UIUC, EUA, Brasil;
Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;
Prof. Dr. Valcemiro Nossa, FUCEPE Business School, Brasil;
Prof^ª. Dra. Vilma Geni Slomski, FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Brasil;
Prof^ª. Dra. Xiomara Esther Vásquez Carrazana, Universidade de Granada, UDG, Cuba, Cuba

CONSELHO DIRETOR 2020/2021**Presidente**

Suely Maria Marques de Oliveira

Vice-Presidente de**Administração e Planejamento**

Oscar Lopes da Silva

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Mário Lúcio Gonçalves de Moura

Vice-Presidente de Registro

Renildo Dias de Oliveira

Vice-Presidente de Controle Interno

Maria da Conceição Barros de Rezende

Ladeira

Vice-Presidente de**Desenvolvimento Profissional**

Andreza Célia Moreira

Conselheiros Efetivos

Adelaide Maria da Cruz
Alacir Ribeiro Antonio Filho
Andreza Celia Moreira
Berenice Pereira Supupira
Celso Guimaraes da Costa
Cristiano Francisco Fonseca Neves
Cristina Lisboa Vaz de Mello
Daniel Lucas Cardoso
Denise de Oliveira Santos
Diogenes de Sousa Ferreira
Edenilson Duraes de Oliveira
Gideao Jose Pinto Oliveira
Helio Ricardo Teixeira de Moura
Janilton Marcel de Paiva
Lucas Carneiro Machado
Marcos de Sa Goulart
Maria da Conceicao Barros de Rezende
Ladeira
Mario Lucio Goncalves de Moura

Oscar Lopes da Silva
Otarcio Jose Dutra
Patricia Regina Teles
Renato Miguel da Cruz
Renildo Dias de Oliveira
Romeci Rodrigues dos Santos
Sandro Angelo de Andrade
Stella Maris Carvalho Cabral
Suely Maria Marques de Oliveira

Conselheiros Suplentes

Ana Carolina Braga de Moura
Ananelli Ramos da Silva
Aretuza De Pinho Tavares
Bruna Rauen Silva Pereira
Cleuton Assis dos Santos
Elias Wagner Silva
Emanuelly Melo Teixeira Dias Borges
Erick Junqueira de Almeida
Erico Souki Munayer
Evani Lucio de Melo
Fernanda Nogueira Gil
Gabriel Alfredo da Silva Torga
Jens Erik Hansen
Josmaria Lima Ribeiro de Oliveira
Leonardo Firmino dos Santos
Maique Maia Gomes
Marina Ribeiro Xavier Cunha
Marlucio Candido
Onofre Junqueira Junior
Raquel Angelo Araujo
Renildes Dantas De Almeida
Rogeria Marques Valente Libero
Ronaldo Maciel Dutra
Rosely Jesuina do Nascimento E Santos
Sandro Lobo Araujo

Revista Mineira de Contabilidade. Ano 23, n. 2, 3º Quadrimestre, 2022.
Belo Horizonte: Conselho Regional de Contabilidade de MG.
Quadrimestral
ISSN 1806-5988

2- Contabilidade - Periódico

CDU657 (051)

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet, no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização. A RMC está utilizando o SEER como meio de gerenciamento do periódico. O SEER foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade British Columbia do Canadá, tem como objetivo dar assistência à edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação online e sua indexação. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/>
© Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - 2015

Palavra da Editora

Prezados Leitores,

Encerramos 2022 com a publicação do volume 23, número 3, do 3º quadrimestre da Revista Mineira de Contabilidade (RMC), contendo, além do Editorial, sete pesquisas na área contábil, incluindo um caso de ensino. Esta edição aborda, nesta ordem, as seguintes questões: quais são as alternativas dadas às empresas para mensurar e divulgar informações sobre o seu Capital Humano? Quais pressupostos epistemológicos nortearam as pesquisas em Contabilidade? Como a contadora, identificada enquanto mulher, é estereotipada por estudantes e profissionais contabilistas? Quais são os efeitos das diferenças regionais na situação fiscal dos municípios mineiros? Qual é a associação existente entre a capacidade de resiliência organizacional e a prestação de contas em entidades do terceiro setor, a partir dos impactos causados pela Covid-19? Qual é o efeito do sentimento expresso textualmente no Twitter no retorno da Petrobras? Qual é a influência da crise pandêmica de SARS-CoV-2 na qualidade da auditoria das empresas listadas na B3? Essas questões são diversificadas e contribuem para a diversidade da discussão, inerente ao contexto de temas atuais da área de Ciências Contábeis.

Assim, para iniciar a leitura da edição, seus editores contaram com a colaboração de Larissa Couto Campos e de Gilberto José Miranda, com o Editorial “Evidenciação do capital humano nas organizações: reflexões e possibilidades”. Em seguida, temos os artigos científicos:

- “Análise epistemológica do 3º congresso UFU de Contabilidade”, de Vagner de Oliveira Magrini, Geovane Camilo dos Santos, Eduardo Codevilla Soares e Marli Auxiliadora da Silva;
- “Estereótipos de gênero na contabilidade: uma análise sob a percepção de estudantes e profissionais contabilistas”, de Antônia Alicia Oliveira Silva, Jocykleber Meireles de Souza, Raimundo Marciano de Freitas Neto e Márcio César de Oliveira Quirino;
- “Efeito das diferenças regionais sobre a situação fiscal dos municípios mineiros no período de 2006 a 2016”, de João Bosco Almeida Murta Filho, Elizete Aparecida de Magalhães e Vasconcelos Reis Wakim;
- “Capacidade de resiliência organizacional e prestação de contas de entidades do terceiro setor”, de Beatriz Bonin Martins e Viviane Theiss;
- “A influência da mídia social no valor da Petrobras”, de Milene Dias Almeida, Vinícius Mothé Maia e Roberto Tommasetti;
- “Auditoria em épocas de crise: um estudo sobre os efeitos da crise pandêmica SARS-CoV-2 na qualidade da auditoria”, de Nabila Cordeiro da Silva Paiva, Camila Ribeiro Toso, Raquel Nunes da Silva, Lúcio de Souza Machado e Michele Rílany Rodrigues Machado.

Por fim, temos o caso de ensino “E agora, José? O Covid chegou. A demanda aumentou. O controle atrasou”, de Vanessa Noguez Machado, Lauren Dal Bem Venturini, Wendy Beatriz Witt Haddad Carraro e Ariel Behr. O dilema apresentado no caso de ensino possibilita sua aplicação nas disciplinas de Contabilidade Gerencial, Processos Decisórios, Tomada de Decisão, Simulações, Planejamento Estratégico, Orçamento e Gestão Estratégica de Custos.

Felicitemos os autores que tiveram os artigos aprovados e a publicação de suas pesquisas na RMC. Pesquisas que trazem contribuições para o conhecimento da área de Ciências Contábeis. Agradecemos aos autores pelo voto de confiança, por submeterem seus artigos à RMC e acreditarem na qualidade do seu processo de avaliação, e aos avaliadores pela dedicação na realização de um trabalho prestimoso.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Profa. Dra. Nálbia de Araújo Santos

Editorial

Evidenciação do capital humano nas organizações: reflexões e possibilidades

Larissa Couto Campos

Graduada, mestre e doutora em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Assistente em Administração na Universidade Federal de Uberlândia, desde 2014. Tem pesquisado na área de educação e capital humano na contabilidade.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2984-1295>
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4019269683315122>

Gilberto José Miranda

Graduado em Ciências Contábeis e Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da UFU.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1543-611X>
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3004130380690632>

Entre os diversos conceitos de contabilidade, tem havido um resgate do conceito da Contabilidade como Representação da Realidade, especialmente com o estudo de Mattessich (2003). Esse conceito explica que a contabilidade é um modelo que representa uma realidade, no caso a situação econômico-financeira de uma entidade. Ou seja, a contabilidade é uma representação e não a própria realidade em si, portanto ela é uma simplificação da realidade e por isso tem limitações inerentes (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2018; LAMES, 2019). Em outras palavras, “por ser uma aproximação, sempre estarão ausentes algumas informações, impedindo a observação do cenário completo” (LAMES, 2019).

Uma das limitações contemporâneas a serem superadas pela contabilidade é a identificação de como o capital humano interfere no funcionamento das entidades, bem como sua adequada representação contábil. Em um ambiente organizacional constantemente renovado e complexo, muitas instituições não têm conhecimento do valor de um dos seus ativos mais valiosos, o capital humano (MCCRACKENA et al., 2018). Apesar disso, as organizações estão cientes de que seu capital humano constitui um importante recurso para os negócios, especialmente dos benefícios que eles podem proporcionar (BELAK; BARAC; TADIC, 2009). Empresas estão dispostas a pagarem salários mais altos para funcionários qualificados, pois espera-se que tal qualificação possa impactar positivamente na produtividade, na competitividade da empresa e ainda favorecer crescimento econômico (SAMUDHRAM et al., 2014; BRYL, 2018; MCCRACKENA et al., 2018).

O conceito de capital humano consiste nos atributos e habilidades das pessoas relacionados a conhecimentos e capacidades adquiridas, os quais podem ser aprimorados por meio de investimentos adequados, gerando benefícios e retornos futuros, seja como satisfação ou como rendimentos monetários (SCHULTZ, 1973; 1987). Assim, é capital por ser um produto gerado por investimento que gera retornos futuros e é humano por ser parte intrínseca do ser humano (SCHULTZ, 1987).

Nas organizações, o capital humano refere-se a tais atributos dos indivíduos e da força de trabalho coletiva, e pode abranger conhecimentos, capacidade técnica, personalidades, criatividade, capacidade de aprender, inovação, habilidades para trabalho em equipe, entre outros (ABEYSEKERA; GUTHRIE, 2004). Embora a literatura apresente diversas definições para capital humano, o mesmo não ocorre para fins de operacionalização na divulgação em relatórios contábeis, o que gera ainda mais dificuldades e confusões além de prejudicar a credibilidade dos relatórios financeiros (ABEYSEKERA; GUTHRIE, 2004; MCCRACKENA et al., 2018).

Belak, Barac e Tadic (2009) afirmam que as empresas deveriam considerar a maior parte de seus gastos com capital humano como investimentos e que fossem representados no Balanço Patrimonial, principalmente se esses gastos criarem valor adicional para a empresa no futuro. Da mesma forma, Bryl (2018, p. 62) ressalta que teorias tradicionais de relações humanas já não entendem os funcionários como custo para empresa, ao contrário, os consideram como um ativo organizacional essencial, com capacidade de “criar valor substancial ao lançar novos produtos e construir relacionamentos sustentáveis dentro e fora da entidade.”

Entretanto, os recursos humanos não são devidamente representados nos balanços patrimoniais das empresas, mas sim nos demonstrativos de resultados, por meio dos custos e despesas com salários e benefícios (LAJILI; ZÉGHAL, 2005). Conforme Martins (1972, *apud* Reis 2002), todos os recursos humanos representam ativos da entidade a que se referem, se de tais recursos espera-se resultados econômicos futuros. Logo, se são ativos econômicos, também são merecedores de serem reconhecidos como ativos contábeis.

A dificuldade de mensurar e apresentar informações sobre o capital humano impede uma melhor representação desse “ativo” nas demonstrações financeiras (BELAK; BARAC; TADIC, 2009). Ademais, para que um elemento dessa natureza seja reconhecido no balanço como ativo, é necessário que ele cumpra três critérios: ser controlado pela empresa; apresentar benefícios futuros e ser estimado em unidades monetárias. No entanto, o capital humano não pode ser possuído, pois os empregados não são propriedade, e assim não podem ser facilmente avaliados em termos monetários (BELAK; BARAC; TADIC, 2009; SCHMIDT; SANTOS, 2009).

Ainda que não reconhecido separadamente no balanço, o capital humano representa um dos elementos do capital

intelectual, que por sua vez configura-se como Ativo Intangível. Para Lev (2003), embora os ativos intangíveis sejam grandes e importantes, as demonstrações financeiras fornecem pouca informação sobre esses ativos, ou fornecem informações parciais, inconsistentes e confusas. Adicionalmente, Zéghal e Maaloul (2010) apontam que a relativa falta de reconhecimento contábil do capital intelectual bem como seu papel cada vez maior no processo de criação de valor, sugerem que as demonstrações financeiras estejam perdendo parte de seu valor para seus usuários.

A própria definição de capital intelectual também é um processo dificultoso, uma vez que há diferentes conceitos relacionados à sua terminologia (GALLON et al. 2008). Antunes e Martins (2002) verificaram que não é unânime o conceito dado ao capital intelectual, nem mesmo sobre seus componentes. Os autores perceberam que o capital intelectual está relacionado à capacidade humana de: pensar; desenvolver conhecimento; fomentar marcas; promover novas tecnologias; melhorar qualidade de produtos e atrair clientes.

Brooking (1996 *apud* Schmidt e Santos, 2009) conceitua capital intelectual como a combinação de ativos intangíveis, provenientes de alterações na tecnologia da informação, mídia e comunicação, e que geram benefícios intangíveis para as empresas, além de habilitar seu funcionamento. Seu conceito ainda pode ser dividido em quatro categorias: ativo de mercado, ativo humano, ativo de propriedade intelectual e ativo de infraestrutura, conforme melhor explicado no Quadro 1.

Quadro 1- Categorias de ativos que compõem o capital intelectual

Categorias de ativos que compõem o capital intelectual	Definição
Ativo de Mercado	Potencial da entidade com seus intangíveis relacionados com o mercado. Exemplos: lealdade dos clientes, negócios em andamento, canais de distribuição, franquias.
Ativos Humanos	Benefícios que o indivíduo pode proporcionar à organização. Exemplos: <i>expertise</i> , criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas.
Ativos de Propriedade intelectual	São aqueles que necessitam de proteção legal para proporcionar benefícios futuros para a organização. Exemplos: <i>know-how</i> , segredos industriais, patentes, <i>design</i> .
Ativos de Infraestrutura	Incluem tecnologias, metodologias e processos empregados. Exemplos: cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação de riscos, bancos de dados de clientes.

Fonte: Baseado em Schmidt e Santos (2009, p. 189).

Antunes e Martins (2002) explicam que o aparecimento do capital intelectual se intensificou com a sociedade do conhecimento, a qual pode ser entendida como a gradativa mudança entre a sociedade industrial para uma sociedade baseada no conhecimento, resultado da globalização e avanços tecnológicos em diversos setores, em que o conhecimento passou a ser considerado como recurso econômico, juntamente com a terra, o capital e o trabalho (ANTUNES; MARTINS 2002; ANTUNES 2008; SCHMIDT; SANTOS 2009).

Lajili e Zéghal (2006) explicam que com o estabelecimento de economias baseadas no conhecimento, cada vez mais a gestão de capital humano adquire maior importância e destaque para a gestão operacional de negócios. Como consequência, os autores asseveram que a visão neoclássica do trabalho está se transformando, saindo de uma concepção de trabalho como insumo de produção passiva, passando para uma abordagem dinâmica e ativa, baseada no desempenho, contribuição para a riqueza e para o valor da empresa.

De acordo com Antunes (2008), ao reconhecer o conhecimento como recurso econômico, novos paradigmas são impostos na forma de valorizar o ser humano bem como sua organização empresarial, já que gera benefícios intangíveis que alteram o patrimônio da entidade. O estudo de Campos (2022), por exemplo, analisou a relação com capital humano, medido pelo nível de escolaridade dos funcionários de empresas brasileiras de capital aberto com o valor da empresa e com o valor adicionado, contemplando um período de 10 anos. Para tanto, foi calculado um índice de escolaridade que mede o nível geral de escolaridade por empresa (considerando os níveis de escolaridade dos funcionários). Os resultados apontaram que o índice de escolaridade se relacionou com valor da empresa de forma positiva e significativa. Logo, empresas que apresentam maiores índices de escolaridade tendem a apresentar maiores valores de empresa ao longo dos anos. Os resultados indicaram também, a partir de uma correlação de Pearson, que o índice de escolaridade é positivamente correlacionado com o valor adicionado. Estes resultados indicam que capital humano interfere nos resultados das instituições.

A *American Accounting Association* (1973, *apud* SAMUDHRAM et al. 2014) explica que Contabilidade do Capital Humano consiste no processo de identificação e medição de dados sobre capital humano, bem como a forma como essas informações são comunicadas às partes interessadas. Entretanto, como visto anteriormente, a contabilidade ainda possui dificuldade na identificação e mensuração desse capital. Apesar de não ter um conceito e uma mensuração operacionalizada, há na literatura contábil diferentes linhas que procuram apresentar alternativas para mensuração, utilidade

e divulgações das informações baseadas em capital humano (ABEYSEKERA; GUTHRIE, 2004). Esses autores identificaram três linhas de pesquisa cujos objetivos são: desenvolver medidas financeiras para relatórios financeiros; compreender como os usuários tomam decisões usando informações sobre capital humano e explorar como o capital humano é medido e relatado pelas empresas. Neste editorial, busca-se refletir sobre a terceira opção, ou seja, possibilidades de mensuração e de reportar informações sobre o capital humano por parte das empresas.

Uma possibilidade que promete preencher essa lacuna é o Relato Integrado, que consiste em uma nova estrutura de relatório cuja proposta é a integração de informações financeiras e não financeiras de forma concisa (DE VILLIERS; VENTER; HSIAO, 2017), expressando interconexões entre estratégia, governança e desempenho (FRIAS-ACEITUNO; RODRÍGUEZ-ARIZA; GARCÍA-SÁNCHEZ, 2013). Seu principal objetivo, conforme *The International Integrated Reporting Council* (IIRC, 2013), é disponibilizar aos provedores de capital financeiro as informações necessárias para a compreensão de como uma organização cria valor ao longo do tempo por meio de seis capitais: financeiro, humano, intelectual, natural, manufaturado e de relacionamento. Informações sobre capital humano são destacadas em um desses capitais, como questões relativas a absenteísmo, acidentes no local de trabalho, rotatividade de funcionários, treinamento de funcionários, diversidade de gênero entre outros (FRIAS-ACEITUNO; RODRÍGUEZ-ARIZA; GARCÍA-SÁNCHEZ, 2013). Embora seja uma promessa de revolução (KASSAI; CARVALHO, 2013), sua implementação ainda está em fase inicial nas empresas e carece de novas pesquisas e debates (DUMAY et. al, 2016).

A pesquisa de Santos (2022) validou, inicialmente, um instrumento de conformidade de divulgação das informações das empresas no modelo do Relato Integrado, por meio da técnica Delphi. Após atribuir índices de conformidade entre as informações divulgadas e a proposta do IIRC, a uma amostra de 54 empresas listadas na B3, entre os anos de 2017 a 2019, o autor identificou correlação significativa entre os tipos de capitais, exceto o capital humano, e o valor de mercado das companhias. No entanto, ao submeter os dados a testes mais robustos, como análise de painel e multinível as relações não prevalecem.

Oura possibilidade, já existente, é a apresentação de informações dos custos gerados pela força de trabalho. Ainda que não representados como ativos, o custo gerado em capital humano é apresentado pela contabilidade (LAJILI; ZÉ-GHAL, 2005; BELAK; BARAC; TADIC, 2009). No Brasil, excepcionalmente, informações sobre recursos para empregados são disponibilizadas na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), (CPC 09). A DVA demonstra o valor da riqueza gerada pela empresa e como essa riqueza é distribuída entre aqueles que participaram dessa geração, ou seja, informa como diversos agentes econômicos contribuíram com a geração de riqueza e como esse valor foi distribuído entre esses mesmos agentes (CONSENZA, 2003; LUCA et al. 2009). Oliveira, Rech e Cunha (2016, p. 5) afirmam que a DVA “destaca a atuação global de uma empresa, que afeta funcionários, prestadores de serviços, entidades e governos, de maneira geral”. Dessa forma, além de ser usada para avaliação de desempenho, contempla aspectos sociais com a agregação do valor gerado para a sociedade (ASSAF NETO, 2020).

Apesar de uma fonte a mais de informação e exclusivamente brasileira, parece que a DVA ainda tem sido pouco explorada por pesquisas como fonte para conhecer um pouco mais dos aspectos econômicos e sociais do capital humano nas organizações, especialmente no que concerne à fatores determinantes para geração de valor adicionado nas empresas (CAMPOS, 2022).

Diante do exposto, é possível observar que a divulgação de informações sobre capital humano ainda é uma limitação da contabilidade, seja devido à dificuldade de identificação, seja devido à dificuldade de mensuração. Por esse motivo, a contabilidade tem sofrido diversas críticas, pois tanto o capital intelectual como o capital humano não têm sido retratados nas demonstrações contábeis, tornando insuficientes as informações contábeis divulgadas (LEV, 2003; ABEYSEKERA; GUTHRIE, 2004; MCCRACKENA et al., 2018).

No entanto, é notório que os resultados das entidades são influenciados pelo fator e habilidade humana (CAMPOS, 2022), e por isso merecem ser estudadas. Felizmente, diversas ações, como Relato Integrado e a DVA, bem como estudos sobre o assunto têm sido realizados e melhorados ao longo do tempo. Tais evoluções reforçam o conceito da contabilidade como representação social, especialmente por demonstrar que a contabilidade procura acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas, como o advento da Sociedade do Conhecimento, e refletir tais impactos nas questões econômico-financeiras das entidades, contudo ainda há muito trabalho pela frente.

REFERÊNCIAS

ABEYSEKERA, I.; GUTHRIE, J. Human capital reporting in a developing nation. *The British Accounting Review*, v. 36, n. 3, p. 251-268, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2004.03.004>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0890838904000125>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ANTUNES, M. T.P. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2008.

ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. Capital Intelectual: Verdades e Mitos. *Revista Contabilidade & Finanças* - USP, São Paulo, n. 29, p. 41 - 54, maio/ago. 2002. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772002000200003> >. Acesso em: 22 set. 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. – 12. ed. – São Paulo: Atlas. 202.

BELAK, V.; BARAC, Z. A.; TADIC, I. Recognition and measurement of human capital expenditures—impacts on company's performance measurement. **International Journal of Economics and Business Research**, v. 1, n. 2, p. 252-262, 2009. Disponível em: <https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/IJEER.2009.024023> . Acesso em: 22 abr. 2022.

BRYL, Ł. Human Capital Orientation and Financial Performance. A Comparative Analysis of US Corporations. **Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation**, v. 14, n. 3, p. 61-86, 2018. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=705521> . Acesso em: 22 abr. 2022.

CANTON, E. Social returns to education: Macro-evidence. **De Economist**, v. 155, n. 4, p. 449-468, 2007. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10645-007-9072-z> . Acesso em: 22 abr. 2022.

CAMPOS, L. C. **Capital Humano das Organizações Brasileiras: uma relação entre escolaridade, geração de riqueza e valor da empresa**. 2022. 192 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. <http://doi.org/10.14393/UFU.te.2022.5018>

CONSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7 - 29, outubro/2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/SJWVRLrMSZxpZrvKstVH-jFK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - CPC 00**. Brasília, 2019.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - CPC 09. Brasília, 2008.

DE VILLIERS, C.; VENTER, E. R.; HSIAO, P. K. Integrated reporting: background, measurement issues, approaches and an agenda for future research. **Accounting & Finance**, v. 57, n. 4, p. 937-959, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/acfi.12246>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/acfi.12246> . Acesso em: 21 abr. 2022.

DUMAY J.; BERNARDI, C.; GUTHRIE, J.; DEMARTINI, P. Integrated reporting: A structured literature review. **Accounting Forum**, 40:3, 166-185, 2016. DOI: 10.1016/j.accfor.2016.06.001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1016/j.accfor.2016.06.001?journalCode=racc20>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FRIAS-ACEITUNO, J. V.; RODRÍGUEZ-ARIZA, L.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M. Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. **Journal of cleaner production**, v. 44, p. 45-55, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.006>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612006506>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GALLON, A. V.; SOUZA, F. C. DE.; ROVER, S.; ENSSLIN, S. R. Um Estudo Reflexivo Da Produção Científica Em Capital Intelectual. **RAM – REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE**, v. 9, n. 4, edição especial, 2008, p. 142-172. Disponível em: Acesso em: 21 abr. 2022.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC), **The International <IR> Framework**, IR Council: Zurich, Switzerland, 2013, Disponível em: <<https://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>>, Acesso em: 10 nov. 2020.

KASSAI, J. R.; CARVALHO, N. L. Relato Integrado: a próxima revolução contábil. **Anais XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, FEAUAP, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1065698/mod_resource/content/0/artigo%20Engema%202013_versao_3.pdf>. Acesso: 10 nov. 2020.

LAJILI; ZEGHAL. Labor cost voluntary disclosures and firm equity values: Is human capital information value-relevant. **International Journal of Accounting, Auditing and Taxation**, 14 (2), pp. 121-138, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2005.08.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1061951805000182>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LAJILI, K.; ZEGHAL, D. Market performance impacts of human capital disclosures. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 25, n. 2, p. 171-194, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2006.01.006> Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278425406000160>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LAMES, E. R. de. **Conceitos de contabilidade e suas relações com a estrutura conceitual básica, com a formação docente e rendimento discente**. 2019. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/UFU.te.2019.2448>

LEV, B. Remarks on the Measurement, Valuation, and Reporting of Intangible Assets. FRBNY **Economic Policy Review**. Setembro, 2003.

LUCA, M. M. M.; CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; OLIVEIRA, M. C. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**, 2, ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E; MIRANDA, G; DINIZ, J. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2018.

MATTESSICH, R. Accounting representation and the onion model of reality: a comparison with Baudrillard's orders of simulacra and his hyperreality. **Accounting, Organizations and Society**, v. 28, n. 5, p. 443-470, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00024-7](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00024-7). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361368202000247>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MCCRACKEN, Martin et al. A study of human capital reporting in the United Kingdom. **Accounting Forum**, 2018. p. 130-141. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2017.11.001>

REIS, E. A. dos. **Valor da empresa e resultado econômico em ambientes de múltiplos ativos intangíveis: uma abordagem de gestão econômica**. 2002. 188p. Tese (Doutorado em Ciência Contábeis) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo.

SAMUDHRAM, A.; STEWART, E.; WICKRAMANAYAKE, J.; SINNAKANNU, J. Value relevance of human capital based disclosures: Moderating effects of labor productivity, investor sentiment, analyst coverage and audit quality. **Advances in Accounting, incorporating** (2014) 338–353. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2014.09.012>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S088261101400042X>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SANTOS, C.K.S. **Relato Integrado e Valor de Mercado das Companhias Brasileiras**. 2022. 133 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. DOS. **Avaliação de Ativos Intangíveis**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo: o segredo econômico da qualidade da população**. Tradução Elcio Gomes Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SILVEIRA, M. L.; DE MEDEIROS, O. R. O impacto do capital humano ativo e pós-laboral no valor das empresas brasileiras. GCG: **Revista de globalización, competitividad y gobernabilidad**, v. 15, n. 2, p. 34-51, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7955052>. Acesso em: 21 abr. 2022.

WEISBROD, B. A. Education and investment in human capital. **The Journal of Political Economy**, Part 2: Investment in human beings, Chicago, v. 70, n. 5, p. 106-123, Oct. 1962. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1829107?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 22 set. 2018.

ZEGHAL, D.; MAALOUL, A. Analysing value added as an indicator of intellectual capital and its consequences on company performance. **Journal of Intellectual Capital**, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1108/14691931011013325>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14691931011013325/full/html>. Acesso em: 21 abr. 2022.

Sumário

Análise epistemológica do 3º congresso UFU de contabilidade	10
Esteretótipos de gênero na contabilidade: uma análise sob a percepção de estudantes e profissionais contabilistas	24
Efeito das diferenças regionais sobre a situação fiscal dos municípios mineiros no período de 2006 a 2016.....	37
Capacidade de resiliência organizacional e prestação de contas de entidades do terceiro setor.....	50
A influência da mídia social no valor da Petrobras.....	63
Auditoria em épocas de crise: um estudo sobre os efeitos da crise pandêmica SARS-CoV-2 na qualidade da auditoria.....	76
E agora, José? O COVID chegou. A demanda aumentou. O controle atrasou.	88



Centro Administrativo Municipal Presidente Tancredo Neves – Muriaé - MG

Muriaé é um município localizado na Zona da Mata mineira, entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, ficando cerca de 300 km de distância das duas capitais dos estados.

O nome da cidade é uma referência ao Rio Muriaé. Inicialmente habitada pelos índios Puris, a região do município de Muriaé passou por um processo de colonização de origem europeia, sendo que os primeiros homens chegaram no local em 1817. O povoado cresceu rapidamente e, em 1841, foi criado o distrito com o nome de São Paulo do Muriaé. Em 1865, o local foi elevado à condição de cidade e a denominação Muriaé só veio em 1923.

A cidade, por um tempo, foi a segunda maior produtora de café em Minas Gerais. A monocultura cafeeira passou a ceder espaço para outras atividades econômicas. Hoje, a região de Muriaé é composta por municípios de infraestrutura e forte crescimento comercial e industrial.

O município conta com uma população estimada de 108.763 habitantes, de acordo com o Censo de 2019. Com bens tombados e inventariados pelo Patrimônio Cultural do município, andar a pé pelo centro da cidade dá a ideia de um museu a céu aberto, como uma viagem pela história local. Além de muita história, a cidade conta com prédios modernos, como o Centro Administrativo Municipal Presidente Tancredo Neves (foto), e áreas de proteção ambiental, cachoeiras, parques naturais e fazendas históricas, voltadas para o turismo ecológico.

Crédito da foto: Renato Galluzzi

ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO 3º CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE¹

EPISTEMOLOGICAL ANALYSIS OF THE 3RD UFU ACCOUNTING CONGRESS

O artigo foi aprovado e apresentado no 4º Congresso UFU de Contabilidade, realizado de 21/10 a 22/10 de 2021, em Uberlândia (MG). Os autores gostariam de agradecer a dois avaliadores anônimos que contribuíram significativamente para a melhoria da pesquisa

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar empiricamente quais pressupostos epistemológicos nortearam os 78 artigos aprovados e publicados nos anais do 3º Congresso UFU de Contabilidade. Para a análise, foram considerados os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) que compõem o *Framework* das pesquisas sociais. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa com abordagem paradigmática interpretativa, com procedimentos de pesquisa documental. Os principais resultados revelaram que 82% das pesquisas se enquadram no paradigma funcionalista, que é caracterizado por ontologia realista e epistemologia positivista; enquanto apenas 18% dos artigos configuram-se como interpretativistas, apresentando ontologia nominalista e epistemologia anti-positivista. Constatou-se, quanto ao conteúdo das pesquisas, que em nenhuma delas foi realizada análise dos aspectos ontológicos e epistemológicos, cujas reflexões, apesar de não serem obrigatórias, se ausentes pode sugerir a falta de conhecimento sobre esses aspectos ou preocupação dos pesquisadores apenas com elementos metodológicos, ignorando os fatores ontológicos e epistemológicos que são fundamentais para a construção e o entendimento da pesquisa científica. Confirmou-se também que apenas 19 dos artigos aprovados e publicados fizeram uso explícito de alguma teoria para fundamentação do referencial teórico e discussões. Além disso, a maioria dos trabalhos, em um total de 50, fez uso da abordagem quantitativa. A conclusão é que neste evento específico, o 3º Congresso UFU de Contabilidade, o paradigma dominante em pesquisas contábeis persiste e evidencia a importância do desenvolvimento de pesquisas em paradigmas alternativos ao positivismo, mediante o incentivo pelo evento de estudos com outras abordagens paradigmáticas.

Palavras-chave: Epistemologia; Ontologia; *Framework* de Burrell e Morgan; Paradigmas Contábeis; Funcionalismo e Interpretativismo.

ABSTRACT

The objective of this study is to empirically analyze the epistemological assumptions guided the research published at the 3rd UFU Congress of Accounting. For the analysis, the paradigms of Burrell and Morgan (1979) that make up the Framework of social research were considered. Methodologically, it is a research in the interpretative paradigmatic aspect, with the use of a qualitative approach and as a procedure a documentary research. The 78 articles approved and published in the conference proceedings were analyzed. The main results revealed, according to Burrell and Morgan's Framework (1979), that 82% of the researches fit the functionalist paradigm, which is characterized by a realistic ontology and a positivist epistemology; only 14 articles are configured as interpretivist (18%), presenting a nominalist ontology and an anti-positivist epistemology. Regarding the content of the research, it was found that no one carried out about the ontological and epistemological aspects. Although not mandatory, the absence of these reflections may suggest a lack of knowledge about these aspects or that researchers are only concerned with methodological elements and ignore the ontological and epistemological factors that are fundamental for the construction and understanding of scientific research. It was also confirmed that only 19 studies made using some theory to support their theoretical framework and discussion. In addition, most works (50) used the quantitative approach. The conclusion is that the barriers to opening new horizons beyond the dominant paradigm within accounting can be overcome, since the study demonstrate for accounting researchers the importance of developing research in alternative paradigms to positivism. It is not a matter of rejecting or excluding the functionalist paradigm, but rather of increasing the reflexivity of accounting research, overcoming its uses and limitations, as well as encouraging the emergence of new areas of research through multiple study perspectives.

Keywords: Epistemology; Ontology; Burrell and Morgan Framework; Accounting Paradigms; Functionalism and Interpretivism.

Vagner de Oliveira Magrini²

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista FAPEMIG. Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Marketing pela Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID). Graduado em Gestão Empresarial com ênfase em Marketing pela Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá (FATEC) e em Ciências Contábeis pela Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5845-5249>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6906724560502299>. E-mail: vmagrini82@gmail.com

Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de doutorado.

Geovane Camilo dos Santos³

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia - FACIC/UFU. Bolsista CAPES. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia - FACIC/UFU. Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3253-830X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6250636494451919>. E-mail: geovane_camilo@yahoo.com.br

Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado.

Eduardo Codevilla Soares⁴

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Administração e Negócios pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Graduação em Administração de empresas pela Faculdade Atlântico Sul. Docente no curso de Ciências Contábeis na UFRR. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6808-8729>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9329090151202434>. E-mail: eduardo.soares@ufr.br

Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado.

Marli Auxiliadora da Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Graduada em Ciências Contábeis e especialista em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Docente no curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Pontal. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0810-1127>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6389622020342036>. E-mail: marli.silva@ufu.br

¹ O artigo foi aprovado e apresentado no 4º Congresso UFU de Contabilidade, realizado de 21/10 a 22/10 de 2021, em Uberlândia (MG). Os autores gostariam de agradecer a dois avaliadores anônimos que contribuíram significativamente para a melhoria da pesquisa.

² Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de doutorado.

³ Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado.

⁴ Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado.

1 INTRODUÇÃO

No campo etimológico, o termo “epistemologia” diz respeito ao discurso (*logos*) acerca da ciência (*episteme*). Desse modo, pode ser entendida como o “estudo metódico e reflexivo da ciência, de sua organização, de sua formação, do seu funcionamento e produtos intelectuais” (Theóphilo & Iudícibus, 2005, p. 147). Portanto, o objeto da Epistemologia é o próprio conhecimento científico composto por uma série de aspectos, sendo eles técnicos, lógicos, sociais, linguísticos, entre outros, que, por meio do trabalho epistemológico, são organizados, analisados e avaliados, visando estudar sua gênese, suas estruturas, bem como sua validação enquanto conhecimento científico (Botelho, 2012).

Japiassu e Marcondes (2008) apontam que a Epistemologia tem como escopo a dinâmica das ciências, considerando sua formação e sua estruturação progressiva. Desse modo, ao considerar que a ciência está em construção, a epistemologia busca apreender os caminhos que perpassam sua produção (Japiassu, 1977; Tesser, 1994). Theóphilo e Iudícibus (2005) ressaltam que na concepção clássica, os filósofos eram os responsáveis pelas pesquisas epistemológicas, mas que, contemporaneamente, esses estudos precisam se aproximar dos pesquisadores das próprias disciplinas. Isso porque esses detêm conhecimentos privilegiados do objeto e das problemáticas relacionadas às especificidades de cada campo científico.

À partir dos pressupostos epistemológicos, Burrell e Morgan (1979), propuseram um *Framework* para ser usado nas ciências sociais, contendo quatro paradigmas: a) funcionalismo, b) interpretativismo, c) humanismo radical e d) estruturalismo radical. Cada paradigma utiliza diferentes teorias e métodos de análise da realidade social que influenciam a condução da pesquisa e proporcionam variados entendimentos dos fenômenos pesquisados.

O paradigma funcionalista apoiado na abordagem positivista é o mais utilizado na Contabilidade (Baxter & Chua, 2003; Bilhim & Gonçalves, 2021; Borges, Rodrigues, Silva, & Santana, 2011; Hernández, 2018; Major, 2017) e decorre dos estudos clássicos segundo os quais a realidade é objetiva, concreta e unitária, devendo ser compreendida a partir de perspectivas empíricas e analíticas (Burrell, & Morgan, 1979). Nesse paradigma, busca-se a produção de evidências e leis generalizáveis baseadas na objetividade (Chua, 1986; Theóphilo & Iudícibus, 2005; Frezatti, Nascimento, & Junqueira, 2009; Homero Junior, 2017a, 2017b). Para Lourenço e Sauerbronn (2016, p. 103), “os interesses inerentes a esse tipo de pesquisa são previsão e controle, conhecimento tecnicamente explorável, e explicação”.

No que diz respeito à produção científica em Epistemologia das Ciências Contábeis, existe um conjunto de teses, dissertações e artigos que indicam um conhecimento acumulado na área. Os trabalhos de Martins (2008), Theóphilo (2004), Souza (2005), Ikuno (2011) e Lourenço e Sauerbronn (2016), por exemplo, versam sobre a relevância das análises epistemológicas associadas ao estudo das publicações em Ciências Contábeis, indicando a necessidade da continuidade dos estudos nessa área. Para Martins (2008, p. 5), “estudos sobre a produção científica – investigações epistemológicas – devem ser estimuladas como forma de se apresentar, descrever e discutir a qualidade das pesquisas sobre Ciências Contábeis”.

Na área contábil Baxter e Chua (2003) realizaram uma revisão para verificar o uso de pesquisas alternativas ao *mainstream* (positivismo) em estudos de contabilidade gerencial na *Accounting, Organizations and Society* no lapso temporal (1976-1999). Theóphilo e Iudícibus (2005) analisaram 238 estudos entre teses, dissertações, artigos de periódicos e trabalhos de congresso no período de 1994 a 2003. Kakkuri-Knuuttila, Lukka e Kuorikoski (2008) investigaram os estudos interpretativistas em contabilidade gerencial, com base na perspectiva da filosofia naturalista da ciência, os estudos interpretativistas em contabilidade gerencial. Borges, Rodrigues, Silva e Santana (2011) investigaram a natureza epistemológica de dissertações de dois programas de pós-graduação *Stricto sensu* em Ciências Contábeis no Brasil no período de 2002 a 2008. Damayanti (2014) buscaram explicar como um paradigma pode afetar os resultados da pesquisa, bem como que um paradigma aparentemente não é mais relevante para responder a uma prática, especialmente na pesquisa contábil comportamental. Homero Junior (2017b) analisou 20 artigos sobre as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), mediante os pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD). Azevedo, Barbosa, Consoni e Espejo (2020) analisaram as dissertações na linha de contabilidade gerencial no triênio (2009-2011) no Brasil. Bilhim e Gonçalves (2021) realizaram um ensaio para proporcionar uma reflexão sobre o paradigma positivista na investigação em contabilidade e apresentar que podem ser usadas outras abordagens alternativas.

A partir dos pontos analisados nos estudos anteriores, esta pesquisa vem explorar a lacuna de análise de um congresso. Isso porque apenas Theóphilo e Iudícibus (2005) haviam analisado como se dá a inclusão dos paradigmas nos estudos de 34 artigos do EnAnpad no período de 1994-2003. A pesquisa também avança por analisar diversas áreas, visto que as pesquisas anteriores, com exceção de Theóphilo e Iudícibus (2005) e Borges *et al.* (2011), analisaram apenas uma linha de estudo. Portanto, ao investigar mais de uma linha de pesquisa é possível visualizar se os resultados se alteram quando incluem outras áreas de pesquisas. Outro ponto que o estudo avança é que ele utiliza um objeto de estudo mais recente, e devido aos estudos anteriores criticarem o uso frequente do paradigma funcionalista, o estudo investiga se as pesquisas têm focado no uso de outros paradigmas.

O estudo também diverge dos anteriores, visto que nenhum realizou o levantamento de qual teoria foi usada nas pesquisas. Esse levantamento é relevante para evidenciar em qual base teórica os pesquisadores estão se apoiando. A adoção de uma teoria é importante, pois conforme Queiroz (2005), essa tem dois principais pressupostos: i) indicar lacuna no conhecimento humano sobre a realidade, de forma a gerar novos problemas de pesquisa, e ii) mesmo que parcial, é um referencial explicativo para os resultados que estão sendo analisados.

É a partir dessa constatação que surgem as inquietações que baseiam a presente pesquisa, que tem como objeto de estudo os artigos publicados no 3º Congresso UFU de Contabilidade e traz o seguinte questionamento: quais pressupostos epistemológicos nortearam as pesquisas publicadas no 3º Congresso UFU de Contabilidade? O objetivo é analisar empiricamente quais pressupostos epistemológicos nortearam as pesquisas publicadas no 3º Congresso UFU de Contabilidade. A análise recai sobre o modelo de paradigmas de Burrell e Morgan (1979) para categorização e como forma de apresentar um mapeamento da produção científica apresentada nesta edição do congresso. Optou-se pela análise dos artigos publicados nesta terceira edição do Congresso UFU de Contabilidade, por ser a edição com o maior número de trabalhos publicados.

Considerando que o avanço da ciência se dá mediante os elementos progressivos e reflexivos (Bruyne, Herman, & Schoutheete, 1982), o presente estudo torna-se oportuno ao propor uma reflexão do atual estágio das pesquisas publicadas no Congresso UFU de Contabilidade. A pesquisa justifica-se pela necessidade de se conhecer como as características epistemológicas do conhecimento contábil vêm sendo produzidas. Além disso, o estudo mostra a contribuição do Congresso UFU para a transposição dos desafios desse campo científico por meio da socialização de conhecimentos, com vistas também a ressaltar novas perspectivas epistemológicas que possam contribuir para seu desenvolvimento. É nesse sentido que a análise epistemológica proposta nesta pesquisa levará em consideração os métodos científicos utilizados para conduzir a elaboração dos artigos analisados, bem como as posturas teóricas adotadas por seus autores.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta de caráter introdutório. Na seção 2, apresenta-se o a revisão de literatura sobre o tema. Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos, a análise e discussão dos resultados. A seção 5 traz as considerações finais sobre o objetivo proposto e sugestões para trabalhos futuros.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Epistemologia contábil e o paradigma dominante

No âmbito da construção de uma Teoria do Conhecimento é a Epistemologia que nos proporciona analisar de forma crítica os princípios que embasam cada ciência, suas hipóteses de estudo e os resultados de suas investigações. Desse modo, os pesquisadores de cada área podem se apropriar qualitativamente do fazer científico (Japiassu, 1986). É nesse contexto que as pesquisas epistemológicas se justificam, ou seja, diante da necessidade de os estudiosos se aproximarem da gênese dos conhecimentos científicos de sua área, considerando as tendências e as características que movem sua construção, justificam-se as pesquisas epistemológicas (Burrell & Morgan, 1979; Dalarosa, 2008; Gioia & Pitre, 1990). Como afirmam Theóphilo e Iudicibus (2005), o desenvolvimento científico precisa de pesquisas dedicadas à reflexão crítica sobre o conhecimento produzido, além daquelas que contribuem com seu crescimento linear. Para Castañon (2007, p. 7), “estudar epistemologia é estudar o que faz de um tipo específico de conhecimento uma forma mais segura de conhecer aspectos de nossa realidade”. Pode-se entender, assim, que a epistemologia é necessária para balizar a identidade de cada campo científico.

Considerando a Contabilidade como uma ciência pertencente ao campo das ciências sociais aplicadas, tem-se a produção de ideias, conceitos e teorias que dialogam com outras áreas do conhecimento, bem como com os diferentes ramos da própria Contabilidade (Botelho, 2012). Sobre esse aspecto, Beuren (2013) e Theóphilo (2004) destacam que a Contabilidade é uma ciência factual e social, sendo pautada em seus processos de sistematização e verificação do conhecimento, a partir de seus métodos e da busca constante por novos conceitos. Nesse sentido, considera-se que, para o desenvolvimento das Ciências Contábeis, são importantes as reflexões acerca de seus próprios fundamentos teóricos, metodológicos e conceituais (Martins, 2008) ancoradas nos estudos epistemológicos.

Uma vez que as Ciências Contábeis não se constituem em algo estático, sendo passíveis, portanto, de constante progresso e transformações (Theóphilo & Iudicibus, 2005), o estudo epistemológico acerca da Contabilidade proporciona o aprofundamento da compreensão das características inerentes à Ciência Contábil, além de contribuir com o desenvolvimento dos próprios estudos da epistemologia.

As pesquisas são a base para o conhecimento científico, portanto cabe analisar seus processos de desenvolvimento e a qualidade dos trabalhos produzidos, visto que esses impactam diretamente na constituição dos campos científicos, nesse caso específico, o das Ciências Contábeis. Ao fomentar uma análise da produção do conhecimento científico, a Epistemologia torna-se fundamental para basear as “pesquisas sobre pesquisas”. Sobre esse ponto, Gamboa (1987, p. 55) afirma que: “os estudos epistemológicos procuram na filosofia seus princípios e na ciência seu objeto e têm como função não só abordar os problemas gerais das relações entre a tradição filosófica e a tradição científica, mas também serve como ponto de encontro entre elas”.

Além dos aspectos destacados, ressalta-se ainda que os estudos epistemológicos têm papel central na condução dos progressos das ciências, posto que eles contêm um caráter reflexivo e uma função de vigilância crítica na pesquisa

(Bruyne *et al.*, 1982). É nesses termos que esta pesquisa se propôs a realizar uma análise epistemológica no âmbito das Ciências Contábeis, considerando o conhecimento como processo, como *devir*, visto que a “tarefa da epistemologia consiste em conhecer este *devir* e em analisar todas as etapas de sua estruturação, chegando sempre a um conhecimento provisório, jamais acabado ou definitivo” (Japiassu, 1986, p. 27).

A partir de diferentes autores que trabalham com a epistemologia das Ciências Contábeis, é possível observar que, ao longo do movimento de constituição histórica dessa área de conhecimento, há uma concentração de pesquisas que se baseiam no paradigma funcionalista, sendo que há pouca adoção de outras posturas teóricas e metodológicas (Baxter & Chua, 2003; Bilhim & Gonçalves, 2021; Borges, Rodrigues, Silva, & Santana, 2011; Hernández, 2018; Homero Junior, 2017b; Lourenço & Sauerbronn, 2016; Lukka, 2010; Major, 2017; Theóphilo & Iudícibus, 2005).

Baxter e Chua (2003) revisaram o uso de pesquisas alternativas ao mainstream (positivismo) em estudos de contabilidade gerencial na *Accounting, Organizations and Society* no lapso temporal (1976-1999). Os autores encontraram que o positivismo é a pesquisa dominante, mas há sete diferentes perspectivas que floresceram sob esse rótulo: “escola de design não racional; pesquisa naturalista; a alternativa radical; teoria institucional; teoria da estruturação; uma abordagem foucaultiana; e uma abordagem latouriana” (Baxter, & Chua, 2003, p. 97). As abordagens alternativas têm assumido um papel importante de apresentar as diversas formas de aplicar a prática da contabilidade gerencial.

Theóphilo e Iudícibus (2005) analisaram 238 estudos entre teses, dissertações, artigos de periódicos e trabalhos de congresso no período de 1994 a 2003. Eles encontraram que 43% dos estudos são teóricos e 57% são teóricos-empíricos. Da amostra analisada 45% são positivistas, sendo que a pesquisa sistêmica/estruturalista é a segunda com maior concentração (12%). Portanto, há uma concentração de estudos com abordagem positivista.

Lukka (2010) discutiu a finalidade e os efeitos dos paradigmas na pesquisa contábil em geral e de forma específica na contabilidade gerencial. Conforme o autor, há uma concentração de estudos no paradigma positivista e que isso pode representar implicações dramáticas para a pesquisa acadêmica em contabilidade gerencial. Por isso, é importante debater os paradigmas vivos a fim de promover a abertura multidimensional e a verdadeira erudição na pesquisa contábil.

Borges, Rodrigues, Silva e Santana (2011) analisaram a natureza epistemológica de dissertações de dois programas de pós-graduação *Stricto sensu* em Ciências Contábeis no Brasil no lapso temporal (2002-2008). Eles encontraram que há uma predominância de estudos focados na natureza positiva sobre a natureza normativa. A maior concentração de estudos positivistas ocorre principalmente devido as pesquisas relacionarem informações financeiras e de mercado de capital, consolidadas pela teoria Positiva da Contabilidade, pela hipótese de mercado eficiente e pelo desenvolvimento do Modelo de Precificação de Ativos Financeiros (CAPM).

Homero Junior (2017b) identificou as premissas compartilhadas pela comunidade acadêmica brasileira, a fim de contribuir para a caracterização do positivismo prevalente na pesquisa contábil nacional não apenas como um processo de homogeneização metodológica, mas também discursiva. O autor para isso analisou 20 artigos sobre as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), mediante os pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD).

Bilhim e Gonçalves (2021) realizaram um ensaio com o propósito de levantar uma reflexão sobre o paradigma teórico dominante (positivista) na investigação em contabilidade, para apresentar a importância de outras abordagens, visto que a maioria dos estudos nessa área encontra-se no paradigma funcionalista. Na visão dos pesquisadores essa maior concentração é em decorrência dos estudos serem focados na teoria clássica da administração.

Lourenço e Sauerbronn (2016) revisitando diferentes possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial apresentaram reflexões sobre a contribuição destas abordagens para a pesquisa, destacando pressupostos, possibilidades e limitações de abordagens dominantes e alternativas. Para as autoras, as pesquisas em Ciências Contábeis no Brasil, podem adotar mais do que o paradigma positivista, tendo espaço para o maior engajamento das abordagens interpretativas e críticas. Homero Junior (2017a) buscou produzir uma hipótese plausível para explicar a falta de uma linha de estudo consolidada a respeito de estudos interpretativos e críticos no Brasil. Os resultados indicaram que há baixa autonomia do campo acadêmico sobre o campo profissional.

2.2 Modelo paradigmático de Burrell e Morgan (1979)

Um paradigma pode ser entendido como uma realização científica que é reconhecida de forma universal em determinado lapso temporal, fornecendo problemas e soluções que podem ser utilizados por uma comunidade de praticantes de certa ciência (Kuhn, 2020). O paradigma também pode ser entendido como uma perspectiva geral ou maneira de pensar que reflete em crenças e suposições fundamentais relativas à natureza das organizações (Kuhn, 2020). Para Morin (1996), um paradigma representa uma relação “muito forte”, podendo ser classificado como uma conjunção ou disjunção, sendo aparentemente de natureza lógica.

Burrell e Morgan (1979), ao analisarem os diversos paradigmas que podem ser utilizados na área de administração, criaram um *Framework*, baseando-se em duas dimensões: ciência social e natureza da sociedade. A dimensão da ciência social classifica-se em objetiva e subjetiva. Já a dimensão de natureza da sociedade considera que diferentes teorias ocasionam perspectivas distintas. Assim, para Burrell e Morgan (1979), desde a década de 1950, há o domínio de duas escolas que dominam o pensamento sociológico: teoria da ordem e do conflito. Os autores propõem que as diferenças entre ordem e conflito sejam abordadas de forma mais explícita e radical e com uma terminologia diferente, levando à criação da segunda dimensão, qual seja a dimensão subjetiva.

A visão objetiva e a subjetiva consideram o aspecto ontológico, o epistemológico, a natureza humana e a natureza metodológica (Burrell & Morgan, 1979). Quanto aos aspectos ontológicos, a pesquisa objetiva é realista, isto é, a realidade externa existe por si mesma, sendo única e universal e pode ser mensurada com medidas objetivas, cujos resultados podem ser generalizados. Já a pesquisa subjetiva é nominalista, não sendo universal, com significado diferente para cada indivíduo, não é mensurada, e os resultados não podem ser generalizados. No aspecto epistemológico, os objetivos são considerados positivistas, cuja análise do fenômeno é de fora, atuando o indivíduo como observador. A visão subjetiva é considerada anti-positivista, sendo algo etéreo espiritual que permite aprender mais sobre o estoque do conhecimento, experimentando o fenômeno em análise (Burrell & Morgan, 1979).

A natureza humana se refere à relação entre os seres humanos e seus ambientes. Na visão objetiva, os seres humanos são considerados deterministas, pois respondem de forma determinista às questões do mundo externo e dos seres humanos, sendo as experiências consideradas produtos do meio ambiente. Já na visão subjetiva, os seres humanos são considerados voluntaristas, exercendo papel mais criativo, pois são criadores e influenciadores do seu ambiente. E, por fim, a natureza metodológica considera que diferentes ontologias, epistemologias e natureza humana levam os cientistas sociais para diferentes metodologias. Na visão objetiva, há os nomotéticos, cujas técnicas e protocolos seguem um rigor científico, havendo uso intenso de técnicas quantitativas para a análise dos dados. E, na visão subjetiva, os ideográficos consideram que o entendimento do mundo social é possível mediante o conhecimento obtido do sujeito sobre investigação, havendo uso intensivo de técnicas qualitativas (Burrell & Morgan, 1979).

Na segunda dimensão, tem-se a regulação (ordem), a qual explica a sociedade em termos que enfatizam a sua subalternidade, unidade e coesão. A principal preocupação é com o *status quo*, ordem social, integração e coesão social. Já a mudança radical busca o fornecimento de explicações sobre as mudanças, fundamentos estruturais do conflito, tendo a sociedade preocupação com a emancipação do homem em relação às estruturas que o limita. Logo, nessa dimensão, há preocupação com a mudança radical, conflito estrutural, modelos de dominação, privação e potencialidades (Burrell & Morgan, 1979).

Diante dessas duas dimensões, Burrell e Morgan (1979) propuseram a criação de um *Framework* para a determinação dos paradigmas em pesquisas sociais. Os quatro paradigmas são: funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical. Para melhor exemplificação da estrutura, a Figura 1 apresenta o desenho de como ficou o *Framework* proposto pelos autores.



Figura 1 - Framework de Burrell e Morgan (1979).

Fonte: Burrell e Morgan (1979, p. 22).

O paradigma funcionalista é a junção das dimensões objetiva e regulação. Nesse paradigma, os pesquisadores são positivistas e se preocupam em fornecer informações, principalmente, quanto ao *status quo* e à ordem social. A mudança é usada para manter a ordem e o equilíbrio da sociedade, cujos modelos usados normalmente trabalham com técnicas estatísticas e visam fornecer generalizações dos resultados encontrados (Burrell & Morgan, 1979). Segundo Baxter e Chua (2003) e Lukka (2010), as pesquisas em contabilidade, normalmente, estão mais concentradas nesse paradigma.

O próximo paradigma proposto por Burrell e Morgan (1979) é o interpretativista que, em essência, não é positivista e trabalha com o conceito de regulação da sociedade. Nesse paradigma, busca-se uma explicação por meio da subjetividade individual, visto que o mundo social é um processo emergente criado pelos indivíduos envolvidos. Há ainda uma preocupação com a teoria da regulação, buscando entender a essência do cotidiano humano.

Em sequência, tem-se o paradigma humanista radical que, assim como o interpretativista, é focado no subjetivo. Nesse paradigma, há uma crítica sobre o homem ser dominado por uma superestrutura ideológica com a qual interage. Para os teóricos, a sociedade é considerada como anti-humana e se preocupa com a articulação de formas pelas quais o homem possa transcender os laços espirituais e correntes que vinculam os padrões sociais existentes (Burrell & Morgan, 1979).

E o último paradigma apresentado por Burrell e Morgan (1979) é estruturalista radical que, na dimensão natureza da ciência social, utiliza-se do polo objetivo, sendo os teóricos positivistas. Em decorrência de estar no polo da mudança

radical, os teóricos se preocupam em fornecer explicações sobre mudança radical, conflito estrutural, modo de dominação e contradições. Os pesquisadores exploram as ideias de Marx e Weber, gerando a teoria do conflito. Para Marx, os indivíduos são agentes passivos diante de uma forte estrutura de poder dominante e, por isso, devem se libertar das políticas radicais.

Na área contábil alguns estudos foram desenvolvidos aplicando e/ou analisando a aplicação do modelo de Burrell e Morgan (1979). Kakkuri-Knuuttila *et al.* (2008) analisaram, com base na perspectiva da filosofia naturalista da ciência, os estudos interpretativistas em contabilidade gerencial, de forma especial aprofundaram na discussão do estudo de Dent (1991). Kakkuri-Knuuttila *et al.* (2008) focaram na relação entre a pesquisa interpretativa e a dicotomia subjetivo/objetivo que aparece na literatura metodológica das ciências sociais. A análise dos autores sugerem que apesar da existência de características subjetivistas únicas nas pesquisas interpretativas percebe-se que esses estudos englobam características objetivistas, o que leva a contrapor a crítica típica da teoria social da pesquisa contábil, de que ela não reflete a realidade. Os autores também criticam a percepção de Morgan e Burrell (1979) à rotulação da ontologia ao paradigma interpretativo como nominalismo. Isso porque o nominalismo é um dos traços mais marcantes dos positivistas do Círculo de Viena, sendo enfatizado por eles o elemento objetivista do nominalismo.

Damayanti (2014) realizou estudo com o propósito de explicar como um paradigma pode afetar os resultados da pesquisa e como um paradigma aparentemente não é mais relevante para responder a uma prática, especialmente na pesquisa contábil comportamental. Os autores também tentaram descrever qual paradigma é mais apropriado para o desenvolvimento de pesquisa em contabilidade comportamental. Baseando-se no paradigma interpretativista em contabilidade comportamental é mais adequado, sendo que esse apresenta vantagens e desvantagens ao ser comparado com o positivismo, levando a importância da colaboração entre os dois. A pesquisa em contabilidade comportamental evidencia que há uma incapacidade dos resultados em reduzir a lacuna da pesquisa com a realidade das práticas contábeis. O paradigma positivista não é considerado o mais relevante, visto que as características são focadas no subjetivismo, isto é, em paradigma não-positivista.

Azevedo, Barbosa, Consoni e Espejo (2020) analisaram as dissertações na linha de contabilidade gerencial no triênio (2009-2011) no Brasil. Os resultados evidenciaram que 60% das dissertações apresentam postura ontológica realista e 40% nominalista, com predominância dos estudos no paradigma funcionalista. O paradigma funcionalista tem predominância nos Programas de Pós-graduação (PPGs,) da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo essas aquelas com maior número de dissertações com foco em contabilidade gerencial na amostra. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e Universidade de São Paulo (USP) têm o maior número de dissertações desenvolvidas na área com ênfase no paradigma interpretativista.

Bilhim e Gonçalves (2021) mediante um ensaio objetivaram proporcionar uma reflexão a respeito do paradigma positivista na investigação em contabilidade, bem como apresentar a relevância da adoção de abordagens alternativas. Na visão dos autores, a maioria dos estudos encontra-se no paradigma funcionalista, visto que os estudos estão focados na teoria clássica da administração. Para isso, pesquisadores em Ciências Contábeis consideram as organizações como fenômenos empíricos estáveis que apresentam ou devem apresentar objetivos unitários com foco na maximização do lucro, sendo a natureza humana tratada como essencialmente passiva. Bilhim e Gonçalves (2021) concluem que todos os paradigmas em contabilidade são legítimos e, por isso, não deveriam ser ostracizados. Eles ainda ressaltam que é necessário que haja uma coerência epistemológica entre o problema de estudo e a sua abordagem epistemológica utilizada pelos autores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dada a dimensão subjetiva inerente à compreensão da realidade por parte dos autores desta pesquisa e levando em conta o entendimento de que a mesma decorre da ação humana, fluindo mediante um contexto social, o presente estudo adota a abordagem paradigmática interpretativa, baseando-se na compreensão de Burrell e Morgan (1979). Para o atendimento do objetivo proposto, optou-se pelo emprego de uma análise empírica junto aos artigos aprovados e publicados nos Anais do 3º Congresso UFU de Contabilidade. Como foco das análises, empregaram-se as considerações do modelo paradigmático das Ciências Sociais de Burrell e Morgan (1979), o qual foi utilizado para fundamentar as compreensões epistemológicas que nortearam as pesquisas do referido congresso.

Cabe ressaltar que todos os artigos analisados compõem o grupo de estudos aprovados e publicados durante o 3º Congresso UFU de Contabilidade. Portanto, conforme as diretrizes científicas do evento, esses artigos passaram por avaliação cega por pares, visando à garantia da adequação científica dos conteúdos dos mesmos, o que inclui os elementos de ordem epistemológica. Dessa forma, a análise empreendida neste estudo tomou a descrição das opções metodológicas dos autores de cada artigo publicado no evento como válidas e plenamente aceitáveis para os temas abordados, não sendo tecidas análises no sentido de considerar quaisquer falhas na concepção, execução ou aplicabilidade de cunho teórico, metodológico ou analítico.

Tendo em vista a intenção de empregar as descrições das visões paradigmáticas de Burrell e Morgan (1979) nos artigos selecionados, foi realizada uma pesquisa descritiva. Assim, foram descritas as características relativas a uma população específica ou fenômeno estudado (Gil, 2008), a partir de categorias como quantidade de autores, estado de origem dos autores, paradigma adotado, abordagem e teoria utilizada pela pesquisa.

A busca por entendimentos em profundidade sobre os preceitos epistemológicos deliberados pelos autores que publica-

ram estudos no 3º Congresso UFU de Contabilidade conduziram os autores a realizar o estudo em tela mediante o emprego da abordagem qualitativa, tal como descrito por Malhotra (2011). Tal entendimento sustenta-se também na visão de Gerhardt e Silveira (2009), visto a necessidade notada pelos autores de que o estudo apresenta explicações que vão além da quantificação de elementos vinculados aos textos, abarcando também os valores e as trocas simbólicas não métricas, além de se valer de diferentes abordagens.

O estudo constitui-se em uma análise documental sobre artefatos de ordem bibliográfica, sendo uma opção que, conforme Moreira (2005) fundamenta-se na verificação de documentos mediante a extração de um entendimento que permita identificar, organizar, localizar e avaliar os conteúdos que formam esses documentos, concebendo uma contextualização dos fatos. Outro aspecto considerado pelos autores é o fato apontado por Pimentel (2001, p. 179), o qual ressalta que, na análise documental, “são descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise”. Essa visão é corroborada por Helder (2006, p. 1) ao considerar que a pesquisa documental “vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”.

Os 78 artigos aprovados e publicados no 3º Congresso UFU de Contabilidade, em ordem decrescente de frequência, classificaram-se nas seguintes áreas temáticas:

Tabela 1 - Quantidade de artigos apresentados por área temática

Área temática	Artigos (Σ)
Educação e Pesquisa em Contabilidade	22
Contabilidade para Usuários Externos	18
Controladoria e Contabilidade Gerencial	13
Mercado Financeiro, de Crédito e de Capitais	12
Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor	9
Auditoria e Perícia	4
Total	78

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise teve como objeto as seguintes categorias: 1) aspectos ontológicos: onde a pesquisa pode ser objetiva, assumindo que realidade externa existe por si mesma, sendo única e universal e podendo ser mensurada com medidas objetivas, cujos resultados podem ser generalizados; ou subjetiva, não universal, com significados diferentes para cada indivíduo, sendo que seus resultados não podem ser generalizados; 2) aspectos dimensionais: dimensão da regulação (ordem), que tem como principal característica a preocupação com a ordem social, o *status quo* e com a integração e coesão social. Ou a dimensão da mudança radical, onde há uma preocupação com a mudança radical, conflito estrutural, modelos de dominação, privação e potencialidades; 3) aspecto epistemológico: onde os objetivos são considerados positivistas, cuja análise do fenômeno é de fora, atuando o indivíduo como observador. Já na visão subjetiva é considerada anti-positivista, sendo algo etéreo espiritual que permite aprender mais sobre o estoque do conhecimento, experimentando o fenômeno em análise (Burrell & Morgan, 1979).

A Tabela 2 apresenta as características usadas para a classificação do artigo em cada paradigma.

Tabela 2 – Características analisadas nos artigos para classificação do paradigma

Paradigma	Características
Funcionalista	<ul style="list-style-type: none"> i) pesquisas que se preocupam em fornecer informações, principalmente, quanto ao <i>status quo</i>, a ordem social e a natureza reguladora; ii) pesquisas que utilizam técnicas estatísticas, conhecimento pragmático e sistêmico, explicativo e preditivo de uma realidade externa ao pesquisador; iii) pesquisas cujas estruturas não dependem do indivíduo, visto que ele pode mediante a investigação descobrir, mas não criar o mundo social, sendo este relativamente imutável.
Interpretativista	<ul style="list-style-type: none"> i) estudos em essência não positivistas e trabalha com o conceito de regulação da sociedade; ii) estudos focados na explicação do <i>status quo</i> e da ordem social, mediante a análise da experiência subjetiva do indivíduo, com ênfase na análise qualitativa por meio de estudos etnográficos e de história de vida; iii) estudos focados no mundo social e essencialmente relativista, sendo que podem ser entendidos a partir dos indivíduos que estão envolvidos nos fenômenos a serem estudados, cuja compreensão da realidade ocorre a partir de um quadro de referência dos participantes.

Paradigma	Características
Humanista radical	i) pesquisas focadas no subjetivo, em que haja uma crítica sobre o homem ser dominado por superestruturas ideológicas com o qual interage; ii) pesquisas nas quais o indivíduo cria o mundo social em que vive a partir de estruturas de dominação e alienação; iii) pesquisas com ênfase na importância de transcender as limitações ideológicas e arranjos sociais existentes, com o uso principalmente da análise qualitativa por meio de estudos etnográficos e de história de vida.
Estruturalista radical	i) estudos buscam fornecer explicações sobre mudança radical, conflito estrutural, modo de dominação e contradições, utilizando-se de pesquisas objetivas; ii) estudos que focam que as estruturas não dependem do indivíduo, ele pode através da investigação descobrir, mas não criar o mundo social, sendo este relativamente imutável. iii) estudos que tratam o conhecimento como um processo essencialmente cumulativo, sendo usadas técnicas estatísticas, conhecimento pragmático e sistêmico, explicativo e preditivo de uma realidade externa ao pesquisador.

Fonte: Elaborado a partir de Burrell e Morgan (1979).

Para proceder à classificação, foram executadas as seguintes etapas: i) leitura do título do artigo; ii) leitura do resumo; iii) identificação da questão de pesquisa e objetivos; iv) identificação dos procedimentos metodológicos; v) leitura do referencial teórico; e, finalmente, vi) classificação das pesquisas conforme as categorias de análise (os quatro paradigmas de Burrell e Morgan (1979)). Para reduzir possíveis vieses de interpretação, os pesquisadores adotaram os seguintes procedimentos: 1) leitura individual do artigo por cada um dos autores; 2) discussão entre os autores sobre dúvidas geradas; 3) revisão final conjunta pelos autores.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 Sobre o Congresso UFU de Contabilidade

Após três edições da Mostra de Pesquisa em Contabilidade da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) ocorreu em 2015 o I Congresso UFU de Contabilidade. Esse evento foi uma parceria entre a Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC), o Programa de Ensino Tutorial (PET) e o Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCC). Na sua primeira edição, no mês de outubro de 2015, o evento contou com palestras, mesas redondas, oficinas e apresentações de trabalhos especiais e convencionais, totalizando 58 trabalhos apresentados, inseridos nas seguintes áreas temáticas: Controladoria e Contabilidade Gerencial; Contabilidade para Usuários Externos; Mercados Financeiro, de Crédito e de Capitais; Educação e Pesquisa em Contabilidade; e Controladoria e Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A segunda edição foi realizada em outubro de 2017 e novamente, o evento contou com diversas palestras, mesas redondas, oficinas e apresentações de trabalhos, totalizando 60 trabalhos apresentados. Houve uma ampliação das áreas temáticas que, além daquelas já existentes no primeiro evento, passaram a abordar estudos com foco em Auditoria e Perícia. Já a terceira edição do Congresso UFU de Contabilidade, que tem os trabalhos adotados como foco de análise desta pesquisa, aconteceu no ano de 2019, também no mês de outubro, e seguiu o mesmo formato das edições anteriores, com um total de 78 trabalhos publicados, ou seja, um aumento de 30% em relação à edição anterior. Nessa edição do congresso, houve, pela primeira vez, a realização de um consórcio doutoral e mestral. Ao longo dos anos e das edições do congresso, nota-se uma ampliação das atividades realizadas e um aumento dos trabalhos apresentados, sugerindo uma consolidação do congresso no meio científico e acadêmico.

4.2 Sobre os resultados da análise

A pesquisa constituiu-se, fundamentalmente, da análise dos 78 artigos apresentados no 3º Congresso UFU de Contabilidade. O primeiro aspecto observado é que apenas um artigo, submetido à área de Controladoria e Contabilidade Gerencial, apresentou autoria individual, quando todos os outros 77 artigos são pesquisas de dois ou mais autores. A área temática com maior frequência de publicados foi a de Educação e Pesquisa em Contabilidade, com 22 artigos, que corresponde a 28,2% do total de trabalhos aprovados e publicados no congresso. Enquanto Auditoria e Perícia, foi a área temática com menos trabalhos com apenas 4 artigos, o que corresponde a 5,1% dos trabalhos analisados. Esse resultado permite algumas observações interessantes: a área de Educação e Pesquisa em Contabilidade é a que contém maior número de artigos; por outro lado evidencia a possibilidade para discussões de pesquisas cujo objeto se insira em temáticas relativas à Auditoria e Perícia, fundamentais em nosso entendimento, uma vez que a primeira tem o papel de atestar a qualidade da informação contábil e a segunda tem importância pelo seu auxílio em questões que exigem um parecer profissional.

Outro aspecto analisado refere-se ao estado de origem dos autores, considerando que cada autor poderia submeter até três artigos para o congresso. Cabe ressaltar que a análise focou na totalidade de artigos, por isso autores que tiveram mais de um artigo publicado aparecem mais de uma vez nessa contagem. A Tabela 3 demonstra a relação dos estados de origem e a quantidade de autores por estados, considerando todos os artigos.

Tabela 3 - Descrição do quantitativo de autores por estado da federação

Região	Estados	Quantidade de autores
Centro-Oeste ($\Sigma=47$)	Goiás	32
	Mato Grosso	05
	Mato Grosso do Sul	06
	Distrito Federal	04
Nordeste ($\Sigma=8$)	Bahia	08
Norte ($\Sigma=6$)	Pará	06
	Espírito Santo	12
Sudeste ($\Sigma=142$)	Minas Gerais	113
	Rio de Janeiro	01
	São Paulo	16
Sul ($\Sigma=17$)	Paraná	11
	Rio Grande do Sul	6

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao todo, houve a participação de pesquisadores de onze estados mais o Distrito Federal, concentrando-se a maior parte dos autores e autoras (142). Esse fato já era esperado, uma vez que o congresso acontece na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. A participação de pesquisadores da instituição promotora do congresso e de outras instituições do estado próximas a Uberlândia podem justificar a maior frequência de autorias na região, sendo que o estado de Minas Gerais concentra 113 autores e autoras; mas por outro lado ainda revela certa endogenia, visto que 30 artigos dos 78 publicados são de pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia. Goiás e São Paulo concentram, respectivamente, 32 e 16 autores e autoras. Considerando que Minas Gerais faz divisa com esses dois estados, a aproximação geográfica também pode ajudar a explicar esses números. Por fim, vale destacar a participação de pesquisadores de estados de todas as regiões geográficas brasileiras o que contribui para a ampliação das fronteiras do congresso, ressaltando sua importância na divulgação da pesquisa em contabilidade.

Quanto à análise do conteúdo dos artigos, destaca-se que nenhum artigo teve como preocupação evidenciar os aspectos ontológicos e epistemológicos da pesquisa. Embora não seja uma obrigação fazê-lo, considera-se que a ausência dessas reflexões na totalidade dos artigos traz algumas inquietações. A principal delas pode ser a falta de conhecimento sobre esses aspectos da pesquisa, o que leva os pesquisadores a se preocuparem apenas com elementos metodológicos e ignorarem os fatores ontológicos e epistemológicos que são fundamentais para a construção e o entendimento da pesquisa científica. Para Japiassu (1986, p. 26), os aspectos ontológicos e epistemológicos são importantes para “[...] refletir sobre os métodos, a significação cultural, o lugar, o alcance e os limites do conhecimento científico”. Dessa forma, a reflexão e a compreensão da produção do conhecimento científico se fazem necessária para abordar o contexto de elaboração das pesquisas, além de seus métodos e teorias.

Outra observação refere-se ao uso de alguma teoria científica para embasamento das pesquisas. Dos 78 trabalhos analisados, somente 19 deixaram explícito o aporte teórico usado ao longo do texto. Algumas das teorias mais utilizadas nesses artigos foram: Teoria da Agência, Teoria da Irrelevância e Relevância dos dividendos, Teoria de Markowitz, Teoria das Restrições e Teoria do Comportamento Planejado.

As abordagens metodológicas utilizadas nos artigos também foram analisadas, confirmando-se que a maioria deles apresentam abordagem quantitativa, seguidos de trabalhos com abordagem quanti-qualitativa e, com menor frequência, artigos qualitativos, cuja frequência é vista no Gráfico 1.

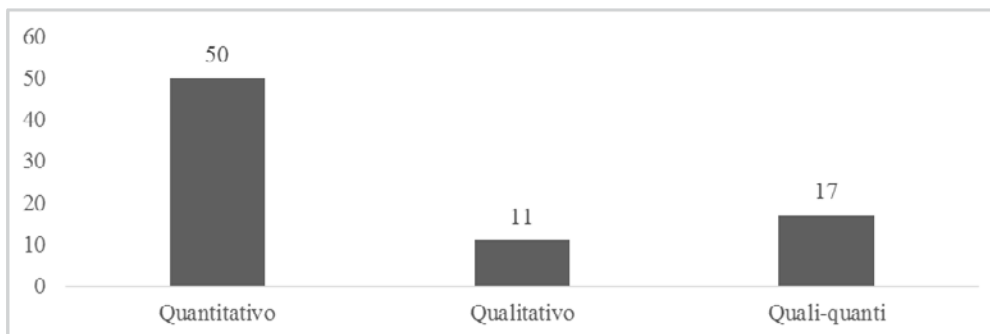


Gráfico 1 - Abordagens metodológicas das pesquisas publicadas no 3º Congresso UFU de Contabilidade

Fonte: Elaborado pelos autores

Os artigos com abordagem quantitativa representam 64,1% do total, seguidos de 21,8% de trabalhos com abordagem quanti-qualitativa e 14,1% com abordagem qualitativa. Cabe evidenciar que todos os trabalhos de caráter quantitativo se enquadram no paradigma funcionalista, como era de se esperar, visto que esse é o *mainstream* contábil, e a maioria dos artigos com abordagem quanti-qualitativa também se encaixa nesse paradigma.

Para Chua (1986) o *mainstream* contábil assumiu um conjunto de pressupostos ontológicos sobre questões científicas elementares que envolvem o que é a realidade, como se dá o acesso à verdade e qual o tipo de raciocínio científico que deve ser empregado na produção do conhecimento. Ao eleger esses pressupostos como a maneira padrão de se praticar a ciência contábil, automaticamente excluiu-se uma série de outros problemas a serem considerados e de métodos a serem empregados.

Baker e Bettner (1997) consideram que ao longo dos anos formou-se uma ciência contábil baseada no positivismo, fomentada exclusivamente em métodos quantitativos. Para os autores, na maioria dos casos, essa combinação produziu conhecimentos limitados à legitimação do poder institucional, fortalecendo mitos, mascarando conflitos e perpetuando uma ordem social falsa, não condizente com a realidade.

Alguns trabalhos com abordagem caracterizada como qualitativa, curiosamente, trazem na sua metodologia e na discussão dos resultados elementos que, na sua essência, são positivistas, configurando-se, assim, como trabalhos também ancorados no paradigma funcionalista.

Como exemplo de uma contradição entre a abordagem metodológica declarada e aquela efetivamente usada, tem-se um artigo da área de Controladoria e Contabilidade Gerencial que se classifica como um estudo qualitativo, justificando-se por uma análise mais profunda do objeto em estudo. Porém, o referido estudo traz uma fórmula para orientar a coleta de dados e posteriormente, apresenta diversos gráficos e tabelas com índices contábeis como forma de análise dos dados, apresentando, ao final, meia lauda de discussões dos resultados resgatando o que já fora apresentado anteriormente nas tabelas e nos gráficos. Nota-se que não há uma análise profunda do objeto de estudo como descrito pelos autores, não se configurando estritamente uma abordagem qualitativa interpretativista dos resultados.

Sobre isso, Martins (2008, p.5) ressalta que “[...] a função essencial da epistemologia consiste em submeter a prática dos cientistas a uma reflexão que toma por objeto as ciências em vias de se fazerem, em seu processo de gênese, de formação e de estruturação progressiva.” Assim, o pesquisador deve se atentar as questões ontológicas e epistemológicas, a fim de superar possíveis insuficiências e vieses dessa produção.

Os pressupostos de cada paradigma do modelo de Burrell e Morgan (1979) - funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical - foram considerados como categorias para a análise dos 78 artigos usados como fonte documental. O Gráfico 2 evidencia a categorização dos referidos artigos, com a respectiva frequência:

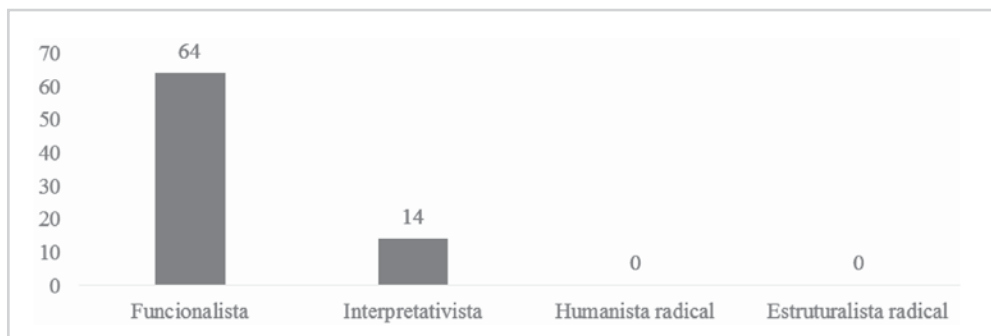


Gráfico 2 - Paradigmas das pesquisas publicadas no 3º Congresso UFU de Contabilidade, conforme metodologia de Burrell e Morgan (1979)

Fonte: Elaborado pelos autores.

No modelo paradigmático de Burrell e Morgan (1979), a ontologia é dividida em realista e nominalista. Para os autores, pesquisas que trazem uma postura realista são embasadas em uma epistemologia positivista e no uso de metodologias nomotéticas. De maneira contrária, quando apoiadas em uma postura nominalista, as pesquisas adotam uma epistemologia anti-positivista e metodologia ideográfica.

Como observado (Gráfico 2), 82% das pesquisas, ou 64 artigos se enquadram no paradigma funcionalista, caracterizado por ontologia realista e por epistemologia positivista. Já os outros 14 artigos configuram-se como interpretativistas (18%), trazendo uma ontologia nominalista e uma epistemologia anti-positivista. Dentre os artigos analisados, não há nenhum que explore a mudança radical caracterizada pelos paradigmas humanista radical e estruturalista radical. Todos os artigos tratam da dimensão da regulação (ordem), a qual explica a sociedade em termos que enfatizam a sua subalternidade, unidade e coesão. Sendo assim, entende-se que a principal preocupação é com o *status quo* e com a ordem social estabelecida, não existindo uma preocupação com uma transformação social e com elementos que fomentem uma mudança comportamental.

Ao tratar da contabilidade gerencial, Lourenço e Sauerbronn (2016) evidenciam em seu estudo aspectos que podem ser traduzidos para todo o campo da contabilidade, e suas reflexões, ainda atuais, refletem e corroboram os achados desta pesquisa. As autoras (2016, p. 117) ressaltam que:

Se pensarmos nas perspectivas possíveis para investigações em contabilidade gerencial no Brasil – *mainstream*, interpretativa, crítica – podemos indubitavelmente afirmar que pesquisas interpretativas e críticas ocupam um espaço reduzido, e a despeito de pouco ter sido desenvolvido até o momento a partir dessas abordagens teóricas, o cenário revela uma importante lacuna a ser preenchida por pesquisadores da área. Pesquisas interpretativas e críticas exigem, do pesquisador, metodologias e habilidades diferentes daquelas que normalmente são utilizadas em pesquisas com uma configuração positivista. Estas perspectivas têm oportunizado compreender a contabilidade gerencial para além dos números, e permitido entender como questões como poder, estrutura, agência e tecnologias se produzem e reproduzem no dia-a-dia das organizações.

Dessa forma, na confluência das análises realizadas a partir dos trabalhos apresentados no congresso e das reflexões das autoras, vislumbra-se um caminho a ser desenvolvido, suscitando à amplificação do debate nas Ciências Contábeis mediante a utilização dos paradigmas interpretativista, humanista radical e estruturalismo radical. O paradigma funcionalista, caracterizado por uma epistemologia positivista, conhecida como *mainstream* contábil e fomentada pelo uso de teorias positivas para “explicar” e “prever”, configura esse tipo de pesquisa, que hoje é conhecida por “investigação quantitativa e analítica” e teve predominância nos artigos publicados no congresso (82%).

Essa constatação converge com as características do campo contábil, visto que a maioria da contabilidade convencional está alocada nessa área mais objetiva e reguladora do paradigma funcional. Por esse paradigma, as organizações são entendidas como fenômenos empíricos estáveis, cujo objetivo principal é a maximização do lucro e a natureza humana é tida como racional e instrumental e essencialmente passiva (Bilhim & Gonçalves, 2021). Os mesmos autores destacam que:

Os investigadores da ciência contábil, que perfilam a abordagem epistemológica dominante, presumem que a investigação se preocupa com o desenvolvimento de técnicas e tecnologias de gestão, que as teorizações abstratas e questões sociais pertencem ao domínio de outros. No entanto, esta distinção não deixa de ser artificial e pode conduzir a um empobrecimento da compreensão do conhecimento contábil como pode ter repercussões na relevância e utilidade da investigação em contabilidade (Bilhim & Gonçalves, 2021, p.31).

Sobre esse aspecto, Lourenço e Sauerbronn (2016) e Homero Junior (2017a) já ressaltaram que a abertura de novos horizontes para além do paradigma funcionalista dominante se faz necessária. Porém, essa abertura é restringida por fatores como a carência de orientadores com capacitação e disposição para orientar pesquisas fora do *mainstream* contábil e a ausência de núcleos interdisciplinares dentro das universidades que contemplem a diversidade paradigmática mediante os processos sociais, políticos e culturais. Junto a isso, há também a falta de políticas editoriais das revistas científicas contábeis para a ampliação de pesquisas que trabalhem com outras abordagens que não a dominante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou empiricamente quais pressupostos epistemológicos nortearam as pesquisas aprovadas, e publicadas nos anais do 3º Congresso UFU de Contabilidade, em um total de 78 artigos. A partir do *Framework* de paradigmas de Burrell e Morgan (1979) os resultados permitem concluir que a maioria (82%) dos estudos publicados nos anais do 3º Congresso UFU de Contabilidade são positivistas, sendo os outros 18% interpretivistas.

A inexistência de pesquisas que utilizaram os paradigmas humanismo radical e estruturalismo radical e a pouca frequência do paradigma interpretativista apontam que o conhecimento socializado na terceira edição do congresso UFU de Contabilidade, em sua maioria, tem sido gerado apenas pelo paradigma positivista dominante e reflete o *mainstream* da área contábil. Entende-se que pesquisas cujas análises utilizem outros paradigmas poderiam ajudar no avanço do conhecimento contábil, sendo que os resultados nesta pesquisa revelam a necessidade da ampliação paradigmática dos trabalhos apresentados não apenas no congresso, mas em todo o campo científico contábil.

As constatações, resultantes da análise realizada nesta pesquisa, apontaram fragilidades no tocante aos aspectos ontológicos e epistemológicos dos artigos analisados e permitem reflexões e algumas sugestões para reduzir tais fragilidades. Entre as reflexões, este estudo pode contribuir para que pesquisadores e pesquisadoras, ao realizarem estudos futuros, reflitam sobre a essencialidade de considerar o paradigma de seu estudo, identificá-lo e embasarem suas discussões nos pressupostos desse paradigma. Para tanto, entende-se que a capacitação dos pesquisadores, seja com discussões na pós-graduação, criação de núcleos de pesquisas interdisciplinares interinstitucionais e discussões nos eventos científicos, pode lançar mais luz sobre o assunto.

Ainda com relação à inexistência de posicionamento ontológico e epistemológico em pesquisas científicas da área contábil, entende-se que os periódicos, como fonte de publicação e socialização permanente de conhecimento poderiam apresentar editoriais abordando a temática. Também poderia incluir em suas normas ou em diretrizes para a submissão a necessidade de evidencição dos paradigmas e ontologia das pesquisas, de forma que as discussões se ancorassem e revelassem os pressupostos ontológicos e epistemológicos.

Este estudo contribui com a área de pesquisa sobre a importância da inclusão da análise epistemológica, sendo que evidencia uma lacuna a ser explorada. Isso porque os estudos em sua maioria são positivistas, e, que outras abordagens epistemológicas podem auxiliar no desenvolvimento da pesquisa contábil. Conforme se percebe em estudos anteriores (Azevedo, Barbosa, Consoni, & Espejo, 2020; Baxter, & Chua, 2003; Lourenço, & Sauerbronn, 2016; Lukka, 2010), a maioria analisa a aplicação de outros paradigmas na área de contabilidade gerencial, porém em nossa visão, isso deve avançar para outras áreas, principalmente para estudos em contabilidade financeira. Portanto, pesquisadores poderiam desenvolver estudos com foco em pesquisa naturalista, alternativa radical, abordagens foucaultianas e latourianas (Baxter, & Chua, 2003), entre outras.

Este estudo se limita ao 3º Congresso UFU de contabilidade, e, por isso, não podemos afirmar que em outros eventos/periódicos da área contábil, a realidade seja semelhante/diferente. Apesar de estudos anteriores evidenciarem que há maior concentração de estudos positivistas, faz-se relevante analisar outros congressos e revistas, uma vez que nos últimos anos foram desenvolvidos estudos criticando as limitações do paradigma dominante e evidenciando a importância de estudos envolvendo outros paradigmas (Lourenço & Sauerbronn, 2016; Homero Junior, 2017a; 2017b; Bilhim & Gonçalves, 2021).

Como implicações práticas, o estudo evidencia aos pesquisadores em Contabilidade a importância do desenvolvimento de pesquisas em paradigmas alternativos ao positivismo. Outra implicação prática do estudo, é que ele contribui com os pesquisadores ressaltando que ao desenvolver os aspectos metodológicos das pesquisas, estes podem apresentar o posicionamento paradigmático do estudo. Essa análise já evidencia ao leitor qual é a postura epistemológica e ontológica do estudo.

É nesse sentido que as barreiras para a abertura de novos horizontes para além do paradigma dominante dentro da contabilidade poderão ser vencidas. Não se trata de rejeitar ou excluir o paradigma funcionalista, mas, sim, de aumentar a reflexividade da pesquisa contábil, superando seus usos e limitações, bem como fomentando o surgimento de novas áreas de pesquisa por meio de múltiplas perspectivas de estudo. Para trabalhos futuros, sugere-se manter um estudo longitudinal, não apenas no Congresso UFU de Contabilidade, mas em outros eventos científicos da área contábil, a fim de realizar análises epistemológicas e compreender como o campo da pesquisa contábil tem se movimentado.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, S. U., Barbosa, J. S., Consoni, S., & Espejo, M. M. S. B. (2020). Postura ontológica da pesquisa em contabilidade gerencial. *Braz. J. of Bus.*, 2(3), 2927-2947.
- Baker, C. R., & Bettner, M. S. (1997). Interpretive and critical research in accounting: a commentary on its absence from mainstream accounting research. *Critical perspectives on Accounting*, 8(4), 293-310.
- Baxter, J., & Chua, W. F. (2003). Alternative management accounting research - whence and whither. *Accounting, Organizations and Society*, 28(2-3), 97-126.
- Beuren, I. M. I. (2013). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade*. São Paulo: Editora Atlas SA.
- Bilhim, J. A. F., & Gonçalves, A. O. (2021). Abordagens Epistemológicas e Pluralismo na Pesquisa em Contabilidade: para além do paradigma dominante. *Public Science & Policies*, 7(1), 28-44.
- Borges, E. F., Rodrigues, J. M., Silva, C. A. T., & Santana, C. M. (2011). Paradigmas na pesquisa contábil no Brasil: um estudo epistemológico sobre a evolução nos trabalhos de programas de pós-graduação em ciências contábeis. *ConTexto*, 11(19), 21-30.
- Bruyne, P. de., & Herman, J., & Schouth, M. (1982). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Botelho, D. R. (2012). *Epistemologia da pesquisa em contabilidade internacional: enfoque cultural-reflexivo* (Tese de Doutorado, Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN). Retirado de <https://bit.ly/3tmlgFG>.
- Burrell, G., & Morgan, G. (2017). *Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life*. Aldershot: Heinemann Educational Books.
- Castanõn, G. (2007). *Introdução à epistemologia*. São Paulo: EPU.
- Chua, W. F. (1986). Radical developments in accounting thought. *The Accounting review*, 61(4), 601-632.
- Dalarosa, A. Â. (2008). Epistemologia e Educação: articulações conceituais. *Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes*, 16(2), 343-350.
- Damayanti, T. W. (2014). Nonpositivism in Behavioral Accounting Research: Initiated a Collaboration of Paradigm. *International Journal of Management Excellence*, 3(1), 320-325.
- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>
- Frezatti, F., Nascimento, A. R. D., & Junqueira, E. (2009). Desenvolvimento da pesquisa em Contabilidade Gerencial: as restrições da abordagem monoparadigmática de Zimmerman. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(49), 6-24. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000100002>
- Gamboa, S. A. S. (1987). A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In Fazenda, I. (Org.), *Metodologia da pesquisa educacional* (91-115). São Paulo: Cortez.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e de grupos. In Bauer, M. W; Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som. Um manual prático* (64-89). Petrópolis: Vozes.
- Gioia, D. A., & Pitre, E. (1990). Multiparadigm perspectives on theory building. *Academy of management review*, 15(4), 584-602.
- Helder, R. R. (2006). *Como fazer análise documental*. Porto: Universidade de Algarve.
- Hernández, J. D. C. (2018). Exhortación por una perspectiva crítica de investigación en contabilidad coherente. *Revista Visión Contable*, 17(1), 159-184.
- Homero Junior, P. F. (2017a). A constituição do campo científico e a baixa diversidade da pesquisa contábil brasileira. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(3), 314-328. <https://doi.org/10.17524/repec.v11i3.1565>
- Homero Junior, P. F. (2017b). Paradigma e ordem do discurso da pesquisa contábil brasileira. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 10(1), 39-053. 10.14392/ASAA.2017100103
- Ikuno, L. M. (2011). *Uma análise bibliométrica e epistemológica das pesquisas em contabilidade internacional: um estudo em periódicos internacionais de língua inglesa*. (Dissertação - Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.
- Japiassu, H. (1986). *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Japiassu, H., & Marcondes, D. (2008). *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Kakkuri-Knuuttila, M.-J., Lukka, K. & Kuorikoski, J. (2008). Straddling between paradigms: A naturalistic philosophical case study on interpretive research in management accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 33(2-3), 267-291.
- Kuhn, T. (2020). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Lourenço, R. L., & Sauerbronn, F. F. (2016). Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(28), 99-122. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n28p99>

- Lukka, K. (2010). The roles and effects of paradigms in accounting research. *Management Accounting Research*, 21(2), 110-115. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2010.02.002>
- Major, M. J. (2017). O positivismo e a pesquisa 'alternativa' em Contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 173-178. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201790190>
- Martins, G. D. A. (2008). Epistemologia da pesquisa contábil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48, Editorial), 1-5. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000300001>
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de pesquisa*, 114, 179-195. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008>
- Queiroz, J. J. (2005). A importância e o lugar de teoria na pesquisa. *Cadernos de Pós-Graduação*, 4, 13-17.
- Souza, I. G. D. A. (2005). Uma análise das abordagens epistemológicas e metodológicas da pesquisa contábil no programa do mestrado multiinstitucional em ciências contábeis. (Dissertação-Mestrado em Ciências Contábeis), Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UnB, UFPB, UFPE e UFRN.
- Tesser, G. J. (1994). Principais linhas epistemológicas contemporâneas. *Educar em revista*, 10, 91-98. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.131>
- Theóphilo, C. R. (2004). *Pesquisa em contabilidade no Brasil: uma análise crítico-epistemológica* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo). Retirado de <https://bit.ly/3qtallt>
- Theóphilo, C. R., & Iudicibus, S. (2005). Uma análise crítico-epistemológica da produção científica em contabilidade no Brasil. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 8(2), 147-175.

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA CONTABILIDADE: UMA ANÁLISE SOB A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES E PROFISSIONAIS CONTABILISTAS

GENDER STEREOTYPES IN ACCOUNTING: AN ANALYSIS FROM THE PERCEPTION OF ACCOUNTING STUDENTS AND PROFESSIONALS

O artigo foi aprovado e apresentado XXI USP International Conference in Accounting, realizado de 28/07 a 30/07 de 2021, em São Paulo (SP).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar a percepção de estudantes e profissionais contabilistas em relação aos estereótipos relacionados à imagem da mulher contadora. Para tanto, procedeu-se a aplicação de questionário adaptado de Silva, Silva, e Santos (2017), com estudantes e profissionais de contabilidade que residem em Mossoró-RN. Utilizando-se a estatística descritiva e os testes paramétricos de média (teste t), a fim de identificar as diferenças de percepção entre os dois grupos de respondentes. Os resultados indicam que as profissionais contábeis, foram estereotipadas positivamente como sendo responsáveis, criativas, organizadas, inteligentes, gentis, calmas e proativas. Além disso, por parte dos discentes, foi constatada a concordância de que enfrentam restrições de gênero, que sofrem preconceitos devido à sua condição feminina, além de reconhecer que a dupla jornada influencia seu desempenho. Na percepção dos profissionais, as oportunidades de trabalho são as mesmas para homens e mulheres na área contábil. O estereótipo beleza influencia no crescimento profissional da mulher, e o assédio existe por ser considerada como o “sexo frágil”. Quanto à dupla jornada de trabalho que precisam conciliar, os homens acreditam que essa realidade possa influenciar no seu desempenho profissional, e as mulheres não. Já no ponto sobre a mulher ser mais disciplinada nas atividades rotineiras, os homens discordaram, enquanto as mesmas concordaram. Por fim, não se observou a existência de preconceito quanto à capacidade da mulher na finalização de trabalhos, mas acreditam que estas tendem a ser mais criteriosas ao assumir riscos, além de buscar oportunidades de emprego que proporcione maior estabilidade.

Palavras-chave: Gênero; Estereótipo; profissionais contabilistas.

ABSTRACT

The present study aims to identify the perception of accounting students and professionals in relation to stereotypes related to the image of women accountants. To this end, a questionnaire adapted from Silva, Silva, and Santos (2017) was applied to students and accounting professionals residing in Mossoró-RN. Using descriptive statistics and parametric mean tests (t test) in order to identify differences in perception between the two groups of respondents. The results indicate that accounting professionals were positively stereotyped as being responsible, creative, organized, intelligent, kind, calm and proactive. In addition, the students agreed that they face gender restrictions, that they suffer prejudice due to their female condition, in addition to recognizing that the double shift influences their performance. In the perception of professionals, job opportunities are the same for men and women in the accounting area. The beauty stereotype influences women's professional growth, and harassment exists because it is considered the “weaker sex”. As for the double working hours they need to reconcile, men believe that this reality can influence their professional performance, and women do not. As for the point about women being more disciplined in routine activities, men disagreed, while women agreed. Finally, there was no prejudice regarding women's ability to complete work, but they believe that they tend to be more judicious in taking risks, in addition to seeking employment opportunities that provide greater stability.

Keywords: Gender; Stereotype; professional accountants.

Antônia Alcília Oliveira Silva

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: oliveira_alicia@hotmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2788-7898>

Jocykleber Meireles de Souza

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: jocykleber@live.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6300-4461>

Raimundo Marciano de Freitas Neto

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Ciências Contábeis pelo Multi-institucional e Inter-regional UnB / UFPB / UFRN. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: raimundomfn@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3319-6260>

Márcio César de Oliveira Quirino

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do EBTT do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: marciocesar25@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8328-1431>

1 INTRODUÇÃO

A participação feminina no mercado tem sido amplamente estudada. O processo de ingresso das mulheres no mercado de trabalho foi atravessado por dificuldades e barreiras. Mesmo com o aumento da participação nas organizações, as mulheres ainda enfrentam desigualdades, dificuldades e ausência de oportunidades (Zabotti, 2017).

Ao longo de todos os anos, a mulher sempre foi uma figura estereotipada de diversas formas, tanto no âmbito profissional, quanto em sua vida pessoal. No ambiente familiar, sempre foi vista como a escrava do lar, e ao homem devia obediência, e os seus serviços (Silva, 2010). Na educação, costumavam ser treinadas para exercer as funções de esposa e mãe, visando o casamento, e a procriação (Mota & Souza, 2012). E no ambiente profissional, eram impedidas por leis e culturas o exercício de uma profissão remunerada (Estevens & Neto, 2015).

Diante dessas variadas percepções em torno do gênero feminino, rótulos foram sendo destinados, sendo esses referidos como estereótipos (Wells, 2017). Os estereótipos de gênero dividem toda a espécie humana em dois grupos – homens e mulheres – e que se manifestam em duas formas, descritiva e prescritiva, influenciando fortemente como as pessoas devem ser a partir de seu sexo. O caráter descritivo caracteriza a representação cognitiva de como homens e mulheres são, e o caráter prescritivo, equivale a como homens e mulheres devem ser (Heilman, 2012).

A inserção da mulher no mercado de trabalho se deu através de profissões relacionadas aos dos trabalhos domésticos e com baixa remuneração, sendo assim de: empregadas do lar, cuidadoras, secretárias, enfermeiras, entre outras (Ramos, 2019). Diariamente são enfrentadas grandes dificuldades pelas mulheres nesse ambiente, os preconceitos e a discriminação conservaram o gênero feminino em desvantagem, com percepção de menores salários, maior dificuldade de integração e de ascensão profissional (Estevens & Neto, 2015). Ressalta-se que em períodos de crise econômica, as maiores taxas de desemprego são voltadas para o gênero feminino (Ilo, 2017).

No contexto da contabilidade, há uma escassez de trabalhos. A ausência de discussão sobre gênero na Contabilidade é classificada por Burrell (1987) como dessexualização. Nesse caso, pode-se afirmar que a pesquisa contábil brasileira é “dessexualizada”. Apesar disso, a evolução da mulher contadora é uma realidade. Atua em diferentes áreas da contabilidade, exercendo sua profissão como sócias de empresas contábeis, ou em escritórios de contabilidade como funcionárias, na controladoria, consultoria, contabilidade geral, setor financeiro, a área tributária ou em custos e orçamentos (Mota & Souza, 2013).

No universo contábil, ao longo dos anos, foram sendo desenvolvidos alguns estereótipos acerca do profissional contábil, sendo esses positivos ou negativos. Dias e Martins (2005) estereotipam o contador como “um ser misterioso”, sabe o custo de tudo e é visto como aquela pessoa que sempre pode “dar um jeitinho”. Leal, Miranda, Araújo e Borges (2014) estereotipam o contador positivamente, como criativo, dedicado, capaz de trabalho em equipe, comunicador, líder e propenso ao risco e ética.

Segundo o CFC, a mulher tem o domínio de múltiplas tarefas simultâneas, e grande proximidade com a clientela, sendo sensível na forma de interagir. Numa compilação de entrevistas com diversas contadoras o CFC destaca outras características femininas como visão sistêmica, capacidade de análise e de gerenciamento de conflitos (CFC, 2019).

Assim, ante ao exposto, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **Como a mulher contadora é estereotipada por estudantes e profissionais contabilistas?** Diante disso, o presente estudo tem por objetivo identificar a percepção de estudantes e profissionais contabilistas em relação aos estereótipos relacionados à imagem da mulher contadora.

A pesquisa justifica-se através da necessidade de identificar os estereótipos construídos acerca da mulher, no âmbito contábil. Segundo Silva, Silva e Santos (2017) são necessárias pesquisas que abordem a percepção de profissionais do gênero feminino que já atuam no mercado de trabalho, podendo-se analisar os estereótipos atribuídos pelas mesmas à sua imagem e perfil profissional. Além disso, por se configurar um tema contemporâneo, permite contribuir em reflexões e discussões que busquem reduzir as diferenças de gênero, como também, relevar as concepções dos profissionais de contabilidade a respeito da mulher contadora.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Desde os primórdios das relações humanas, hábitos ancestrais relacionam a mulher a atividades do lar, afazeres domésticos e cuidados aos filhos. (Estevens & Neto, 2015). A ascensão das mulheres foi a partir das I e II Guerras Mundiais, quando supriram as vagas existentes nas fábricas e indústrias, devido à participação dos homens nas batalhas. Diante disso, acumularam funções, tornando-se essenciais tanto no âmbito familiar como para o mercado de trabalho. Contudo, continuavam com condição jurídica e civil totalmente limitada e sem direitos políticos (Sousa, 2015).

Com a industrialização iniciou-se um processo de reestruturação familiar, no qual as mulheres passaram a ser vistas como consumidoras que contribuíam com a expansão econômica, trabalhando nas indústrias e nos comércios, no entanto, tendo ainda a responsabilidade familiar de cuidar da casa, dos filhos e do marido (Canezin, 2004).

No século XIX, através do capitalismo, a mão de obra feminina foi fortalecida nas indústrias, e a luta por salários e direitos iguais aos dos homens foi enfatizada, visto que as condições de trabalho eram as mesmas para ambos os sexos. (Lima, 2009). Desde então, diante da situação, onde as mulheres buscavam conquistar seu espaço, superar barreiras e

preconceitos, a sociedade começou a admitir sua capacidade e inteligência, passando a ocupar cargos, que até então eram exclusivos para o sexo masculino (Matos & Gitahy, 2007), e dessa forma, confirmando seu potencial de assumir qualquer atividade desenvolvida pelo homem. (Probst, 2007).

A partir do século XX, principalmente na década de 1990, a mulher passa a ocupar mais espaço no mercado de trabalho, por seu maior grau de escolaridade, apesar de que “o homem, por sua vez, se inicia mais cedo no mercado de trabalho, impossibilitado, muitas vezes, de concluir os estudos”. (Mota & Souza, 2013, p. 5). Vale ressaltar, que a escolaridade é uma explicação para o avanço significativo da participação feminina no mercado de trabalho, pois desde 1979, apresentam mais anos de estudos em relação aos homens. (Matos & Machado, 2006).

É inegável o crescimento feminino no mercado de trabalho, entretanto, sua presença ainda é marcada por desigualdades salariais, mesmo desempenhando as mesmas funções dos homens. Ressalta-se também, que a taxa de desemprego é significativamente maior que a dos homens, assim como a presença em postos de trabalhos informais e precários (Abramo, 2007).

Com a modernização do mercado, baseadas em inovações tecnológicas e avanços culturais, esperava-se que a participação feminina se igualaria e a discriminação seria eliminada, no entanto, essa transformação não ocorreu, e ainda há ocupações de cargos onde a exigência intelectual é mínima, ficando confinadas a serviços manuais e repetitivos (Aguar & Siqueira, 2007).

O ingresso representativo das mulheres na profissão contábil ocorreu em meados dos anos 1970 (Loft, 1992). No entanto, atividades operacionais e repetitivas eram associadas às habilidades da mulher, sendo assim, compatíveis ao trabalho “de mulher”, já a ocupação de contador, tradicionalmente masculina, resultou não somente em uma hierarquia ocupacional na contabilidade, mas também em uma hierarquia de gênero (Kirkham & Loft, 1993).

Conforme dados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 2019 totalizavam-se mais de 500 mil contabilistas registrados (técnicos e contadores) no país, sendo que 221.837 (42,7%) eram mulheres. No estado do Rio Grande do Norte, são 6.363 mil profissionais, destes 2.861 mil (44,9%) são mulheres. Ainda, segundo o CFC, na região Nordeste do Brasil, as mulheres representam 42% dos profissionais da área. E em relação aos estados, Goiás apresenta a menor participação de mulheres com 35,96% das profissionais registradas, e o Amazonas o maior percentual, com 52,19%, em ambos os níveis, técnico e superior (CFC, 2019).

2.2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS ESTEREÓTIPOS NA PROFISSÃO CONTÁBIL

A Teoria das Representações Sociais é ligada a Psicologia Social. Esse conceito surgiu na sociologia e na antropologia (Sá, 1996). É baseada em duas formas, a consensual e a científica. A consensual é ligada às situações informais, do dia a dia, na relação indivíduo e sociedade, o que gera um senso comum. Em contrapartida, a segunda, é baseada no científico, retrata a realidade como realmente é, independente da consciência individual do ser (Arruda, 2002).

O fenômeno estudado na Teoria das Representações Sociais são os diferentes tipos de teorias populares, senso comum, e saberes cotidianos. Porém, devido as diferentes condições sociais existentes em diferentes grupos e sociedades as consequências são diferentes representações sociais (Guareschi & Jovchelovich, 1995). Segundo Moscovici (2005), as representações são criadas pela Ancoragem, onde se classifica e dá-se nome a algo, e pela Objetivação, que une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, reproduz-se um conceito em uma imagem.

Magalhães e Maia (2009) destacam sua importância, pois as representações sociais orientam as relações indivíduo-sociedade e indivíduo-mundo. Para Medeiros, Abdala, Machado e Andrade (2013), elas exercem influência no comportamento e opinião do indivíduo nas situações por ele vividas. E expõe ainda, que cada pessoa tem sua própria maneira de entender e de se comunicar, ou seja, a realidade pode ser percebida por diferentes significados, que assim são pelas diferenças regionais, culturais, entre outras.

Notoriamente, essa teoria está ligada a todas as etapas na qual o ser humano precisa passar para criar sua identidade, e entender o mundo. E aos estereótipos profissionais, que são criados a partir das representações sociais construídas no contexto social e cultural. Esses estereótipos são capazes de influenciar indivíduos, grupos sociais e até a escolha profissional desses indivíduos (Curty & Tavares, 2014).

De acordo com Splitter e Borba (2013), estereótipos são concepções formadas a respeito de determinados grupos, atribuindo a eles, rótulos. Pereira (2002) complementa que os estereótipos são criados através do convívio social, podendo ser transmitidos por meio das gerações e pela mídia, que pode reforçar ou até modificar a visão com relação aos grupos.

Lemos Jr, Santini e Silveira (2015) argumentam que a divisão das funções na sociedade está diretamente relacionada aos estereótipos de gênero que estabelecem o que é, ou não, adequado para homens e mulheres, disputando uma relação de poder.

Sob o contexto da Teoria das Representações Sociais, a investigação relacionada a gênero aponta que o estereótipo tradicional do contador é ainda caracterizado, predominantemente, por um indivíduo do sexo masculino, conservador e pouco flexível. Nesse caso, a contabilidade é considerada uma profissão masculina na percepção pública (Leal, Miranda, Araújo & Borges, 2014). A valorização dos estereótipos, se tratando do gênero feminino, implica uma representação social que contribui tanto para a imagem que se tem sobre a mulher, como também para as condições e circunstâncias que envolvem sua inserção social e profissional (Silva & Silva, 2018).

A pesquisa de Luca, Cornachione Jr, Cunha e Ott (2011) é baseada na teoria do sexismo, na qual investigou a existência de alinhamento entre gênero e modelos de sucesso profissional na concepção de graduandos em Ciências Contábeis no Brasil. Os pesquisadores concluíram que o sucesso é atribuído mais significativamente aos homens, pois graduandos de ambos os sexos associaram modelos de sucesso ao gênero masculino, confirmando-se a escolha de modelos pela influência dos estereótipos, indicada na teoria do sexismo.

2.3 ESTUDOS CORRELATOS AO TEMA

Quanto às pesquisas anteriores, nota-se que os estereótipos construídos acerca da mulher contadora refletem conclusões divergentes, visto que, ora apontam uma imagem positiva, ora uma imagem estereotipada negativamente.

O estudo de Alev, Gonca, Ece e Yasemin (2010) teve como objetivo examinar a estereotipagem de gênero ocupacional na profissão contábil na Turquia. Constatando-se que a contadora, quando comparada ao contador é vista positivamente, sendo estereotipada como criativas e abertas à variedade, interessadas, extrovertidas, conceituais, inovadoras, intuitivas, orientadas para as pessoas, efetivas, imprevisíveis, detalhistas, mutáveis, cuidadosas e matemáticas.

Leal, Miranda, Araújo e Borges (2014) teve como finalidade identificar se os profissionais de contabilidade são estereotipados de maneira negativa na percepção dos estudantes de Ciências Contábeis e do público externo, em relação às seguintes características: criatividade, dedicação aos estudos, trabalho em equipe, comunicação, liderança, propensão ao risco e ética. Os resultados mostraram a inexistência de estereotipagem junto ao público externo e estudantes pesquisados sobre os profissionais da contabilidade, expondo que a imagem do contador não é negativa. Por outro lado, foi apontado estereótipo de gênero (masculino) para o profissional contábil, na percepção pública.

Lemos Jr, Santini e Silveira (2015) buscaram compreender, através das mulheres, como o processo de feminização e feminilização das ocupações em Contabilidade está relacionado aos estereótipos de gênero. Nesse caso, pela perspectiva das relações de gênero, observou-se a existência de estereótipos, no qual as mulheres têm uma melhor preparação para as atividades operacionais da área, por serem mais detalhistas e dóceis do que os homens.

Zabotti (2017) teve como objetivo verificar os principais fatores constitutivos das relações de gênero na profissão contábil, por considerar a temática uma lacuna de pesquisa na contabilidade. Nos resultados foram apontados que a remuneração é influenciada pelo sexo biológico, por haver uma hierarquia salarial de gênero na profissão contábil; Ademais, notouse também uma concentração de mulheres nos cargos de assistente e analista, e maior concentração de homens nos altos cargos da hierarquia organizacional; Além disso, as características associadas a homens e mulheres também está articulada sob a ótica de gênero, onde as mulheres são percebidas como mais sentimentais, compreensivas e determinadas, estendendo-se tais associações às especialidades contábeis.

Silva, Silva, e Santos (2017) investigaram a percepção de discentes do curso de Ciências Contábeis em relação aos estereótipos relacionados à imagem da mulher contadora. Através do estudo foi constatado que os discentes – de ambos os gêneros – estereotipam positivamente as mulheres contadoras, com qualidades como: sensibilidade, educação, organização, honestidade, comprometimento, compreensibilidade, dedicação, paciência, criatividade, eficiência, competência interesse, disciplina, clareza, inteligência, flexibilidade, versatilidade, percepção aguçada, dinamismo e neutralidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem como objetivo investigar como a mulher contadora é estereotipada sob a ótica de estudantes e profissionais contabilistas. Para tanto, esta pesquisa define-se como descritiva, que segundo Gil (2009), tem como propósito descrever características de uma população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

No que se refere à abordagem da pesquisa, é descrita como quantitativa, pois utiliza-se de ferramentas estatísticas tanto no recolhimento dos dados, como no tratamento deles (Martins, 2000). Quanto ao delineamento da pesquisa foi realizado um levantamento, no qual se utiliza uma investigação direta com pessoas para conhecer-lhes o comportamento. É baseado nas informações colhidas de um grupo significativo de pessoas acerca de um problema (Alves, 2003).

Em relação aos procedimentos para a coleta de dados, está se deu por meio de aplicação de questionário, sendo a população da pesquisa correspondente aos estudantes e profissionais de contabilidade que residem em Mossoró-RN, de ambos os gêneros, com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RN).

Para isso, adaptou-se o instrumento de pesquisa utilizado por Silva, Silva, e Santos (2017). O questionário foi dividido em blocos, sendo que no primeiro, buscou-se caracterizar o perfil do respondente. No Bloco 2, foram apresentados estereótipos negativos e positivos retirados dos estudos de Broadbent (1998), Nelson (2006), Leal, Miranda, Araújo e Borges (2014), Young (2015), Lemos Jr, Santini e Silveira (2015) e Silva, Silva, e Santos (2017) para que os participantes associassem ao gênero feminino. E no Bloco 3, foram apresentadas afirmativas sugestivas, construídas com base em outros autores, para identificação e descrição da concordância dos participantes do estudo quanto às possíveis dificuldades encontradas pela mulher no mercado de trabalho. Com isso, consiste em atribuir uma nota de 1 a 5 a cada uma das afirmações, considerando que 1 (um) significa “discordo totalmente” e que 5 (cinco) representa “concordo totalmente”.

Por fim, para o tratamento dos dados, foram utilizados a estatística descritiva e os testes paramétricos de média (teste t), a fim de identificar as diferenças de percepção entre os dois grupos de respondentes, ou seja, o grupo de discentes e o grupo de profissionais (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A Tabela 1 demonstrando a quantidade de participantes da pesquisa. Esse total encontra se dividido entre discentes e profissionais, e ainda, subdivididos em relação ao gênero e a faixa etária, como pode ser observado a seguir.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes

	Variável	Discentes		Profissionais	
		FI	FI%	FI	FI%
Gênero	Masculino	30	44,78%	26	59,09%
	Feminino	37	55,22%	18	40,91%
	Total	67	100,00%	44	100%
Faixa etária	Até 19 anos	5	7,46%	0	0,00%
	20 a 24 anos	27	40,30%	5	11,36%
	25 a 29 anos	15	22,39%	11	25,00%
	30 a 34 anos	14	20,90%	10	22,73%
	35 a 39 anos	0	0,00%	3	6,82%
	40 a 44 anos	1	1,49%	5	11,36%
	45 a 49 anos	0	0,00%	3	6,82%
Faixa etária	50 a 54 anos	3	4,48%	2	4,55%
	Acima de 54 anos	2	2,99%	5	11,36%
	Total	67	100,00%	44	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos discentes que participaram 44,78% são do gênero masculino e 55,22% do feminino. Já em relação aos profissionais, a maioria se declarou do gênero masculino 59,09% e 40,91% do feminino. Conforme indicam os dados retirados do portal do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (2020) pode-se notar, na região em que foi aplicada esta pesquisa, um número dominante de homens (54,87%) atuando como contadores e técnicos em contabilidade.

Em relação aos discentes, a maioria se encontra em uma faixa etária de 20 a 24 anos, representando 40,30% dos participantes, e a minoria entre 40 a 44 anos, com apenas 1,49%. E os profissionais, em uma faixa etária de 25 a 29 anos, representando 25,00%, e a menor parte deles está na faixa etária de 50 a 54 anos, com 4,55%, observando-se como consequência da pesquisa uma concentração de uma população mais jovem. Essa realidade pode ser justificada no fato da maioria das pessoas optarem por fazer uma graduação logo após a conclusão do Ensino Médio. A seguir, a Tabela 2 evidencia o tempo de atuação dos participantes que são profissionais da área contábil.

Tabela 2 - Tempo de atuação na área contábil

Tempo de atuação	F1	F2
Até 1 ano	7	15,91%
1 a 5 anos	17	38,64%
6 a 10 anos	4	9,09%
Acima de 10 anos	16	36,36%
Total	44	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Além disso, a maioria dos profissionais possui tempo de atuação na área contábil entre 1 a 5 anos, totalizando 38,54%. Assim como 15,91% encontra-se em fase inicial da carreira, e 36,36% estão a mais de 10 anos. Ou seja, os dados indicam que a amostra contém tanto pessoas mais experientes, como pessoas iniciando a vida profissional contábil.

4.2 ESTEREOTIPAGEM DA MULHER CONTADORA

Para investigar a estereotipagem do gênero, foi apresentado um quadro com as características que deveriam ser associadas ao perfil feminino. A Tabela 3 identifica a frequência das respostas atribuídas tanto pelos discentes, quanto pelos profissionais de ambos os gêneros à mulher contadora. Ressalta-se que uma explicação aos respondentes informava que poderiam ser assinaladas aquelas características que estes considerassem associar as mulheres.

Tabela 3 - Características atribuídas às mulheres contadoras

Características	Discentes		Profissionais	
	Gênero masculino	Gênero feminino	Gênero masculino	Gênero feminino
	FI	FI	FI	FI
Criatividade	25	31	13	21
Coerência	11	18	7	8
Transparência	13	24	8	14
Compreensibilidade	16	23	10	13
Calma	20	20	8	11
Responsabilidade	22	33	13	23
Inteligência	22	30	14	17
Emotividade	19	17	5	12
Força de vontade	17	29	9	12
Liderança	11	26	10	17
Entendimento	8	21	4	10
Independência	16	25	11	10
Organização	23	30	11	21
Flexibilidade	15	19	7	17
Cautela	17	23	6	11
Imparcialidade	6	12	1	5
Disciplina	18	25	10	18
Objetividade	14	19	8	12
Gentileza	17	30	13	20
Domínio	10	18	7	13
Orientação para resultados	6	11	2	7
Versatilidade	15	15	7	10
Desorganização	0	0	0	0
Indiferença	0	0	0	1
Improdutividade	0	0	0	0
Impaciência	3	2	1	0
Rigidez	3	3	1	0

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Em relação às discentes, as mulheres são estereotipadas positivamente através das características que obtiveram maior frequência de respostas. Estas foram responsabilidade (33), criatividade (31), inteligência, organização, proatividade e gentileza (30). Com relação aos estereótipos negativos, consideraram rigidez (3) e impaciência (2).

Quanto aos discentes do gênero masculino às mulheres contadoras as maiores frequências de respostas foram criatividade (25), organização (23), responsabilidade e inteligência (22), e calma (20). Quanto aos estereótipos negativos, foram destacados impaciência e rigidez (3).

As características não associadas às mulheres por ambos os gêneros foram: desorganização, indiferença e improdutividade.

Por outro lado, partindo para as respostas das profissionais femininas, as características mais destacadas foram responsabilidade (23), criatividade e organização (21), e gentileza (20). E dos estereótipos negativos, indiferença (1). Já os profissionais masculinos destacaram inteligência (14), criatividade, responsabilidade e gentileza (13). Quanto aos estereótipos negativos, impaciência e rigidez (1). Além disso, ambos os gêneros não associaram improdutividade a imagem da mulher contadora.

Diante disso, mesmo que de forma inconsciente, as respostas vão de encontro com os resultados que Silva, Silva, e Santos (2017) abordaram em seus estudos de que entrevistados incorporam a mulher características de comprometimento, sensibilidade, organização, dedicação e compreensibilidade.

A análise dos investigados quanto às questões acerca da mulher contadora no mercado de trabalho, foi investigada no terceiro bloco do instrumento de pesquisa. Trata-se de uma análise descritiva, apresentando o nível de concordância dos discentes de ambos os gêneros, na Tabela 4.

Tabela 4 - Avaliação da rotina da mulher contadora no mercado de trabalho por discentes

Percepção dos respondentes em relação ao contador (a)	Profissionais					
	Gênero Masculino			Gênero feminino		
	< 3	> 3	Total	< 3	> 3	Total
	FI%	FI%	FI%	FI%	FI%	FI%
1. A mulher sofre desigualdade no mercado de trabalho, no setor da contabilidade.	23,33%	50,00%	73,33%	16,22%	70,27%	86,49%
2. O homem como contador se sobressai mais do que a mulher.	53,33%	20,00%	73,33%	48,65%	35,14%	83,78%
3. A mulher possui mais disciplina que o homem nas atividades da contabilidade.	23,33%	33,33%	56,67%	13,51%	54,05%	67,57%
4. A maternidade influencia na escolha do gênero ao disputar vaga no mercado de trabalho.	16,67%	60,00%	76,67%	10,81%	67,57%	78,38%
5. A mulher possui maior problema de empregabilidade na contabilidade	30,00%	33,33%	63,33%	13,51%	56,76%	70,27%
6. A mulher possui maior destaque na carreira acadêmica do que no mercado empresarial.	33,33%	36,67%	70,00%	21,62%	51,35%	72,97%
7. Ao término do curso de Ciências Contábeis a mulher tem a mesma capacidade e competência para inserção no mercado de trabalho que o homem.	10,00%	76,67%	86,67%	10,81%	81,08%	91,89%
8. As empresas ainda priorizam o gênero masculino para os cargos de direção.	16,67%	63,33%	80,00%	8,11%	81,08%	89,19%
9. O número de mulheres contadoras em cargos de direção de empresas de grande porte é inferior quando comparado aos homens.	3,33%	73,33%	76,67%	8,11%	81,08%	89,19%
10. A mulher possui menor remuneração que o homem no setor contábil, mesmo desempenhando as mesmas funções, e o mesmo grau de formação.	33,33%	50,00%	83,33%	13,51%	62,16%	75,68%
11. A mulher, quando considerada bonita, tem mais oportunidades de inserção e crescimento no mercado de trabalho.	26,67%	60,00%	86,67%	24,32%	54,05%	78,38%

Percepção dos respondentes em relação ao contador (a)	Profissionais					
	Gênero Masculino			Gênero feminino		
	< 3	> 3	Total	< 3	> 3	Total
	FI%	FI%	FI%	FI%	FI%	FI%
12. Homens e mulheres que exercem profissões contábeis têm as mesmas oportunidades de ocuparem cargos elevados.	36,67%	20,00%	56,67%	64,86%	8,11%	72,97%
13. A dupla jornada de trabalho que muitas mulheres precisam conciliar (cuidados com a família e emprego) influencia no seu desempenho em uma organização.	26,67%	60,00%	86,67%	24,32%	62,16%	86,49%
14. A mulher sofre assédio no mercado de trabalho por ser considerada o “sexo frágil”.	20,00%	50,00%	70,00%	5,41%	91,89%	97,30%
15. O homem é mais ousado que a mulher na tomada de grandes decisões.	40,00%	40,00%	80,00%	40,54%	24,32%	64,86%
16. A mulher tende a ser mais criteriosa que o homem com relação a assumir riscos.	30,00%	40,00%	70,00%	8,11%	81,08%	89,19%
17. A mulher procura oportunidades de emprego que proporcionam maior estabilidade.	20,00%	43,33%	63,33%	5,41%	86,49%	91,89%
18. A mulher, de forma geral, ainda não está igualada ao homem no mercado de trabalho e ainda precisa lutar por essa igualdade.	13,33%	73,33%	86,67%	2,70%	83,78%	86,49%
19. Normalmente a mulher contadora demora mais para finalizar um trabalho que o homem.	70,00%	6,67%	76,67%	67,57%	18,92%	86,49%
20. Na área contábil as oportunidades de trabalho são as mesmas para homens e mulheres.	40,00%	26,67%	66,67%	62,16%	10,81%	72,97%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com o nível de concordância julgado pelos discentes, ambos os gêneros acreditam que a mulher sofre preconceitos no mercado de trabalho. Com relação ao homem se destacar mais na profissão contábil, a grande maioria discorda da questão. Ao fazer referência da mulher como sendo mais disciplinada e que a maternidade influencia na disputa do mercado de trabalho, a maioria também concordou com a afirmativa.

Houve também concordância de ambos os gêneros sobre a dificuldade de empregabilidade na área contábil, sobre a mulher possuir mais destaque na carreira acadêmica, a respeito da questão que aborda a capacidade da mulher comparada ao homem ser a mesma ao concluir um curso de Ciências Contábeis, sobre as empresas ainda priorizarem o gênero masculino para cargos de direção e que as mulheres são minorias em cargos de direção de empresas de grande porte.

Questões acerca da inferioridade da remuneração da mulher quando comparada a remuneração do homem, e a beleza feminina contribuir para inserção no mercado de trabalho, também foram concordadas. Por outro lado, para oportunidades na ocupação de cargos elevados serem as mesmas para ambos os gêneros, houve um nível de discordância. Há concordância também de que a dupla jornada de trabalho pode influenciar no desempenho profissional da mulher, e que a mulher é assediada no mercado de trabalho por ser considerada o “sexo frágil”. Então, de alguma forma, ainda há a visão abordada por Silva, Silva, e Santos (2017), de que a mulher é passível de discriminação devido à sua condição feminina.

Na afirmativa que abordou sobre o homem ser mais audacioso nas tomadas de decisões, houve uma neutralidade por parte do gênero masculino, e uma discordância do gênero feminino.

Diferindo do estudo de Silva, Silva, e Santos (2017), onde a maioria dos respondentes concordou parcialmente com a afirmativa. Já sobre a mulher ser mais criteriosa ao assumir riscos, buscar mais as oportunidades que proporcionam maior estabilidade e por ainda não ser igualada ao homem no mercado ambos concordaram.

Quanto à mulher demorar mais na finalização de suas atividades, e possuir as mesmas oportunidades de trabalho que o homem, a maioria discordou das afirmações. Ademais, também foi examinada a análise dos profissionais quanto às questões acerca da mulher contadora no mercado de trabalho. Trata-se de uma análise descritiva, apresentando o nível de concordância dos profissionais de ambos os gêneros, na Tabela 5.

Tabela 5 - Avaliação da rotina da mulher contadora no mercado de trabalho por profissionais

Percepção dos respondentes em relação ao contador (a)	Profissionais					
	Gênero Masculino			Gênero Feminino		
	< 3	> 3	Total	< 3	> 3	Total
	FI%	FI%	FI%	FI%	FI%	FI%
1. A mulher sofre desigualdade no mercado de trabalho, no setor da contabilidade.	31,25%	37,50%	68,75%	35,71%	50,00%	85,71%
2. O homem como contador se sobressai mais do que a mulher.	75,00%	18,75%	93,75%	42,86%	42,86%	85,71%
3. A mulher possui mais disciplina que o homem nas atividades da contabilidade.	37,50%	25,00%	62,50%	14,29%	60,71%	75,00%
4. A maternidade influencia na escolha do gênero ao disputar vaga no mercado de trabalho.	25,00%	37,50%	62,50%	14,29%	64,29%	78,57%
5. A mulher possui maior problema de empregabilidade na contabilidade	37,50%	31,25%	68,75%	32,14%	28,57%	60,71%
6. A mulher possui maior destaque na carreira acadêmica do que no mercado empresarial.	43,75%	25,00%	68,75%	35,71%	35,71%	71,43%
7. Ao término do curso de Ciências Contábeis a mulher tem a mesma capacidade e competência para inserção no mercado de trabalho que o homem.	12,50%	75,00%	87,50%	0%	96,43%	96,43%
8. As empresas ainda priorizam o gênero masculino para os cargos de direção.	12,50%	56,25%	68,75%	14,29%	57,14%	71,43%
9. O número de mulheres contadoras em cargos de direção de empresas de grande porte é inferior quando comparado aos homens.	0%	87,50%	87,50%	7,14%	60,71%	67,86%
10. A mulher possui menor remuneração que o homem no setor contábil, mesmo desempenhando as mesmas funções, e o mesmo grau de formação.	25,00%	37,50%	62,50%	21,43%	46,43%	67,86%
11. A mulher, quando considerada bonita, tem mais oportunidades de inserção e crescimento no mercado de trabalho.	31,25%	50,00%	81,25%	32,14%	46,43%	78,57%
12. Homens e mulheres que exercem profissões contábeis têm as mesmas oportunidades de ocuparem cargos elevados.	43,75%	43,75%	87,50%	28,57%	46,43%	75,00%
13. A dupla jornada de trabalho que muitas mulheres precisam conciliar (cuidados com a família e emprego) influencia no seu desempenho em uma organização.	25,00%	50,00%	75,00%	42,86%	32,14%	75,00%
14. A mulher sofre assédio no mercado de trabalho por ser considerada o "sexo frágil".	6,25%	68,75%	75,00%	28,57%	35,71%	64,29%
15. O homem é mais ousado que a mulher na tomada de grandes decisões.	50,00%	25,00%	75,00%	46,43%	28,57%	75,00%
16. A mulher tende a ser mais criteriosa que o homem com relação a assumir riscos.	12,50%	62,50%	75,00%	7,10%	64,29%	71,40%
17. A mulher procura oportunidades de emprego que proporcionam maior estabilidade.	12,50%	50,00%	62,50%	0%	75,00%	75,00%

Percepção dos respondentes em relação ao contador (a)	Profissionais					
	Gênero Masculino			Gênero Feminino		
	< 3	> 3	Total	< 3	> 3	Total
	FI%	FI%	FI%	FI%	FI%	FI%
18. A mulher, de forma geral, ainda não está igualada ao homem no mercado de trabalho e ainda precisa lutar por essa igualdade.	12,50%	68,75%	81,25%	10,71%	53,57%	64,29%
19. Normalmente a mulher contadora demora mais para finalizar um trabalho que o homem.	75,00%	0%	75,00%	71,43%	10,71%	82,14%
20. Na área contábil as oportunidades de trabalho são as mesmas para homens e mulheres.	25,00%	37,50%	62,50%	17,86%	46,43%	64,29%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Foi constatado que os profissionais de ambos os gêneros concordam que a mulher sofre preconceitos no mercado de trabalho. Com relação ao homem se destacar mais na profissão contábil, os profissionais masculinos discordaram da afirmação, e por parte das mulheres houve neutralidade nas respostas. Ainda, ao fazer referência da mulher como sendo mais disciplinada, os homens discordaram da questão, já as mulheres concordaram. E sobre a maternidade influenciar na escolha do gênero, no mercado de trabalho, ambos os gêneros concordaram.

Além disso, houve discordância de ambos os gêneros sobre a dificuldade de empregabilidade na área contábil. Sobre a mulher possuir mais destaque na carreira acadêmica, notou-se discordância por parte dos homens, e uma neutralidade nas respostas das mulheres. A respeito da questão que aborda a capacidade da mulher comparada ao homem ser a mesma ao concluir um curso de Ciências Contábeis, sobre as empresas ainda priorizarem o gênero masculino para cargos de direção e que as mulheres são minorias em cargos de direção de empresas de grande porte, houve um nível de concordância de ambos os gêneros.

Questões acerca da inferioridade da remuneração da mulher quando comparada a remuneração do homem, e a beleza feminina contribuir para inserção no mercado de trabalho, também foram concordadas. No entanto, para oportunidades na ocupação de cargos elevados serem as mesmas para ambos os gêneros, observou-se uma neutralidade nas respostas dos profissionais masculinos, e concordância nas profissionais femininas. Na questão que aborda que a dupla jornada de trabalho pode influenciar no desempenho profissional da mulher, os homens concordaram, já as mulheres discordaram. E que a mulher é assediada no mercado de trabalho por ser considerada o "sexo frágil", a maioria concordou.

Na afirmativa que trata sobre o homem ser mais audacioso nas tomadas de decisões, a maioria discordou. Já sobre a mulher ser mais criteriosa ao assumir riscos, buscar mais as oportunidades que proporcionam maior estabilidade e por ainda não ser igualada ao homem no mercado, ambos concordaram. Por fim, quanto à mulher demorar mais na finalização de suas atividades, ambos discordaram. E sobre possuir as mesmas oportunidades de trabalho que o homem, a maioria concordou.

4.3 ANÁLISE DA DIFERENÇA DE MÉDIAS

Com o intuito de comparar a diferença entre as médias de percepção entre os dois grupos de respondentes, realizou-se o teste *t* de Student, para amostras independentes, adotando um nível de significância de 5%. Conforme apresentando na Tabela 6.

Tabela 6 - Teste de média entre Discentes e Profissionais

Percepção dos respondentes em relação ao contador (a)	Discentes x profissionais	
	Sig.	Dif. Média
1. A mulher sofre desigualdade no mercado de trabalho, no setor da contabilidade.	0,108	0,399
2. O homem como contador se sobressai mais do que a mulher.	0,638	-0,136
3. A mulher possui mais disciplina que o homem nas atividades da contabilidade.	0,912	-0,029
4. A maternidade influencia na escolha do gênero ao disputar vaga no mercado de trabalho.	0,618	0,125
5. A mulher possui maior problema de empregabilidade na contabilidade	0,043*	0,486

Percepção dos respondentes em relação ao contador (a)	Discentes x profissionais	
	Sig.	Dif. Média
6. A mulher possui maior destaque na carreira acadêmica do que no mercado empresarial.	0,082	0,427
7. Ao término do curso de Ciências Contábeis a mulher tem a mesma capacidade e competência para inserção no mercado de trabalho que o homem.	0,182	-0,27
8. As empresas ainda priorizam o gênero masculino para os cargos de direção.	0,134	0,356
9. O número de mulheres contadoras em cargos de direção de empresas de grande porte é inferior quando comparado aos homens.	0,297	0,209
10. A mulher possui menor remuneração que o homem no setor contábil, mesmo desempenhando as mesmas funções, e o mesmo grau de formação.	0,263	0,287
11. A mulher, quando considerada bonita, tem mais oportunidades de inserção e crescimento no mercado de trabalho.	0,497	0,176
12. Homens e mulheres que exercem profissões contábeis têm as mesmas oportunidades de ocuparem cargos elevados.	0,000*	-0,9
13. A dupla jornada de trabalho que muitas mulheres precisam conciliar (cuidados com a família e emprego) influencia no seu desempenho em uma organização.	0,168	0,372
14. A mulher sofre assédio no mercado de trabalho por ser considerada o “sexo frágil”.	0,026*	0,537
15. O homem é mais ousado que a mulher na tomada de grandes decisões.	0,661	0,118
16. A mulher tende a ser mais criteriosa que o homem com relação a assumir riscos.	0,192	-0,283
17. A mulher procura oportunidades de emprego que proporcionam maior estabilidade.	0,977	-0,006
18. A mulher, de forma geral, ainda não está igualada ao homem no mercado de trabalho e ainda precisa lutar por essa igualdade.	0,035*	0,445
19. Normalmente a mulher contadora demora mais para finalizar um trabalho que o homem.	0,358	0,198
20. Na área contábil as oportunidades de trabalho são as mesmas para homens e mulheres.	0,000*	-0,991

Nota. * denotam significância ao nível de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se que o item 5 “a mulher possui maior problema de empregabilidade na contabilidade”, item 12 “homens e mulheres que exercem profissões contábeis têm as mesmas oportunidades de ocuparem cargos elevados”, item 14 “a mulher sofre assédio no mercado de trabalho por ser considerada o “sexo frágil””, item 18 “a mulher ainda não está igualada ao homem no mercado de trabalho” e item 20 “na área contábil as oportunidades de trabalho são as mesmas para homens e mulheres”, apresentaram significância estatística. Ou seja, para essas questões, a proporção de respostas do grupo de profissionais apresenta-se diferente estatisticamente do grupo de discentes. Uma justificativa para isso é o sexo feminino estar ocupando seu espaço no mercado de trabalho, e as profissionais contábeis acompanharem essa tendência, com boa aceitação por parte das organizações (Silva & Silva, 2018). Por outro lado, a análise descritiva sugere que não existem diferenças significativas entre os grupos de respondentes nas outras afirmativas expostas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou investigar a percepção dos estudantes e profissionais contabilistas em relação aos estereótipos relacionados à imagem da mulher contadora. Além de contribuir em discussões que busquem reduzir as diferenças e demonstrar o ponto de vista dos profissionais de contabilidade a respeito da mulher contadora.

As profissionais contábeis, no imaginário coletivo, foram estereotipadas positivamente como sendo responsáveis, criativas, organizadas e inteligentes, além de ajudar a tornar seu ambiente de trabalho mais harmonioso com sua gentileza e calma, e melhorar seu desempenho com sua proatividade. Entretanto, os estereótipos negativos vão de encontro ao que Silva, Silva, e Santos (2017) abordaram em seus estudos, de que os entrevistados associam à mulher características de rigidez e impaciência.

Quanto ao objetivo de analisar a percepção dos discentes com questões que representam os obstáculos encontrados pela mulher no mercado de trabalho, foi constatada a concordância de que enfrentam restrições de gênero, que sofrem preconceitos devido à sua condição feminina, além de reconhecer que a dupla jornada influencia seu desempenho.

Ademais, na percepção dos profissionais, contrariamente ao que aponta o estudo de Silva, Silva, e Santos (2017), o ponto de vista dos respondentes é que as oportunidades de trabalho são as mesmas para homens e mulheres na área contábil, mas concordam que a mulher ainda não está igualada ao homem no mercado de trabalho. Além disso, diferem nas afirmativas que tratam da ocupação de cargos de direção, pois os homens se mostraram neutros quanto a profissionais contábeis ter as mesmas oportunidades de ocuparem cargos elevados, independentemente do gênero, enquanto as mulheres creem ter as mesmas oportunidades, mas concordam que o sexo feminino ainda é minoria nesses cargos. É diferente, também, a percepção entre os gêneros quanto à questão que envolve a dupla jornada de trabalho que muitas mulheres precisam conciliar, pois os homens acreditam que essa realidade possa influenciar no seu desempenho profissional, e as mulheres não, porque provavelmente conseguem conciliar suas tarefas.

Ainda, ao analisar a existência de ideias preconcebidas em relação à mulher contadora, afirma-se que a capacidade e talento não se distinguem na percepção dos entrevistados, as respostas indicam que a mulher possui a mesma capacidade que o homem ao concluir o curso de Ciências Contábeis. No entanto, no que tange à beleza feminina, foi verificada equivalência entre as respostas atribuídas a ambos os gêneros: o estereótipo beleza influencia no crescimento da mulher no mercado de trabalho, e o assédio existe por ser considerada como o “sexo frágil”. Ademais, não foram constatadas ideias preconcebidas por parte dos homens entrevistados, de que o gênero masculino se destaque mais na profissão, mas vale ressaltar que as mulheres se mantiveram neutras a essa questão. Já no ponto sobre a mulher ser mais disciplinada nas atividades rotineiras, os homens discordaram, enquanto as mesmas concordaram.

Por fim, não se observou a existência de preconceito quanto à capacidade da mulher na finalização de trabalhos, mas acreditam que estas tendem a ser mais criteriosas ao assumir riscos, além de buscar oportunidades de emprego que proporcione maior estabilidade.

Este estudo possui limitações, visto que a aplicação de questionários configurou-se durante a pandemia, em formato on-line. Dessa forma, dificultando o acesso a amostra. E, ainda, é atinente a um período específico, ou seja, os resultados apresentados referem-se, de forma específica ao período investigado. Para estudos futuros, sugere-se a reaplicação do questionário em outras universidades, e em outros estados, para proporcionar a comparação entre os resultados. Sugere-se, ainda, que associações ou relações entre variáveis demográficas e de estudo sejam realizadas para a composição de comentários adicionais.

REFERÊNCIAS

- Abramo, L. W. (2007) *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?*. 2007. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Alev, K., Gonca, G., Ece, E. A. & Yasemin, Z. K. (2010). Gender stereotyping in the accounting profession in Turkey. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 6(4), 15-30.
- Aguiar, G. S. de & Siqueira, M. V. S. (2007). Diversidade no Trabalho: os desafios em ser mulher em uma organização financeira. 2007. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração – ANPAD*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
- Arruda, Â. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, 1(117), 127-147.
- Burrell, G. (1987). No accounting for sexuality. *Accounting, Organizations and Society*, 12(1), p. 89-101.
- Canezin, C. C. (2004). A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. *Revista Jurídica Cesumar-Mestrado*, 4(1), 143-156.
- Conselho Federal de Contabilidade (2019). *Quantos somos?*. <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>
_Acesso em: 01 de Março de 2020
- Conselho Federal de Contabilidade (2020). *Quantos somos?*. Disponível em:
<https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>
_Acessado em: 22 de Novembro de 2020.
- Curty, N. A. P. & Tavares, T. (2014). A imagem dos contadores sobre sua profissão e a Teoria das Representações Sociais: um estudo empírico na cidade de Londrina e região. *Anais do Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade*, Santa Catarina, SC, Brasil, 5.
- Dias, G. M. & Martins, G. A. (2005). Representações sociais e imaginário coletivo na contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 2(4), 9-31.
- Estevens, M. & Neto, M. T. (2015). Mulheres no mercado de trabalho: em Portugal a mulher contabilista. *Anais do Encontro Internacional Luca Pacioli de História da Contabilidade*, Lisboa, Portugal, 4.
- Gil, Antonio Carlos. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Guareschi, P. A. & Jovchelovich, S. (1995). *Textos em representações sociais*. (8a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes
- Heilman, M. E. (2012). Gender stereotypes and workplace bias. *Research in Organizational Behavior*, 32(1), 113-135.
- Kirkham, L. M. & Loft, A. (1993). Gender and the construction of the professional accountant. *Accounting, Organizations and Society*, 18(6), 507-558.

- Leal, E. A., Lemes, S., Medeiros, C. R. & Miranda, G. J. (2013). Representações sociais de vestibulandos: (Re) Construindo o estereótipo dos profissionais da contabilidade. *Anais do Congresso Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis*. Fortaleza, CE. 7.
- Leal, E. A., Miranda, J. G., Araújo, T. S. & Borges, L. F. M. (2014). Estereótipos na Profissão Contábil: a opinião de estudantes e do público externo no Triângulo Mineiro. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 17(1).
- Lemos Júnior, L. C., Santini, R. B., & Silveira, N. S. P. (2015). A feminização da área contábil: um estudo qualitativo básico. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 9(1), 64-83.
- Lima, Alana da Fonseca (2009). A mulher e sua afirmação histórica: do pós-guerra ao novo código civil brasileiro. *Anais do ETIC - Encontro de iniciação científica*, Presidente Prudente, SP, Brasil, 1.
- Loft, A. (1992). Accountancy and the gendered division of labour: a review essay. *Accounting, Organizations and Society*, 17(4), 367-378.
- Luca, M. M. M., Cornachione Jr, Edgard B., Cunha, J. V. A., Ott, E. (2011). Associação de modelos de sucesso profissional e gênero entre graduandos de ciências contábeis. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 4(2), 263-284.
- Magalhães, E. M. M., & Maia, H. (2009). O trabalho docente por professores de curso de pedagogia. *Múltiplas Leituras*, (2)1, 189-206.
- Matos, R. S. & Machado, A. F. (2006). Diferencial de rendimentos por cor e sexo no Brasil (1987-2001). *Econômica*, 8(1), 5-27.
- Medeiros, C. R. O., Abdala, E. C., Machado, S.K. & Andrade, T. F. (2013). A Universidade Fotografada: Olhares e Vozes de Estudantes e Docentes. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração – ANPAD*, Rio de Janeiro, 37.
- Martins, G. A. (2000). *Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações*. (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Mota, E. R. C. F. & Souza, M. A. (2013). A evolução da mulher na Contabilidade: os desafios da profissão. *Anais do Congresso Virtual de Administração - Convibra*, São Paulo, SP, Brasil. 10.
- Moscovici, S. (2005). *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. (3a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Silva, S. G. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 30(3), 556 – 571.
- Silva, D. J. M. & Silva, M. A. (2018). Mulheres na Contabilidade: Os Estereótipos Socialmente Construídos sobre a Contadora. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(1), 7191.
- Silva, D. J. M., Silva, M. A. & Santos, G. C. (2017). Estereótipos de Gênero na Contabilidade: Afinal Como a Mulher Contadora é Vista?. *Anais do Congresso Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis*. Belo Horizonte, MG. 11.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia Social de estereótipos*. EPU, Ed. Pedagógica e Universitária.
- Probst, E. R. (2007). A evolução da mulher no mercado de trabalho. *Anais do Instituto Catarinense de Pós-graduação*. Santa Catarina, SC. 1.
- Ramos, M. M. & Guilherme, A. (2019). *Contabilidade feita por elas: participação das mulheres alagoanas na profissão contábil*. Trabalho Conclusão de Curso, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, AL, Brasil.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Silva, E. G. R. & Silva, A. H. C. (2012). Percepção dos Estudantes de Ciências Contábeis do Rio de Janeiro sobre o Estereótipo do Profissional de Contabilidade no Período após adoção do IFRS. *Anais do Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 3.
- Sousa, E. T. (2015). *Gênero e mercado de trabalho: A ascensão das mulheres contadoras*. Dissertação de mestrado profissional, Faculdade EST, Rio Grande do Sul. RS, Brasil.
- Splitter, K. & Borba, J. A. (2013). Percepção de estudantes e professores universitários sobre a profissão do contador: Um Estudo Baseado na Teoria dos Estereótipos. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 8(2), 126-141.
- Wells, P. K. (2017). Um comentário sobre o artigo The Accountant: a Character in Literature e uma agenda para pesquisas sobre o estereótipo do contador. *Meditari Accountancy Research*, 25(1), 28-36.
- Zabotti, E. D. (2017). *Gênero e Contabilidade no Brasil: Qual é o saldo dessa conta?*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.

EFEITO DAS DIFERENÇAS REGIONAIS SOBRE A SITUAÇÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS NO PERÍODO DE 2006 A 2016

EFFECT OF REGIONAL DIFFERENCES ON FISCAL SITUATION OF THE MUNICIPALITIES IN MINAS GERAIS IN THE PERIOD FROM 2006 TO 2016

RESUMO

A Gestão Fiscal Responsável, instituída pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foi imprescindível devido aos desequilíbrios na gestão pública e à deficiência de controle dos gastos públicos. Embora a Lei de Responsabilidade Fiscal tenha sido criada com o propósito de controlar os gastos e dívidas públicas e deva ser observada por todos os municípios, dado as características regionais, econômicas, institucionais, culturais e operacionais distintas entre eles, parte destes vem encontrando dificuldade em atender aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante do exposto, esta pesquisa buscou analisar o efeito das diferenças regionais na situação fiscal dos municípios mineiros, no período de 2006 a 2016. Para tanto, foi empregado o modelo de dados em painel dinâmico, cuja *proxy* da situação fiscal foi o Índice de Gestão Fiscal, proposto pela Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), e a diferenças regionais foram captadas por meio do emprego de *dummies* regionais. A partir da estimação do modelo proposto, constatou-se que o fato de um município pertencer às regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, consideradas pouco desenvolvidas, faz com que sua situação fiscal seja pior em comparação com os resultados alcançados pelos municípios da região Central, evidenciando que fatores distintos entre as regiões afetam os resultados fiscais dos entes públicos.

Palavras-chave: Situação fiscal municipal. Diferenças Regionais. Dados em Painel Dinâmico.

ABSTRACT

Responsible Fiscal Management, established by the Fiscal Responsibility Law, was essential due to imbalances in public management and to the lack of control over public spending. Although the Fiscal Responsibility Law was created with the purpose of controlling public expenditures and debts and must be observed by all municipalities, given regional, economic, institutional, cultural and operational characteristics that are different among them, part of them has been finding it difficult to meet the dictates of the Fiscal Responsibility Law. Given the above, this research sought to analyze the effect of regional differences on the fiscal situation of municipalities in Minas Gerais, from 2006 to 2016. For this purpose, a dynamic panel data model was used, whose proxy for the fiscal situation was the Fiscal Management Index, proposed by the Federation of Industry of the State of Rio de Janeiro (Firjan), and regional differences were captured by the use of regional dummies. From the estimation of the proposed model, it was found that the fact that a municipality belongs to the North and Jequitinhonha/Mucuri regions, considered to be underdeveloped, makes its fiscal situation worse compared to the results achieved by the municipalities of the Central region, evidencing that different factors among regions affect the fiscal results of public entities.

Keywords: Municipal fiscal situation. Regional Differences. Dynamic Panel Data.

João Bosco Almeida Murta Filho

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: joaomurtalauar@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3136-8425>

Elizete Aparecida de Magalhães

Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: elizete.am@ufvjm.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7022-6361>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0571305111927387>

Vasconcelos Reis Wakim

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Tocantins (UFT). Especialista em Perícia Contábil. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Professor Permanente do Programa de Mestrado em Administração Pública da UFVJM. E-mail: vasconcelos.wakim@ufvjm.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0401-0180>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2875248993312049>

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000, houve um aumento das discussões sobre gestão fiscal, tanto na esfera municipal quanto na estadual e federal. A gestão fiscal, no Brasil, é regida pela Lei nº 4.320, de 1964, e, especialmente, pela Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta lei foi criada com o intuito de limitar os gastos públicos nas três esferas de governo, buscando o equilíbrio das contas públicas, como afirmam Cruz, Macedo e Sauerbronn (2013). Segundo Leite, Martins, Alves e Alves (2016), a LRF estabelece fronteiras para os gastos com pessoal e o *deficit* público. De acordo com o art. 1º, § 1º da LRF, a gestão fiscal é a junção de ações planejadas e transparentes que irão prevenir riscos e corrigir possíveis desvios de verbas capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

A gestão fiscal responsável, preconizada pela LRF, foi necessária devido ao desequilíbrio na administração pública e à falta de controle dos gastos públicos por parte de alguns gestores. Cruz *et al.* (2013) afirmam que, durante alguns anos, as contas de muitos municípios brasileiros encontravam-se em situação de descontrole e desequilíbrio, o que provocou pouca eficiência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. Leite *et al.* (2016) seguem afirmando, na mesma linha de raciocínio, que os municípios se defrontavam com problemas econômicos, inflação, baixos recursos e mecanismos pouco eficientes de planejamento, provocando pontos negativos na gestão e no desempenho do resultado fiscal. Os autores supracitados comentam que outro agravante é a má gestão dos recursos, caracterizada pela falta de responsabilidade e compromisso de alguns gestores, o que pode comprometer o equilíbrio das contas públicas.

De acordo com a Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o problema da gestão fiscal não é exclusivo da União, e que os estados e municípios estão à beira da insolvência devido à falta de liquidez. A Firjan destaca que Minas Gerais começou o ano de 2016 com um comprometimento de caixa superior a 100% (Firjan, 2016).

De forma similar ao Brasil, Minas Gerais é caracterizado por diferenças econômicas, geográficas, culturais e sociais. Considerando as suas regiões, de acordo com a Associação dos Municípios Mineiros (AMM) (2014), a região Central responde por quase 50% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, enquanto as regiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce agregam apenas 12,2% do PIB do estado mineiro.

Dessa maneira, conforme Quintela (2011) e Magalhães, Mattos e Wakim (2019), as características regionais, por serem distintas, influenciam nas instituições por conta da cultura, dos valores e do comportamento da sociedade. Os autores afirmam ainda que a forma de administrar o setor público tende a ser influenciada pelas diferenças regionais.

Considerando que o estado de Minas Gerais é marcado por características distintas entre as suas regiões e que as decisões governamentais podem receber influências dessas diferenças regionais, há expectativa de que a gestão das receitas e despesas públicas seja determinada por características econômicas, culturais, institucionais, geográficas e sociais distintas. Diante do exposto, o objetivo da presente pesquisa é analisar o efeito das diferenças regionais na situação fiscal dos municípios mineiros, no período de 2006 a 2016.

Dentro dessa perspectiva, diversos trabalhos foram desenvolvidos no intuito de entender e explicar o comportamento fiscal dos entes públicos. Na literatura internacional, as pesquisas têm sido voltadas para a análise do efeito das regras decorrentes da implementação de leis de responsabilidade fiscal no desempenho fiscal (Afonso & Jalles, 2019; Bergman, Hutchison & Jensen, 2013; Borkakati & Singh, 2021; Sawhney, 2018).

Entre os trabalhos nacionais, é possível citar o estudo de Reis (2015), que aborda como as questões socioeconômicas, demográficas e político-institucionais podem afetar na qualidade da gestão fiscal; Ribeiro (2015), o qual avalia o comportamento fiscal dos estados brasileiros posterior à publicação da LRF, período compreendido entre 2002 e 2012; Leite *et al.* (2016), cujo objetivo é verificar a qualidade da gestão fiscal de municípios; Silva, Souza, Martins e Câmara (2020), que buscam identificar os fatores municipais que explicam o resultado fiscal.

Seguindo, tem-se o estudo de Quintela (2011), que considera o impacto das disparidades regionais nos gastos dos governos estaduais, constatando que as características regionais condicionam a performance e a eficiência na execução orçamentária. Nessa vertente, a pesquisa de Magalhães *et al.* (2019) trata, dentre outros fatores, da influência dos aspectos regionais na situação fiscal.

Mesmo existindo diversos estudos sobre a temática do comportamento fiscal municipal, as discussões, no que se refere à relação entre características regionais e situação fiscal desses entes, ainda são carentes na literatura. Nesse sentido, o atual estudo é relevante para mostrar como os municípios mineiros ajustaram-se às condições atribuídas pela LRF.

Tendo em vista que os municípios mineiros são marcados por características regionais distintas, os resultados da análise desta investigação podem auxiliar na compreensão do poder de determinação dessas características no comportamento fiscal municipal. O presente estudo contribui para os debates sobre a situação fiscal municipal e a responsabilidade fiscal, além de servir de subsídio para rever ou formular normas que regem os recursos públicos, uma vez que todos os municípios devem atender a legislações únicas, independentemente de seu porte populacional, capacidade administrativa, existência ou não de pessoal técnico qualificado, entre outros fatores institucionais.

Este estudo é composto por quatro seções, além desta parte introdutória. A segunda seção aborda a gestão fiscal e os trabalhos correlatos ao tema. A terceira delinea a metodologia empregada e a fonte dos dados. A quarta e quinta seções apresentam as discussões dos resultados e as conclusões do estudo, respectivamente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Fiscal

Diversos países, tanto os desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, nas últimas décadas, para conter as severas crises fiscais, introduziram legislações voltadas para a gestão fiscal, tendo em vista que tais dispositivos determinam que os governos devem adotar ações no sentido de minimizar os *deficits* e dívidas públicas (Sawhney, 2018). A adoção de regras decorrentes das leis de responsabilidade fiscal pelos governos nacionais e subnacionais tem sido considerada um importante instrumento para reestabelecer o equilíbrio das contas públicas (Afonso & Jalles, 2019; Borkakati & Singh, 2021; Sawhney, 2018), ademais, independentemente da meta empregada, é útil na solução de problemas de cunho orçamentário de longo prazo (Bergman *et al.*, 2013).

As normas fiscais são relevantes no intuito de lembrar aos gestores públicos sobre a responsabilidade no trato dos recursos públicos, no entanto, a eficácia e o cumprimento de tais regras têm sido objeto de discussão (Borkakati & Singh, 2021; Heinemann, Moessinger & Yeter, 2018). Ressalta-se que vários estudos encontram associação positiva entre as regras fiscais e a gestão fiscal (Afonso & Jalles, 2019; Borkakati & Singh, 2021; Heinemann *et al.* 2018).

No caso brasileiro, a LRF estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal, utilizando ação planejada e transparente para evitar possíveis *deficits* orçamentários. Magalhães *et al.* (2019) asseguram que a gestão fiscal consiste em atividades que são direcionadas para o orçamento e tem como finalidade analisar, organizar e administrar os recursos públicos. Leite *et al.* (2016) comentam que a LRF traz equivalência entre receitas e despesas públicas para que esses dois fatores encontrem equilíbrio. Diante do exposto, a administração das receitas e despesas de um ente governamental, buscando o equilíbrio entre as contas públicas, pode ser entendida como gestão fiscal.

A LRF se ampara em quatro bases, quais sejam: planejamento, controle, transparência e responsabilidade. Estes instrumentos estão ligados à gestão fiscal. Segundo Cruz (2015), é pela ação planejada e transparente que se efetiva a responsabilidade na gestão fiscal. A referida autora ainda explica que os pilares de controle e responsabilidade estão relacionados à correta destinação dos recursos públicos de acordo com suas respectivas finalidades.

O planejamento possui expressiva importância, pois, conforme disposto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), resulta em três instrumentos, sendo eles: Plano Plurianual (PPA), que estabelece diretrizes, objetivos e metas para a gestão pública por um período de quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a qual define metas, prioridades e orienta a elaboração da proposta orçamentária; e a Lei do Orçamento Anual (LOA), que consiste no orçamento propriamente dito (Giacomoni, 2017).

A relação entre orçamento e planejamento, no Brasil, nem sempre ocorre, visto que muitas entidades públicas elaboram os seus orçamentos de forma incremental, reproduzindo-os ano a ano, com pequenas oscilações nas receitas e despesas públicas (Silva, Nascimento & Silva, 2021). A receita pública consiste em todo recolhimento realizado aos cofres públicos, ainda que a arrecadação lhe pertença ou configure como depositário do valor, enquanto a despesa pública constitui em dispêndios fixados na LOA, destinados a atender a demanda da sociedade por serviços e bens públicos (Kohama, 2016).

Mesmo que a LRF determine limites e metas orçamentárias, e dado que a gestão fiscal é produto da administração das receitas e despesas públicas por parte dos gestores, ela pode ser influenciada por diversos fatores de cunho econômico, político, demográfico, entre outros. No que diz respeito a esse aspecto, Karruz e Moraes (2020) comentam sobre as múltiplas influências no comportamento fiscal, destacando questões estruturais, como nível de arrecadação e tempo de existência do ente federado, bem como os fatores conjunturais relacionados ao tamanho municipal, contexto econômico, demandas por serviços públicos, entre outros.

Nesse sentido, Covre e Mattos (2016) afirmam que, em anos eleitorais, geralmente, há um aumento de despesas orçamentárias e renúncia de receitas, podendo até ocorrer a redução de investimentos. Isso ocorre com o objetivo de obter êxito nas eleições, para manter seu partido no poder ou se reeleger, realizando uma manipulação orçamentária.

Fatores demográficos relativos à taxa de urbanização, população jovem e parcela da população idosa são tratados como determinantes da situação fiscal (Covre & Mattos, 2016; Reis, 2015; Sakurai, 2014), assim como o nível econômico dos entes federativos (Cruz *et al.*, 2013; Magalhães *et al.*, 2019; Marconato, Parré & Coelho, 2021; Reis, 2015). A gestão de variáveis sociais, econômicas e políticas tem a capacidade de melhorar o desempenho fiscal das entidades públicas, visto que a participação social pode se tornar uma forma de reduzir a ação política dos governantes (Reis, Almeida & Miranda, 2018).

Como explicitado por Cruz *et al.* (2013), Quintela (2011) e Magalhães *et al.* (2019), a região geográfica consiste em um fator que apresenta relevante influência na gestão decorrente da execução orçamentária. Assim, Quintela (2011) evidencia que as disparidades regionais permanecem ao longo da história, sendo estas capazes de realizar interferência em decisões e resultados do governo de forma distinta. Desse modo, seus efeitos na gestão fiscal podem ser distintos em cada região, em função de apresentarem características únicas.

2.1.2 Estudos Correlatos

Questionamentos, no que diz respeito à relação entre fatores municipais e a situação fiscal, geraram diversas pesquisas ao longo dos últimos anos, todavia, em função da diversidade de questões sociais, econômicas, políticas, geo-

gráficas e institucionais relacionadas à temática, ainda carece discussão sobre o poder de determinação das diferenças regionais no resultado da execução orçamentária.

Considerando municípios de grande porte, Cruz *et al.* (2013) buscam identificar as características que contribuem para explicar o nível de responsabilidade fiscal. Os autores utilizam dados em painel, para o período de 2002 a 2009, e constatam que os municípios em questão apresentaram um nível rudimentar de responsabilidade fiscal e, além disso, ficou em média 50% abaixo do nível que poderia atingir. Esses mesmos autores demonstram que o nível de responsabilidade está relacionado positivamente com o nível econômico e autonomia financeira e, negativamente, com o grau de endividamento.

Em se tratando dos estados brasileiros, Ribeiro (2015) avalia o comportamento fiscal dos entes públicos no período posterior à promulgação da LRF, até o ano de 2012, utilizando um modelo de dados em painel dinâmico para analisar as principais categorias de receitas e despesas. O autor identifica a manutenção do ajustamento fiscal, na maior parte do tempo analisado, e evidencia que o período em que se teve mais disciplina foi durante a fase de mudança para o novo regime.

Com base no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), Ramos e Silva (2016) analisam a gestão fiscal dos municípios catarinenses. Os autores utilizam as variáveis que compõem o indicador – Receita Própria (RP), Gastos com Pessoal (GP), Investimentos (I), Liquidez (L) e Custo da Dívida (CD) – para realizar o estudo. A pesquisa chega ao resultado de que 73% dos entes públicos estão com gestão em dificuldade ou crítica, além de identificar que, entre os municípios com baixo IFGF, os componentes que mais contribuíram para tal resultado foram a RP e o GP.

Outro estudo que analisa a situação fiscal é o de Leite *et al.* (2016), em que verificam a qualidade da gestão fiscal dos municípios da mesorregião Norte de Minas, no ano de 2013. Os autores analisam os indicadores de gestão fiscal da Firjan para averiguar se a média dos municípios distanciava ou não da média estadual e nacional. Pelos resultados encontrados, nenhum município conseguiu atingir o conceito “A” – gestão de excelência –, o que pode ser devido ao baixo nível de desenvolvimento da região, que possui péssimos indicadores econômicos. Além disso, os autores constatam que os municípios estudados estão abaixo da média nacional, obtendo a pior performance de gestão fiscal.

Covre e Mattos (2016) analisam a situação fiscal dos municípios brasileiros em meio aos ciclos políticos, em que os candidatos aproveitam da política fiscal para aumentar as oportunidades de reeleição ou de eleição. Como modelo, o estudo emprega o painel dinâmico para estimar os resultados, chegando à conclusão de que o alinhamento partidário é necessário para garantir uma situação fiscal boa.

Fundamentada na LRF, a pesquisa de Soares (2016) analisa de que maneira os municípios maranhenses ajustaram-se aos novos moldes de responsabilidade na gestão fiscal. Para atingir este objetivo, foram analisados o IFGF e o Indicador de Realização de Receita Tributária (IRRT). A pesquisa identifica, segundo os parâmetros empregados, que, em comparação com a realidade regional e nacional, os municípios analisados apresentam um baixo índice de arrecadação própria e que, após a promulgação da LRF, estes conseguiram elevar a sua arrecadação.

Ademais, o estudo de Magalhães *et al.* (2019) tem como objetivo analisar em qual medida as diferenças regionais afetavam a situação fiscal dos municípios brasileiros, de 2006 a 2013. Além das *dummies* regionais, que captam as diferenças entre regiões brasileiras, os autores utilizam variáveis econômicas, orçamentárias, políticas e de porte populacional para explicar a situação fiscal municipal. Como resultado, o estudo evidencia que a situação fiscal, ao longo do tempo, teve uma piora, sendo que os seus ocasionadores foram os GP e I, componentes do IFGF. Em relação às variáveis consideradas, foi possível evidenciar que as características regionais afetam os resultados da gestão das receitas e despesas orçamentárias.

Ainda sobre o IFGF, Silva *et al.* (2020) investigam, dentre as diversas características, as que apresentam o poder de explicar o resultado fiscal municipal. Com base nos achados, os autores concluem que o PIB *per capita*, o índice de governança e a localização municipal por região do país foram relevantes para explicar a gestão fiscal, o que não foi possível observar para os fatores representativos de tamanho populacional e nível de desenvolvimento do município.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Unidades de análise e recorte temporal

O presente estudo foi realizado nos municípios de Minas Gerais, nos anos de 2006 a 2016. O estado de Minas Gerais está localizado na região Sudeste do Brasil e possui uma área de 586.521,121 Km², dividido em 853 municípios, de acordo com Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) (2019). O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010, foi de 0,731, o que deixa o estado em 9º lugar em relação aos demais entes federativos. Conforme a Fundação João Pinheiro (FJP) (2018), o PIB de Minas Gerais foi, em 2016, R\$ 544,6 bilhões, ocupando a 10ª posição em relação aos demais estados (IBGE, 2019).

A análise a partir de 2006 se deve ao fato de a LRF ter se tornado obrigatória para todos os municípios brasileiros, independentemente do porte populacional. Anteriormente a 2006, os municípios que possuíssem população inferior a 50.000 habitantes estavam desobrigados a atender alguns requisitos da referida lei. Além disso, a escolha do período de análise considerou o fato de que, a partir do ano de 2017, a metodologia aplicada pela Firjan para o cálculo do índice geral foi alterada, passando a levar em conta apenas quatro indicadores, sendo que, até 2016, o índice era formado por cinco subindicadores.

Na amostra, permaneceram aqueles municípios que apresentaram dados do IFGF em todos os anos estudados, totalizando 610 cidades.

3.2 Modelo Empírico

Para atingir o objetivo da pesquisa, foi utilizado o modelo de dados em painel que, de acordo com Gujarati e Porter (2011), combina séries temporais e corte transversal, possibilitando ter controle sobre a heterogeneidade presente nas observações. Os autores informam que o modelo oferece dados com mais graus de liberdade, menos colinearidade entre as variáveis e mais eficiência.

Considerando a natureza da variável dependente, em que a gestão fiscal, fruto da execução orçamentária, tem como fundamentos o PPA, a LDO e a LOA, a literatura evidencia que a situação fiscal atual pode ser influenciada pela gestão passada, o que se denomina de persistência temporal decorrente das normas contidas na LRF (Covre & Mattos, 2016; Jayme, Reis, & Santolin, 2009; Ribeiro, 2015). Em face ao exposto, é empregado o Modelo de Dados em Painel Dinâmico, que consiste em identificar e mensurar efeitos, que o corte transversal e a série temporal não seriam capazes de detectar quando usados isoladamente, segundo Gujarati e Porter (2011).

Diante disso, o modelo estimado para identificar o efeito das características regionais no Índice de Gestão Fiscal (IGF) dos municípios é descrito na Equação 1:

$$\begin{aligned} IGF_{it} &= \beta IGF_{i,t-1} + \theta DReg_i + \alpha_i + v_t + \varepsilon_{it} \\ i &= 1, \dots, 610 \text{ municípios} \\ t &= 2006, \dots, 2016 \end{aligned} \quad (1)$$

em que: IGF_{it} representa uma variável *proxy* para situação fiscal; $IGF_{i,t-1}$ é a variável dependente defasada; $DReg_i$ são *dummies* que visam captar as características regionais dos municípios que compõem o estado de Minas Gerais; β e θ , os parâmetros a serem estimados; α_i é o efeito específico não observado de cada município; v_t , o efeito específico no tempo que não varia entre os municípios; ε_{it} , o erro aleatório.

Em decorrência da natureza dinâmica da variável dependente e a consequente inserção da gestão fiscal defasada como variável explicativa, o emprego do Modelo de Dados em Painel Dinâmico é necessário para estimar a relação entre as *dummies* e a situação fiscal, tendo em vista a existência de correlação entre a gestão fiscal passada e o efeito específico (α_i) do modelo.

Sendo assim, para controlar esse problema, Arellano e Bond (1991) propõem fazer a primeira diferença da Equação 1. Entretanto, ao utilizar essa alternativa, o efeito específico é eliminado e as *dummies* regionais, conseqüentemente, são excluídas do modelo, por serem invariantes no tempo, de acordo com a Equação 2.

$$\Delta IGF_{it} = \beta \Delta IGF_{i,t-1} + \Delta v_t + \Delta \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Dessa maneira, Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998) aperfeiçoam o estimador, desenvolvendo o Método de Momentos Generalizados (GMM *System*), em que é combinado um sistema de regressões em nível (Equação 1) e em diferença (Equação 2). Em função do GMM sistêmico combinar a equação em nível e a em diferença, ele é utilizado no presente estudo, tendo em vista que, na Equação 1, as variáveis *dummies* não variam no tempo.

As estimativas obtidas pelo GMM sistêmico dependem de testar a autocorrelação dos resíduos de acordo com Arellano e Bond (1991). Os autores propõem um teste em que a hipótese nula é de ausência de autocorrelação de primeira e segunda ordem. Nesse teste, pode-se rejeitar a hipótese nula de correlação serial de primeira ordem, enquanto a hipótese nula de correlação serial de segunda ordem não deve ser rejeitada, o que indica ausência de autocorrelação serial no erro.

3.3 Descrição das variáveis

Na presente pesquisa, a variável explicada, IGF_{it} , representa a gestão fiscal dos municípios do estado de Minas Gerais, no intervalo de 2006 a 2016, que é medida pelo Índice de Gestão Fiscal, divulgado pela Firjan. O IFGF é composto por cinco indicadores, sendo eles: Receita Própria; Gastos com Pessoal; Investimentos; Liquidez; e Custo da Dívida. Dos cinco índices, apenas o Custo da Dívida possui um peso de 10%, sendo que os demais contribuem com 22,5% da composição do índice geral, como consta na Tabela 1.

Tabela 1 - Indicadores que formam o Índice Firjan de Gestão Fiscal

Indicador	Descrição	Fórmula	Peso
Receita Própria (<i>RP</i>)	Mede a capacidade de arrecadação	$RP = \frac{\text{Receita Própria}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	22,5%
Gasto com Pessoal (<i>GP</i>)	Capta a rigidez orçamentária	$GP = \frac{\text{Despesa com Pessoal}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	
Liquidez (<i>L</i>)	Analisa a suficiência de caixa	$L = \frac{\text{Caixa} - \text{Restos a Pagar}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	
Investimento (<i>I</i>)	Mensura a capacidade de investir	$I = \frac{\text{Investimento}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	10%
Custo da Dívida (<i>CD</i>)	Custo da dívida de longo prazo	$CD = \frac{\text{Juros} + \text{Amortização}}{\text{Receita Líquida Real}}$	

Fonte: Elaborada com base em Firjan (2017a).

O IFGF é obtido a partir de uma média ponderada dos cinco indicadores. Tanto para os indicadores como para o índice geral, a pontuação varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, quanto mais se aproxima de 1, melhor é a gestão fiscal do município. Considerando que, na constituição do referido índice, existem indicadores de receita e despesa, esse tipo de análise é possível, em decorrência da parametrização realizada em cada indicador, conforme descrito pela Firjan (2017b).

A Firjan, para facilitar a análise e a comparação do IFGF entre os entes federados, estabeleceu quatro conceitos, de acordo com os níveis de gestão fiscal, como pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2 - Conceitos de Análise do IFGF

Conceito	Gestão	Resultado
A	Excelente	Superior a 0,8 pontos
B	Boa	Entre 0,6 e 0,8 pontos
C	Difícil	Entre 0,4 e 0,6 pontos
D	Crítica	Inferior a 0,4 pontos

Fonte: Elaborada com base em Firjan (2017b).

O IFGF foi escolhido em função de se tratar de um índice sintético que engloba indicadores de cumprimento de limites estabelecidos na legislação fiscal e de execução orçamentária. Além disso, levou-se em consideração o fato de o referido índice já ter sido empregado na literatura nacional como *proxy* da situação fiscal (Covre & Mattos, 2016; Louzано, Abrantes, Ferreira & Zuccolotto, 2019; Ramos & Silva, 2016; Magalhães *et al.*, 2019; Reis, 2015; Silva *et al.*, 2020).

Com o intuito de atender ao propósito da pesquisa, os preditores foram a variável dependente defasada e as *dummies* regionais, como consta na Tabela 3.

Tabela 3 – Variáveis explicativas inseridas no modelo

Variáveis	Descrição	Base Teórica
Índice de Gestão Fiscal ($IGF_{i,t-1}$)	Gestão fiscal defasada	Covre e Mattos (2016) e Magalhães <i>et al.</i> (2019)
Centro-Oeste/Sudeste (CS)	Assume valor 1 se o município <i>i</i> pertence à referida região, e 0, caso contrário	Cruz <i>et al.</i> (2013), Quintela (2011) e Simonassi e Cândido (2008)
Jequitinhonha/Mucuri (JM)	Assume valor 1 se o município <i>i</i> pertence à referida região, e 0, caso contrário	
Mata/Vertentes (MV)	Assume valor 1 se o município <i>i</i> pertence à referida região, e 0, caso contrário	
Noroeste/Alto Paranaíba (NA)	Assume valor 1 se o município <i>i</i> pertence à referida região, e 0, caso contrário	
Norte (NT)	Assume valor 1 se o município <i>i</i> pertence à referida região, e 0, caso contrário	
Central (CT)	Assume valor 1 se o município <i>i</i> pertence à referida região, e 0, caso contrário	
Rio Doce/Vale do Aço (RV)	Assume valor 1 se o município <i>i</i> pertence à referida região, e 0, caso contrário	

Variáveis	Descrição	Base Teórica
Sul (SU)	Assume valor 1 se o município i pertence à referida região, e 0, caso contrário	Cruz <i>et al.</i> (2013), Quintela (2011) e Simonassi e Cândido (2008)
Triângulo (TG)	Assume valor 1 se o município i pertence à referida região, e 0, caso contrário	
<i>Dummies</i> Temporais (v_t)	<i>Dummies</i> representativas de ano para captar o efeito específico no tempo	Covre e Mattos (2016), Magalhães <i>et al.</i> (2019) e Reis <i>et al.</i> (2018)

Fonte: Elaboração própria.

A gestão fiscal defasada, $IGF_{i,t-1}$, destina-se a compreender a dinâmica do comportamento da situação fiscal, de modo a entender como a gestão fiscal passada pode influenciar sobre a atual. Isso se deve ao fato de a medida de gestão fiscal utilizar a ponderação de variáveis fiscais, correlacionadas aos limites estabelecidos pela LRF, em que o resultado de dado mandato é passível de interferência do resultado fiscal do mandato passado (Magalhães *et al.*, 2019). Covre e Mattos (2016) afirmam que incluir um termo de defasagem em primeira instância auxilia o controle de dependência temporal no modelo.

Quanto às *dummies* regionais, Cruz *et al.* (2013), Quintela (2011) e Simonassi e Cândido (2008) apontam que as particularidades regionais, características políticas, administrativas, econômicas, sociais e demográficas podem influenciar os resultados de decisões das governanças. Para captar o efeito das disparidades regionais na situação fiscal dos municípios, as *dummies* foram construídas segundo divisão apresentada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise descritiva da situação fiscal

Vale ressaltar que o IFGF é calculado pela média ponderada de cinco subindicadores, sendo eles: Receita Própria; Gastos com Pessoal; Investimentos; Liquidez; e, Custo da Dívida. De acordo com a Firjan (2017b), esse índice é apresentado em uma escala de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo da unidade, melhor é a gestão, tanto das receitas quanto das despesas, tendo em vista a parametrização realizada pela Federação.

Os municípios que compõem a amostra totalizam 610 cidades, o que representa 71,51% do total de municípios mineiros. Para entender o comportamento da situação fiscal dos municípios mineiros analisados, na Tabela 4, é apresentada a estatística descritiva IFGF, no período de 2006 a 2016.

Tabela 4 - Análise descritiva do índice de gestão fiscal dos municípios

Ano	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Varição Anual do Índice (%)
2006	0,503	0,016	0,157	0,944	-
2007	0,499	0,015	0,124	0,940	-0,749
2008	0,553	0,013	0,262	0,837	9,766
2009	0,469	0,016	0,113	0,822	-17,999
2010	0,528	0,014	0,191	0,802	11,130
2011	0,525	0,015	0,254	0,864	-0,497
2012	0,500	0,016	0,107	0,909	-5,031
2013	0,445	0,016	0,125	0,957	-12,215
2014	0,486	0,013	0,171	0,963	8,293
2015	0,428	0,015	0,111	0,847	-13,417
2016	0,471	0,011	0,130	0,793	9,042
Geral	0,492	0,014	0,159	0,880	-

Fonte: Resultados da pesquisa.

Conforme Tabela 4, percebe-se que os municípios da amostra possuem média do IFGF de 0,49, sendo que o desvio padrão é de 0,014. Dentre os anos estudados, aquele que apresentou o menor valor de resultado fiscal foi o de 2012, registrando um índice de 0,107 no município de São João da Ponte, com uma população aproximada de 25 mil habitantes. Por outro lado, o ano que apresentou maior valor de resultado fiscal foi o de 2014, registrando o valor de 0,963 pelo município de Alvorada de Minas, com uma população em torno de 68 mil habitantes.

Observando a Tabela 4, constata-se que, em 2008, houve a maior média do período estudado, 0,553 pontos, sendo que o município de Muriaé, com população em torno 100 mil habitantes, apresentou o maior IFGF, no valor de 0,837 pontos, e Barroso, com aproximadamente 19 mil habitantes, o menor valor (0,261 pontos), ambos situados na região Mata/Vertentes. O referido ano apresentou um aumento, em relação ao anterior, de aproximadamente 10%, considerando que foi um período em que ocorreram as eleições municipais. No entanto, no ano seguinte, a situação fiscal teve uma queda de cerca de 18%. Diante do exposto, os resultados evidenciam que a situação fiscal tende a ser melhor em ano eleitoral, porém, no período seguinte, geralmente, ocorre uma piora.

Em 2015, foi registrado a menor média do período, 0,428 pontos. O município que apresentou a melhor média, nesse ano, foi Alvorada de Minas, com 0,847 pontos, localizado na região de Jequitinhonha/Mucuri; já o que apresentou menor média foi Estrela Dalva, com 0,110 pontos, situado na região de Mata/Vertentes, sendo que ambos apresentam cerca de 3 mil habitantes.

Os municípios da amostra, de acordo com a Tabela 4, do ano de 2006 para 2016, tiveram uma queda de 1,39% ao ano, passando de 0,503, no primeiro, para 0,471, no último ano analisado.

Na Figura 1, pode ser visualizado o valor médio do IFGF e os indicadores que o compõem, por ano analisado.

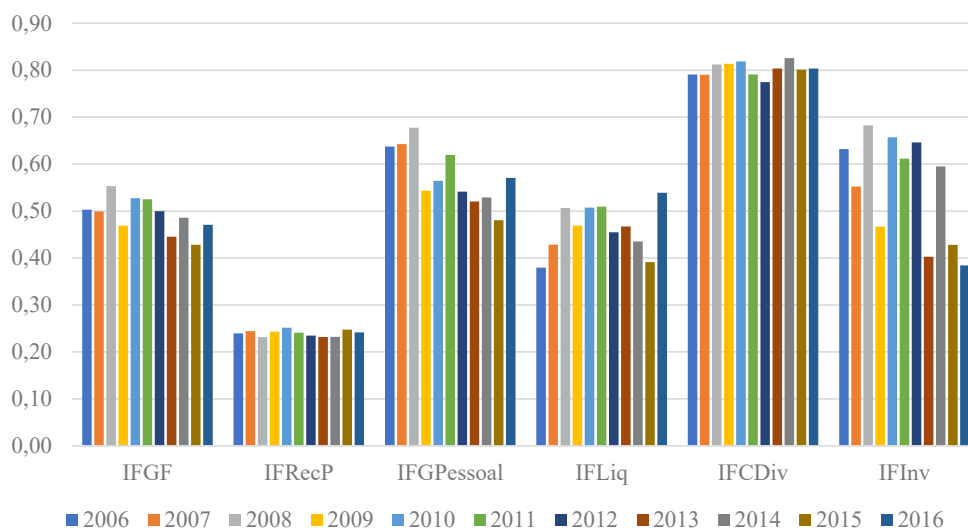


Figura 1 - Índice de Gestão Fiscal dos municípios e seus subindicadores (2006 – 2016)

Fonte: Resultados da pesquisa.

Analisando a Figura 1, verifica-se que os índices de Receita Própria (IFRecP) e de Custo da Dívida (IFCDiv) permaneceram praticamente inalterados, enquanto o índice de Liquidez (IFLiq) apresentou uma melhora, passando de 0,38 para 0,53, do primeiro para o último ano. Por outro lado, o índice Gasto com Pessoal (IFGPessoal) apresentou uma redução de 0,066 pontos, enquanto o índice de Investimentos (IFInv) exibiu uma queda de 0,248 pontos, do primeiro para o último ano.

A partir dos resultados, percebe-se que a queda nos investimentos públicos pode ter contribuído para a piora do resultado fiscal, já que houve diminuição no índice até o último ano da análise. Outro fator que pode ter influenciado para a piora do índice foi o gasto com pessoal, pois alguns dos municípios da amostra não conseguiram cumprir com o limite estipulado pela LRF, de 60% da Receita Corrente Líquida. Assim, constatou-se que, em 2016, 107 municípios receberam nota 0 no índice em questão, ou seja, não cumpriram o limite da LRF, nesse quesito. Para tentar manter o equilíbrio das contas públicas, alguns municípios podem ter utilizado a redução dos investimentos para compensar o aumento do gasto com pessoal.

A Figura 2 mostra o IFGF médio anual de Minas Gerais e de cada região do estado.

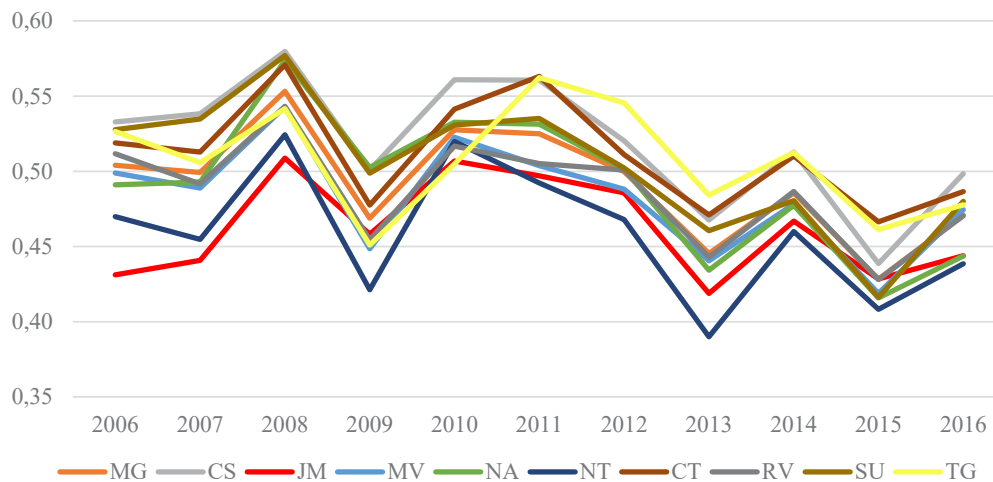


Figura 2 - Índice de Gestão Fiscal Geral dos municípios mineiros e das regiões (2006 – 2016)

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: MG – Minas Gerais; CS – Centro-Oeste/Sudeste; JM – Jequitinhonha/Mucuri; MV – Mata/Vertentes; NA – Noroeste/Alto Paranaíba; NT – Norte; CT – Central; RV – Rio Doce/Vale do Aço; SU – Sul; TG – Triângulo.

Pelos resultados, conforme Figura 2, observa-se que, do primeiro ano da amostra para o último, a região denominada Centro-Oeste/Sudeste (CS) obteve a maior média do IFGF. Por outro lado, a região do Jequitinhonha/Mucuri (JM), no primeiro ano, apresentou menor valor, estando ela entre as três que tiveram pior situação fiscal no último ano da amostra. Cabe destacar que, no último ano, a região Norte (NT) obteve o menor resultado, 0,439 pontos. Seguindo a análise, nota-se que o índice da região Centro-Oeste/Sudeste é superior ao índice médio do estado em 0,028 pontos, enquanto o índice da região Norte é inferior, em relação à média estadual, em 0,032 pontos. A Tabela 5 apresenta o agrupamento dos municípios de acordo com as regiões mineiras e critérios estabelecidos pela Firjan, para o ano de 2016.

Tabela 5 - Classificação dos municípios de acordo com os critérios definidos pela Firjan, no ano de 2016

Regiões	Crítica IGF<0,4	Difícil 0,4≥IGF<0,6	Boa 0,6≥IGF<0,8	Excelente IGF≥0,8	Total
Centro-Oeste/ Sudeste	12	41	15	0	68
Jequitinhonha/ Mucuri	15	34	2	0	51
Noroeste/Alto Paranaíba	12	25	1	0	38
Rio Doce/Vale do Aço	17	58	9	0	84
Mata/Vertentes	22	68	11	0	101
Triângulo	5	22	4	0	31
Central	13	38	10	0	61
Norte	20	40	3	0	63
Sul	17	83	13	0	113
Total	133	409	68	0	610

Fonte: Elaborada com base em Firjan (2016).

Ao comparar as regiões, nota-se que, de um lado, têm-se as regiões Centro-Oeste e Sudeste, Central, Sul e Triângulo que, na média, tiveram melhores resultados fiscais e, de outro, as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte, com piores desempenho na gestão das receitas e despesas orçamentárias. O primeiro grupo de regiões é composto por municípios que apresentam melhores condições econômicas, possibilitando maior capacidade de arrecadação própria. Já o segundo grupo, em decorrência de sua limitada geração de riqueza, possui baixa capacidade de geração de receitas, tendo uma maior dificuldade de atender às necessidades da população.

Do total de municípios da amostra (610), aproximadamente 22% deles estão classificados em situação crítica, índice inferior a 0,4, segundo critérios estabelecidos pela Firjan. Ainda com base na Tabela 5, nota-se que 67% dos municípios mineiros estudados (409) estão em situação difícil, com valores do índice de situação fiscal entre 0,4 e 0,6. Uma pequena parcela da amostra (11,15%) apresenta situação fiscal boa. Um ponto que chama a atenção é que, ao analisar em torno de 71% dos municípios mineiros, nenhum atingiu os critérios para estar em situação de excelência, independente da região a que pertença.

Pela Tabela 5, percebe-se, ainda, que as regiões Mata/Vertentes e Norte são as que possuem maior número de municípios em situação crítica, sendo 16,54% (22) e 15,04% (20), respectivamente. Destaca-se que a região Triângulo é a que possui menor número de municípios em situação crítica, totalizando 3,76% (5). As regiões Sul, Mata/Vertentes e Rio Doce/Vale do Aço registraram a maior quantidade de municípios com situação fiscal difícil, correspondendo a 20,29%, 16,63% e 14,18%, respectivamente, de um total de 409 cidades. Já em situação boa, as regiões Centro-Oeste/Sudeste e Sul foram as que apresentaram maior número de municípios, com 22,06% e 19,12%, respectivamente, de um total de 68 cidades que tiveram IFGF entre 0,6 e 0,8.

Diante do exposto, nota-se que, no ano de 2016, boa parte das cidades mineiras tiveram situação crítica ou difícil em termos de gestão fiscal, correspondendo a 542 prefeituras, das 610 pesquisadas (89%). Esses achados podem ser explicados pela dificuldade de arrecadação própria por parte desses municípios, uma vez que o indicador de Receita Própria apresentou o pior desempenho, entre os cinco que formam o IFGF. Destaca-se que esses municípios com baixa capacidade de geração de receita para suprir seus gastos mínimos ficam cada vez mais dependentes de transferências intergovernamentais, como o Fundo de Participação dos Municípios, para atender aos anseios da população.

4.2 Influência das diferenças regionais na situação fiscal

Para atingir o objetivo proposto, as variáveis binárias referentes às regiões Central, Noroeste/Alto Paranaíba, Mata/Vertentes, Rio Doce/Vale do Aço, Jequitinhonha/Mucuri, Triângulo, Sul, Centro-Oeste/Sudeste e Norte foram consideradas como condicionantes dos resultados de gestão fiscal, de modo a captar o efeito das especificidades regionais na gestão das receitas e despesas governamentais. Na Tabela 6, estão os resultados da estimativa.

Ao aplicar o teste de autocorrelação dos resíduos, proposto por Arellano e Bond (1991), de acordo com a Tabela 6, rejeita-se a hipótese nula de ausência de autocorrelação de primeira ordem, no entanto, não se rejeita a hipótese de ausência de autocorrelação de segunda ordem, como almejado na estimação do GMM sistêmico. No que diz respeito aos instrumentos, efetuou-se o teste de Hansen em diferença, que avalia a exogeneidade de grupos de instrumentos. Assim, a hipótese de que os instrumentos são exógenos não é rejeitada, indicando adequação dos instrumentos.

Tabela 6 - Resultado das estimativas do modelo de painel dinâmico

Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão
Gestão Fiscal _(t-1)	0,441***	0,028
Gestão Fiscal _(t-2)	0,077***	0,026
Centro-Oeste/Sudeste	0,004 ^{NS}	0,009
Jequitinhonha/Mucuri	-0,017*	0,009
Noroeste/Alto Paranaíba	-0,010 ^{NS}	0,010
Rio Doce/Vale do Aço	-0,010 ^{NS}	0,008
Mata/Vertentes	-0,013*	0,008
Triângulo	-0,007 ^{NS}	0,011
Norte	-0,023***	0,008
Sul	-0,008 ^{NS}	0,008
Constante	0,328***	0,024

Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão
Autocorrelação de primeira ordem		P-valor = 0,000
Autocorrelação de segunda ordem		P-valor = 0,201
Teste de Hansen em diferença		0,016
Número de municípios		610
Número de instrumentos		33

Fonte: Resultado da pesquisa.

Notas: i. *** Significativo a 1%; * Significativo a 10%; NS não significativo; ii. Estimativas do GMM sistêmico em dois estágios, com correção de amostra proposta por Windmeijer (2005) para viés nos erros padrão; iii. Foram considerados 610 municípios, no período de 2006 a 2016; iv. Na estimativa, foram incluídas *dummies* temporais, em que o ano de 2008 foi referência. Todos os anos apresentaram coeficientes significativos e positivos; v. A região de controle foi a Central.

Considerando as variáveis que visam captar o efeito das decisões dos gestores em períodos anteriores à situação fiscal atual, constata-se que os coeficientes foram significativos e positivos. Isso evidencia que a situação fiscal presente recebe influência positiva de pelo menos dois períodos anteriores, especialmente, nas decisões dos gestores do ano anterior, o que confirma o comportamento dinâmico da gestão das receitas e despesas orçamentárias, decorrente do processo integrado de planejamento presente no setor público. Resultado similar foi encontrado nos estudos de Covre e Mattos (2016) e Magalhães *et al.* (2019).

Na estimação, a região Central foi tida como referência, portanto, os coeficientes estimados indicam as diferenças das demais regiões em comparação com a Central. Levando em conta os resultados das *dummies* regionais, nota-se que as características regionais de Mata/Vertentes, Jequitinhonha/Mucuri e Norte são distintas das da região Central, interferindo na situação fiscal. Sendo assim, existem diferenças significativas na gestão fiscal dos municípios dessas regiões, em comparação com a dos municípios da região de referência.

Esse achado reforça os resultados da situação fiscal encontrado para as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte, que apresentaram piores índices de gestão fiscal em relação, por exemplo, à região Central. Os resultados são semelhantes ao encontrado por Magalhães *et al.* (2019), ao analisarem a relação entre situação fiscal e características regionais dos municípios brasileiros, visto que os autores evidenciam que os municípios pertencentes às regiões Norte e Nordeste, devido às suas peculiaridades, apresentam resultado fiscal inferior aos que compõem a região Sul.

As demais regiões (Nordeste, Rio Doce, Triângulo, Sul e Centro-Oeste) não apresentaram significância, demonstrando, assim, que não há diferença estatística na gestão fiscal dos municípios pertencentes a essas regiões, em comparação com os localizados na região Central. Portanto, o fato de um município pertencer a uma dessas últimas regiões não faz com que sua situação fiscal seja pior ou melhor, em relação à região Central.

Quintela (2011), embora tenha analisado o gasto público dos estados, comparando as regiões brasileiras, constatou que as regiões menos desenvolvidas apresentaram resultados inferiores à sua região base, que foi a Sudeste. Portanto, os estudos supracitados confirmam os resultados encontrados, em que os municípios das regiões Mata/Vertentes, Jequitinhonha/Mucuri e Norte obtiveram pior situação fiscal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa possibilitou entender como está a situação fiscal dos municípios mineiros, no período de 2006 a 2016, levando em consideração as diferenças regionais. Com o intuito de atingir o objetivo da pesquisa, primeiro, foram levantados os municípios por região e, para captar as características diferentes entre as regiões, foram utilizadas as *dummies* regionais. Dessa maneira, foi aplicado o Modelo de Dados em Painel Dinâmico para estimar o poder de determinação das especificidades regionais na situação fiscal dos municípios.

Pelos resultados, constatou-se que a situação fiscal dos municípios mineiros analisados apresentou uma piora ao longo do período. Com isso, percebe-se a necessidade de ações, por parte do estado, juntamente com os municípios, para proporcionar melhores condições administrativas e técnicas, principalmente em regiões onde foi identificada uma situação fiscal pior, por exemplo, as regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri.

Adicionalmente, os resultados evidenciaram que a situação fiscal atual recebe influência das ações governamentais relacionadas à gestão das receitas e despesas públicas do passado, o que decorre do processo orçamentário pautado em planos e programas de governo.

Embora todos os municípios, independentemente do porte populacional, condições econômicas e institucionais e capacidade técnica, sejam regidos por normas únicas, a presente pesquisa identificou que municípios pertencentes às regiões menos desenvolvidas, como Jequitinhonha/Mucuri e Norte, apresentam situação fiscal inferior à da região Central. Esses achados, evidenciam que as características regionais podem influenciar no resultado decorrente da gestão orçamentária. Diante disso, é necessária uma visão delicada de cada região e município, levando em conta a capacidade de obter recursos e utilizá-los de maneira adequada, bem como auxiliar aqueles municípios que não possuem tamanha

capacidade de angariar recursos para realizar investimentos públicos, em comparação com os grandes municípios, devido à sua capacidade técnica.

Por outro lado, o fato de um município pertencer a uma região um pouco mais desenvolvida economicamente não faz com que os resultados fiscais sejam diferentes, em comparação com a região Central de Minas Gerais.

Considerando a importância de uma gestão fiscal responsável, no sentido de equilibrar as receitas e despesas orçamentárias, sem prejuízo na oferta de bens e serviços públicos e que a capacidade de geração de receita municipal é crucial para a melhora das contas públicas, o presente trabalho conclui que os gestores devem levar em conta as especificidades regionais do estado, no momento de formular as suas políticas públicas.

Como limitação da pesquisa, pode-se citar o fato de a análise do efeito das características regionais sobre a situação fiscal ter compreendido um curto período, bem como a inexistência de variáveis de controle para a provisão de bens e serviços públicos. Diante do exposto, para pesquisas futuras, sugere-se a inclusão de outras variáveis, como exemplo, número de leitos hospitalares, matrículas na rede municipal, nível de escolaridade da população, com o intuito de verificar o comportamento dos resultados.

REFERÊNCIAS

- Afonso, A., & Jalles, J. T. (2019). Fiscal rules and government financing costs. *Fiscal Studies*, 40(1), 71-90. <https://doi.org/10.1111/1475-5890.12182>
- Arellano, M. & Bond, S. (1991). Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *Review of Economic Studies*, 58(2), 277-297. <https://doi.org/10.2307/2297968>
- Arellano, M., & Bover, O. (1995). Another look at the instrumental variable estimation of error-components models. *Journal of Econometrics*, 68 (1), 29-51. [https://doi.org/10.1016/0304-4076\(94\)01642-D](https://doi.org/10.1016/0304-4076(94)01642-D)
- Associação Mineira de Municípios. (2014). *Caracterização econômica das regiões de planejamento*. Recuperado em 22 setembro, 2018, de <https://portalamm.org.br/caracterizacao-economica-das-regioes-de-planejamento/>
- Bergman, M., Hutchison, M., & Jensen, S. (2013). Do sound public finances require fiscal rules or is market pressure enough? [Economic Paper, nº 489]. *European Economic*, European Union. Recuperado em 12 fevereiro, 2022, de ec.europa.eu/economy_finance/publications
- Blundell, R., & Bond, S. (1998). Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, 87, 115-143. [https://doi.org/10.1016/S0304-4076\(98\)00009-8](https://doi.org/10.1016/S0304-4076(98)00009-8)
- Borkakati, S., & Singh, K. G. (2021). Fiscal responsibility law and subnational finance in India - An analysis of Assam's fiscal scenario. *Economic Horizons*, 23 (1), 71-83. DOI:10.5937/ekonhor2101071B
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Recuperado em 20 setembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Covre, J., & Mattos, L. B. de. (2016, dezembro). A situação fiscal e os ciclos políticos nos municípios brasileiros: uma análise a partir de dados em painel dinâmico espacial. *Anais do Encontro Nacional de Economia*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 44.
- Cruz, C. F. da. (2015). *Responsabilidade na gestão fiscal: um estudo em grandes municípios com base nos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal no período de 2010-2013*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25062015-094403/pt-br.php>
- Cruz, C. F. da, Macedo, M. A. da S., & Sauerbronn, F. F. (2013). Responsabilidade fiscal de grandes municípios brasileiros: uma análise de suas características. *Revista de Administração Pública*, 47(6), 1375-1399. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000600003>
- Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro. (2016). *A Situação Fiscal dos Estados Brasileiros*. Recuperado de <http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8A555B47FF015578AF126AA9>
- Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro. (2017a). *Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF): Metodologia*. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://www.firjan.com.br/data/files/E2/82/21/A0/9AF3E5107210A3E5A8A809C2/Anexo%20Metodo%20C3%B3gi-co%20IFGF%202017.pdf>
- Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro. (2017b). *Índice Firjan De Gestão Fiscal (IFGF): Recorte Municipal Abrangência Nacional*. Recuperado de http://www.firjan.com.br/data/files/4A/B0/A3/B1/C4CCD51063C6AAD5A8A809C2/IFGF%202017%20-%20An_lise%20Especial%20-%20Vers_o%20Completa.pdf
- Fundação João Pinheiro. (2018). *Produto Interno Bruto dos municípios de Minas Gerais*. Recuperado de <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/890-serie-estatistica-a-informacoes-n-16-produto-interno-bruto-de-minas-gerais-2016site/file>
- Giacomoni, J. (2017). *Orçamento público*. (17a ed). Rio de Janeiro: Atlas.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. (5a ed., D. Durante, M. Rosemberg, & M. L. G. L. Rosa, Trad.). Porto Alegre: Mc Graw Hill. (Obra original publicada em 2008)
- Heinemann, F, Moessinger, M. D., & Yeter, M. (2018). Do fiscal rules constrain fiscal policy? A meta-regression analysis. *European Journal of Political Economy*, 51, 69-92. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2017.03.008>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Panorama - 2019*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>

- Jayme, F. G., Jr., Reis, J. C., & Santolin, R. (2009). Lei de Responsabilidade Fiscal e implicações na despesa de pessoal e de investimento nos municípios mineiros: um estudo com dados em painel dinâmico. *Estudos Econômicos*, 39(4), 895-923. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612009000100002>.
- Karruz, A. P., & Moraes, A. M. (2020). Gestão local e seu impacto no desempenho fiscal: análise dos municípios mineiros. *Revista do Serviço Público*, 71(1), 92-139. <https://doi.org/10.21874/rsp.v71i1.3777>
- Kohama, H. (2016). *Contabilidade pública: teoria e prática*. (15a ed.). São Paulo: Atlas.
- Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. (2000) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Recuperado em 08 setembro, 2018, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm
- Leite, G. A. F., Martins, F. S. A., Alves, F. O., & Alves, J. A. R. (2016, agosto/setembro). Indicadores de qualidade da gestão fiscal pública dos municípios da mesorregião Norte de Minas. *Anais do Seminário sobre Economia Mineira*, Diamantina, MG, Brasil, 17.
- Louzano, J. P. de O., Abrantes, L. A., Ferreira, M. A. M., & Zuccolotto, R. (2019). Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53(3), 610-627. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180139>
- Magalhães, E. A. de, Mattos, L. B. de, & Wakim, V. R. (2019). Gestão fiscal nos municípios brasileiros: uma análise das diferenças regionais. *Revista Econômica do Nordeste*, 50, 9-29. Recuperado de <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/915>
- Marconato, M., Parré, J. L., & Coelho, M. H. (2021). Dinâmica financeira dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 55(2), 378-394. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200041>
- Quintela, M. C. de A. (2011). *Gasto público social dos estados brasileiros: um estudo sob a ótica da eficiência técnica*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. Recuperado de <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/146>
- Ramos, I. da S., & Silva, T. L. da. (2016). Gestão fiscal dos municípios catarinenses: uma análise descritiva dos indicadores FIRJAN. *Cad. Fin. Pública*, (15), 175-196. Recuperado de <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3818/1/Cadernos%20de%20Finan%c3%a7as%20P%c3%bablicas%20n.%2016%20Dez%202016.pdf>
- Reis, A. de O. (2015). *Corrupção e Qualidade na Gestão Fiscal*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. Recuperado de <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/7566>
- Reis, A. de O., Almeida, F. M. de, & Miranda, M. S. (2018, outubro). Descentralização e qualidade da gestão fiscal nos municípios mineiros. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Curitiba, PR, Brasil, 42. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/328201677_Descentralizacao_e_Qualidade_da_Gestao_Fiscal_nos_Municipios_Mineiros
- Ribeiro, M. B. (2015). *Avaliação do comportamento fiscal dos governos estaduais brasileiros no período posterior à Lei de Responsabilidade Fiscal (2002-2012)*. [Texto para Discussão, n. 2149]. Brasília, DF: IPEA.
- Sakurai, S. N. (2014). Superavit e déficit fiscal dos municípios brasileiros: uma aplicação do modelo de viés de seleção em painel. *Nova Economia*, 24(3), 517-540. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/1505>
- Sawhney, U. (2018). An Analysis of Fiscal Policy in an Emerging Economy: innovative and Sustainable Fiscal Rules in India. *Upinder. Millennial Asia*, 9(3), 295-317. DOI: 10.1177/0976399618805629
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (n.d.). *O Sebrae em Minas Gerais*. Recuperado de https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/quem_somos?codUf=14
- Simonassi, A. G., & Cândido, J. O., Jr. (2008). *Desempenho fiscal e os impactos sobre as responsabilidades fiscal e social nos estados e regiões brasileiras*. [Texto para Discussão, n. 1323]. Brasília, DF: IPEA.
- Silva, M. C. da, Nascimento, J. C. H. B. do, & Silva, J. D. G. da. (2021). Fatores determinantes da política de execução orçamentária no Brasil (1980-2018). *Contabilidade Vista & Revista*, 32(1), 104-131. <https://doi.org/10.22561/cvr.v32i1.5617>
- Silva, M. C. da, Souza, F. J. V. de, Martins, J. D. M., & Câmara, R. P. de B. (2020). Fatores explicativos da gestão fiscal em municípios brasileiros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(42), 26-37. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n42p26>
- Soares, E. do C., Jr. (2016). *A situação fiscal dos municípios maranhenses após a Lei de Responsabilidade Fiscal: uma avaliação com ênfase nas receitas próprias*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, MA. Recuperado de <http://tede.br.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1492>
- Windmeijer, F. (2005). A finite sample correction for the variance of linear efficient two-step GMM estimators. *Journal of Econometrics*, 126 (1), 25-51. <https://doi.org/10.1016/j.jeconom.2004.02.005>

CAPACIDADE DE RESILIÊNCIA ORGANIZACIONAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

ORGANIZATIONAL RESILIENCE AND ACCOUNTABILITY CAPACITY OF THIRD SECTOR ENTITIES

O artigo foi aprovado e apresentado no 18º Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade, realizado pela Universidade de São Paulo (USP), nos dias 28 a 30 de julho de 2021, de forma online.

RESUMO

Este trabalho identificou a associação existente entre a capacidade de resiliência organizacional e a prestação de contas em entidades do terceiro setor cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social da Grande Florianópolis, no contexto de pandemia decorrente do vírus Sars-Cov-2. O isolamento social, adaptação no método de realização das atividades e a realização de prestação de contas tiveram que ser mantidas a partir da capacidade de resiliência organizacional de tais entidades. Para obter os dados necessários para o estudo, foi elaborado questionário que envolveu questões sobre resiliência organizacional, prestação de contas e variáveis de controle situacionais. O questionário foi enviado por e-mail para 86 entidades e destas, 22 responderam. Com as respostas obtidas, foram realizadas estatísticas descritivas e análise de correlação de Pearson. Na análise dos resultados, foi possível observar que as entidades conseguiram manter a resiliência na organização, que são capazes de tomar decisões não convencionais e que as pessoas possuem um forte senso de equipe. O resultado obtido no teste de correlação, mostrou que apenas a resiliência contextual apresenta significativa correlação positiva com a prestação de contas. Sendo possível aceitar a hipótese da existência de correlação entre resiliência contextual e prestação de contas em entidades do terceiro setor. O estudo mostra as adequações nas operações das unidades do terceiro setor, mostra a resiliência das entidades que conseguiram manter em dia os relatórios e prestação de contas e avança ao abordar sobre resiliência organizacional em entidades do terceiro setor em período de pandemia do coronavírus.

Palavras chave: Terceiro setor, Pandemia, Prestação de contas, Resiliência organizacional.

ABSTRACT

This work identified the association between organizational resilience capacity and accountability in third sector entities registered with the Conselho Municipal de Assistência Social of Greater Florianópolis, in a pandemic context resulting from the Sars-Cov-2 virus. Social isolation, adaptation in the method of carrying out activities and accountability had to be maintained based on the organizational resilience capacity of such entities. To obtain the necessary data for the study, a questionnaire was developed that involved questions about organizational resilience, accountability and situational control variables. The questionnaire was sent by e-mail to 86 entities and of these, 22 responded. With the answers obtained, descriptive statistics and Pearson's correlation analysis were performed. In the analysis of the results, it was possible to observe that the entities managed to maintain resilience in the organization, that they are able to make unconventional decisions and that people have a strong sense of team. The result obtained in the correlation test showed that only contextual resilience has a significant positive correlation with accountability. It is possible to accept the hypothesis of the existence of a correlation between contextual resilience and accountability in third sector entities. The study shows the adjustments in the operations of the third sector units, shows the resilience of the entities that managed to keep up to date reports and accountability and advances in addressing organizational resilience in third sector entities in the period of the coronavirus pandemic.

Keywords: Third sector, Pandemic, Accountability, Organizational resilience.

Beatriz Bonin Martins

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua na área contábil e fiscal desde 2019, com foco em escritórios contábeis. E-mail: beatrizboninmartins@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8896746123791146>. ORCID: 0000-0002-3414-3697

Viviane Theiss

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB (2010), mestrado em Ciências Contábeis pela FURB (2012) e doutorado em Contabilidade pela UFSC (2019). Atua como professora Adjunta - DE no Departamento de Ciências Contábeis da UFSC e também do mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Controle de Gestão (PPGG). E-mail: theissviviane@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2395046366658515>. ORCID: 0000-0002-2450-9704

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor é composto por entidades e organizações privadas sem fins lucrativos, as atividades de algumas destas entidades servem como complementação da atividade do Estado, apesar de não possuírem vínculo direto. Atuam nas áreas em que existem carência da ação do Governo, por conta da grande demanda exigida pela sociedade, como a área de educação, cultura, assistência social, esportes e outras diversas (Pimentel, 2017).

Para Carneiro, Oliveira e Torres (2011), a prestação de contas se tornou fator essencial para entidades do terceiro setor, pois se não houver responsabilidade para elaborar e divulgar as informações referentes a organização, os doadores não serão incentivados para continuarem doando e correm o risco de não atraírem novos investidores.

No cenário de pandemia, em ocorrência do vírus SARS-CoV-2 (COVID-19), o isolamento social e as medidas de *lockdown* foram implementados em diversos lugares. Inclusive as entidades de terceiro setor, que precisaram se adaptar e inovar no método de realização de suas atividades. Para manterem funcionamento, a Norma Técnica nº. 67 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que muitas entidades do Brasil adotaram novas medidas de divulgação dos seus trabalhos, inovaram na forma de arrecadação de recursos e na prestação de contas (Natalino & Pinheiro, 2020).

Assim, a capacidade de resiliência organizacional precisou ser empreendida para a continuidade das atividades. Para Lengnick-Hall Beck & Lengnick-Hall (2011), resiliência organizacional caracteriza-se pela capacidade que a empresa apresenta de aprender, evoluir e desenvolver novas habilidades em meio a momentos de instabilidade. Comumente a resiliência está ligada à concorrência e à habilidade de superar as dificuldades e sair ainda mais forte, contudo essa capacidade de resiliência também pode ser empregada em outras áreas.

As entidades do terceiro setor, para conseguirem ou manterem a obtenção de recursos à sua manutenção, precisam realizar seu controle e a elaboração de relatórios na prestação de contas de suas atividades para órgãos reguladores (Ananias, Mesquita, Diário & Cruz, 2020). Com a pandemia, houve um desafio para essas entidades, a se adaptarem para manterem a prestação de contas em dia, e garantirem a sua continuidade operacional, na qual muitas organizações sem fins lucrativos relataram redução na arrecadação de recursos, diminuição nas doações e dificuldade em realizar suas atividades-fim (Agência do Bem, 2020).

Em meio as evidências apresentadas, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: qual a associação existente entre a capacidade de resiliência organizacional e a prestação de contas em entidades do terceiro setor, a partir dos impactos causados pela Covid-19? Desta forma, elaborou-se o objetivo deste estudo, que é identificar a associação entre a capacidade de resiliência organizacional e a prestação de contas em entidades do terceiro setor cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social da Grande Florianópolis.

O estudo avança com a literatura sobre capacidade de resiliência organizacional. Estudos anteriores abordam o termo no contexto de capacidade estratégica para um melhor desempenho em empresas de tecnologia da informação (Nogueira & Hallal, 2013). Outros estudos também abordam a capacidade de resiliência organizacional na inovação e no desempenho dos produtos de empresas privadas (Akgün & Keskin, 2014). Assim como, examinam os reflexos dos Sistemas de Controle Gerencial (SCGs) habilitantes e coercitivos na resiliência organizacional, nas dimensões cognitiva, comportamental e contextual em eventos de reorganizações societária de Fusões e Aquisições no Brasil (Beuren & Santos, 2019). Entretanto, é preciso verificar a capacidade de resiliência organizacional em entidades de terceiro setor, para verificar se tais entidades possuem a capacidade de se manterem resilientes durante períodos de instabilidades.

Neste contexto, o que motiva a presente pesquisa é saber se entidades de terceiro setor apresentaram capacidade de resiliência organizacional e mantiveram as prestações de contas, no período da pandemia, para garantir recursos e sua continuidade, com a possibilidade de repasse de benefícios nesse momento particular de emergência.

O estudo também avança na literatura sobre prestação de contas de entidades do terceiro setor no Brasil. Estudos verificaram como estas entidades na área de assistência social praticam a *accountability* (Brito & Perez, 2014). Silveira e Borba (2007) analisam a conformidade das prestações de contas com as normas contábeis estabelecidas das fundações da área de Educação e Pesquisa de Santa Catarina. Estudos empíricos como Dall’Agnol Tondolo, Tondolo e Sarquis (2017) e Ananias *et al.* (2020) buscaram compreender casos em que a transparência e a prestação de contas contribuem na arrecadação de recursos nas organizações sociais. Mesmo assim, é preciso verificar a prestação de contas em entidades de terceiro setor em períodos controversos, como o da pandemia da Covid-19, para observar quais os reflexos práticos causados por esses períodos (Agência do Bem, 2020).

O estudo justifica-se em trazer maior visibilidade ao terceiro setor e mostrar como as entidades que o compõe se adaptaram durante períodos de grandes instabilidades. As contribuições práticas se mostram ao demonstrar as adequações nas operações em unidade de negócio/entidade de terceiro setor, cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, em decorrência da Covid-19.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Resiliência Organizacional em Tempos de Pandemia

De acordo com o site do Ministério da Saúde, o coronavírus causa doenças respiratórias, e sua mais recente “mutação” foi descoberta no final do ano de 2019 na China, quando foram descobertos casos da doença na cidade Wuhan.

Durante a coletiva de imprensa *Sapphire Now* (2020), o CEO da empresa alemã SAP de gestão empresarial, Christian Klein, afirmou que a resiliência é a principal lição trazida pela Covid-19 às empresas. Segundo ele, a forma de funcionamento do mundo dos negócios e a forma de trabalho irão mudar. A mesma reflexão, vale para as demais entidades e tipos de organizações.

O termo resiliência possui diversos significados para cada área em que é aplicada. Na área organizacional, Lengnick-Hall *et al.* (2011) dizem que a resiliência é a capacidade que as organizações têm de apresentarem respostas frente a momentos de instabilidade, de se adaptar e se manter durante o momento de crise. A resiliência está diretamente ligada à habilidade de superar as dificuldades e sair ainda mais forte (Lengnick-hall *et al.*, 2011).

Conforme a organização desenvolve sua capacidade de resiliência, passa a utilizar certas dimensões da resiliência: cognitiva, comportamental e contextual. Akgün e Keskin (2014) descrevem que a resiliência cognitiva permite que a organização note, interprete, analise e formule respostas que vão além de sua sobrevivência. A resiliência comportamental representa o que faz a organização funcionar, com elementos de ações e hábitos ou rotinas funcionais, como desenvolvimento aprendida, agilidade improvisada, hábitos práticos e preparação comportamental. A resiliência contextual representa a segurança psicológica, o capital social, criação de responsabilidades e uma ampla rede de recursos.

Beuren e Santos (2019) examinaram os reflexos dos Sistemas de Controle Gerencial (SCGs) habilitantes e coercitivos na resiliência organizacional, em suas dimensões cognitiva, comportamental e contextual em eventos de reorganizações societária de Fusões e Aquisições no Brasil. Foi possível observar com os resultados que os controles habilitantes influenciam positivamente em todos os tipos de resiliência, com exceção da segurança psicológica que obteve coeficiente negativo.

Nogueira e Hallal (2013) identificaram se as organizações que atuam no setor de Tecnologia da Informação (TI), desenvolvendo pesquisa e inovação, apresentam a capacidade resiliente de forma estratégica para melhorar o desempenho organizacional e identificaram que existe a presença da resiliência organizacional na capacidade estratégica para um melhor desempenho das empresas de tecnologia da informação na cidade de Caçador, Santa Catarina.

No momento de pandemia, as organizações tiveram de se reinventar para continuar em funcionamento. Aquelas que estavam previamente preparadas e que poderiam se adaptar ao novo modelo de trabalho *home office*, conseguiram se estabilizar de uma forma mais rápida. Porém, nem todas as empresas podem trabalhar em *home office*, algumas necessitam do trabalho presencial para o pleno funcionamento das atividades (Natalino & Pinheiro, 2020).

Em pesquisa realizada pela Agência do Bem (2020), que contou com a colaboração de 231 diretores de entidades da Rede do Bem, revelou que cerca de 67% das entidades obtiveram queda de arrecadação acima de 50% com a pandemia e 83% correm riscos de encerrarem suas atividades, em que apenas 1% das entidades que responderam ao questionário, continuaram com suas atividades normais durante a pandemia, ao mesmo tempo que 72% delas paralisaram totalmente.

Além disso, conforme apresentado na ITG 2002 - R1, as entidades do terceiro setor apresentam como obrigações, mostrar a sua prestação de contas para os doadores e investidores. Entretanto, diante do surgimento do Covid-19, nem todas as entidades se mantiveram completamente ativas, e nem todas conseguiram continuar com suas receitas regulares ou tiveram que se adaptar ao novo contexto (Agência do Bem, 2020; Natalino & Pinheiro, 2020). Nesse sentido, formulam-se a seguinte hipótese deste estudo:

H1a: existe correlação positiva entre resiliência cognitiva e prestação de contas em entidades do terceiro setor.

Lengnick-Hall *et al.* (2011) apresentam argumentos que para as empresas que possuam a resiliência cognitiva, devem ser capazes de lidar com a realidade e questionar assuntos fundamentais. Neste contexto, as entidades sem fins lucrativos tiveram de continuar a realizar as obrigações de prestar contas, mesmo com as dificuldades da realidade (Carneiro, Oliveira & Torres, 2011; Brito e Perez, 2014; Dall'Agnol Tondolo, Tondolo & Sarquis, 2017; Ananias, *et al.*, 2020). Logo, espera-se que essa hipótese seja aceita, pois entidades formadas por pessoas com capacidade de resiliência cognitiva demonstram compreensão em realizar prestações de contas para órgãos responsáveis.

Lengnick-Hall *et al.* (2011), também destacam como capacidade da resiliência organizacional a dimensão comportamental, voltada para o comportamento dos indivíduos dentro das organizações.

Para o contexto das entidades sem fins lucrativos, formadas por pessoas com atividades específicas na entidade, que para o contexto pandêmico foram pegadas de surpresa pelas mudanças em suas ações, hábitos e rotinas. Inclusive pela desmontagem, agilidade e práticas nas suas atividades. Tiveram que deixar as atividades administrativas da entidade suspensas ou reduzidas no período. Neste contexto, apresenta-se a seguinte hipótese:

H1b: existe correlação negativa entre resiliência comportamental e prestação de contas em entidades do terceiro setor.

Acredita-se que a relação seja negativa, pois o ato de prestar contas pode ser interpretado pelos indivíduos como uma função administrativa, além das atividades regulares.

Para deixar evidente a transparência da instituição perante os interessados e atrair novos recursos para a manutenção e continuidade das atividades, Lengnick-Hall *et al.* (2011) listam pontos-chaves para formar uma ótima resiliência contextual, representada pela segurança psicológica, o capital social, criação de responsabilidades e uma ampla rede de recursos, que juntos formam conexões interpessoais fortes e uma ampla rede de recursos que permitem agir de forma

rápida em momentos de dificuldades. Incluindo a necessidade da realização da prestação de contas de entidades do terceiro setor. Assim, formulou-se a seguinte hipótese:

H1c: existe associação positiva entre resiliência contextual e prestação de contas em entidades do terceiro setor.

Presume-se que devido ao contexto da pandemia ter afetado diversas entidades pelo mundo, as pessoas apresentaram resiliência contextual para prestar contas, a partir da possibilidade de obtenção de auxílios que garantem as condições financeiras para o enfrentamento dessas situações contingenciais e por vezes inesperadas (Natalino & Pinheiro, 2020).

2.2 Prestação de Contas/Accountability em Entidades de Terceiro Setor

As entidades do terceiro setor são entidades caracterizadas pelo fato de não possuírem finalidades lucrativas e suas atividades geralmente estão ligadas a um suporte à atividade do governo. Conforme apresentado na ITG 2002 R1, existem alguns tipos de entidades sem fins lucrativos: associações, organização social, organização religiosa, partido político e entidade sindical.

Neste estudo, as entidades abordadas são as associações. Olak e Nascimento (2010) afirmam que um dos objetivos das associações é provocar mudanças significativas nos indivíduos e na sociedade. Estas entidades podem ser de assistência social, saúde e educação não governamental.

Os estudos a respeito da prestação de contas no terceiro setor ainda são recentes. Porém com os avanços do setor, a prestação de contas se tornou fator essencial para essas organizações, pois se não houver responsabilidade para elaborar e divulgar as informações referentes a organização, os doadores não serão incentivados para continuarem doando e as entidades correm o risco de não atrair novos investidores (Carneiro, Oliveira & Torres, 2011).

A organização que mantém seus relatórios e demonstrações transparentes e possui uma boa imagem relacionada às questões sociais, é capaz de seguir na ativa e ainda atrair mais doadores e possíveis investidores (Flach & Gonçalves, 2013). Dentre as demonstrações contábeis que as entidades sem fins lucrativos são obrigadas a apresentar são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa e as Notas explicativas (ITG 2002 - R1).

Estudos anteriores sobre o tema, mostram que a prestação de contas do terceiro setor é considerado fator chave para a captação de recursos e que as entidades devem ter mais atenção quando se trata da adequação às normas contábeis.

Silveira e Borba (2007), buscaram analisar a conformidade das prestações de contas com as normas contábeis das fundações da área de Educação e Pesquisa de Santa Catarina. A partir das normas contábeis, alguns aspectos relacionados às fundações foram verificados nas prestações de contas. Os autores utilizaram dados de 2004 a 2006, fornecidos pelo Ministério Público de Santa Catarina. Ao final da pesquisa, foi possível notar que o nível de conformidade é de cerca de 67%, confirmando a necessidade de se aprimorar a transparência e a conscientização da utilização das normas relacionadas às fundações.

Brito e Perez (2014) analisaram como as entidades do terceiro setor de Santos prestam contas das suas atividades. Para a realização deste estudo, fizeram entrevistas com os gestores das entidades cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Santos. Foi possível observar que as entidades estudadas zelam pela transparência e credibilidade de seus projetos sociais e praticam a *accountability* através de relatórios, publicação de balanços, entre outras formas.

Dall'Agnol *et al* (2017) desenvolveram um estudo em cinco entidades situadas no norte do estado do Rio Grande do Sul, buscando compreender como a transparência e a prestação de contas colaboram a arrecadação de recursos nas organizações sociais. Ao final do estudo, concluíram que existe a necessidade por parte das entidades de desenvolverem práticas de transparência pois estão diretamente ligadas com a arrecadação de recursos.

Ananias *et al.* (2020) analisaram as contribuições da prestação de contas para a captação de recursos das entidades do norte do Paraná. Foi realizada uma pesquisa com gestores de 11 entidades que atuam na área de assistência social. Os resultados obtidos indicam que a transparência e a prestação de contas contribuem para a arrecadação de novos recursos do governo e empresas do segundo setor, e em relação às pessoas físicas não houve muito interesse quanto a estas informações.

A legislação que rege os aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos é a NBC TE, publicada em 2016. Nesta norma, são apresentadas as normas para realização do registro contábil e a forma de elaboração das demonstrações contábeis. Para as entidades do terceiro setor localizadas em Florianópolis, deve ocorrer a prestação de contas à Prefeitura Municipal. Esta que exige que a prestação seja feita de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Instrução Normativa IN n° 14 de 2012). Para a firmação da parceria entre a prefeitura e as entidades, a Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, estabelece o regime jurídico que rege essas parcerias.

A IN n° 14/2012, apresenta os critérios para a prestação de contas que devem ser encaminhados para o Tribunal de Contas. A entidade deve apresentar os documentos exigidos à prefeitura no prazo que consta no edital em que foi feita a parceria, geralmente até 10 dias após a data em que finalizar o uso do recurso recebido.

Os documentos que devem ser apresentados na prestação de contas são: documentos de requisição, balancete de prestação de contas, nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho (quando houver), extrato

da conta bancária com a movimentação completa do período, comprovantes das despesas, comprovante de transação bancária ou cópias do cheque, guia de recolhimento de saldo não utilizado (quando houver) e relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie (IN n° 14/2012).

As entidades que compõem o terceiro setor, podem ser divididas conforme suas finalidades. Segundo o artigo 44 do Código Civil, as entidades que são consideradas como pessoa jurídica de direito privado são: as associações, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo é caracterizada como um estudo descritivo, realizado por meio de levantamento (ou *survey*) e análise quantitativa, quanto aos resultados. A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis (Silva, 2017). Esta pesquisa visa descrever as correlações inerentes à resiliência organizacional e a prestação de contas de entidades do terceiro setor.

O levantamento foi feito por meio de um questionário, que emprega elemento de resiliência organizacional advindo do estudo de Lengnick-Hall *et al*, (2011), adaptado por Akgün e Keskin (2014) e Beuren e Santos (2019). Para os elementos de prestação de contas foram criados assertivas a partir das normativas descritas no NBC TE, de 2016, e a Lei n° 13.797/2019. Também foram incluídas perguntas que verificam as mudanças de adequação nas operações da sua unidade de negócio/entidade em decorrência da Covid-19. Para melhor visualização do questionário elaborado, apresenta-se o Quadro 1, que corresponde ao construto da pesquisa.

Quadro 1 - Constructo da pesquisa

Variáveis	Dimensão	Perguntas
Resiliência cognitiva	Orientação conceitual	<p>Temos um forte senso de propósito, valores fundamentais e uma visão genuína.</p> <p>Temos valores centrais fortes, juntamente com um senso de propósito e identidade, que nos encorajam a enquadrar as condições de maneira que permitam a resolução de problemas e ação em vez de caminhos que levam a qualquer rigidez de ameaça ou escalada disfuncional de compromisso.</p> <p>Temos um vocabulário predominante que implica capacidade, influência, competência, valores essenciais consistentes e um senso claro de direção.</p> <p>Temos um objetivo moral altamente visível que nos permite motivar os funcionários, perceber oportunidades, e liberar recursos físicos e psicológicos.</p> <p>Temos uma atitude que equilibra as forças contraditórias de confiança e experiência contra o ceticismo, cuidado e uma busca por novas informações</p> <p>Temos uma mentalidade que exige uma sólida compreensão da realidade e um desejo implacável para questionar os pressupostos fundamentais.</p>
	Sentido construtivo	<p>Incentivamos a criatividade e procuramos oportunidades para desenvolver novas competências, ao invés de enfatizar a padronização e a necessidade de controle.</p> <p>Temos uma mentalidade que capacita a interpretação do mundo e uma percepção positiva das experiências.</p> <p>Nos concentramos em interpretações e julgamentos de situações específicas, ao invés de explicações programadas.</p> <p>Utilizamos uma linguagem comum (palavras, imagens e histórias) para construir significado, descrever situações e implicar compreensão e emoção.</p>

Variáveis	Dimensão	Perguntas
Resiliência comportamental	Desenvoltura aprendida	<p>As pessoas se engajam na criatividade para elaborar respostas não convencionais, mas robustas, para desafios sem precedentes.</p> <p>As pessoas combinam originalidade e iniciativa para capitalizar uma situação imediata em nossa organização.</p> <p>Temos capacidade, diante de turbulências, de seguir um curso de ação consideravelmente diferente do que é considerado na norma.</p>
	Agilidade improvisada	<p>Pessoas se engajam em repertórios estratégicos não convencionais (aqueles que partem das normas da entidade) ao invés de repertórios estratégicos simples (aqueles que tendem a se preocuparem com um único tipo de ação) para tomar ações contraintuitivas.</p> <p>Temos um rol complexo e variado de ações que nos capacita a seguir um curso de ação que é diferente da norma em nossa organização.</p> <p>Em nossa entidade, temos um número diversificado de ações competitivas disponíveis para adotar prontamente respostas inesperadas diante de mudanças de mercado.</p>
	Hábitos práticos	<p>Contamos com o desenvolvimento de hábitos e práticas úteis, especialmente repetitivas, rotinas aprendidas que fornecem a primeira resposta a qualquer ameaça inesperada.</p> <p>Desenvolvemos valores que levam a hábitos de investigação em vez de suposições.</p> <p>Desenvolvemos valores que levam a rotinas de colaboração em vez de rivalidades.</p> <p>Desenvolvemos valores que levam a tradições de flexibilidade em vez de rigidez.</p> <p>Temos hábitos que se comportam intuitivamente de maneiras que abrem o sistema e criam respostas robustas.</p>
	Preparação comportamental	<p>Realizamos ações e investimentos antes que sejam necessários para garantir que seremos capazes de nos beneficiarmos em situações que venham a surgir.</p> <p>Deliberadamente desaprendemos informações obsoletas ou heurísticas disfuncionais.</p> <p>Rapidamente eliminamos comportamentos que nos constroem com o intuito de desenvolvermos novas competências.</p> <p>Temos a capacidade de detectar uma oportunidade que outras entidades sem nossas competências podem perder.</p>

Variáveis	Dimensão	Perguntas
Resiliência contextual	Segurança psicológica	Em nossa entidade, as pessoas percebem que seu ambiente de trabalho as leva a correr riscos interpessoais, o risco de serem vistas como ignorantes por fazer perguntas ou buscar informações.
		Em nossa entidade, as pessoas percebem que seu ambiente de trabalho as leva a correr riscos interpessoais, o risco de serem vistas como incompetentes por pedir ajuda, admitir erros ou experimentar.
		Em nossa entidade, as pessoas percebem que seu ambiente de trabalho as leva a correr riscos interpessoais, o risco de ser vistas como negativas quando fornecem <i>feedback</i> crítico.
		Em nossa entidade, as pessoas percebem que seu ambiente de trabalho as leva a correr riscos interpessoais, a incapacidade de buscar <i>feedback</i> por medo de impor tempo ou boa vontade de alguém.
Resiliência contextual	Capital social profundo	Temos interações respeitosas dentro de uma comunidade organizacional.
		Temos diálogos contínuos enraizados na confiança, honestidade e autorrespeito.
		Temos intimidade informada e orientada para divulgação.
		As pessoas trocam recursos por reconhecerem sua interdependência.
Resiliência contextual	Poder difuso e responsabilidade	As pessoas têm uma orientação e são capazes de compartilhar informações tácitas.
		Temos colaboração interfuncional em nossa entidade.
		Em nossa entidade, contamos com auto-organização, influência dispersa e responsabilidade individual e de grupo.
		Em nossa entidade, cada membro tem a discricção e a responsabilidade de garantir a obtenção de interesses organizacionais.
Resiliência contextual	Redes de recursos	Criamos estruturas organizacionais que são projetadas para aprender e mudar os comportamentos com base em novos <i>insights</i> e informações.
		Compartilhamos amplamente a tomada de decisões.
		Em nossa entidade, as pessoas estabelecem relações com outras pessoas que podem compartilhar recursos-chave.
		Utilizamos relacionamentos com contatos de fornecedores e alianças estratégicas afim de garantir os recursos necessários para apoiar iniciativas de adaptação.
Prestação de contas/ emissão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos; Normas de Contabilidade e Auditoria	Prestação de contas	Em nossa entidade, asseguramos que os laços com os diversos agentes ambientais sejam mantidos, reforçando assim o capital social para além das fronteiras da empresa.
		Promovemos a folga organizacional.
		Foram evidenciadas as demonstrações contábeis/balancete e notas explicativas.
		Foram elaborados os relatórios gerenciais (por exemplo, controle internos, relatórios auxiliares etc.).
Prestação de contas/ emissão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos; Normas de Contabilidade e Auditoria	Prestação de contas	Foram elaborados indicadores de <i>performance</i> /desempenho.
		Foi feita a prestação de contas para os doadores.
		O Plano de trabalho apresentado para a prefeitura foi cumprido.
		A prestação de contas foi atendida de acordo com o prazo estabelecido.
Prestação de contas/ emissão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos; Normas de Contabilidade e Auditoria	Prestação de contas	Foram seguidas as Normas de Contabilidade e Auditoria.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Para mostrar o grau de concordância com as assertivas apresentadas no Quadro 1, foi utilizado como base uma escala tipo *Likert* de 1 a 7, sendo que 1 significa discordo totalmente e 7 concordo totalmente. Os gestores das entidades escolhidas deveriam atribuir o grau de concordância, conforme melhor aspecto que se adequasse com sua entidade.

Na sequência, foram realizadas perguntas de controle sobre a adequação da unidade em decorrência da Covid-19. As perguntas abordavam sobre: (i) se a entidade possui os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para trabalho presencial, (ii) se houve realização de trabalho remoto, (iii) redistribuição de funções e cargos, (iv) demissões de pessoal, (v) se adotaram novas formas de comunicação entre gestores e funcionários, (vi) se descentralizou a tomada de decisões e, (vii) se a entidade apresenta possibilidade de fechamento de portas ou descontinuidade das operações.

A população estudada foram as entidades sem fins lucrativos que estão cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social do município de Florianópolis, compreendendo 86 entidades até a data da pesquisa. Foram escolhidas entidades deste ramo de atuação pois estão na linha de frente para combate do novo coronavírus. O questionário foi enviado para o e-mail institucional das entidades, que fornecia instruções que garantiam o anonimato. Após sucessivos lembretes, no período entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, foram obtidas 22 respostas válidas.

Os resultados obtidos foram analisados de forma quantitativa por meio de estatística descritiva e correlação de Pearson. Este tipo de correlação é uma medida de associação linear entre variáveis que é representada pela letra “r”. Na estatística, duas variáveis estão associadas quando compartilham variância ou a partir da distribuição de frequências (Figueiredo Filho, Rocha, Silva Júnior, Paranhos, Neves & Silva, 2014). O coeficiente desta correlação varia de -1 a 1, sendo o 1 e -1 a correlação perfeita e o zero significa que não há correlação entre as variáveis.

Ainda sobre a correlação de Pearson, caso o coeficiente “r” seja positivo há uma relação diretamente proporcional, e se for negativo, existe uma relação inversamente proporcional entre as variáveis (quando uma aumenta, a outra diminui). Se o coeficiente fica abaixo de 0,3 é uma correlação insignificante, entre 0,3 e 0,5 é fraca, entre 0,5 e 0,70 é moderada, entre de 0,7 e 0,9 é forte e acima de 0,9 é muito forte (Mukaka, 2012).

Para realizar a análise de correlação de Pearson, foi utilizado o software estatístico *Stata 13*. Com o objetivo de uma visualização mais rápida, foi feito a média das respostas de cada dimensão das resiliências e em seguida a média destas dimensões para reduzir as respostas para os respectivos constructos, e desta forma analisar a correlação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para atingir o objetivo deste estudo, serão apresentados e analisados a seguir os resultados obtidos com a aplicação do questionário. Foram alcançadas 22 respostas, do total de 86 entidades que foram enviadas. Ao enviar o questionário, foi explicado que os dados obtidos com a pesquisa seriam usados apenas para estudos acadêmicos e que nenhuma informação da entidade seria divulgada.

Tabela 1 - Dados demográficos dos respondentes.

	N	%		N	%
Gênero			Idade		
Mulheres	16	73	20 a 29	3	14
Homens	6	27	30 a 39	5	23
Escolaridade			40 a 49	5	23
Especialização/MBA	9	41	50 a 59	5	23
Ensino Superior	12	55	60 a 69	2	9
Mestrado	1	5	70 a 79	2	9
Tempo na entidade			Cargo		
≤ 5 anos	8	36	Presidente	10	45
≥ 5 anos	4	18	Financeiro	7	32
≥ 10 anos	10	45	Assistente Social	5	23
TOTAL	22	100		22	100

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na Tabela 1 apresenta-se o perfil demográfico dos 22 respondentes. Em relação ao gênero, 73% são mulheres e 27% são homens, 45% dessas pessoas, fazem parte da administração/presidência da entidade. A média da idade destas pessoas é 47 anos e cerca de 41% possuem Especialização/MBA, 55%, possui Ensino Superior e 5% possui Mestrado. Dentre as pessoas que atenderam ao questionário, 45% já estão na entidade a mais de dez anos.

4.1 Análise da estatística descritiva

Na sequência, foram analisados os elementos do questionário referentes às questões de resiliência organizacional e seus constructos de resiliência cognitiva, resiliência comportamental e resiliência contextual, conforme destaca a Tabela 2.

Tabela 2 - Estatística descritiva das dimensões da resiliência organizacional.

Constructos	Dimensão	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Resiliência Cognitiva	Orientação Conceitual	6	7	7	1	5	7
	Sentido Construtivo	6	7	6	1	5	7
	Desenvoltura aprendida	6	7	6	1	3	7
	Agilidade improvisada	5	6	5	1	3	7
Resiliência Comportamental	Hábitos práticos	6	7	6	1	2	7
	Preparação comportamental	5	5	5	1	2	7
	Segurança psicológica	3	1	2	2	1	7
	Capital social profundo	6	7	6	2	2	7
Resiliência Contextual	Poder difuso e responsabilidade	5	7	6	2	1	7
	Redes de Recursos	6	7	6	2	1	7

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto a resiliência cognitiva e as dimensões propostas por Lengnick-Hall *et al.* (2011) e adaptadas por Akgün e Keskin (2014), a respeito da orientação conceitual, as entidades consideram que possuem forte senso de propósito, fortes valores centrais, um vocabulário que implica capacidade e um objetivo moral. Ao que diz respeito do sentido construtivo, a médias das respostas obtidas é 6 dentro do grau de concordância, da escala de 1 a 7. Estas respostas mostram que as entidades apresentam resiliência cognitiva.

Referente ao constructo da resiliência comportamental e suas dimensões, pode-se observar que as entidades são capazes de tomar decisões não convencionais e que diante de situações de emergência não irão entrar em colapso. Isso mostra-se ao observar que a média das respostas das dimensões foi aproximadamente 5, o que pode se considerar um grau alto dentro da escala utilizada. Entretanto, percebe-se que há uma insegurança psicológica, inerente ao contexto da pandemia, assertivas correspondentes a dimensão de resiliência comportamental, que apresentou média, moda e mediana baixos, comparadas as outras assertivas do constructo.

Ao observar as questões de resiliência contextual, com as dimensões propostas por Lengnick-Hall *et al.* (2011) e Akgün e Keskin (2014), de capital social profundo, poder difuso e responsabilidade, e redes de recursos, pode-se destacar que as pessoas apresentam forte senso de equipe dentro das entidades, e trabalham unidas para atingir os objetivos e realizar suas funções.

De modo geral, os resultados apresentados na Tabela 2, estão condizentes com os estudos de Beuren e Santos (2019), onde também chegaram à conclusão que perante turbulências, as pessoas são mais propensas a tomar decisões não convencionais para se certificarem que as atividades sejam mantidas.

Nesta pesquisa, também foram elaboradas questões sobre a prestação de contas e outros controles internos realizados pelas entidades, que estão destacadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Prestação de contas realizadas pelas entidades

Dimensão	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Foram evidenciadas as demonstrações contábeis/balancete e notas explicativas.	6	7	7	1	1	7
Foram elaborados os relatórios gerenciais (por exemplo, controle internos, relatórios auxiliares etc.).	6	7	7	2	1	7
Foram elaborados indicadores de <i>performance</i> /desempenho.	6	7	6	1	2	7

Dimensão	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Foi feita a prestação de contas para os doadores.	6	7	7	2	1	7
O Plano de trabalho apresentado para a prefeitura foi cumprido.	6	7	7	2	1	7
A prestação de contas foi atendida de acordo com o prazo estabelecido.	7	7	7	1	2	7
Foram seguidas as Normas de Contabilidade e Auditoria.	7	7	7	1	1	7

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As entidades não demonstraram dificuldades na elaboração e apresentação para a prefeitura dos planos de trabalho e prestação de contas. A questão que representou mediana inferior, foi a elaboração dos indicadores de performance e desempenho, onde cerca de 36% dos respondentes marcaram opção menor que 5 na escala, mostrando uma certa defasagem. De maneira geral, as entidades mantiveram suas prestações de contas da mesma forma que já faziam antes da pandemia.

Em relação as variáveis de controle, que trata sobre as mudanças de adequação nas operações da sua unidade de negócio/entidade em decorrência da Covid-19, apresentam-se a Tabela 4.

Tabela 4 - Mudanças para adequação das operações em decorrência da COVID-19

Questão	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Possuem os EPI's necessários para trabalhar regularmente na sede.	6	7	7	2	1	7
Realização de trabalho remoto.	5	7	7	2	1	7
Redistribuição de funções e cargos.	5	7	6	3	1	7
Demissões de pessoal.	3	1	3	2	1	7
Comunicação entre gestores e funcionários.	6	7	7	2	1	7
Descentralizou-se a tomada de decisões entre agentes.	4	1	5	3	1	7
Centralizou-se o controle das operações.	4	5	5	2	1	7
A entidade apresenta possibilidades de fechamento de portas/ descontinuidade das operações.	2	1	1	2	1	6

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As entidades destacam que possuem todos os EPI's necessários (máscaras, álcool em gel, entre outros), para a realização do trabalho e 73% delas realizaram trabalho remoto durante o período de pandemia do coronavírus. Apresentaram ainda que foi necessário realizar redistribuição de funções e cargos, mas que ainda sim não houveram muitas demissões.

A partir da análise percebe-se que muitas entidades adotaram novas formas de comunicação entre os gestores e os demais funcionários, ficando com uma média alta de 6. Em relação a descentralização da tomada de decisões e a centralização do controle das operações, as instituições não demonstraram que ocorreram muitas mudanças, a média ficou em 4, que pode ser considerada baixa. Das 22 entidades observadas, 19 consideraram que não há possibilidade de fechamento de portas ou descontinuidade do funcionamento.

De modo geral, pelas análises descritivas a respeito das questões sobre resiliência organizacional, prestação de contas e as variáveis de controle, foi possível observar informações sobre a capacidade que as entidades tiveram de se tornarem ou manterem resilientes. Mesmo durante o período de pandemia, as entidades foram capazes de elaborar as prestações de contas da mesma forma que já vinham fazendo, e adequações que foram necessárias fazer dentro das entidades para poderem manter suas atividades.

4.2 Análise das correlações entre resiliência e prestação de contas

Para a análise das correlações entre os construtos, apresenta-se a Tabela 5.

Tabela 5 - Resultados da correlação de Pearson

	COG	COMP	CONT	PCT
COG	1.000			
COMP	0.8469*	1.000		
CONT	0.6200*	0.5471*	1.000	
PCT	0.0974	-0.0078	0.6177*	1.000

Notas: COG = Resiliência Cognitiva; COMP = Resiliência comportamental; CONT = Resiliência contextual; Prestação de contas (PCT). * nível de significância de 0,05.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na correlação entre as variáveis de resiliência organizacional, percebe-se correlações positivas e significativas. Com destaque para a correlação entre resiliência cognitiva e comportamental, que apresentou o maior coeficiente de correlação (0,8469). Aspectos voltados ao indivíduo pertencentes às instituições sem fins lucrativos.

Na correlação entre prestação de contas e as variáveis de resiliências cognitiva e comportamental, o coeficiente de correlação mostrou-se fraco e sem significância, o que comprova que estas variáveis não são correlacionadas com a prestação de contas. O resultado do coeficiente entre resiliência cognitiva e prestação de contas apresentou-se positiva (0,0974), porém muito baixa. Diferente da resiliência comportamental e a prestação de contas, onde o coeficiente apresentou-se negativo e baixo (-0,0078).

Ao analisar a correlação, ganha relevância a relação entre a resiliência contextual e a prestação de contas. Por apresentar-se positiva e significativa, com coeficiente de correlação moderado (0,6177). Pode-se dizer que a prestação de contas é significativamente influenciada pela resiliência contextual, que é o constructo que representa o capital social profundo, a criação de responsabilidades e uma ampla rede de recursos.

Após a análise das correlações, não foi possível aceitar as hipóteses H1a e H1b, devido ao baixo coeficiente de correlação entre as variáveis. Ou seja, não existe associação positiva entre a resiliência cognitiva e prestação de contas e não existe associação negativa entre resiliência comportamental e prestação de contas.

Para a hipótese H1c, verificou-se a existência de associação positiva entre a resiliência contextual e prestação de contas em entidades do terceiro setor. Esse resultado pode ser motivado pelo contexto da pandemia afetar diversas entidades pelo mundo e todas precisarem se adequar às mudanças e manterem boas relações, tanto dentro quanto fora da unidade de trabalho. As entidades foram resilientes por se adequarem as mudanças em decorrência da Covid-19 e também por apresentarem boas atitudes e interações entre os indivíduos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar a associação existente entre capacidade de resiliência organizacional na prestação de contas em entidades do terceiro setor cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social da Grande Florianópolis. Para isso, foram enviados questionários para 86 entidades, e destas, 22 responderam.

A partir da realização da estatística descritiva, foi possível identificar que as entidades precisaram se tornar ou se manter resilientes durante a pandemia. Ainda durante o período de adversidades, conseguiram manter as prestações de contas da mesma forma que já faziam, e se adequaram às novas condições para continuar com suas atividades, possuindo equipamentos necessários para trabalhar regularmente na sede, no trabalho remoto e na redistribuição de funções e cargos. Assim como, as entidades também tiveram de adotar novas formas de comunicação entre os gestores e funcionários.

Para realização do teste de correlação de Pearson, as variáveis utilizadas foram: prestação de contas, resiliência cognitiva, resiliência comportamental e resiliência contextual. Como resultados obtidos, foi possível identificar que a resiliência contextual possui significativa influência sobre a prestação de contas das entidades, com um coeficiente de correlação moderado e positivo. Isto pode ser explicado pelo fato que muitas entidades afetadas pela pandemia, foram obrigadas a se ajustarem a uma nova realidade, e ainda manter-se com boas relações com os usuários internos e externos. Desta forma, foi possível aceitar a hipótese alternativa H1c, em que existe associação positiva entre resiliência contextual e prestação de contas em entidades do terceiro setor.

O estudo traz contribuições práticas no sentido de mostrar adequações nas operações das unidades do terceiro setor durante o período de pandemia, como por exemplo, realização do trabalho remoto e na forma de comunicação entre envolvidos. Mostra também que as entidades foram capazes de se manter em dia com os relatórios e prestação de contas mesmo durante o período conturbado que passaram. Como contribuição teórica, o estudo avança ao abordar sobre resiliência organizacional em entidades do terceiro setor em período pós-pandemia do coronavírus.

A principal limitação deste estudo foi a quantidade de respostas obtidas no período analisado. Além do mais, a escolha pela amostra que se limitou ao tipo de entidade, em uma cidade específica. Outra limitação foi a seleção pelas variáveis estudadas de capacidade de resiliência organizacional e prestação de contas, o emprego da escala Likert para avaliar a percepção dos avaliadores e os procedimentos de análise efetuados (estatística descritiva e correlação de Pearson).

Como sugestão de pesquisa futura, recomenda-se aumentar a amostra do estudo para demais regiões espalhadas pelo país, assim como o período de análise em que ainda há restrições devido a pandemia. Ou ainda, um estudo de caso, que aplique entrevistas, análise documental e observação do ambiente de trabalho de uma instituição que passou pelo período da pandemia e teve que ser resiliente em tal situação. Outra sugestão é mudar a variável estudada de prestação de contas, para analisar o desempenho da entidade, engajamento de tarefas, controles gerenciais, entre outros.

REFERÊNCIAS

- Agência do Bem. (28 de abril de 2020). *Pesquisa da Agência do Bem revela cenário drástico para ONGs*. Recuperado em Janeiro 31, 2021, de <http://www.agenciadobem.org.br/pesquisa-da-agencia-do-bem-revela-cenario-drastico-para-ongs/>
- Agência SAP Now. *Resiliência é a principal lição da Covid-19*. (2020, Junho 16). Agência SAP Now. Recuperado em Janeiro 30, 2021, de <http://www.agenciasapnow.com.br/index.php/2020/06/16/resiliencia-e-a-principal-licao-da-covid-19/>
- Ananias, J., Mesquita, G.M., Diário, A.B., Cruz, C.V.O.A. (2020). Prestação de contas e captação de recursos: estudo em entidades do terceiro setor do estado do Paraná. *XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*. Recuperado em Fevereiro 02, 2021, de <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2782.pdf>
- Akgün, A. E., & Keskin, H. (2014). Organisational resilience capacity and firm product innovativeness and performance. *International Journal of Production Research*, 52(23), 6918-6937. doi:<https://doi.org/10.1080/00207543.2014.910624>
- Beuren, I. M., & Santos, V. d. (2019). Enabling and coercive management control systems and organizational resilience. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(81), 307-323. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201908210>
- Brito, T. d., & Perez, O. C. (2014). Accountability nas organizações do terceiro setor. *Revista Pensamento & Realidade*, 29(4), 99-116. Fonte: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/22422>
- Carneiro, A. d., Oliveira, D. d., & Torres, L. C. (2011). Accountability nas organizações do terceiro setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6(2), 90-105. doi:https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v6i2.13240
- Conselho Federal de Contabilidade. (22 de janeiro de 2010). RESOLUÇÃO CFC N.º 1.272/10. *ITG 2001*. Brasília. Recuperado em Fevereiro 02, 2021, de https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1272.pdf
- Dall'Agnol, C. F., Tondolo, R. d., Tondolo, V. A., & Sarquis, A. B. (2017). Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no terceiro setor: um estudo de casos múltiplos realizado no sul do Brasil. *Revista Universo Contábil*, 13(2), 187-203. doi:[10.4270/ruc.2017215](https://doi.org/10.4270/ruc.2017215)
- Figueiredo Filho, D. B., Rocha, E. C., Silva Júnior, J. A., Paranhos, R., Neves, J. A., & Silva, M. B. (2014). Desvendando os mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson: O retorno. *Leviathan cadernos de pesquisa política*(8), 66-95. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2014.132346>
- Flach, L., & Gonçalves, C. V. (2013). Accountability e análise da conformidade das demonstrações financeiras de uma organização do terceiro setor de Florianópolis. *Revista de Gestão da Unilasalle*, 2(2), 69-88. doi:<http://dx.doi.org/10.18316/1191>
- Lengnick-Hall, C. A., Beck, T. E., & Lengnick-Hall, M. L. (2011). Developing a capacity for organizational resilience through strategic human resource management. *Human Resource Management Review*, 21(3), 243-255. doi:<https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2010.07.001>
- Mukaka, M. M. (Setembro de 2012). Statistics Corner: A guide to appropriate use of correlation coefficient in medical research. *Malawai Medical Journal*, 24(3), 69-71. Recuperado em Fevereiro 03, 2021, de <https://www.ajol.info/index.php/mmj/article/view/81576>
- Natalino, M., & Pinheiro, M.B. (Abril de 2020). *Nota técnica 67. Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ministério da Economia. Recuperado em Março 01, 2022, de file:///C:/Users/theis/Desktop/NT_67_Disoc_Protecao%20Social%20aos%20Mais%20Vulneraveis%20em%20Contexto%20de%20Pandemia.pdf
- Nogueira, M. d., & Hallal, D. R. (19 de maio de 2013). Resiliência organizacional como capacidade estratégica para um melhor desempenho: um estudo em empresas de tecnologia da informação da cidade de caçador/sc. in: *VI Encontro de Estudos em Estratégia*. Recuperado em Fevereiro 05, 2021, de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3Es362>
- Oliveira, I. M. (2009). Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recuperado em Fevereiro 03, 2021, de https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4961/1/arquivo1610_1.pdf
- Olak, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. *Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos: Terceiro Setor*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Presidência da República. (31 de julho de 2014). Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Brasília. Recuperado em Fevereiro 03, 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm
- Ruiz-Martin, C., Lopez-Paredes, A., & Wainer, G. (2018). What we know and do not know about organizational resilience. *International Journal of Production Management and Engineering*, 6(1), 11-28. doi:[10.4995/ijpme.2018.7898](https://doi.org/10.4995/ijpme.2018.7898)

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. (s.d.). Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Recuperado em Fevereiro 03, 2021, de <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social/certificacao-de-entidades-beneficentes-de-assistencia-social-cebas>

Silva, A. C. (2017). *Metodologia de pesquisa aplicada à contabilidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Recuperado em Fevereiro 04, 2021, de <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24428>

Silveira, D., Borba, J.A (2007). Evidenciação Contábil de Fundações Privadas de Educação e Pesquisa: Uma Análise da Conformidade das Demonstrações Contábeis de Entidades de Santa Catarina. doi:<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90335>

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. (22 de junho de 2012). Instrução Normativa N. TC-14/2012. *Estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento*. Recuperado em Fevereiro 04, 2021, de http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/assuntos/37/Instrucao_Normativa_TCE_14.pdf

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOCIAL NO VALOR DA PETROBRAS

SOCIAL MEDIA INFLUENCE ON PETROBRAS' VALUE

O artigo foi aprovado e apresentado no XXI "USP International Conference in Accounting", realizado de 28/07 a 31/07 de 2021, em São Paulo (SP)"

RESUMO

A presente pesquisa visa contribuir com a discussão sobre o sentimento do investidor. O objetivo do trabalho foi analisar a relação entre o sentimento exposto no Twitter e o retorno da Petrobras. Desse modo, *tweets* sobre a Petrobras, no período de 2010 até 2020, foram analisados a fim de se verificar se o sentimento textual dessas mensagens impacta no retorno. O método escolhido para classificar as palavras foi o mapeamento perceptual conjuntamente com a média e desvio padrão da frequência dos termos em dias positivos ou negativos. Os resultados apontaram que a variação do sentimento total e a variação do sentimento negativo tem relação com o retorno. A variação do sentimento é significativa quando o mercado está pessimista, demonstrando que a variação negativa do sentimento intensifica o movimento pessimista do mercado e ameniza a queda do mercado quando a variação do sentimento é positiva. Os achados corroboram com a teoria de finanças comportamentais de que o sentimento possui relacionamento com o retorno, no caso do estudo, o sentimento textual. Por fim, foram analisadas diferentes amostras com a mesma metodologia. Com isso, foi possível verificar que os indivíduos falam mais sobre a estatal, de modo geral, do que sobre os *tickers* da ação ou com a própria empresa na sua página oficial.

Palavras-Chave: Sentimento Textual; Mídias Sociais; Sentimento do Investidor.

ABSTRACT

This research seeks to contribute to the discussion on investor sentiment. The objective of the research was to analyze the relationship between social media sentiment on Twitter and the return of Petrobras. Thus, tweets about Petrobras, from 2010 to 2020, were analyzed to verify whether the textual sentiment of these messages impacts company return. The method to classify the words was the perceptual mapping together with the mean and standard deviation of the frequency of the terms in positive or negative days. The results showed that the variation of the total sentiment and the negative sentiment are related to the return. The variation in sentiment is significant when the market is bearish, demonstrating that the negative variation in sentiment intensifies the bearish movement in the market, smoothing the market's decline when the variation in sentiment is positive. The findings corroborate the behavioural finance theory that sentiment is related to return, textual feeling in the case of the study. Finally, different samples were analyzed using the same methodology. With this, it was possible to verify that individuals talk more about the state-owned company than about the stock tickers or about the company itself on its official page.

Keywords: Textual Sentiment; Social Media; Investor sentiment.

Milene Dias Almeida

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Ciência de Dados e Big Data pela PUC-MG. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: milene.dias.a@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1460-2064>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2002658090997360>

Vinicius Mothé Maia

Doutor e Mestre em Administração de Empresas pelo IAG/PUC-Rio. Docente do curso de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: vmaia@facc.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6156-3104>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7523431181094741>

Roberto Tommasetti

Pós Doutor (pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Doutor (pela Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Mestre (pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) em Ciências Contábeis. Docente do curso de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contador CRC-RJ (RJ-127075/0-5). E-mail: roberto.tommasetti@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2087-4074>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0787595610081997>

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOCIAL NO VALOR DA PETROBRAS

1. INTRODUÇÃO

A teoria das finanças comportamentais sugere que os sentimentos irracionais dos investidores impulsionam uma parcela dos preços dos ativos (McGurk, Nowak & Hall, 2020). As emoções e humores dos indivíduos afetam seus processos de tomadas de decisão, levando-os a uma relação entre sentimento e comportamento do mercado acionário (Nofsinger, 2010).

De acordo com Marschner & Ceretta (2021), as pesquisas nessa área ainda são recentes e incipientes no Brasil, sem esclarecer o que afeta o sentimento do investidor brasileiro e quais são os seus veículos.

A análise de sentimento pode ser realizada ao extrair emoções e sentimentos de informações textuais no conteúdo das mídias sociais. Diariamente, as pessoas escrevem *posts*, comentários, críticas e *tweets* sobre variados tópicos. Com isso, é possível verificar se produtos, marcas e pessoas são visualizados positiva ou negativamente na internet (Godsay, 2015). A mídia social é um importante meio de compartilhar as emoções e impactar na opinião pública geral, inclusive, nos mercados (Naylor, Lambertson, & West, 2012).

A mídia social passou a integrar o leque das tradicionais fontes de informação dos investidores, como: jornais, televisão e demonstrações contábeis. Os investidores passaram a recorrer a plataformas como Twitter e Stocktwit como meio de informação, pode-se assim presumir que a mídia social possa influenciar as escolhas do investidor (Sprenger, Sandner, Tumasjan, & Welpe, 2014).

A literatura nacional tem documentado evidências sobre o sentimento do investidor e sua relação com o risco e retorno das ações (Piccoli, da Costa Jr, da Silva, & Cruz, 2018), gerenciamento de resultados (Santana, Santos, Carvalho & Martinez, 2019) e efeito disposição (Prates, da Costa & Santos et al., 2019), porém algumas perguntas relevantes ainda não estão respondidas: quanto o comportamento do investidor brasileiro é afetado pelo sentimento textual? Este impacto é coerente em casos de textos negativos e positivos e em dias negativos e positivos de bolsa valores?

Considerando essa lacuna teórica, esta pesquisa analisou qual o impacto do sentimento textual expresso no Twitter no retorno da Petrobras? Com isso, o objetivo do estudo foi de analisar a relação entre o sentimento exposto no Twitter e o retorno das ações.

Para alcançar este objetivo optou-se por observar ao longo de um período extenso (10 anos no caso) uma única empresa (Petrobras no caso) tanto em termos de retorno acionário quanto de sentimento textual na mídia social.

Quanto à empresa, escolheu-se a Petrobras para participar do estudo de caso porque é uma empresa de referência nacional e está entre as marcas que mais foi percebida por alguma publicidade, por notícias ou propagandas “boca a boca” na internet, no ano de 2019, em relação ao ano anterior. A instituição foi a que teve o maior salto de popularidade (“Buzz Rankings de 2019: Brasil | YouGov - BrandIndex”, 2020). Além disso, a empresa teve uma liderança isolada por quatro anos, de 2016 até 2019, no Top of Mind, na categoria “Marca que representa o Brasil” (Pinto, 2020).

A seleção da empresa também se deu pelo fato de que o nome “Petrobras” não é homônimo, auxiliando na obtenção dos dados. Caso a escolha fosse por outra empresa, como a Oi, todos os *tweets* com a palavra “oi” seriam coletadas. Com isso, poderiam surgir mensagens que não são relacionadas com a operadora, e sim, com uma saudação.

Quanto à escolha da rede social, optou-se para Twitter, pois nele há uma circulação mais aberta de informações, já que os perfis são públicos, permitindo também uma coleta de dados mais acessíveis e, ao mesmo tempo, essa ferramenta valoriza a expressão do indivíduo, o modo como ele avalia e se posiciona diante dos acontecimentos e de informações publicadas (Silva, Maia, Haveroth & Tommasetti, 2021).

O diferencial da pesquisa foi a criação de uma lista de termos/palavras, a partir das publicações no Twitter, de modo a construir um novo dicionário de palavras em língua portuguesa associadas ao sentimento, criando assim um dicionário de palavras personalizado para a organização. Os dicionários existentes são genéricos e com menor qualidade. Segundo Li, Wu e Wang (2020), uma lista de palavras gerais não é aplicável a textos financeiros, pois um dicionário específico modela melhor do que um adaptado de outras áreas ou do que um genérico. Os termos usados para expressar opiniões são geralmente específicos e altamente correlacionados a um determinado domínio (Cruz, Ochoa, Rocha & Poncet, 2017) e uma simples tradução de uma lista de conteúdo específico em outra língua poderia levar a um resultado de análise de sentimento errôneo (Banner, Pauls, & Walter, 2019).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sentimento Textual do Investidor

O sentimento dos investidores pode promover desvios no valor de um ativo que, em teoria, deveria ser igual ao seu valor intrínseco. A teoria comportamental analisa os sentimentos que levam os investidores a tomar decisões distantes das ótimas, contrapondo a teoria de mercados eficientes. Uma mudança no sentimento do investidor pode gerar consequências de eventos, como novos padrões de compras (Baker & Wurgler, 2006).

O sentimento do investidor está embutido nas opiniões e nos discursos não verbais. Nesse sentido, é o sentimento que dá o tom mais otimista (positivo) ou pessimista (negativo) a um texto opinativo. A análise linguística das palavras pode captar o sentimento otimista ou pessimista de quem as escreveu (Beattie, 2014).

O sentimento da mídia social é importante preditor na determinação da avaliação do indivíduo, mas nem todas as mensagens de mídia social têm o mesmo impacto. O grupo de ativos no Twitter é a minoria. Entretanto, acontece uma influência desproporcional na população. Ainda assim, a minoria posta cada vez mais, pois assim possui maior probabilidade de se tornar um líder. No Twitter, as informações são diárias, visíveis e acessíveis, e os investidores são mais propensos a ler e a responder a essa mídia social. Esse efeito também acontece no mercado financeiro, que pode levar ao comportamento de manada, quando os indivíduos do grupo reagem todos da mesma forma (Mai, Shan, Bai, Wang & Chiang, 2018).

Sprenger *et al.* (2014) estudaram os fóruns de investimento do Twitter como fonte de informação alternativa do varejo e criou um mecanismo que exemplifica como funciona a demanda de informações. O mecanismo está exposto na Figura 1, reelaborada a partir desse estudo citado anteriormente com o trabalho de Santos, Laender e Pereira (2015).

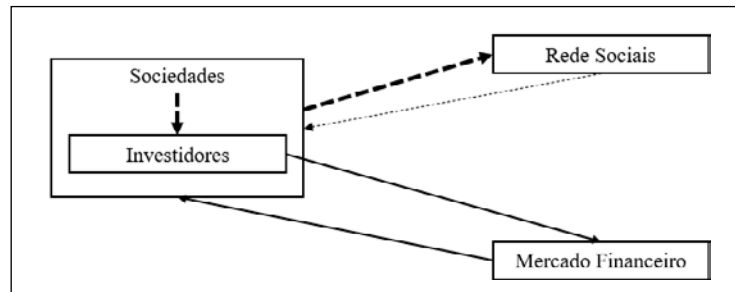


Figura 1. Mecanismos de transmissão – demanda de informações

Fonte: Elaboração própria baseada nos artigos de Sprenger *et al.* (2014) e de Santos *et al.* (2015)

É possível perceber, pela Figura 1, que os fóruns de investimento presentes nas mídias sociais se conectam com os investidores com uma discussão sobre ações e mercados. O mecanismo começa com os investidores e a sociedade postando suas emoções nas mídias sociais. Os investidores buscam informações para fazer sua tomada de decisão, no mecanismo de pesquisa do Google ou em fóruns de investimento em mídias sociais. Como a mídia social não é a única fonte de informação dos investidores, pode-se presumir um impacto, pelo menos parcial, da demanda de informações (Sprenger *et al.*, 2014) representado pela seta pontilhada dos investidores às mídias sociais mutuamente.

Por outro lado, o mercado define o valor do preço das ações e índice pela negociação dos investidores de forma agregada. Isso é indicado pela seta sólida. Por fim, o sentimento adquirido influencia na tomada de decisão do investidor, que se reflete no preço das ações (Sprenger *et al.*, 2014). Contudo, os movimentos das ações, eventos e notícias também conseguem impactar o Twitter e gerar picos de postagens, e a frequência das postagens acompanha o início das negociações e se mantém por três horas (Santos *et al.*, 2015).

2.2 Estudos anteriores e formulação das hipóteses

Pesquisas anteriores verificaram ser importante analisar o sentimento do investidor exposto no Twitter, para tentar prever o valor futuro das ações das empresas, mesmo quando em ambiente de assimetria informacional (Bartov, Faurel, & Mohanram, 2018). O sentimento agregado expresso em *tweets* podem transmitir informações sobre como estão avaliando as empresas (McGurk *et al.*, 2020; Carosia, Coelho, & Silva, 2019; Ranco, Aleksovski, Caldarelli, Grčar, & Mozetič, 2015) e ter capacidade de previsão (Souza, Lucena & Queiroz, 2019; Bartov *et al.*, 2018; Fang, Liang, Zou & Huang, 2017; Ito, Sakaji, Izumi, Tsubouchi & Yamashita, 2017).

Contas de Twitter de pessoas importantes para a sociedade também foram investigadas. Foi verificado que os *tweets* do então Presidente dos Estados Unidos Trump possuem influência no mercado acionário americano, aumentando assim o volume e a volatilidade dos preços, além de atrair maior atenção do investidor. No entanto, esse efeito se dissipa em poucos dias (Ge, Kurov & Wolfe, 2018). No Brasil, foi investigado o mesmo efeito no setor bancário para o Presidente da República, Bolsonaro. Nesse caso, como resultado, foi verificado que as postagens do Presidente no Twitter não possuem impacto no retorno ou no volume negociados das ações de empresas do setor bancário. Os autores do estudo argumentam que esse resultado foi provavelmente devido ao fato do setor bancário ser muito concentrado, pelo pouco tempo de governo do Presidente e pelo conteúdo das postagens, que podem ser interpretadas mais voltadas para o meio político do que ao mercado (Tommasetti, Maia, & Macedo, 2021).

O indicador de sentimento textual pode ser desenvolvido por análise morfológica das palavras (Ito *et al.*, 2017), por qualidade textual (Pengnate & Riggins, 2020) e por estatísticas (Alkubaisi, Kamaruddin, & Husni, 2018). As palavras podem ser classificadas como positivas, negativas ou neutras (Ranco *et al.*, 2015). A abordagem mais comum tem sido empregar o modelo de regressão linear em dados de séries temporais, que abrange o sentimento geral no nível do mercado e o desempenho do índice de ações (Kearney & Liu, 2014).

Diferentes dicionários de palavras financeiras foram comparados ao longo dos anos. Entre os dicionários de sentimento, o dicionário de sentimento específico do domínio de finanças modela melhor os sentimentos e possui uma relação mais forte com o comportamento do preço das ações (Li *et al.*, 2020; Mangee, 2018; Loughran & McDonald, 2015).

Listas foram criadas com base no dicionário Loughran-McDonald Financial, sendo que, adaptaram a lista ao idioma do texto em análise (Banner *et al.*, 2019) e outros trabalhos, em língua inglesa, aplicaram o mesmo dicionário, mas para amostras diferentes, como em documentos financeiros (Gandhi, Loughran, & McDonald, 2019; Hájek, 2018), em mensagens de mídias sociais (Houlihan & Creamer, 2017) e até em documentos que a análise textual conseguiu prever falência de bancos (Gupta, Simaan, & Zaki, 2017).

O modelo geral do estudo analisou a influência do sentimento textual do Twitter no retorno da Petrobras, tendo em vista que o retorno do ativo possui influência do retorno do mercado e do sentimento textual como foi visto nos estudos citados anteriormente. Dessa forma, têm-se as hipóteses de pesquisa:

H_1 : A variação do sentimento textual se relaciona positivamente com o retorno;

H_2 : As variações negativas do sentimento textual possuem maior impacto no retorno do que as variações positivas; e,

H_3 : A variação do sentimento textual impacta o movimento de mercado em relação ao retorno.

A segunda hipótese foi construída seguindo o conceito da teoria dos prospectos. Nesse teorema, os indivíduos com riscos e benefícios (ganho ou perda) iguais, tem comportamentos diferentes no processo de tomada de decisão. Com isso, surge o conceito de aversão à perda. Os indivíduos sentem muito mais a dor de uma perda do que o prazer de um ganho. Há uma assimetria entre ganhos e perdas. A função de utilidade, nesse modelo, demonstra que uma perda gera mais impacto do que um ganho na mesma magnitude (Kahneman & Tversky, 1979). Por isso, a variação do sentimento foi dividida em positiva e negativa. Esperou-se que as variações negativas do sentimento possuíssem maior peso do que variações positivas do sentimento no retorno.

Aprofundando o tema, na terceira hipótese foi investigada se a variação do sentimento textual possuiu algum efeito na relação entre retorno de mercado e retorno da Petrobras.

Este estudo preenche a lacuna teórica a respeito de quanto o comportamento do investidor brasileiro é afetado pelo sentimento textual e se este impacto é coerente em casos de textos negativos e positivos e em dias negativos e positivos de bolsa valores.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa visou criar uma lista de termos/palavras, a partir das publicações no Twitter, de modo a construir um novo dicionário de palavras em língua portuguesa associadas ao sentimento. O objetivo foi de criar um dicionário personalizado, que não fosse adaptado de outra língua ou de outra área, mesmo que ampla, pois um dicionário específico modela melhor do que um adaptado de outras áreas ou do que um genérico.

Dados do mercado de capitais e da mídia social foram coletados para entender melhor o comportamento dos investidores e o que os influenciaram nas suas tomadas de decisão. O modelo geral analisou a influência do sentimento textual do Twitter no retorno da Petrobras.

Para alcançar esse objetivo, foram coletados os dados sobre a Petrobras e as mensagens expostas no Twitter entre 2010 e 2020. O histórico da série diária de preços da Petrobras foi coletado na Bloomberg.

De acordo com Almeida *et al.* (2021), a metodologia foi desenvolvida em duas fases: construção da variável variação do sentimento e os testes das hipóteses. A Figura 2 ilustra o fluxo de trabalho utilizado no estudo.

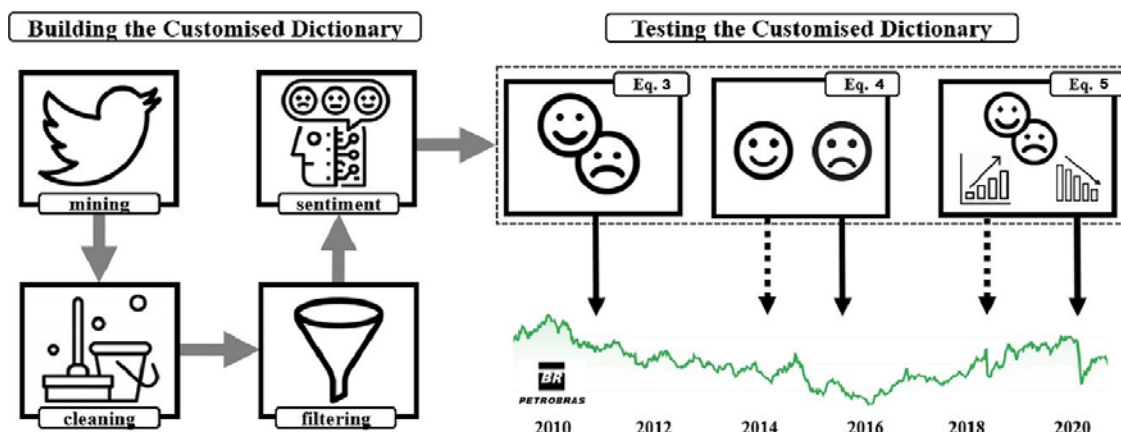


Figura 2 - Etapas para o Processamento da Linguagem Natural usados no estudo.

Fonte: Elaboração própria baseada no artigo de Almeida *et al.* (2021)

Para realizar a análise do sentimento exposto no Twitter, foi necessário coletar as postagens acerca da Petrobras em pré-processamento dos dados. Os *tweets* foram coletados por meio da biblioteca GetOldTweets3, no Python. Foram

selecionadas as postagens em língua portuguesa, que continham o nome da instituição (Petrobras), os *tickers* da ação (PETR3 e PETR4) e as respostas às postagens da empresa na sua conta oficial (@petrobras), entre 2010 e junho de 2020.

A escolha do banco de dados foi feita com o propósito de avaliar qual informação seria mais importante para o investidor: sobre a Petrobras, no geral; sobre a ação da instituição; ou sobre as respostas direcionadas à empresa através de sua conta oficial no Twitter. Esse parâmetro para captar determinados *tweets* também foi utilizado nos estudos de Souza *et al.* (2019), em que coletaram postagens, em português ou inglês, que continham nomes das instituições participantes do índice IBOVESPA e/ou termos escolhidos pelos autores: IBOVESPA, IBOV, Brasil, Bolsa, Balcão e Bolsa de Valores Brasileira.

A construção do indicador de sentimento parte da mineração das mensagens postadas nas redes sociais. Como os textos são longos, foi necessário realizar a *tokenização*, que converte cada *tweet* em um vetor de palavras (“unigrama”) (Li *et al.*, 2020). Em seguida, foi necessário limpar o banco de dados removendo *stopwords*, palavras que não possuem valor semântico. Essa mineração de dados foi construída com algoritmos em Python e, contendo esse tratamento de limpeza nos dados, a biblioteca usada foi a *tm – Text Mining*.

A fase subsequente foi descartar as palavras neutras. Estas aparecem diariamente e na mesma frequência, independentemente da variação diária do preço das ações da empresa. O filtro utilizado foi o de palavras com diferença média e de desvio padrão entre dias de retorno positivo e negativo inferiores a 20%.

Posteriormente, as palavras filtradas foram inseridas no mapa perceptual. O dimensionamento multidimensional é um método para visualizar o grau de dissimilaridade entre os objetos. Com base nestes coeficientes de diferença, uma série de distâncias euclidianas é calculada. Os dados são geralmente plotados em dois espaços cartesianos multidimensionais (Gower & Legendre, 1986). Preliminarmente, é necessário calcular a semelhança, por meio do conjunto de objetos, para construir um mapa perceptivo. Suponha que as palavras “a” e “b” recebam valores semelhantes em comparação com outros objetos possíveis (“c”, “d”, “e”). Nesse caso, a escala multidimensional atribui uma distância euclidiana menor entre “a” e “b” do que entre os outros objetos.

A lista de palavras do estudo foi posicionada no mapa. Cada vetor do mapa é representado por uma palavra dessa lista. Os eixos representam os polos positivos e negativos, para que, quanto mais extrema a palavra for, mais positiva ou negativa ela será. Com isso, foi realizada a classificação de polaridade, conforme o eixo que o termo se encontra.

A abordagem de classificação utilizada por essa metodologia é o chamado “bag of words”, que separa os termos do dicionário em positivos e negativos. Assim, as palavras recebem escores numéricos, de acordo com sua polaridade, sendo positivo (+1) e negativo (-1) (Jiang, Lee, Martin, & Zhou, 2019).

Essa lista de palavras positivas e negativas relacionadas à empresa consistiu no dicionário personalizado. O valor de um sentimento de *tweet* foi estimado com base no peso das palavras positivas e negativas. A medida é o total de palavras positivas menos negativas, como segue na Equação 1.

$$STO_t = \sum PP_t + \sum PN_t \quad (1)$$

Onde:

STO_t : Sentimento Total dos *Tweets* j;

PP_t : Quantidade de palavras positivas (Sua polaridade é “+”);

PN_t : Quantidade de palavras negativas (Sua polaridade é “-”).

Visando realizar um teste de robustez da variável sentimento, foi construída a segunda variável de sentimento diário, sendo essa a média de sentimento dos *tweets* em determinado dia. Essa decisão teve o objetivo de investigar se haveria diferença nos resultados, caso a variável de sentimento fosse construída de diferentes formas. Foi feito um teste de robustez da classificação de polaridade dos termos do estudo. A medida é o sentimento médio, calculado como divisão do sentimento total pelo total de palavras. O mesmo indicador foi utilizado por Feuerriegel, Wolff e Neumann (2015). Essa rotulação foi realizada a partir do resultado da Equação 2.

$$SME_t = \frac{STO_t}{\sum PT_t} \quad (2)$$

Onde:

SME_t : Sentimento Médio do *Tweet* j;

PT_t : Quantidade de palavras totais.

A primeira diferença foi usada nas duas variáveis de sentimento (ΔSTO e ΔSME) para capturar a mudança no sentimento global em vez do status absoluto (positivo ou negativo). Por exemplo, se o índice passar de 0,90 para 0,75, continua positivo em termos absolutos, mas sua tendência - que é variável de foco - é negativa.

Para calcular o retorno observado no período da Petrobras, foi utilizada a função logarítmica que analisa o retorno sobre o preço da ação no dia presente e no dia anterior. A partir do modelo de mercado desenvolvido por Sharpe (1963), *Capital Asset Pricing Model* (CAPM), foi construída uma equação para verificar se o retorno da Petrobras está relacionado com o sentimento textual presente em *tweets*, além do movimento do mercado. O retorno do mercado foi o índice IBOVESPA. Com base nisso, a Equação 3 foi estimada para analisar se o sentimento textual se relaciona com o retorno do ativo.

$$Ret_t = \alpha + \beta_1 R_{m,t} + \beta_2 \Delta Sent_t + \varepsilon_t \quad (3)$$

Onde:

Ret_t : Retorno da Petrobras;

$R_{m,t}$: Retorno do mercado;

$\Delta Sent_t$: Variação do Sentimento Textual (STO ou SME);

É esperado que o sinal de β_2 seja positivo. A variação do sentimento impacta o retorno. Se a variação do sentimento for positiva, é gerado um efeito positivo no retorno. No caso de variação negativa do sentimento, o retorno recebe um efeito negativo.

A fim de aprofundar o tema, a variável sentimento foi dividida em sentimento positivo e sentimento negativo. Optou-se, então, por esse caminho para analisar se existe alguma diferença entre o efeito do sentimento separadamente como está presente na Equação 4.

$$Ret_t = \alpha + \beta_1 R_{m,t} + \beta_2 \Delta PST_t + \beta_3 \Delta NST_t + \varepsilon_t \quad (4)$$

Onde:

ΔPST_t : Variação Positiva do Sentimento Textual (STO ou SME);

ΔNST_t : Variação Negativa do Sentimento Textual (STO ou SME);

O comportamento do sentimento textual sobre o movimento do mercado foi dividido em duas variáveis, pois se espera comportamentos diferentes em cada uma delas. Esperou-se encontrar significância e sinal positivo em β_2 e β_3 . Com isso, a variação positiva do sentimento aumenta os retornos e a variação negativa do sentimento diminui os retornos.

Por fim, foi investigado se a variação do sentimento amplificou ou diminuiu os retornos (positivos ou negativos) do mercado. Conforme pode ser visualizado na Equação 5.

$$Ret_t = \alpha + \beta_1 R_{m,t} + \beta_2 \Delta Sent_t + \beta_3 RP_{m,t} \Delta Sent_t + \beta_4 RN_{m,t} \Delta Sent_t + \varepsilon_t \quad (5)$$

Onde:

$RP_{m,t}$: Retorno Positivo do mercado;

$RN_{m,t}$: Retorno Negativo do mercado;

O objetivo foi determinar se, quando o mercado está pessimista, o sentimento positivo pode moderar, suavizando o impacto no retorno da empresa, e o negativo, em exacerbar o efeito sobre os retornos. A expectativa oposta é quando o mercado está otimista, analisar se o sentimento positivo amplifica esse efeito ou se o sentimento negativo modera. Portanto, o sinal esperado das variáveis β_3 é positivo e β_4 é negativo. Assim, a variação do sentimento possui algum efeito no mercado.

O modelo de regressão linear para séries temporais com a estimativa por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) foi realizado para todas as regressões do estudo.

Executaram-se os seguintes testes para identificar possíveis problemas de distribuição residual: teste Jarque-Bera para normalidade, teste Breusch-Pagan para heteroscedasticidade, teste de Fator de Inflação da Variância (VIF) para multicolinearidade e teste Ljung-Box para autocorrelação. Quando um dos testes acima rejeitou a hipótese de distribuição residual, foram aplicados erros padrões consistentes de correção automática (HAC).

4. RESULTADOS

4.1 Análise das Amostras

Para investigar qual seria a amostra mais adequada para o estudo, optou-se por verificar se o impacto da variação do sentimento no retorno ocorreu com postagens coletadas diretamente do perfil da empresa no Twitter (@Petrobras), com alguma citação do termo “petrobras”, ou com a citação dos *tickers* da ação (PETR3 e/ou PETR4). O objetivo foi avaliar qual coleta da amostra seria mais fácil e menos custosa, pois poderiam ser avaliados menos *tweets* para obter o mesmo resultado. Por isso, foi realizada a mesma metodologia, porém, com amostras diferentes. Das três amostras colhidas para o estudo, apenas a que tinha o filtro “petrobras” gerou uma grande lista de termos.

Analisando a amostra, foi possível verificar que essa teve mais *tweets* em relação às outras: 3.826.463 *tweets*, enquanto as outras foram de 139.530 e 210.881. Também apresentou um conteúdo mais diversificado, com mais opiniões e destaques diários. As palavras das menores amostras foram muito frequentes, apareciam tanto em dias positivos quanto em negativos e não apresentaram grandes desvios padrões. Com isso, não seria interessante ter a conta oficial e/ou *tweets* com termos PETR3 e PETR4 como filtro.

Tabela 1 - Quantidade de *tweets*

Ano	Nº de Obs.
2010	147.951
2011	170.844
2012	213.645
2013	216.071
2014	833.109
2015	792.601
2016	350.400
2017	185.125
2018	638.913
2019	207.842
2020*	69.962
2010-2020	3.826.463
Ano	Nº de Obs.

Nota: *dados até junho de 2020

Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 1, é possível observar que no ano de 2014, esse que foi um ano de eleição presidencial no Brasil, aconteceu uma alta das citações da empresa, principalmente nos meses de outubro e novembro.

O mesmo ocorreu em 2018. Os anos que tiveram maiores manifestações dos usuários sobre a Petrobras foram 2014 e 2015, respectivamente. No ano de 2014, a Petrobras foi citada pela primeira vez na operação Lava Jato da Polícia Federal. No ano seguinte, os escândalos de corrupção envolvendo o nome da empresa (Otoboni & Freire, 2020) continuaram. Possivelmente, essas foram as causas do aumento nesses anos.

Não há como comprovar que todos os *tweets* que continham o termo “petrobras” foram escritos por investidores.

A relação entre sentimento do investidor e sentimento textual da mídia social é complexa. O último inclui o primeiro. Contudo, é importante ressaltar que as mídias sociais demonstram as condições nas empresas e o mercado na visão da sociedade, incluindo os investidores e influenciam os mesmos.

Para avaliar o efeito do sentimento expresso, via Twitter, sobre os retornos da Petrobras, buscou-se, construir uma lista de termos presentes na rede social que exercem influência no retorno da ação e as estatísticas descritivas das variáveis. Depois da filtragem, a lista de termos foi incluída no mapeamento perceptual.

O mapa perceptivo demonstrou o posicionamento relativo de todas as palavras. Com a classificação da polaridade dos termos concluída, foi realizada a construção das variáveis do sentimento, total e médio.

Vale ressaltar que nessas foram avaliadas as variações e não os valores absolutos diários. Os gráficos da Figura 3

apresentam as oscilações que ocorreram nas variáveis em análise, de 2010 até 2020.

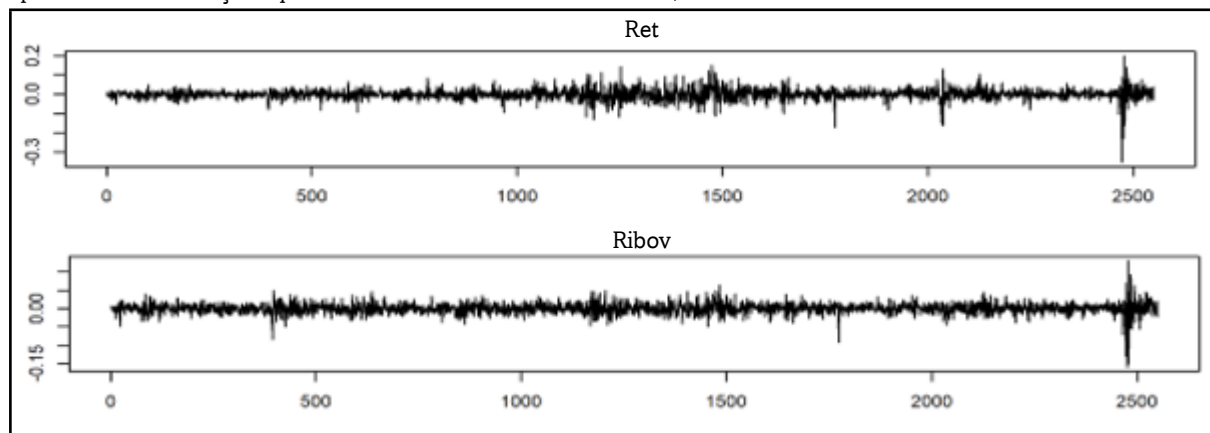


Figura 3 - Oscilações das variáveis ao longo do tempo

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa.

A partir da Figura 3, é possível verificar que as séries de retornos tiveram momentos de maior e menor oscilação, evidenciando assim o comportamento comum em séries de retorno de formarem agrupamentos de volatilidade, além das oscilações entre as séries terem comportamentos parecidos, evidenciando que os retornos da Petrobras se relacionam em alguma medida aos retornos do mercado, como seria esperado. Na Tabela 2, estão dispostas as estatísticas descritivas de cada variável testada no estudo.

Tabela 2 - Estatística Descritiva do sentimento das variáveis do estudo

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ΔSTO	-55.401	891.69	-11491	10366
ΔSME	-0.00033	0.01774	-0.110922	0.07260
Ret	-0.00021	0.03022	-0.35236	0.20067
Ribov	0.00011	0.01612	-0.15993	0.13022

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa

Nota-se que o valor do retorno do IBOVESPA e da ação da Petrobras tiveram média, respectivamente, positiva e negativa. Apesar de o mercado se manter positivo durante o período, as ações da Petrobras tiveram, em média, durante o período em análise, retornos negativos. As duas variáveis tiveram valor mínimo negativo e um valor máximo de positivo, demonstrando grandes oscilações no retorno do mercado, principalmente no retorno da Petrobras.

4.2 Análise Das Regressões

Após o tratamento dos dados e das variáveis, buscou-se testar as hipóteses do estudo por meio dos modelos de série temporal. Para cada indicador de variação de sentimento, foi realizado o cálculo da mesma equação. Com isso, foi possível a comparação dos resultados e a verificação se o modelo possuiu robustez. Os resultados do primeiro indicador, variação do sentimento total, estão demonstrados na Tabela 3.

Tabela 3 - Impacto da variação do sentimento total no retorno da Petrobras (2,550 Observações)

Regressores	Sinal	Equação 4	Equação 5	Equação 6
Ribov	+	1.4466e+00 *** ($< 2.2e-16$)	1.4435e+00*** ($< 2.2e-16$)	1.3961e+00*** ($< 2.2e-16$)
$\Delta Sent$	+	4.7366e-06 *** (1.642e-06)	-	3.3927e-06* (0.01156)
$\Delta Pos Sent$	+	-	3.4063e-07 (0.71833)	-

Regressores	Sinal	Equação 4	Equação 5	Equação 6
$\Delta Neg Sent$	+	-	7.1590e-06*** (3.554e-08)	-
$RPibov*\Delta Sent$	+	-	-	-1.6263e-04 (0.4407)
$RNibov*\Delta Sent$	-	-	-	-2.9479e-04*** (3.78e-06)
α	na	-1.2957e-04 (0.7122)	1.1165e-03 (0.00592)	1.5154e-04 (0.66403)
R^2 ajustado		0.6334	0.6407	0.6507
Normalidade p-value		< 2.2e-16	< 2.2e-16	< 2.2e-16
Heteroscedasticidade p-value		< 2.2e-16	< 2.2e-16	5.531e-12
Multilinearidade VIF		Ribov:1.007288 Sent: 1.007288	Ribov: 1.07650 $\Delta Pos Sent$:1.011903 $\Delta Neg Sent$: 1.017039	Ribov:1.074142 Sent:2.166817 $RPibov*\Delta Sent$:1.604941 $RNibov*\Delta Sent$:1.659181
Autocorrelação p-value		0.9429	0.7624	0.6099

Nota: Normalidade: teste Jarque-Bera; Heteroscedasticidade: teste Breusch-Pagan. Teste Ljung-Box para autocorrelação (10 lags). Método de estimação: MQO com Autocorrelation-Consistent Standard Errors (HAC). *p < 0.10; ** 0.01 < p < 0.05; *** p < 0.01.

Os resultados demonstraram concordar com a teoria clássica, no que tange o modelo CAPM, e a teoria comportamental em relação ao sentimento textual. O retorno do mercado foi significativo e positivo, da mesma forma explicitada no modelo de Sharpe (1963). O indicador de variação de sentimento textual teve significância e positivo em relação ao retorno. Com isso, foi possível identificar padrões de comportamento nas mídias sociais ligados às oscilações do mercado. O sentimento textual exposto no Twitter influenciou o investidor na sua tomada de decisão. A variação de postagens positivas no Twitter sobre a Petrobras incentivou as pessoas a investirem nessa empresa e, conseqüentemente, os preços das ações aumentaram e quando a variação foi negativa, ocorreu o inverso, o preço da ação diminuiu.

A primeira hipótese da pesquisa foi confirmada: a variação do sentimento textual se relaciona com o retorno. Esses achados corroboram com os resultados dos estudos de Bartov *et al.* (2018), Carosia *et al.* (2019) e McGurk *et al.* (2020), que também verificaram influências do sentimento via Twitter com o retorno.

Na segunda regressão (Equação 5), disposta na Tabela 3, o objetivo foi analisar a segunda hipótese de pesquisa. Buscou-se verificar se a variação positiva e a variação negativa dos sentimentos, separadamente, possuem impacto no retorno. Nesse caso, somente a variação negativa dos sentimentos possuiu impacto negativo no retorno. Esse resultado vai ao encontro à teoria do prospecto, que afirma haver uma assimetria entre ganhos e perdas (Kahneman & Tversky, 1979).

No presente estudo, foi possível verificar que a variação negativa do sentimento possuiu maior impacto nos indivíduos do que a variação positiva do sentimento. As pessoas se sentem mais sensibilizadas pela perda do que pelo ganho, mesmo que seja na mesma magnitude. É um comportamento de defesa ao seu patrimônio. A segunda hipótese de pesquisa foi confirmada, visto que, apenas a variação negativa do sentimento textual demonstrou ter relação com o retorno, indo ao encontro da teoria do prospecto que trata da aversão ao risco dos indivíduos.

Na linha dos resultados da terceira regressão, a variação do sentimento textual total na Equação 6 teve efeito somente com o mercado negativo. O retorno de mercado foi significativo e positivo, da mesma forma que ocorreu nas equações passadas. A variação do sentimento obteve significância e, com efeito positivo em relação ao retorno. Esse achado demonstra que no cenário de o mercado estar em queda, com retornos negativos, e se a variação do sentimento também for negativa, o impacto no retorno da Petrobras será intensificado negativamente. No mesmo cenário, caso a variação do sentimento na rede social seja positiva, o impacto no retorno da estatal será suavizado. Esses resultados concordam com a linha teórica de finanças comportamentais. O sentimento promoveu desvios no valor do ativo. A terceira hipótese da presente pesquisa foi parcialmente confirmada: a variação do sentimento textual impactou o movimento de mercado em relação ao retorno, porém, somente quando o mercado está negativo.

Os resultados também mostram que a proporção da variância na dependente explicada pelas variáveis independentes, representadas por R^2 , aumenta da Equação 4, onde a variação do sentimento total é o regressor observado, para a Equação 5, onde o regressor acima é dividido em variações positivas e negativas do sentimento, e finalmente para a Equação 6, onde a mesma variável interage com dias de mercado favoráveis e desfavoráveis. Esses resultados representam uma confirmação adicional dos comportamentos assimétricos dos investidores nos cenários de ganhos ou perdas, com este último gerando mais impacto do que o primeiro, sendo as pessoas serem avessas ao risco. É um comportamen-

to natural defender seus bens (Jiang *et al.*, 2019).

Visando realizar o teste de robustez do indicador variação do sentimento, os mesmos modelos foram calculados para a variável variação do sentimento médio. Os resultados encontram-se na Tabela 4.

Tabela 4 - Impacto da variação do sentimento médio no retorno da Petrobras (2,550 Observações)

Regressores	Sinal	Equação 4	Equação 5	Equação 6
<i>Ribov</i>	+	1.457e+00 *** ($< 2e-16$)	1.453e+00 *** ($< 2e-16$)	1.432e+00*** ($< 2.e-16$)
$\Delta Sent$	+	1.579e-16 * (0.04854)	-	4.759e-17 (0.2760)
$\Delta Pos Sent$	+	-	-3.436e-17 (0.31805)	-
$\Delta Neg Sent$	+	-	2.036e-16 * (0.02601)	-
<i>RPibov</i> * $\Delta Sent$	+	-	-	-8.054e-15 (0.2569)
<i>RNibov</i> * $\Delta Sent$	-	-	-	-4.911e-15*** ($<2e-16$)
α	na	-2.823e-04 (0.43293)	-1.843e-04 (0.61690)	-2.575e-04 (0.4719)
R ² Ajustado		0.6185	0.6199	0.6268
Normalidade p-value		$< 2.2e-16$	$< 2.2e-16$	$< 2.2e-16$
Heteroscedasticidade p-value		4.12e-10	1.251e-10	0.8977
Multicolinearidade VIF		<i>Ribov</i> :1.00953; <i>Sent</i> : 1.0095	<i>Ribov</i> : 1.011323 $\Delta Pos Sent$:1.0001 $\Delta Neg Sent$: 1.011316	<i>Ribov</i> :1.029258 <i>Sent</i> :1.738738 <i>RPibov</i> * $\Delta Sent$:1.297859 <i>RNibov</i> * $\Delta Sent$:1.465194
Autocorrelação p-value		0.928	0.9002	0.6641

Normalidade: teste Jarque-Bera; Heteroscedasticidade: teste Breusch-Pagan. Teste Ljung-Box para autocorrelação (10 lags). Método de estimação: MQO com Autocorrelation-Consistent Standard Errors (HAC). * $p < 0.10$; ** $0.01 < p < 0.05$; *** $p < 0.01$.

O teste de robustez com a variável de variação do sentimento médio apresentou, em geral, os mesmos resultados que o indicador de variação do sentimento total. A Tabela 4 demonstra resultados com as mesmas significâncias do que a Tabela 3, no geral. A diferença está na Equação 6 das duas tabelas: a variação do sentimento só foi significativa com a construção do sentimento total. Com isso, conclui-se que a construção do dicionário personalizado apresentou significância, independente da forma que a variável sentimento textual foi gerada.

O estudo se mostrou relevante, pois as palavras são componentes importantes dos sistemas de linguagem natural. A análise de sentimentos oferece às organizações uma maneira rápida de monitorar os sentimentos do público em relação à marca, aos negócios, diretores, etc. Isso auxiliará não apenas para atrair novos investidores ou clientes, mas também a manter os atuais.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre o sentimento exposto no Twitter e o retorno das ações. Para esse fim, os *tweets* sobre a Petrobras foram analisados, de modo a verificar se o sentimento textual dessas mensagens tem relação com o retorno da empresa.

A pesquisa partiu da premissa que no conteúdo da *web* de determinadas páginas podem ser extraídas informações que denotam emoções e sentimentos. As pessoas escrevem posts, comentários, críticas e *tweets* sobre variados tópicos diariamente (Godsay, 2015). Com isso, é possível verificar se a Petrobras é vista de forma positiva ou negativa na internet.

Todos os indicadores de variação do sentimento tiveram resultados positivos e significativos. A variação do sentimento textual dos *tweets* tem relação direta com o retorno da Petrobras. O resultado corrobora com os estudos de Bartov *et al.* (2018), Carosia *et al.* (2019) e McGurk *et al.* (2020).

A variação negativa do sentimento possui maior impacto nos indivíduos do que a variação positiva do sentimento. As pessoas possuem comportamento avesso ao risco, sentem mais pela perda do que pelo ganho, mesmo que seja na mesma magnitude.

Somente a variação do sentimento negativo mostrou resultados negativos e significativos no movimento de mercado. Desse modo, a variação do sentimento negativo potencializa o movimento negativo do mercado e ameniza o movimento positivo do mercado. Esse resultado corrobora com a teoria das finanças comportamentais, que afirma haver uma assimetria entre ganhos e perdas. Uma perda gera mais impacto do que um ganho na mesma magnitude (Kahneman & Tversky, 1979).

A contribuição do estudo foi personalizar o dicionário para organizações individuais, enquanto os dicionários existentes são genéricos e, portanto, com menor qualidade. Dessa forma, o indicador de sentimento particular pode mitigar ou melhorar o movimento de mercado dessa empresa. A desconfiança do mercado sobre alguns aspectos pode diminuir o valor das empresas. Com a construção desses mapas, pode surgir uma poderosa ferramenta para gestão de marketing e análise do sentimento sobre a organização.

Apesar de três amostras terem sido coletadas, optou-se pela que apresentou mais sentimento, diversidade de palavras e quantidade de *tweets*, que foi a que continha apenas a palavra “petrobras” como filtro de seleção. Essa amostra possui uma lista de termos que apresentam desvios relacionados aos retornos diários. Por isso, o presente estudo optou por aprofundar-se na lista de termos formada por essa amostra.

Os achados aqui documentados fornecem contribuições teóricas, gerenciais e sociais, com possível impacto nas áreas de finanças, economia e contabilidade. Os resultados documentados nesta pesquisa contribuem das seguintes formas: (i) ampliam a literatura e ajudam na compreensão teórica dos efeitos do sentimento textual na tomada de decisão do investidor, fenômeno até então pouco explorado no Brasil; (ii) com relação aos estudos anteriores, além de corroborar seus pressupostos, promovem uma melhoria metodológica nas estimativas realizadas ao usar um modelo econométrico capaz de capturar relações pontuais entre o ativo e o sentimento do investidor sobre *aquele* ativo; e (iii) considerando o sentimento um indicador útil para antecipar os rumos da economia (Marschner & Ceretta, 2021), formuladores de políticas e autoridades monetárias podem tomar diferentes medidas em resposta as diferentes mudanças nesse indicador. Todavia, essa é, ainda, uma pesquisa inicial e, havendo um campo promissor a ser explorado. Além da utilização de dados secundários, as abordagens experimentais podem contribuir de forma valiosa, pois ampliam o escopo de variáveis que podem ser consideradas determinantes para compreender o impacto das mídias sociais no sentimento do investidor.

A pesquisa apresentou as limitações de ter coletado somente os dados da mídia social Twitter e da escolha da organização, por não ser um nome homônimo, o que auxiliou na obtenção das informações. Esses resultados são relevantes para os gestores e agentes de políticas públicas, visto que é importante entender a opinião pública sobre a empresa Petrobras, para realizar uma tomada de decisão, assim como para os investidores na alocação dos seus recursos. Os achados demonstraram a relação entre os padrões de comportamento da mídia social e as oscilações do mercado. Para pesquisas futuras, sugere-se mudar a amostra para outras empresas de capital aberto, analisar como o movimento da mídia social Twitter e/ou outras se relacionam com o movimento de mercado e a inclusão de uma ponderação dos termos.

REFERÊNCIAS

- Alkubaisi, G. A. A. J., Kamaruddin, S. S., & Husni, H. (2018). Stock Market Classification Model Using Sentiment Analysis on Twitter Based on Hybrid Naive Bayes Classifiers. *Computer and Information Science*, 11 (1).
- Almeida, M. D., Maia, V. M., Tommasetti, R., & de Oliveira Leite, R. (2021). Sentiment analysis based on a social media customised dictionary. *MethodsX*, 8, 101449.
- Baker, M., & Wurgler, J. (2006) Investor sentiment and the cross-section of stock returns. *Journal of Finance*, 61 (4), 1645–1680.
- Bannier, C., Pauls, T., & Walter, A. (2019) Content analysis of business communication: introducing a German dictionary. *Journal of Business Economics*, 89 (1), 79–123.
- Bartov, E., Faurel, L., & Mohanram, P. S. (2018) Can twitter help predict firm-level earnings and stock returns? *The Accounting Review*, 93 (3), 25–57.
- Beattie, V. (2014). Accounting narratives and the narrative turn in accounting research: Issues, theory, methodology, methods and a research framework. *British Accounting Review*, 46 (2), 111–134.
- Bukovina, J. (2016). Social media big data and capital markets-An overview. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 11, 18–26.
- Buzz Rankings de 2019: Brasil | YouGov - BrandIndex. (2020, June 13). Retrieved from: <<https://www.brandindex.com/ranking/brazil/2019-buzz>>.
- Carosia, A. E. O., Coelho, G. P., & Silva, A. E. A. (2019). Analyzing the Brazilian Financial Market through Portuguese Sentiment Analysis in Social Media. *Applied Artificial Intelligence*, 34 (1), 1–19.

- Clement, J. (2020, March 15). Countries with most Twitter users 2020. *Statista*. Retrieved from: <<https://www.statista.com/statistics/242606/number-of-active-twitter-users-in-selected-countries/>>.
- Cruz, L., Ochoa, J., Roche, M., Poncelet, P. (2017) Dictionary – Based Sentiment Analysis Applied to Specific Domain. In: Lossio-Ventura J., Alatrística-Salas H. (eds) Information Management and Big Data. SIMBig 2015, SIMBig 2016. Communications in Computer and Information Science, vol 656. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-55209-5_5.
- Silva, S. O., Maia, V. M., Haveroth, J., & Tommasetti, R. (2021). Papel da Auditoria: uma visão a partir do Twitter. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 20, e3183-e3183.
- Dařena, F., Petrovský, J., Píichystal, J., & Žizka, J. (2018). Machine learning-based analysis of the association between online texts and stock price movements. *Inteligencia Artificial*, 21 (61), 95–110.
- Fang, B., Liang, S., Zou, Q., & Huang, W. (2017). Research on sentiment analysis of financial texts. *7th IEEE International Conference on Electronics Information and Emergency Communication*, (ICEIEC), 248-252.
- Feuerriegel, S., Wolff, G., & Neumann, D. (2015). Information processing of foreign exchange news: Extending the overshooting model to include qualitative information from news sentiment. *SSRN Electronic Journal*.
- Gandhi, P., Loughran, T., & McDonald, B. (2019). Using Annual Report Sentiment as a Proxy for Financial Distress in U.S. Banks. *Journal of Behavioral Finance*, 20 (4), 424–436.
- Ge, Q., Kurov, A., & Wolfe, M. H. (2018). Stock Market Reactions to Presidential Statements: Evidence from Company-Specific Tweets. *Economics Faculty Scholarship*, 29.
- Godsay, M. (2015) The Process of Sentiment Analysis: A Study. *International Journal of Computer Applications*, 126 (7), 26–30.
- Gower, J.C. & Legendre, P. (1986). Metric and Euclidean properties of dissimilarity coefficients. *Journal of Classification*, 3, 5-18.
- Gupta, A., Simaan, M., & Zaki, M. J. (2017). Investigating bank failures using text mining. *2016 IEEE Symposium Series on Computational Intelligence*, SSCI.
- Ito, T., Sakaji, H., Izumi, K., Tsubouchi, K., & Yamashita, T. (2017). Development of an interpretable neural network model for creation of polarity concept dictionaries. *IEEE International Conference on Data Mining Workshops*, ICDMW.
- Jiang, F., Lee, J., Martin, X., & Zhou, G. (2019). Manager Sentiment and Stock Returns. *Journal of Financial Economics*, 132 (1), 126-149.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. *Journal of the Econometric society*, 47 (2), 263–292.
- Kearney, C., & Liu, S. (2014). Textual sentiment in finance: A survey of methods and models. *International Review of Financial Analysis*, 33, 171–185.
- Li, X., Wu, P., & Wang, W. (2020). Incorporating stock prices and news sentiments for stock market prediction: A case of Hong Kong. *Information Processing and Management*, 57 (5).
- Loughran, T., & McDonald, B. (2015). The Use of Word Lists in Textual Analysis. *Journal of Behavioral Finance*, 16 (1), 1–11.
- Mai, F., Shan, Z., Bai, Q., Wang, X. S., & Chiang, R. H. L. (2018). How Does Social Media Impact Bitcoin Value? A Test of the Silent Majority Hypothesis. *Journal of Management Information Systems*, 35 (1), 19–52.
- Mangee, N. (2018). Stock Returns and the Tone of Marketplace Information: Does Context Matter? *Journal of Behavioral Finance*, 19 (4), 396–406.
- Marschner, P. F., & Ceretta, P. S. (2021). Sentimento do investidor, incerteza econômica e política monetária no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 32, 528-540.
- Martins, R., Pereira, A., & Benevenuto, F. (2015) An approach to sentiment analysis of web applications in Portuguese. *WebMedia 2015 - Proceedings of the 21st Brazilian Symposium on Multimedia and the Web*, 105–112.
- McGurk, Z., Nowak, A., & Hall, J. C. (2020). Stock returns and investor sentiment: textual analysis and social media. *Journal of Economics and Finance*, 44 (3), 458–485.
- Naylor, R. W., Lamberton, C. P., & West, P. M. (2012). Beyond the “like” button: The impact of mere virtual presence on brand evaluations and purchase intentions in social media settings. *Journal of Marketing*, 76 (6), 105–120.
- Nofsinger, J. (2010). *The Psychology of Investing*. 4. ed. New Jersey: Prentice Hall.
- Otoboni, J., & Freire, D. (2020). Seis anos da Lava Jato: relembre todas as fases da operação. Retrieved from: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/07/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-operacao>>.
- Pengnate, S. F., & Riggins, F. J. (2020). The role of emotion in P2P microfinance funding: A sentiment analysis approach. *International Journal of Information Management*, 54.
- Piccoli, P., da Costa Jr, N. C., da Silva, W. V., & Cruz, J. A. (2018). Investor sentiment and the risk–return tradeoff in the Brazilian market. *Accounting & Finance*, 58, 599-618.
- Pinto, A. E. De S. (2020, October 11). Pelo 4o ano seguido, Petrobras é a marca que representa o Brasil. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from: <<https://top-of-mind.folha.uol.com.br/2019/10/pelo-4o-ano-seguido-petrobras-e-a-marca-que-representa-o-brasil.shtml>>.
- Prates, W. R., da Costa, N. C., & Santos, A. A. (2019). Efeito disposição: Propensão à venda de investidores individuais e institucionais. *Revista Brasileira de Economia*, 73, 97-119.

- Ranco, G., Aleksovski, D., Caldarelli, G., Grčar, M., & Mozetič, I. (2015). The effects of twitter sentiment on stock price returns. *PLoS ONE*, 10 (9), 1–21.
- Santana, C. V. S., Santos, L. P. G. D., Carvalho, C. V. D. O., & Martinez, A. L. (2019). Sentimento do investidor e gerenciamento de resultados no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31, 283-301.
- Santos, H. S., Laender, A., & Pereira, A. C. (2015). Uma Visão do Mercado Brasileiro de Ações a partir de Dados do Twitter. *IV Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining*, 10 (3), 369–394.
- Sharpe, W. F. A. (1963). Simplified Model For Portfolio Analysis. *Magazine Science*, 9 (2), 277–293.
- Souza, D. M. S. de, Lucena, W. G. L., & Queiroz, D. B. de. (2019). O Efeito do Sentimento do Investidor Expresso via Twitter sobre o Comportamento do Mercado Acionário Brasileiro Durante o Período Eleitoral. *XIX Congresso USP*, 1–19.
- Sprenger, T. O., Sandner, P. G., Tumasjan, A., & Welpe, I. M. (2014). News or noise? Using twitter to identify and understand company-specific news flow. *Journal of Business Finance and Accounting*, 41 (7–8), 791–830.
- Tarde, G. (1902). *Psychologie Économique*. Paris: Bibliothèque de philosophie contemporaine.
- Tommasetti, R., Maia, V. M., & Macedo, M. A. da S. (2021). Twitter as 'bully pulpit': Brazilian banking sector case. *Applied Economics Letters*, 28 (1), 61–64.
- Yadav, A., Jha, C. K., Sharan, A., & Vaish, V. (2020). Sentiment analysis of financial news using unsupervised approach. *Procedia Computer Science*, 167, 589-598.

AUDITORIA EM ÉPOCAS DE CRISE: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DA CRISE PANDÊMICA SARS-COV-2 NA QUALIDADE DA AUDITORIA

AUDITING IN TIMES OF CRISIS: A STUDY OF THE EFFECTS OF THE SARS-COV-2 PANDEMIC CRISIS ON AUDIT QUALITY

O artigo foi aprovado e apresentado no XVIII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (CICA), realizado em Lisboa/Portugal, de 14 a 15 de outubro de 2021

RESUMO

Tendo em vista o impacto da SARS-CoV-2 na economia mundial, este trabalho objetiva compreender a influência da crise na qualidade da auditoria das empresas brasileiras listadas na B3. Para uma amostra de 268 empresas, foram obtidos os dados contábeis dos três primeiros trimestres de 2019 e 2020, necessários para se medir a qualidade da auditoria. Para a comparação dos resultados, empregaram-se testes de média e regressão com dados em painel. Os resultados do teste de média indicam que a crise pandêmica SARS-CoV-2 impactou negativamente na qualidade da auditoria, e este resultado foi corroborado pela regressão com dados em painel. A partir do resultado encontrado, é possível inferir um prejuízo na qualidade das informações contábeis e, conseqüentemente, na qualidade da auditoria, especificamente durante a crise de SARS-CoV-2, não refutando a hipótese de pesquisa estabelecida. O achado sugere que os gestores podem estar propensos à manipulação de seus resultados, principalmente por se tratar de um momento mundial instável e a evidenciação de seus resultados pode ocasionar impacto no mercado financeiro. A pesquisa pode contribuir com a literatura, no papel de consolidar os efeitos de eventos adversos nos estudos relacionados à qualidade da auditoria que possibilitam um ganho quanto à qualidade informacional, e, portanto, que podem mitigar a assimetria informacional.

Palavras-chave: Qualidade da auditoria, Crise pandêmica, SARS-CoV-2, Covid-19.

ABSTRACT

Given the impact of SARS-CoV-2 on the world economy, this paper aims to understand the influence of the crisis on the quality of auditing of Brazilian companies listed on B3. For a sample of 268 companies, the accounting data for the first three quarters of 2019 and 2020 necessary to measure the quality of the audit were obtained. To compare the results, we used mean and regression tests with panel data. The mean test results indicate that the SARS-CoV-2 pandemic crisis negatively impacted audit quality, and this result was supported by panel data regression. From the result found, it is possible to infer a loss in the quality of accounting information and, consequently, in the quality of the audit, specifically during the SARS-CoV-2 crisis, not refuting the established research hypothesis. The finding suggests that managers may be prone to manipulation of their results, mainly because it is an unstable world moment and the disclosure of their results can have an impact on the financial market. The research can contribute to the literature, in the role of consolidating the effects of adverse events in studies related to audit quality that enable a gain in informational quality, and, therefore, that can mitigate informational asymmetry.

Keywords: Audit quality, Pandemic crisis, SARS-CoV-2, Covid-19.

Nabila Cordeiro da Silva Paiva

Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Controladoria e Finanças pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) e na Faculdade Unida de Campinas (FacUnicamps). E-mail: nabila_paiva@hotmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6440-8791>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9902211216965881>.

Camila Ribeiro Toso

Mestre em Contabilidade Financeira pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Federal de Goiás (UFG). Líder contábil na empresa Trinus Co. E-mail: camila.rtsz@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7728-1977>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4155853250538314>.

Raquel Nunes da Silva

Pós Graduada em Auditoria e Análise Contábil pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Contadora e Docente do Curso de Graduação de Ciências Contábeis e Administração da Faculdade Metropolitana de Anápolis (FAMA - Goiás). E-mail: raquelnunescontabil@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5462-1959>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2192897525444570>.

Lúcio de Souza Machado

Pós-Doutor e Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP-SP). Contador e Docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado) de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: luciomachado@ufg.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4434-2830>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6742400453249031>.

Michele Rílany Rodrigues Machado

Doutora em Administração pela Universidade de Brasília (UNB). Mestre em Contabilidade pela Universidade de Brasília (UNB). Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: michelemachado@ufg.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1548-3071>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8001352972115912>.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria independente é uma das responsáveis pela redução da assimetria informacional, incorrida entre os usuários das informações financeiras. A crescente dinâmica por dados mais oportunos e seguros vem, conseqüentemente, exigindo maior qualidade nos serviços realizados pelos auditores (Firmino *et al.* 2011). Apesar dos inúmeros trabalhos na literatura internacional, como em Francis (2004) e Choi *et al.* (2010), a qualidade das informações contábeis é um assunto que ainda carece de maiores estudos nos diversos ambientes econômicos (Dechow *et al.*, 2010).

De acordo com Dutra (2011), o auditor desenvolve um trabalho analítico para emitir um relatório sintético acerca das conclusões obtidas na auditoria realizada. Os *stakeholders* têm, nesse relatório, uma opinião acerca da adequação das demonstrações financeiras auditadas e, por sua vez, os auditados são aqueles que podem ser afetados pelas decisões tomadas pelos *stakeholders*.

Em momentos de recessão econômica, as empresas se veem em situações delicadas, em que suas receitas tendem a cair e o custo dos seus produtos pode aumentar. Para uma melhor análise do contexto macroeconômico, as instituições recorrem à contabilidade (Lessa *et al.*, 2020). A crise financeira global de 2008 levou os reguladores e a imprensa a questionarem se os auditores devidamente cumprem as suas funções de auditoria, e colocaram em xeque a atividade de auditoria, sugerindo se não era o momento de revisar o mercado em questão (Shahzad *et al.* 2019).

Recentemente, em 2020, a sociedade foi fortemente afetada, bem como a economia e os negócios, de maneira inusitada, pela crise pandêmica SARS-CoV-2, com surpresas sucessivas, informações desencontradas, conflitantes e incertas, numa mistura de falta de conhecimento, pressões de várias origens e até oportunismo (Frezatti, 2020). Momentos como este fornecem uma boa oportunidade para preencher as lacunas entre a pesquisa e a prática, examinando empiricamente se a capacidade dos auditores de exercer o julgamento profissional está sendo aumentada ou indevidamente restringida durante as crises (Hopwood, 2009; Humphrey *et al.*, 2009; Chen *et al.*, 2018).

Ao analisar o comportamento do gerenciamento de resultados em diversos países diante de crises financeiras, estudos evidenciaram que o comportamento oportunista por parte dos gestores reduz em períodos de crises financeiras (Filip & Raffournier, 2014; Kousenidis *et al.*, 2013). Segundo Paulo e Mota (2019) isso pode ocorrer devido à capacidade restrita das empresas para gerenciar resultados por meio de *accruals*. Sendo assim, as empresas com altos níveis de *accruals* passaram a suavizar mais seus resultados em períodos de crise, em detrimento daquelas com baixo nível de *accruals*, as quais reduziram a suavização dos resultados nesse período.

Braunbeck (2010) e Gul *et al.*, (2009) relatam que a medida mais utilizada para mensurar a qualidade da auditoria é por meio da detecção de gerenciamento de resultados, através dos *accruals* discricionários. O uso do gerenciamento de resultados para identificação da qualidade da auditoria se deve ao fato que tal prática pode comprometer a qualidade da informação contábil (Heninger, 2001; Zang, 2012).

Diante do exposto, essa pesquisa possui o seguinte problema: **Qual a influência da crise pandêmica SARS-CoV-2 na qualidade da auditoria das empresas listadas na B3?** O objetivo desse trabalho é, portanto, identificar como a crise pandêmica SARS-CoV-2 impactou na qualidade da auditoria das empresas listadas na B3. A pesquisa apresenta como objetivos específicos comparar a qualidade da auditoria antes e durante a crise pandêmica e explorar os achados na literatura sobre o efeito de crises econômicas na qualidade da auditoria.

Como contribuição teórica, este estudo espera colaborar para um melhor conhecimento sobre a realização dos trabalhos de auditoria em momentos de crise, suprindo, assim, uma lacuna na literatura a respeito deste tema (Chen *et al.*, 2018). De forma prática, se justifica por ser um tema relevante e em condições de impactar o mercado de capitais e as decisões de investimento dos usuários da informação contábil. Outro ponto que corrobora a originalidade do tema é o período de análise, buscando maior entendimento sobre os impactos da crise financeira que assolou o país e o mundo no ano de 2020.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Qualidade da auditoria

A contabilidade tem como objetivo prover informações aos usuários para as decisões de investimentos e financiamentos. Dessa forma, uma das principais qualidades, que faz com que a informação contábil seja útil para a tomada de decisões, é a confiabilidade. A confiabilidade torna-se importante para os *stakeholders*, dado o ambiente institucional assimétrico, apresentado pela Teoria da Agência, em que nem todos os usuários têm acesso à totalidade das informações (Jensen & Meckling, 1976), acarretando em situações que beneficiam alguns indivíduos em detrimento de outros, com informações privilegiadas, por exemplo.

Os relatórios são o principal meio de comunicar a informação financeira aos usuários externos à empresa. Dada a assimetria informacional e os potenciais conflitos de interesse entre a gestão da empresa e os usuários das demonstrações financeiras, a auditoria desta informação, ao ser realizada por uma entidade independente, está associada à melhor qualidade da informação divulgada pela gestão (Johnson *et al.*, 2002; Dantas & Medeiros, 2015; Assad & Alshurideh, 2020).

Lopes e Martins (2005) afirmam que, geralmente, os níveis de assimetria são interpostos entre a assimetria total e a simetria total, e ressaltam que a falta de homogeneidade de informações pode ocorrer inclusive entre as classes de

investidores. Melhores níveis de informação reduzem a assimetria e, como consequência, podem reduzir a incerteza e conduzir o usuário para melhores decisões, aumentando a probabilidade de eficiência econômica superior. A auditoria independente entra nesse cenário como redutora da assimetria informacional.

A auditoria desempenha um papel imprescindível na economia, no desenvolvimento da empresa e de seus negócios, no governo e na prestação de informações para usuários internos e externos (Dantas & Medeiros, 2015). Ela está presente em todas as atividades públicas e privadas das organizações (Sielgel, & Ramanauskas-Marconi, 1989). A principal contribuição da auditoria para a empresa, segundo Sunder (1997), é a verificação dos sistemas contábeis.

O desenvolvimento das atividades executadas pelos auditores é essencial para a emissão de uma opinião profissional sobre a qualidade das informações contábeis fornecidas aos interessados na realidade econômica e financeira das empresas. Mesmo sujeita a aspectos subjetivos, a visão de um usuário da informação é de que a opinião da auditoria expressa confiança da veracidade econômica e financeira da empresa auditada (Firmino *et al.* 2011; Pacheco, 2017).

Existe um assentimento de que os benefícios econômicos das informações contábeis aumentam quando as companhias são auditadas, pois se acredita, *a priori*, que tais informações estão menos sujeitas a distorções do que aquelas que não foram examinadas pelos auditores. Desta maneira, espera-se que as demonstrações financeiras auditadas apresentem melhor conteúdo informacional, por exemplo, para a antecipação dos fluxos de caixa futuros, identificação de oportunidade, riscos de negócios e diminuição de ações arbitrárias dos administradores, o que levaria à diminuição da seleção adversa entre os investidores (Santana *et al.* 2016; Pacheco, 2017).

A qualidade de uma auditoria foi definida por DeAngelo (1981) e por Watts e Zimmerman (1986) como a probabilidade conjunta que o auditor possa detectar e reportar erros materiais no sistema contábil do cliente. A detecção de erros materiais está relacionada à competência técnica, enquanto que a divulgação desses erros remete à independência do auditor. DeAngelo (1981) descreve, ainda, que a competência do auditor é fortemente influenciada pela habilidade técnica do profissional, procedimentos e extensão dos testes realizados.

Dantas e Medeiros (2015) afirmam que ainda não há consenso na literatura quanto à medida utilizada como *proxy* de qualidade de auditoria, e, portanto, é razoável se afirmar que essa deve ser associada à qualidade das demonstrações. Isso porque as eventuais distorções materiais presentes nas informações produzidas pela administração seriam previamente corrigidas pela ação dos auditores. Sendo assim, pode-se supor que uma medida que mensure a qualidade da informação contábil também reflita a qualidade da auditoria.

Embora a qualidade dos relatórios financeiros seja conceitualmente ampla, os pesquisadores de auditoria utilizam principalmente medidas de qualidade dos resultados, que são projetadas para detectar gerenciamento de resultados oportunista. Uma medida amplamente utilizada como referência de qualidade de auditoria é a identificação da prática de gerenciamento de resultados, através dos *accruals* discricionários. Essa utilização se fundamenta na hipótese de que qualidade da informação está positivamente associada à qualidade da auditoria (Braunbeck, 2010). Ela integra o conjunto de medidas mais referenciadas na literatura sobre qualidade de auditoria, juntamente com o tamanho e a especialização do auditor (Gul *et al.*, 2009).

Heninger (2001) e Zang (2012) apoiam a utilização do gerenciamento de resultados como *proxy* para a qualidade da auditoria, por essa prática comprometer a qualidade da divulgação contábil, e elecam que essa análise permite uma análise mais abrangente do problema.

2.2 A informação contábil em cenários de crise

As condições suficientes para obtenção de um mercado eficiente, segundo Fama (1970), decorrem da existência de informações disponibilizadas sem custos e de forma igualitária para todos os participantes, da ausência de custos de transação nas negociações e das expectativas homogêneas dos investidores sobre o efeito das informações divulgadas em relação aos preços atuais e fluxos de caixa futuros. Para que o mercado fosse eficiente, seria necessário que toda a informação útil e disponível se incorporasse aos preços dos títulos imediatamente de forma não enviesada (Hendriksen & Van Breda, 2011).

Considera-se que a informação contábil pode influenciar as decisões individuais de seus usuários, afetando a alocação dos recursos e o funcionamento dos mercados e, conseqüentemente, a eficiência da economia. Iudicibus (2005) afirma que o objetivo básico da contabilidade pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para vários usuários, de forma a propiciar decisões racionais.

Para Persakis (2018) é de conhecimento geral que uma crise financeira é uma situação em que o valor dos ativos financeiros ou de instituições cai rapidamente. Fato este frequentemente associado a pânico ou corridas bancárias, com a venda de ativos ou saques de poupanças devido à falta de confiança em uma instituição financeira (Persakis, 2018), no mercado, ou na economia de uma forma geral (Bresser-Pereira, 2009).

Rodrigues (2014) afirma que a qualidade das informações contábeis é mais reivindicada durante os períodos de crise econômica, como é possível destacar, por exemplo, na quebra da Bolsa americana (1929), de grandes escândalos corporativos como da Enron (2001) e WorldCom (2002) e na crise do *Subprime* (2008). O aumento ao longo do tempo de problemas como controles internos, manipulação dos resultados contábeis, falta de regulação e fragilidades nos processos de auditoria, resultaram em contramedidas, como o aumento da regulação, com a criação da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da instituição da Lei *Sarbanes-Oxley* (2002).

No cenário atual, a SARS-CoV-2 (*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus*), ou popularmente conhecida como Covid-19 foi declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 12 de fevereiro de 2020 (Zu *et al.* 2020). A SARS-CoV-2 espalhou-se pelo mundo, atingindo praticamente todos os países em pouco tempo (Johns Hopkins University, 2020). Apesar de não ter se iniciado como uma crise financeira, como foi o caso do *Subprime* em 2008, a Covid-19 atingiu a economia de diversos países ao redor do mundo, incluindo o Brasil.

Como relatado por Avelar *et al.* (2020), o pessimismo do mercado brasileiro em março também afetou a economia e suas previsões, bem como apresentado pelo Relatório Focus (2020), cuja evolução demonstra que a perspectiva dos agentes do mercado para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no início de janeiro de 2020 era de 2,3% de crescimento, reduzindo-se ao longo do ano para uma perspectiva de -6,5% em julho do mesmo ano. Antecipa-se que essa será uma das maiores e piores crises que o Brasil já vivenciou. Colocar a saúde das pessoas como prioridade é essencial, porém, ao mesmo tempo, é necessário planejar sobre como chegar em um antídoto para que esse vírus não seja arrasador também na saúde das empresas (Molter, 2020).

Outra crise com grande impacto mundial foi a crise financeira de 2008, conhecida como crise do *subprime*, levando ao colapso do sistema bancário norte americano por conta dos altos índices de inadimplência registrados no segmento de clientes *subprime* (Bresser-Pereira, 2009). Segundo Lopes *et al.* (2016), o Brasil também foi afetado pela crise, presenciando queda significativa na cotação de suas empresas, no consumo do país e redução no volume de empréstimos adquiridos.

Habib *et al.* (2013) examinaram empiricamente as práticas de gerenciamento de resultados de empresas com dificuldades financeiras com ações na bolsa de valores da Nova Zelândia entre 2000 e 2011, e se essas práticas mudaram durante a recente crise financeira global de 2008. Como resultado obtiveram que durante o período sem crise o mercado considera os *accruals* discricionários informativos, mas durante o período de crise o mercado parece perceber os *accruals* como oportunista e atribui menos peso a esse componente dos lucros.

Persakis (2018) investigou a influência da crise financeira de 2008 sobre o custo do capital, a qualidade da auditoria e a qualidade dos lucros em empresas de capital aberto em 34 países durante o período de 2005 a 2012. Dentre os resultados destaca-se que, durante a crise financeira, a qualidade dos lucros é reduzida, e que a deterioração na qualidade dos lucros parece ser mais severa entre o grupo de países com normas de proteção do acionista de nível médio ou fraco.

No Brasil, Costa *et al.* (2012) examinaram a relevância da informação contábil das empresas listadas na bolsa de valores, em períodos de crises financeiras (1997-99, 2002 e 2007-08). Os resultados apresentados apontam que as crises afetam, positivamente, a relevância do patrimônio líquido e, negativamente, a do lucro líquido.

Silva *et al.* (2014) verificaram se durante crises econômicas as empresas brasileiras tendiam a adotar práticas de gerenciamento de resultados. Os resultados obtidos revelaram que as variáveis de crise foram significativas nos modelos de *accruals*. Além disso, os testes estatísticos sobre *accruals* discricionários identificaram diferenças estatisticamente significativas entre as médias durante as crises e períodos de não crise.

A literatura sobre qualidade da auditoria em períodos de crises no contexto brasileiro, advinda de estudos sobre qualidade da informação contábil, ainda é incipiente. Os pesquisadores ainda se voltam às pesquisas de determinantes da qualidade da auditoria ou a relação entre qualidade e as características da auditoria, como a firma de auditoria, tempo de auditoria, perfil do auditor e outros aspectos, assim como as pesquisas de Firmino *et al.* (2011), Paulo *et al.* (2013) e Silva *et al.* (2016). Sendo assim, essa pesquisa traz a possibilidade de um novo olhar para a qualidade da auditoria ao analisar seus pontos frente a crises econômicas mundiais e nacionais.

Dessa forma, a partir dos estudos anteriores sobre crises financeiras e qualidade da auditoria e dos lucros, pressupõe-se que a qualidade da auditoria pode ser influenciada de forma negativa pela crise pandêmica SARS-Cov-2. Assim, ao se utilizar o nível de gerenciamento de resultados, obtido por *accruals*, como métrica para a qualidade da auditoria, formulou-se a seguinte hipótese a ser testada empiricamente:

H1: O nível de gerenciamento de resultados é afetado positivamente pela crise pandêmica SARS-Cov-2, denotando, portanto, uma piora na qualidade da auditoria contábil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipologia da pesquisa, caracterização da amostra e coleta de dados

Este estudo caracteriza-se como quantitativo, visto que os dados e as evidências coletados podem ser mensurados e quantificados (Martins & Theófilo 2009). De acordo com Cooper e Schindler (2016), trata-se de um estudo formal em que se envolvem procedimentos precisos e de especificação das fontes de dados. Quanto ao objetivo, o trabalho ainda pode ser classificado como causal-preditivo, uma vez que é possível prever efeitos sobre uma variável manipulando-se outra e mantendo todas as demais variáveis constantes (Cooper & Schindler, 2016).

A população da pesquisa compreendeu 582 companhias abertas listadas na bolsa de valores brasileira (B3), durante seis trimestres: três antes da crise, 31/03/2019, 30/06/2019 e 30/09/2019, e três trimestres durante a crise: 31/03/2020, 30/06/2020 e 30/09/2020. A utilização destes trimestres se explica pelo objetivo da pesquisa, que trata de analisar a qualidade da auditoria em momentos de crise, precisamente antes e durante a crise pandêmica de Covid-19. Dessa forma, trata-se de um estudo longitudinal conforme descrito por Cooper & Schindler (2016), em que é possível acompanhar as mudanças que ocorreram durante o período analisado.

Para a pesquisa foram utilizadas as informações das demonstrações financeiras do banco de dados Economática®, e, por se tratar de um estudo estatístico, cuja intenção é capturar as características de uma população ao fazer inferências a partir das características da amostra, foi utilizado para análise econométrica o Software Stata® 16.0.

Vale ressaltar que, por conta da crise pandêmica, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Instrução Normativa nº 580/2020, postergou de entrega os relatórios obrigatórios pelas empresas abertas, bem como os relatórios trimestrais. Este fato não foi, no entanto, um empecilho para realização desta pesquisa, visto que durante o período de execução a data limite para entrega do último trimestre de análise já havia sido atingida. Sendo assim, optou-se por não colocar em análise a data base de 31/12/2019 e 31/12/2020, pois não seria possível a comparação entre estes dois períodos.

Um ponto importante a ser destacado é que nas divulgações de informações da data de 31/03/2020 as companhias já poderiam apresentar seus dados contendo gerenciamento de resultados, visto que, a data limite para entrega foi postergada para 30/06/2020, quando os efeitos da crise pandêmica já eram considerados críticos no ambiente brasileiro. Considerando que as empresas não gerenciassem seus resultados em um período tão longo de tempo, ainda assim, os impactos da crise poderiam ser sentidos na data de encerramento do primeiro trimestre, visto que a crise pandêmica já era crítica no contexto mundial.

Os critérios de seleção da amostra foram os seguintes: a partir das empresas listadas na B3 na data da coleta, foram eliminadas todas as empresas classificadas como pertencentes ao setor financeiro, por possuírem critérios específicos de evidenciação das informações financeiras de forma divergente das demonstrações societárias. Além disso, foi realizada a exclusão daquelas que não possuíam categorização na B3; para critérios de modelo e análise da pesquisa se faz necessária tal informação. Também foram eliminadas as empresas que apresentaram ativo total igual a zero no período analisado, devido à restrição para o desenvolvimento dos cálculos. A caracterização da amostra é apresentada no Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização da amostra.

População	582
(-) Setores não categorizados/Outros	240
(-) Setor financeiro	53
Subtotal	289
(-) Empresas com ativo total zerado	21
Amostra Final	268

Fonte: Dados da pesquisa.

3.2 Modelos econométricos

Com base nas pesquisas anteriores apresentadas no referencial teórico, a qualidade da auditoria é representada neste trabalho pelo cálculo dos *accruals* discricionários, obtida através de modelo de gerenciamento de resultado.

Para o cálculo dos *accruals* discricionários, foi utilizado o modelo de Jones modificado por Dechow *et al.* (1995), por ser mais comumente utilizado em pesquisas que envolvem gerenciamento de resultados, assim como utilizado também por Santana *et al.* (2016), Dantas e Medeiros (2015), Alhadab e Clacher (2018). Nesse modelo, calculam-se os *accruals* totais da forma exposta na Equação 1:

$$ACT_{i,t} = (\Delta AC_{i,t} - \Delta PC_{i,t} - \Delta Disp_{i,t} + \Delta PFcp_{i,t} - \Delta DespDA_{i,t}) / AT_{t-1} \quad (1)$$

em que

$ACT_{i,t}$: o *accrual* total da empresa *i* no período *t*;

$\Delta AC_{i,t}$: variação do ativo circulante da empresa *i* entre os anos *t-1* e *t*;

$\Delta PC_{i,t}$: variação do passivo circulante da empresa *i* entre os anos *t-1* e *t*;

$\Delta Disp_{i,t}$: variação de disponibilidade da empresa *i* entre os anos *t-1* e *t*;

$\Delta PFcp_{i,t}$: variação do passivo financeiro de curto prazo da empresa *i* em *t-1* e *t*;

$\Delta DespDA_{i,t}$: despesa de depreciação e amortização da empresa *i* no período *t* e,

AT_{t-1} : ativo total em *t-1*.

Sabendo o valor dos *accruals* totais, monta-se a função de regressão, disposta na Equação 2, para calcular o valor dos *accruals* discricionários:

$$ACT_{i,t} = \alpha_1(1/AT_{t-1}) + \alpha_2((\Delta Rec_{i,t} - \Delta CRec_{i,t})/AT_{t-1}) + \alpha_3(Imob_{i,t}/AT_{t-1}) + \epsilon_i \quad (2)$$

em que

$ACT_{i,t}$: o *accrual* total da empresa *i* no período *t*;

AT_{t-1} : ativo total em *t-1*;

$\Delta Rec_{i,t}$: variação da receita líquida da empresa *i* no tempo *t*;

$\Delta CRec_{i,t}$: variação de contas a receber da empresa *i* no tempo *t*;

$Imob_{i,t}$: ativo permanente da empresa *i* no tempo *t*;

α_1, α_2 e α_3 : coeficientes da regressão e

ϵ_i : resíduos da regressão.

Os *accruals* discricionários são os resíduos (ϵ) da regressão. Quanto mais distante de zero (positiva ou negativamente) estiver o resíduo, maior será o nível de gerenciamento de resultados (Baldissera *et al.*, 2018).

Em uma segunda análise, com o objetivo de verificar os níveis de gerenciamento de resultados, foram calculados os resíduos da regressão (*accruals* discricionários) em valores absolutos, o que permite inferir a respeito dos níveis de gerenciamento nessas empresas, sejam eles positivos ou negativos. A análise dos resíduos em valores absolutos é importante para verificar a qualidade da informação contábil (Krishnan, 2003), sendo inclusive normalmente utilizado em estudos nacionais (Almeida & Almeida, 2009; Baldissera *et al.* 2018).

Considerando o resultado obtido através da Equação 2, definiu-se o modelo a ser estimado, apresentado na Equação 3. As *proxies* utilizadas no modelo foram definidas com base em estudos anteriores como em Azevedo e Costa (2012) e Silva *et al.* (2016), que comumente são utilizadas para análise do gerenciamento de resultados, e, consequentemente para verificação da qualidade da auditoria.

$$QA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 DP_{i,t} + \beta_2 ROA_{i,t} + \beta_3 FCO_{i,t} + \beta_4 END_{i,t} + \beta_5 TAM_{i,t} + \epsilon_i \quad (3)$$

em que:

$QA_{i,t}$: qualidade da auditoria estimada pelos *accruals* discricionários na equação 2;

$DP_{i,t}$: variável dummy representada por 0 antes da pandemia e 1 durante a pandemia;

$ROA_{i,t}$: retorno sobre o ativo da empresa *i* no período *t*;

$FCO_{i,t}$: fluxo de caixa operacional da empresa *i* no período *t*;

$END_{i,t}$: endividamento da empresa *i* no período *t*;

$TAM_{i,t}$: tamanho da empresa *i* no período *t*;

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4$ e β_5 : coeficiente linear e coeficientes angulares e

ϵ_i : resíduos da regressão.

A inclusão das variáveis de controle, retorno sobre o ativo, endividamento, fluxo de caixa operacional e tamanho, no modelo, é justificada pelos estudos sobre gerenciamento de resultados e qualidade da auditoria (Krishnan, 2003).

Segundo Dechow *et al.* (1995), os *accruals* discricionários podem ser impactados pela capacidade de uma companhia em gerar valor a partir dos seus recursos (ROA). O sinal esperado para esta variável é negativo, uma vez que se espera que empresas com maiores valores de Retorno sobre Ativos apresentem menor utilização de *accruals* discricionários.

Os *accruals* sofrem interferência do fluxo de caixa operacional das empresas (FCO), na medida em que um elevado caixa gera um maior volume de *accruals* negativos (Dechow & Dichev, 2002). Dessa forma, espera-se um sinal negativo para esse coeficiente.

O endividamento (END) relacionado ao gerenciamento dos resultados contábeis possui duas vertentes: a primeira, de que empresas com maior grau de alavancagem financeira inclinam-se a praticar manipulação contábil com o intuito de aumentar seus resultados, podendo também dirimir problemas com cláusulas de inadimplência via manipulação de resultados (Morsfield & Tan, 2006); a segunda, que o gerenciamento de resultados pode ocorrer com o intuito de diminuir os ganhos, visto que investidores e credores de empresas mais endividadas possuem maiores incentivos para acompanhá-las. Assim, o sinal esperado para o coeficiente dessa variável poderá ser apresentado como positivo ou negativo.

Segundo Hochberg (2004), a complexidade das demonstrações financeiras das empresas está relacionada ao seu tamanho. É possível apurar que o gerenciamento de resultados pode percorrer caminho contrário, visto que quanto maior for a companhia, maiores serão os incentivos para os investidores e analistas monitorá-las, reduzindo assim as práticas discricionárias dos gestores, que poderiam culminar no gerenciamento de resultados (Watts & Zimmerman, 1986). O sinal esperado para seu coeficiente pode ser positivo ou negativo.

A opção escolhida para análise do modelo econométrico é por meio de dados em painel. Gujarati e Porter (2011) citam que a análise via dados em painel oferece dados mais informativos, com maior variabilidade, menos colinearidade entre variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência. Ademais, os dados em painel podem minimizar o viés que poderia resultar se fosse trabalhado com um grupo agregado de indivíduos ou empresas.

É importante destacar que, antes da apresentação dos resultados do modelo econométrico, demonstram-se testes de média, envolvendo a qualidade da auditoria e a crise SARS-CoV-2 (Teste de Mann Whitney) e de correlação entre as variáveis quantitativas. Esse procedimento permite elucidar sobre possíveis relacionamentos bivariados existentes entre as variáveis selecionadas.

Na primeira etapa é necessário realizar a escolha mais adequada entre os modelos de dados em painel, sendo eles por meio de Dados Empilhados (*Pooled Data*), Efeitos Fixos (EF) ou Efeitos Aleatórios (EA), para escolha é recomendável a realização dos testes: F de Chow (*Pooled* x Efeitos Fixos), Breusch-Pagan (*Pooled* x Efeitos Aleatórios) e Hausman (Efeitos Fixos x Efeitos Aleatórios). Além disso, ainda é analisada a existência de problemas de heterocedasticidade, por intermédio da aplicação do teste de Wald modificado.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, realizou-se o teste para verificar o comportamento das companhias no que se refere aos níveis de gerenciamento de resultados. A Tabela 2 evidencia o comportamento médio do gerenciamento de resultados, proporcionado pelo modelo de Jones modificado apresentado na Equação 2, entre os períodos antes da pandemia e durante a pandemia.

Tabela 2 - Média de gerenciamento de resultados por trimestre.

Descrição	Antes da pandemia	Durante a pandemia
Média dos <i>Accruals</i> em valores absolutos	0,0375386	0,0440971
Teste de Mann Whitney (p-valor)	0,0270	

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados evidenciados na Tabela 2 indicam que os valores médios dos *accruals* discricionários (0,03 antes da pandemia e 0,04 durante a pandemia), métrica utilizada para o cálculo do gerenciamento de resultados, e por conseguinte *proxy* para a qualidade da auditoria, são superiores para o período durante a crise SARS-CoV-2, assemelhando-se a pesquisa de Perkasis (2018) que encontrou que durante a crise de 2018 houve uma queda na qualidade da informação contábil, consequentemente na qualidade da auditoria e Silva *et al.* (2014) que encontrou que empresas brasileiras tendiam a adotar práticas de gerenciamento de resultados durante crises econômicas.

Perkasis (2018), ao examinar em sua tese a crise de 2008 e seu impacto na qualidade da auditoria, encontrou que de modo geral em todos os grupos de países de sua pesquisa, classificados em *clusters*, a qualidade da auditoria é inferior durante a crise financeira e há efeitos na maior parte das *proxies* de qualidade de auditoria. O autor ainda relata que em países em que é priorizado a proteção ao investidor a qualidade da auditoria aumenta.

No contexto desta pesquisa, o resultado do teste de média sugere uma influência da crise na piora da qualidade da auditoria, a ser melhor aprofundado quando da aplicação do modelo econométrico. Antes de demonstrar os resultados obtidos na aplicação do modelo econométrico, apresenta-se na Tabela 3 a matriz de correlação de *Spearman* a fim de verificar as possíveis correlações existentes entre variáveis dependentes e independentes.

Tabela 3 - Matriz de correlação

	QA	DP	ROA	FCO	END	TAM
QA	1.0000					
DP	0.0531*	1.0000				
ROA	-0.0749*	-0.0803*	1.0000			
FCO	-0.1185*	-0.0781*	0.8008*	1.0000		
END	0.0383	0.0042	-0.4494*	-0.3044*	1.0000	
TAM	-0.1183*	0.0279	0.1197*	0.5024*	-0.0174	1.0000

Fonte: Dados da Pesquisa

Nota: *Estatisticamente significantes a 5%.

Observando a Tabela 3, verifica-se que há correlações entre a variável dependente QA e as variáveis independentes, exceto para a variável END, a um nível de significância de 5%. Desse modo infere-se que as variáveis independentes DP, ROA, FCO e TAM sejam capazes de explicar a variável analisada. A variável DP, que representa a análise antes e durante o período da crise pandêmica, mostrou correlação com o gerenciamento de resultados (QA) e, assim, percebe-se que pode haver indícios de gerenciamento de resultados entre estes dois períodos.

A fim de testar o que pode influenciar a qualidade da auditoria, e, conseqüentemente, induzir a um maior gerenciamento de resultados, aplicou-se o modelo apresentado na equação 3, por intermédio de regressões por meio de dados em painel.

Para análise em dados em painel é necessária a identificação do melhor método a ser utilizado e, portanto, considerando um nível de significância de 5%, e os resultados dos testes F de Chow (0.0000), Breusch-Pagan (0.0000), e Hausman (0.3380), chegou-se à seguinte análise: o teste de Chow apresentou-se menor que 5%, sendo assim os dados constituem-se em um painel; para maior robustez do resultado encontrado com o teste de Chow, aplicou-se o teste Breusch-Pagan, o qual indicou que os dados não são um empilhamento simples, mas um painel com efeitos aleatórios, visto que o valor estatístico foi inferior 5%. Para a decisão entre efeito fixo e aleatório foi realizado o teste de Hausman, cujo resultado não rejeita a hipótese nula do teste, ao indicar a regressão de efeitos aleatórios para análise, corroborando, assim, o resultado do teste de Breusch-Pagan. Por fim, aplicou-se o teste de Wald modificado para identificação de problemas de heterocedasticidade (0.0000), assim, os dados apresentam tal problema, e a fim de minimizá-lo estimou-se a regressão em painel com efeito aleatório e erros robustos.

Os resultados dos dados em painel de efeitos aleatórios são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Regressão por dados em painel com erros robustos

Modelo:				
Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	Intervalo de confiança (95%)	
DP	0,0045902* (0,063)	0,0024675	-0,0002459	0,0094263
ROA	-0,0277421 (0,373)	0,0311578	-0,0888103	0,0333261
FCO	-0,0000955 (0,785)	0,0003509	-0,0007833	0,0005922
END	-0,0009998** (0,009)	0,0003831	-0,0017506	-0,000249
TAM	-0,0035511** (0,004)	0,0012321	-0,005966	-0,0011362
Cons	0,0919404*** (0,000)	0,0179705	0,0567188	0,1271619

Em que: QA refere-se ao gerenciamento de resultados, a qual é a proxy utilizada para qualidade da auditoria; DP é a dummy para o período durante a crise SARS-CoV-2; ROA é o retorno sobre o ativo; FCO é o fluxo de caixa operacional; END é o endividamento da empresa; TAM é o tamanho.

Nível de significância: *** 1%; ** 5%; *10%. P-valores entre parênteses.

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos resultados da regressão na Tabela 4, é possível perceber que as variáveis independentes DP (*dummy* referente à pandemia), END (endividamento) e TAM (tamanho) são capazes de explicar a variável dependente (QA – qualidade da auditoria), considerando 10% de nível de significância para a primeira e 5% para as demais.

É possível perceber que a análise antes e durante a pandemia (variável DP) influenciou os níveis de gerenciamento de resultados, ou seja, diminuindo-se a qualidade da auditoria. Essa constatação sugere que o efeito da pandemia ocasionou um incentivo ao gerenciamento de resultados das empresas analisadas na pesquisa.

Veith e Werner (2014), citam que a relevância da informação contábil se refere à utilidade da informação contábil para as decisões, refletindo no valor da organização para o mercado de capitais (Francis & Schipper, 1999). No entanto, para isso, a informação contábil precisa estar disponível em tempo hábil, pois, a falta de pontualidade pode prever de informações menos relevante para os usuários (Nardi *et al.* 2020). Conseqüentemente, menor qualidade da informação resulta em queda na qualidade da auditoria.

A hipótese de pesquisa levantada neste artigo foi que o nível de gerenciamento de resultados é afetado positivamente pela crise pandêmica SARS-Cov-2, denotando, portanto, uma piora na qualidade da auditoria contábil. A partir do resultado apresentado infere-se que há uma piora na qualidade da auditoria em períodos de crise, especificamente, houve uma piora

durante os primeiros semestres da crise SARS-Cov-2. Tal achado assemelha-se aos apontados por Perkasis (2018), Costa *et al.* (2012) e Silva *et al.* (2014), em pesquisas de qualidade da informação contábil em tempos de crises.

Foi possível observar também que o endividamento das empresas END (Coef.: -0.0009998) apresentou associação negativa com o gerenciamento de resultados contábeis, indicando que as empresas podem contornar problemas com cláusulas de inadimplência via manipulação de resultados (Morsfield & Tan, 2006).

Braunbeck (2010) relata que o resultado da influência do endividamento na qualidade da auditoria não permitem assertivas robustas, já que os resultados podem repousar sobre o potencial efeito que a situação financeira exerce na escolha do auditor pelo cliente e na aceitação de um cliente pelo auditor, o autor cita que para pesquisas futuras é necessário que seja explorado essa possível influência.

O resultado obtido pela variável TAM apresentou-se condizente com demais pesquisas que a utilizam para análise do gerenciamento de resultados, portanto infere-se que quanto maior o tamanho da companhia, maior a influência no gerenciamento de resultados da companhia (Reis *et al.* 2015; Cunha *et al.* 2017).

Pelo resultado apresentado, o tamanho das empresas está associado negativamente com o gerenciamento de resultados contábeis. Esse achado demonstra que o tamanho das organizações se torna um incentivo para um maior monitoramento dos investidores e analistas, o que possibilita uma redução das práticas discricionárias dos gestores (Watts & Zimmerman, 1986).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade das demonstrações financeiras é uma das condições para um funcionamento adequado do mercado de capitais. Entre os pontos que podem contribuir para essa qualidade, a confiança no trabalho de auditoria independente assegura credibilidade de tais informações. Em um ambiente de incerteza, como em momentos de crise, acionistas, investidores e gestores se veem em busca de informações que possam assegurar estabilidade e crescimento das empresas. Neste sentido, utilizam-se das demonstrações financeiras, asseguradas pela auditoria independente, como uma das principais fontes de análise.

Este estudo objetivou identificar a influência da crise pandêmica SARS-CoV-2 na qualidade da auditoria das empresas listadas na B3. Para isto foram utilizadas medidas de gerenciamento de resultados para comparação entre os períodos antes e durante a crise.

O gerenciamento de resultados é comumente visto como uma *proxy* para analisar a qualidade da auditoria, fato que se liga a qualidade da informação contábil. Sendo assim, apresentou-se a seguinte hipótese de pesquisa: O nível de gerenciamento de resultados é afetado positivamente pela crise pandêmica SARS-Cov-2, denotando, portanto, uma piora na qualidade da auditoria contábil.

O resultado encontrado indica que a qualidade da auditoria foi afetada por práticas discricionárias dos gestores, evidenciadas pelos números encontrados nessa pesquisa sobre a qualidade da auditoria, utilizando *proxys* de gerenciamento de resultados contábeis. Os testes de média evidenciaram que os *accruals* discricionários, métrica utilizada para percepção da qualidade da auditoria, são superiores para o período durante a crise SARS-CoV-2, resultado que mostra a influência da crise na piora da qualidade da auditoria.

Tal resultado é condizente com a hipótese formulada, mostrando a influência do momento de crise na qualidade da auditoria. Este fato alinha-se aos estudos de *audit delay*, que mostram que o atraso na entrega das demonstrações contábeis apresenta influência na qualidade da informação contábil, oportunizando assim um maior nível de gerenciamento dos resultados.

O achado sugere que os gestores podem estar propensos à manipulação de seus resultados, principalmente por se tratar de um momento mundial instável e a evidenciação de seus resultados pode ocasionar impacto no mercado financeiro (Shahzad *et al.* 2019; Persakis, 2018). Sendo assim, acionistas das companhias ou possíveis investidores devem ficar atentos ao que é apresentado nos resultados contábeis para que suas decisões de investimento sejam assertivas. Ressalte-se que o gerenciamento de resultados não é uma prática ilícita, o que não torna tal manipulação algo que possa preocupar o mercado. Contudo, as empresas contam com as brechas na legislação e normas para se beneficiar e um investidor pode ter sua visão distorcida ao analisar as demonstrações financeiras.

A literatura indica que os reguladores e normatizadores não entendem completamente as razões e as consequências do gerenciamento de resultados durante condições econômicas ruins (Watts, 2003a, 2003b; Francis *et al.*, 2003). Os resultados desta pesquisa, portanto, fornecem *insights* para os formuladores de políticas e reguladores contábeis para entender os efeitos de recessões econômicas sobre a qualidade da auditoria, protegendo os investidores, que, por sua vez, os ajudam a preparar regras contábeis que reduzam a manipulação de resultados e, em paralelo, aumentam a qualidade da auditoria durante um período econômico negativo. Assim, fornece *insights* para estabilizar a confiança dos investidores no período de crise financeira, apresentando regulamentos mais rígidos e relatórios financeiros mais transparentes que reduzem a assimetria de informações.

O estudo, ao mostrar o efeito de uma crise na qualidade da auditoria, pode contribuir com a literatura, no papel de consolidar os efeitos de eventos adversos nos estudos relacionados à qualidade da auditoria que possibilitam um ganho quanto à qualidade informacional, e, portanto, que podem mitigar a assimetria informacional.

A pandemia SARS-Cov-2 é um evento ainda existente na data de conclusão deste estudo, tendo assim como limitação do estudo o curto período de tempo para análise, já que a pesquisa engloba três trimestres antes e durante a pande-

mia de SARS-Cov-2. Com essa limitação, sugere-se para pesquisas futuras a análise do efeito da pandemia na qualidade da auditoria em períodos antes, durante e após a pandemia, com a finalidade de complementar o estudo e até obter outros resultados. Também, indica-se pesquisas para entender o efeito da crise por setor de empresas da B3.

REFERÊNCIAS

- Alhadab, M., & Clacher, I. (2018). The impact of audit quality on real and accrual earnings management around IPOs. *The British Accounting Review*, 50(4), 442-461.
<https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.12.003>
- Almeida, J. E. F. D., & Almeida, J. C. G. D. (2009). Auditoria e earnings management: estudo empirico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20, 62-74.
<https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000200005>
- Assad, N. F., & Alshurideh, M. T. (2020). Investment in context of financial reporting quality: a systematic review. *WAFEN-UND Kostumkd. J*, 11(3), 255-286.
- Azevedo, F. B., & Costa, F. M. D. (2012). Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. *RAM-Revista de Administração Mackenzie*, 13(5), 65-100. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000500004>
- Baldissera, J. F., Gomes, A. R. V., Zanchet, A., & Fiirst, C. (2018). Gerenciamento de resultados em companhias do setor de construção civil: influência da adoção do CPC 17. *Revista Universo Contábil*, 14(2), 100. doi:10.4270/ruc.2018213
- Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Bresser-Pereira, L. C. (2009). Crise e recuperação da confiança. *Revista de Economia Política*, 29(1), 113.
- Chen, Z., Matousek, R., & Wanke, P. (2018). Chinese bank efficiency during the global financial crisis: A combined approach using satisficing DEA and Support Vector Machines. *The North American Journal of Economics and Finance*, 43, 71-86. <https://doi.org/10.1016/j.najef.2017.10.003>
- Choi, J. H., Kim, C., Kim, J. B., & Zang, Y. (2010). Audit office size, audit quality, and audit pricing. *Auditing: A Journal of practice & theory*, 29(1), 73-97. <https://doi.org/10.2308/aud.2010.29.1.73>
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de Pesquisa em Administração* – 12. ed. McGraw Hill Brasil.
- Costa, F. M., dos Reis, D. J. S., & Teixeira, A. M. C. (2012). Implicações de crises econômicas na relevância da informação contábil das empresas brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 6(2), 141-153.
- Cunha, P. R., Fernandes, L. B., & Dal Magro, C. B. (2017). Influência do refazimento das demonstrações contábeis no gerenciamento de resultados das empresas listadas na BM&FBovespa. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 16(1), 95-120.
- Dantas, J. A., & Medeiros, O. R. D. (2015). Determinantes de qualidade da auditoria independente em bancos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 43-56. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201400030>
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of accounting and economics*, 3(3), 183-199. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(81\)90002-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(81)90002-1)
- Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, 77(s-1), 35-59. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.35>
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting review*, 193-225.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Dutra, M. H. (2011). Modelo de referência para o relatório final da auditoria independente baseado na abordagem de expectations gap. [Tese de doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Fama, Eugene F. Efficient capital markets: A review of theory and empirical work. *The journal of Finance*, v. 25, n. 2, p. 383-417, 1970. <https://doi.org/10.7208/9780226426983-007>
- Filip, A., & Raffournier, B. (2014). Financial crisis and earnings management: The European evidence. *The International Journal of Accounting*, 49(4), 455-478. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2014.10.004>
- Firmino, J. E., Damascena, L. G., & Paulo, E. (2011). Qualidade da auditoria no Brasil: um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5(3).
- Francis, J. R. (2004). What do we know about audit quality?. *The British accounting review*, 36(4), 345-368. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2004.09.003>
- Francis, J., & Schipper, K. (1999). Have financial statements lost their relevance? *Journal of Accounting Research*, 37(2), 319-352. <https://doi.org/10.2307/2491412>
- Frezatti, F. (2020). Beyond covid-19: o que os gurus têm a dizer para a gestão?. *Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças*, 1(1), 20-30.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica-5*. Amgh Editora.

- Gul, F. A., Fung, S. Y. K., & Jaggi, B. (2009). Earnings quality: Some evidence on the role of auditor tenure and auditors' industry expertise. *Journal of Accounting and Economics*, 47(3), 265-287. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.03.001>
- Habib, A., Bhuiyan, B. U., & Islam, A. (2013). Financial distress, earnings management and market pricing of accruals during the global financial crisis. *Managerial Finance*. <https://doi.org/10.1108/03074351311294007>
- Hendriksen, E. S., & Breda, M. F. V. (2011). *Teoria da contabilidade* (AZ Sanvicente, Trad., 9a reimpr.). São Paulo: Atlas.
- Heninger, W. G. (2001). The association between auditor litigation and abnormal accruals. *The Accounting Review*, 76(1), 111-126. <https://doi.org/10.2308/accr.2001.76.1.111>
- Hochberg, Y. V. (2004). Essays in venture capital, corporate governance and earnings management.
- Hopwood, A. G. (2009). The economic crisis and accounting: Implications for the research community. *Accounting, Organizations and Society*, 34(6-7), 797-802. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.07.004>
- Humphrey, C., Loft, A., & Woods, M. (2009). The global audit profession and the international financial architecture: Understanding regulatory relationships at a time of financial crisis. *Accounting, organizations and society*, 34(6-7), 810-825. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.06.003>
- Iudicibus, S. D., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16, 7-19. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000200002>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Johns Hopkins University (2020). COVID-19 Global Cases by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE). <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.
- Johnson, V. E., Khurana, I. K., & Reynolds, J. K. (2002). Audit-firm tenure and the quality of financial reports. *Contemporary accounting research*, 19(4), 637-660. <https://doi.org/10.1506/LLTH-JXQV-8CEW-8MXD>
- Krishnan, G. (2003). Does Big 6 auditor Industry Expertise Constrain Earnings Management. *Accounting Horizons*, p. 1-16.
- Kousenidis, D. V., Ladas, A. C., & Negakis, C. I. (2013). The effects of the European debt crisis on earnings quality. *International Review of Financial Analysis*, 30, 351-362. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2013.03.004>
- Lessa, M. B., Ferreira, G. A., da Silva, G. B., Serdeira, M. F., & de Oliveira, V. B. (2020). Crise econômica: a influência na contabilidade. *Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática*, 7(1).
- Lopes, A. B., & Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas.
- Lopes, P. F., Costa, D. F., de Melo Carvalho, F., & de Castro Júnior, L. G. (2016). Desempenho econômico e financeiro das empresas brasileiras de capital aberto: um estudo das crises de 2008 e 2012. *Revista Universo Contábil*, 12(1), 105-121. doi:10.4270/ruc.2016106
- Molter, L.. (2020). Contadores ajudam o país em meio à pandemia de corona vírus. Conselho Regional da Contabilidade do Ceará. <<http://www.crc-ce.org.br/2020/04/contadores-ajudam-o-pais-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus/>>. Acesso em 13 jan. 2021.
- Morsfield, S. G., & Tan, C. E. (2006). Do venture capitalists influence the decision to manage earnings in initial public offerings?. *The Accounting Review*, 81(5), 1119-1150. <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.1119>
- Nardi, P. C. C., Duarte, C., & da Silva, R. L. M. (2020). Análise da relação entre a perspectiva de serviços de não auditoria e a qualidade da auditoria externa em empresas brasileiras de capital aberto. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(1), 29-57. <https://doi.org/10.22561/cvr.v31i1.4500>
- Pacheco, F. J. R. (2017). Qualidade da informação: a qualidade de auditoria no contexto português. [Tese de doutorado]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa.
- Paulo, E., Pontes Girão, L. F. D. A., Carter, D., & de Souza, R. (2013). *The impact of the adoption of International Financial Reporting Standards on the quality of accounting information of the Brazilian and European public firms*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2270678>
- Paulo, E., & Mota, R. H. G. (2019). Ciclos econômicos e estratégias de gerenciamento de resultados contábeis: um estudo nas companhias abertas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(80), 216-233. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201806870>
- Persakis, A. (2018). *Earnings quality under the financial crisis of 2008: A global empirical investigation* [Doctoral dissertation, Ph. D. diss.]. University of Thessaly.
- Reis, E. M. D., Lamounier, W. M., & Bressan, V. G. F. (2015). Evitar divulgar perdas: um estudo empírico do gerenciamento de resultados por meio de decisões operacionais. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 247-260. DOI: 10.1590/1808-057x201501070
- Rodrigues, J. M. (2014). Qualidade da informação contábil. *Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 183-201.
- Santana, A. G., Bezerra, F. A., Teixeira, S. A., & Cunha, P. R. D. (2016). Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações financeiras: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas big four e não big four. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3).
- Siegel, G., & Ramanauskas-Marconi, H. (1989). *Behavioral accounting*. Thomson South-Western.
- Silva, A. D., Pletsch, C. S., Vargas, A. J. D., Fazolin, L. B., & Klann, R. C. (2016). Influência da auditoria sobre o gerenciamento de resultados. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3).

- Silva, A. F. D., Weffort, E. F. J., Flores, E. D. S., & Silva, G. P. D. (2014). Earnings management and economic crises in the Brazilian capital market. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 268-283. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020140303>
- Shahzad, F., Rehman, I. U., Hanif, W., Asim, G. A., & Baig, M. H. (2019). The influence of financial reporting quality and audit quality on investment efficiency. *International Journal of Accounting & Information Management*. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-08-2018-0097>
- Sunder, S. (1997). *Theory of accounting and control*. South-Western Pub.
- Theóphilo, C. R., & Martins, G. D. A. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2 ed. (104-119), 25.
- Veith, S., & Werner, J. R. (2014). Comparative Value Relevance Studies: Country Differences versus Specification Effects. *The International Journal of Accounting*, 49(3), 301-330. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2014.07.002>
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). *Positive accounting theory*. SSRN.
- Zang, A. Y. (2012). Evidence on the trade-off between real activities manipulation and accrual-based earnings management. *The accounting review*, 87(2), 675-703. <https://doi.org/10.2308/accr-10196>
- Zu, Z. Y., Jiang, M. D., Xu, P. P., Chen, W., Ni, Q. Q., Lu, G. M., & Zhang, L. J. (2020). Coronavirus disease 2019 (COVID-19): a perspective from China. *Radiology*, 296(2), E15-E25. <https://doi.org/10.1148/radiol.2020200490>

CASO DE ENSINO E AGORA, JOSÉ? O COVID CHEGOU. A DEMANDA AUMENTOU. O CONTROLE ATRASOU.

*AND NOW JOSE? COVID HAS ARRIVED. DEMAND HAS
INCREASED. CONTROL WAS DELAYED.*

O caso de ensino foi aprovado e apresentado no XLIII Encontro da ANPAD, realizado de 02/10/2019 a 05/10/2019, em São Paulo (SP) na Universidade Mackenzie.

RESUMO

Este caso permite reflexão sobre tomada de decisões em empresas com base em seu planejamento estratégico e artefatos gerenciais frente ao cenário de crise pandêmica do novo Coronavírus (COVID-19). Neste caso aborda-se a Consultoria Ltda, microempresa do ramo de consultoria contábil, tributária e de auditoria, que está com dificuldades de acompanhar/implementar controles gerenciais e tem planos estratégicos indefinidos, e precisa atender a demanda, ainda maior, de seus clientes em meio ao cenário de crise advinda da pandemia. Os sócios se viram sobrecarregados entre rotinas técnicas e administrativas, cogitando a possibilidade de contratar um(a) colaborador(a) para auxiliar nos controles administrativos e financeiros. Entretanto, com as incertezas do mercado e sobre a volta ao trabalho nas instalações da empresa, os sócios se deparam com um dilema: “Devemos contratar ou não um(a) novo(a) colaborador(a) agora? Caso se contrate, como solucionar o espaço físico na sede da empresa?”. As informações são provenientes de adaptações da realidade, obtidas por meio de entrevistas, pesquisa documental e observação em reuniões e encontros com os sócios. Este caso de ensino é destinado ao estudo da tomada de decisão alicerçada no planejamento estratégico e nas ferramentas gerenciais frente a cenários de incertezas financeiras ou não, em prol de discutir e repensar sobre gargalos de produção e desenvolvimento de uma microempresa. Seu uso em sala de aula pode ocorrer por meio de gamificação, dividindo a turma em pequenas equipes.

Palavras-chave: Tomada de Decisão. Artefatos Gerenciais. Planejamento Estratégico. Covid-19.

ABSTRACT

This case allows reflection on decision-making in companies based on their strategic planning and management artifacts in the face of a pandemic crisis scenario of the new Coronavirus (COVID-19). This case deals with Consultoria Ltda, a micro-company in the accounting, tax and audit consulting field, that is having difficulties monitoring/implementing management controls and undefined strategic plans, and needs to meet the even greater demand of its clients amidst the crisis arising from the pandemic. The partners found themselves overwhelmed by technical and administrative routines, considering the possibility of hiring an employee to help with administrative and financial controls. However, with the uncertainties of the market and about returning to work at the company's facilities, the partners are faced with a dilemma: “Should we hire or not a new employee now? If hired, how to solve the physical space at the company's headquarters?”. The information comes from adaptations of reality, obtained through interviews, documentary research and observation in meetings and meetings with partners. This teaching case is intended for the study of decision making based on strategic planning and management tools facing scenarios of financial uncertainty or not, in order to discuss and rethink production and development bottlenecks in a microenterprise. Its use in the classroom can occur through gamification, dividing the class into small teams.

Keywords: Decision Making. Managerial Artifacts. Strategic Planning. Covid-19.

Vanessa Noguez Machado

Doutoranda em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: vanessa_nm93@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5006-5203>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8733928707738415>

Lauren Dal Bem Venturini

Doutoranda em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: laurenventurini@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4185-9842>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7879317327685850>

Wendy Beatriz Witt Haddad Carraro

Pós-Doutora em Empreendedorismo, Estratégia, Planejamento e Inovação em Negócios pela Universidade do Porto. Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Administração (UFRGS). Especialista em Controladoria (UFRGS). Graduada em Economia e Ciências Contábeis (UFRGS). Professora Adjunta no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, e do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCONT) da UFRGS. E-mail: wendy.carraro@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2152-1767>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7962589335978821>

Ariel Behr

Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Ciências Contábeis (UFRGS). Professor Associado do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/EA) e do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade. (PPGCONT) da UFRGS. E-mail: ariel.behr@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9709-0852>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6735490077837110>

1 INTRODUÇÃO

A Consultoria Ltda é uma microempresa de consultoria contábil, tributária e de auditoria, fundada em 2008 no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A empresa vem apresentando crescimento da sua carteira de clientes e demanda de serviços, principalmente a partir do início de 2020, momento em que a captação de novos clientes e serviços aumentou em mais de 30%. Essa elevação se deu em virtude dos reflexos da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que desestabilizou o mercado financeiro no mundo inteiro, fazendo com que diversas empresas demitissem funcionários e, até mesmo, fechassem suas portas. Além das demandas da carteira de clientes e serviços de consultoria e auditoria contratados antes da crise, houve acréscimo significativo de atividades de elaboração de relatórios e informações solicitadas pelos clientes visando à obtenção de crédito em instituições financeiras; parcelamentos, postergação de prazos e/ou redução de carga tributária; bem como as constituições de CNPJ (Sociedade Unipessoal Limitada e MEI).

Nesse cenário, os sócios tiveram que se adaptar em função do novo Coronavírus, migrando suas atividades profissionais para *home office*. Para os sócios, seus clientes são prioridade e, por isso, os controles administrativos da empresa, que já estavam atrasados, seguiram em segundo plano. Ainda, os sócios acreditam que ficarão temporariamente trabalhando remoto, mas as incertezas advindas da pandemia são incontáveis e as tarefas só aumentam. Com isso, em uma das reuniões dos sócios surgiu a possibilidade de contratar um colaborador para auxiliar nos controles financeiros e nos aspectos relacionados à secretaria e atendimento ao cliente. Entretanto, os sócios estão com o planejamento estratégico desatualizado e, com isso, sem compreensão do negócio e a continuidade do mesmo. Mesmo que a contratação de um funcionário seria, inicialmente, para trabalhar remotamente, com a perspectiva de pós-pandemia retornar à modalidade de atendimento presencial no escritório, a alocação de espaço físico para mais uma pessoa era um problema, tendo em vista as limitações de tamanho e estrutura, que não recebem investimentos estruturais desde a fundação da empresa em 2008. E agora, José? Contratar ou não?

2 O CASO

2.1 Descrição da Empresa

A Consultoria é formada por dois sócios contadores, José e Carla, com 56% e 44% de controle da empresa, respectivamente, que gerenciam, representam e são os responsáveis pela prestação dos serviços oferecidos. José dedica-se mais à negociação com fornecedores e Carla aos controles financeiros. Ademais, utilizam um software de gestão contábil, tributário e trabalhista, e contam com consultores associados e parceiros estratégicos, que realizam participações pontuais e esporádicas em determinadas execuções de serviços. A missão da empresa é disponibilizar aos seus clientes informações confiáveis, assegurando que suas expectativas e necessidades sejam contempladas.

A empresa atende micro, pequenas e médias empresas de diversos estados brasileiros e setores distintos. Com demandas constantes, especialmente, o suporte tributário e auditoria, a prestação dos serviços é realizada na sede da Consultoria ou no cliente, sendo contínua no período de duração do contrato, cessando com o cancelamento ou o término do prazo sem renovação. Como principais diferenciais, a empresa conta com: i) a experiência, qualidade e capacidade de trabalho dos sócios, consultores e parceiros especialistas no ramo; ii) atualização contínua dos sócios em cursos para oferecer serviços especializados e de qualidade, sugerindo soluções e fornecendo subsídios decisivos para a definição de uma estrutura de gestão forte e eficiente ao cliente; iii) acompanhamento das tendências tecnológicas de sistemas tributários e de contabilidade integrados ao cliente, facilitando e automatizando tarefas; iv) disponibilização em horário comercial de canais diretos de comunicação aos clientes (WhatsApp corporativo, e-mail, chat do sistema integrado ERP, redes sociais e telefone); e v) atendimento diferenciado baseado nas necessidades de cada cliente, podendo ser presencial ou virtual.

A maioria das despesas mensais é fixa (aluguel, condomínio, telefone, água, energia elétrica e material de expediente). Já as receitas contabilizadas mensalmente, são referentes à prestação dos serviços contratuais, emitindo nota fiscal e boleto de cobrança, de modo que cada contrato tem sua precificação estabelecida considerando as condições e necessidades do cliente. Ressalta-se, ainda, que todo o controle financeiro da Consultoria - contas a pagar e receber-, é gerido por um dos sócios, a Carla, e, avaliado entre os dois sócios na reunião mensal de gestão e planejamento do negócio.

2.2 Contexto do Caso

Na última sexta-feira do mês de junho de 2020, a sócia, Carla, chega preocupada na reunião mensal de análise do negócio e desabafa.

Carla: José, com o aumento da demanda por parte dos clientes, não estou conseguindo manter os controles administrativos atualizados e realizar as consultorias. Já estava atrasado antes da pandemia, agora está crítico. Acredito que precisamos de uma pessoa para nos auxiliar na parte administrativa e cuidar da agenda.

José: Isso é preocupante, como podemos oferecer um serviço adequado aos clientes se não conseguimos manter os nossos controles atualizados e bem definidos?

Carla: Por isso minha preocupação. Sugiro contratarmos alguém para nos auxiliar nesses controles e no atendimento direto com os clientes.

José: Até não voltamos a trabalhar no escritório, esse novo(a) colaborador(a) poderia trabalhar remoto, sem problemas. Porém, quando voltarmos, me preocupo com a estrutura física. Já temos uma limitação de espaço para atendimento, com mais uma pessoa... como vamos fazer? Quanto ao seu treinamento, tudo bem ser *online*.

Carla: Pois é, diversas vezes, antes da pandemia, quando estamos atendendo clientes distintos ao mesmo tempo, acabamos ocupando os dois espaços privativos do escritório, sala de reuniões e nossa sala. O cliente que chegava com antecedência, tinha que aguardar nas cadeiras da entrada da sala de reuniões (Figura 1).



Figura 1 – Planta da sede da Consultoria Ltda

Carla: Se o colaborador permanecer pós pandemia, penso que podemos diminuir tanto a sala que trabalhamos, deixando apenas o espaço de nossas mesas, quanto à área de reuniões, para criar um terceiro espaço de espera e recepção.

José: Gostei da ideia. Mas, para essas modificações, acredito que precisaremos de um empréstimo. Não temos reserva financeira significativa, apenas emergencial.

Carla: Concordo. Conforme extratos das nossas aplicações, não há dinheiro para toda obra. Penso que precisamos ter um saldo de emergências e de risco do negócio guardado, caso tenhamos cancelamento ou encerramento de muitos contratos mensais.

José: Exatamente!

Carla: De qualquer forma, precisamos orçar o valor total da reforma e o quanto vamos dispender para suprir os gastos mensais com esse(a) novo(a) colaborador(a).

Cada um dos sócios ficou encarregado de uma tarefa, a fim de planejar as reformas e melhorias do escritório e agendaram nova reunião para a semana seguinte. Na ocasião, Carla e José discutiram sobre os orçamentos e informações que conseguiram.

José: Busquei três orçamentos para a reforma e constatei que o valor médio para executar tudo gira em torno de R\$ 25.000,00. Ainda, falei com o locador e os gastos com as melhorias no espaço não serão abatidos do aluguel. Fui ao banco e nosso gerente me informou que um empréstimo nesse valor pode ser pago em até 24 meses, com juros compostos de 2,5% a.m., ficando uma prestação mensal de R\$ 1.884,09.

Carla: Certo. Com relação ao novo colaborador, realizei contato com empresas de recrutamento e, com base na média dos valores informados, o salário do(a) colaborador(a), juntamente com os encargos mensais, seria de, aproximadamente, R\$ 2.100,00 por mês.

José: Ok. Agora precisamos retomar nosso controle gerencial e traçar novas metas a empresa a fim de efetuar ou não esse empréstimo e contratar ou não o(a) colaborador(a).

2.3 Revisando o Planejamento Estratégico

Com o objetivo de retomar e aprimorar o controle gerencial da Consultoria Ltda e traçar novas metas à empresa, os sócios revisaram o Planejamento Estratégico, utilizando-se de ferramentas gerenciais como Matriz SWOT (Tabela 1), *Balanced Scorecard* (BSC) (Tabela 2), cenários (Tabela 3) e plano financeiro (Tabela 4).

Tabela 1 - Matriz SWOT

<i>Ambiente Interno</i>	<p>Forças:</p> <p>Conhecimento técnico dos sócios; Qualidade dos serviços;</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>Fraquezas:</p> <p>Ausência de empregados; Instalações limitadas;</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<i>Ambiente Externo</i>	<p>Oportunidades:</p> <p>Expansão geral do mercado de consultoria; Novas tecnologias de gestão empresarial;</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>Ameaças:</p> <p>Crise econômica no Brasil; Concorrência; Mudança de legislação;</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

Nota. Os traços em branco serão preenchidos pelo aluno na aplicação do caso (questão 3.5.1.a)

Os sócios observaram que a ameaça da concorrência tem seus efeitos minimizados com a presença de clientes de diversos estados do Brasil e, também, pelo fato do mercado de consultoria estar em expansão e de novas tecnologias permitirem atendimento remoto, favorecendo a prospecção de clientes, mesmo em tempos de isolamento social. Além do mais, a mudança de legislações pode ter seus efeitos anulados com os cursos de atualização que os sócios realizam regularmente.

As ações estratégicas foram traçadas pelos sócios sob a ótica do BSC (Tabela 2).

Tabela 2 - *Balanced Scorecard*

Perspectiva	Objetivo	Indicador	Meta	Iniciativa
<i>Financeiro</i>	Aumentar o lucro	Lucratividade	Aumento de 20% na lucratividade anual	Aumento das prestações de serviços aos clientes novos
	Manter-se adimplente	(A)	Planejamento de 0% de inadimplência anual	Redução de custos e despesas operacionais
<i>Clientes</i>	Conservar a carteira de clientes	Retenção de clientes	Reter anualmente 100% dos contratos ativos com clientes	(B)
	Aprimorar a prestação de serviços	Feedback negativo dos clientes (%)	Redução de 90% do feedback negativo anual dos clientes	Revisão e monitoramento da prestação dos serviços
	Crescer no mercado	Participação no mercado (%)	Aumento de 30% de novos contratos ao ano	(C)
<i>Processos Internos</i>	Sistematizar a gestão financeira	Gestão financeira	100% da movimentação financeira atualizada	Manutenção diária da movimentação financeira
	Possuir agenda compartilhada em tempo real	Agenda	(D)	Monitorar a agenda compartilhada em tempo real (<i>online</i>)
<i>Aprendizado e Crescimento</i>	Ampliar o quadro de pessoal	Pessoal	Contratar, pelo menos, 1 colaborador(a) em 2021	Recrutar profissionais qualificados*
	Aperfeiçoar o conhecimento dos sócios	Horas de cursos de aperfeiçoamento	Realizar, no mínimo, 45 horas/ano em cursos de aperfeiçoamento	(E)

Nota. *Consideram-se profissionais qualificados os que apresentarem diploma de curso técnico ou superior (andamento ou completo) em Administração ou Ciências Contábeis e conhecimentos administrativos.

(A), (B), (C), (D) e (E) são lacunas que serão preenchidas pelo aluno na aplicação do caso (questão 3.5.1.b).

A Consultoria busca ampliar sua atuação no mercado, mas também, preza pela permanência ou melhoria da qualidade dos serviços e pelo bom atendimento ao cliente. Além disso, tenta aproveitar as tecnologias tornando-as aliadas ao seu empreendimento, com a sistematização dos controles que ainda são realizados de forma manual por um sócio. Dessa forma, a meta de aperfeiçoamento contínuo dos sócios vai ao encontro das forças da empresa (Tabela 1), que diz respeito à capacidade técnica dos sócios. Ainda, o escopo de aumento de pessoal supre a fraqueza sobre a necessidade de aumento de pessoal, possibilitando melhoramento dos processos internos.

Com base na Matriz SWOT, os sócios projetaram os cenários pessimista, realista e otimista, elucidados na Tabela 3, visando compreender como está o negócio atual e as possíveis conjunturas e perspectivas de comportamento futuro da empresa.

Tabela 3 - Cenários do Negócio

Pessimista	Realista	Otimista
<p>O mercado de consultoria saturar e retrain;</p> <p>A empresa não acompanhar as novas tecnologias da área, afetando a qualidade dos serviços;</p> <p>A crise econômica no Brasil tomar grandes proporções, fazendo com que as empresas sejam obrigadas a entrar em processo de falência;</p> <p>Aumento desproporcional da concorrência entre as empresas de consultoria;</p> <p>Legislação onerar o serviço;</p> <p>Equipe desqualificada ou com baixo conhecimento técnico.</p>	<p>A expansão do mercado de consultoria;</p> <p>O acompanhamento das novas tecnologias da área de forma gradual;</p> <p>A crise econômica no Brasil fazer com que o mercado apenas retraia;</p> <p>A concorrência em proporções pouco alarmantes;</p> <p>Atendimento à Legislação vigente;</p> <p>Equipe qualificada.</p>	<p>O mercado de consultoria ser o mais procurado do país;</p> <p>Utilização de novas tecnologias de ponta da área de forma que a empresa esteja sempre se atualizando na sua gestão, qualificando o atendimento dos clientes;</p> <p>A crise econômica no Brasil propiciar novos negócios mais lucrativos e longínquos;</p> <p>Baixa concorrência qualificada entre as empresas de consultoria;</p> <p>Legislação favorecer prestação de serviços oferecidos;</p> <p>Equipe com alta produtividade.</p>

Os sócios apresentaram os cenários pessimista e otimista com base no realista. O cenário pessimista retrata as ameaças e as fraquezas da empresa, evidenciando que a crise financeira pode afetar a Consultoria e prevê um aumento desigual na concorrência. Já o cenário otimista, contempla as informações relacionadas às forças e oportunidades do negócio, demonstrando que a tecnologia e a crise financeira do país poderão ser aliadas do negócio e não provocar impactos no segmento de consultoria.

Quanto aos aspectos financeiros da Consultoria, suas receitas são oriundas dos serviços prestados e seus custos variáveis são de aproximadamente 30% do preço faturado ao serviço executado. Já os custos fixos da empresa, resumem-se em, principalmente, gastos mensais com pró-labore, encargos sociais, energia elétrica, água, condomínio, telefone e internet, aluguel e material de expediente. Salienta-se que a Consultoria nunca utilizou nenhum recurso externo em seus investimentos.

Neste contexto, a Tabela 4 evidencia a Demonstração Simplificada do Resultado Mensal, com base nos cenários e nas projeções do BSC, que prevê aumento do número de clientes em no mínimo de 30%, reflexo este demonstrado no cenário otimista. Destaca-se que a empresa é contribuinte do Simples Nacional (SIMPLES Federal), pagando o Imposto Sobre Serviços (ISS) devido juntamente no valor recolhido de SIMPLES. Ainda, vale ressaltar que houve desconto no aluguel de 50% apenas em maio e junho de 2020. Por isso, considerou-se o valor realista do período normal, sem o desconto.

As receitas são oriundas dos serviços de consultoria e auditoria tributária, com cobrança mensal durante a vigência do contrato. Cada contratação tem sua precificação estabelecida considerando as condições e necessidade do cliente. Deste modo, no plano financeiro mensal, os sócios ponderam as entradas com base nos preços médios dos serviços.

Tabela 4 - Demonstração Simplificada do Resultado Mensal

Descrição	Pessimista			Realista		Otimista		
	(R\$)	AV (%)	AH1 (%)	(R\$)	AV (%)	R\$	AV (%)	AH2 (%)
Receita Operacional Bruta (ROB)	31.320,00	100%	-26%	42.600,00	100%	58.920,00	100%	38%
(-) Dedução de Vendas (SIMPLES Federal)	-1.879,20	-6%		-2.556,00	-6%	-3.535,20	-6%	
(=) Receita Operacional Líquida	29.440,80	94%		40.044,00	94%	55.384,80	94%	
(-) Custos Variáveis	-9.396,00	-30%		-12.780,00	-30%	-17.676,00	-30%	
(=) Margem de Contribuição	20.044,80	64%		27.264,00	64%	37.708,80	64%	
(-) Custos Fixos	-16.550,00	-53%		-16.550,00	-39%	-16.550,00	-28%	
Pró-labore José	-7.000,00	-22%		-7.000,00	-16%	-7.000,00	-12%	
Pró-labore Carla	-5.500,00	-18%		-5.500,00	-13%	-5.500,00	-9%	
Encargos sociais	-1.100,00	-4%		-1.100,00	-3%	-1.100,00	-2%	

Energia elétrica, Água, Condomínio	-200,00	-1%		-200,00	0%	-200,00	0%	
Telefone e Internet	-250,00	-1%		-250,00	-1%	-250,00	0%	
Aluguel	-1.500,00	-5%		-1.500,00	-4%	-1.500,00	-3%	
Outros custos fixos	-1.000,00	-3%		-1.000,00	-2%	-1.000,00	-2%	
(=) Resultado Líquido	3.494,80	11%	-67%	10.714,00	25%	21.158,80	36%	97%

Nota. AH1 - Análise horizontal do cenário realista em relação ao pessimista; AH2 - Análise horizontal do cenário realista em relação ao otimista; AV – Análise vertical em relação à Receita Operacional Bruta (ROB).

Com base na Tabela 4, observa-se que reduzindo a receita operacional bruta (ROB) em 26%, o resultado líquido diminui 67%, caracterizando-se como cenário pessimista. Nesta situação, o lucro líquido equivale a 11% da ROB. Por outro lado, se os sócios estimam um aumento de 38% no faturamento, caracterizando um cenário otimista, o resultado líquido aumenta 97% em relação ao cenário realista. Nesta situação, o lucro líquido passa a representar 36% da ROB. No cenário realista esta proporção é de 25%. Vale ressaltar que esses valores projetados para os cenários otimista e pessimista levam em consideração os aspectos levantados na Tabela 3, sem incluir a projeção do potencial desempenho em caso de aumento no quadro pessoal e/ou reforma das instalações.

2.4 Dilema Gerencial Enfrentado

Após revisar o planejamento estratégico, os sócios se questionaram sobre o negócio:

Carla: José, olhando agora todo o nosso planejamento e os possíveis cenários, estou na dúvida se devemos contratar ou não o(a) colaborador(a) durante a pandemia? Caso optemos por contratar, como financiar esta iniciativa e solucionar o espaço físico na sede da empresa? Para o espaço físico, seguiríamos a ideia de nossa reunião?

José: Pois é, também estou me questionando. Se não contratarmos, o risco de atrasar ainda mais nossos controles é alto, o que pode causar transtornos para a nossa empresa. Mas, também não sei se essa demanda de serviços seguirá no pós-pandemia, se teremos encerramentos de contratos devido à crise e possíveis reflexos negativos dela em relação à continuidade financeiramente saudável dos nossos atuais clientes. Realmente não sei. A decisão é difícil e o cenário é incerto.

2.5 Referencial Teórico – Tomada de Decisão x Ferramentas Gerenciais

A tomada de decisão é compreendida como o agrupamento de atividades e elementos, partindo da escolha da prática que se quer atingir e encerrando com ações focadas ao alcance da atividade almejada (Santos et al., 2015). Na visão de Huang (2009), o processo de tomada de decisão é fator fundamental nas empresas, no tocante a sua permanência e desempenho no mercado. Ainda, a excelência do negócio advém da habilidade de combinar a realização das atividades costumeiras com adequação das mudanças do ambiente convertendo-as em rotinas administrativas integrantes do processo de gestão (Santos et al., 2015).

Harrison (1993) menciona que cada decisão tem suas particularidades, e não existe método pronto aplicável a todas as situações. No entanto, a busca de informações, internas e externas, e o compartilhamento de conhecimentos entre gestores e colaboradores, especialmente, nas microempresas, são formas de dissipar dados e opiniões sobre o assunto serem formadas em conjunto, auxiliando o processo decisório (Santos et al., 2015).

Outra forma das decisões serem tomadas com maior assertividade é com auxílio de ferramentas gerenciais, pois proporcionam conhecimento e organização das informações, das incertezas do meio empresarial e das variáveis que intervêm no desempenho das empresas (Kimura & Suen, 2003). Ainda, o uso de artefatos gerenciais fornece dados confiáveis, e oportunos, possibilitando a análise sistematizada do passado e das implicações futuras, com escolhas dos gestores não atreladas à sua vivência e ao bom senso, nem mesmo aliadas a condutas impulsivas (Kimura & Suen, 2003; Santos et al., 2016).

Na visão de Frezatti (2005), o uso de instrumentos de planejamento possibilita que a instituição eleve seu desempenho, bem como tenha maior liderança das suas atividades atuais e futuras. Cardoso e Mendonça Neto (2010) compreendem que é preciso planejar, mas também acompanhar o alcance dos propósitos traçados, sendo o *Balanced Scorecard* (BSC) uma das ferramentas gerenciais utilizadas para definir as estratégias e posteriormente mensurar o desempenho obtido. Neste âmbito, os instrumentos gerenciais contribuem na avaliação de desempenho do passado, projeção do futuro e direcionamento do negócio ao alcance da excelência (Cardoso & Mendonça Neto, 2010; Santos et al., 2016).

Deste modo, baseando-se na percepção de que cada organização almeja a melhor forma de gerenciar, controlar e melhorar seu sistema (Goldratt & Cox, 2004), a Teoria das Restrições (*Theory of Constraints* - TOC) vale-se do pressuposto de que as organizações visam um maior ganho financeiro ao longo do tempo, tendo como restrição qualquer fator que venha a limitar seu desempenho frente a sua meta de negócio (Vallim, 2018). Para Corbett Neto (1997), a TOC parte do princípio de causa e efeito, em que um ou mais fenômenos podem causar inúmeras consequências, as quais podem ser observadas e aprimoradas por meio de uma visão sistêmica da organização.

Marques e Cia (1998) afirmam que a TOC tem como conceito-chave a “restrição”, sendo esse um fator que limita o sistema do negócio como um todo. Fundamentalmente, a teoria pressupõe que todo sistema empresarial com fins lucrativos deve apresentar ao menos uma restrição em seu negócio, sendo o fator impeditivo para que a organização tenha lucros acima do almejado (Noreen et al., 1996).

A identificação das restrições e a busca de mecanismos que alavanquem as suas capacidades proporcionam melhoramento contínuo do desempenho das empresas, maximizando, por consequência, seu rendimento (Vallim, 2018). Para tanto, os gestores da empresa podem gerenciar as restrições de sua produção/negócio, propiciando um melhor desempenho, objetivando a maximização dos lucros da entidade (Noreen et al., 1996).

De acordo com Marques e Cia (1998), as restrições de um negócio podem ser: i) físicas, quando associadas com capacidade produtiva, logística, fornecimento de materiais e ao mercado; e/ou ii) não-físicas, quando relacionadas a aspectos gerenciais e comportamentais, evidenciados por normas práticas e procedimentos usuais das entidades. De modo geral, segundo os autores, as restrições de detecção mais fácil são as físicas, sendo conhecidas como os gargalos da produção.

Goldratt e Cox (2004) elencam cinco passos para implementação da TOC, visando o aprimoramento contínuo do negócio frente às restrições. O primeiro passo trata da identificação das restrições do sistema, de modo a priorizá-las com base no seu impacto na limitação exercida sobre a meta da empresa. No segundo passo deve-se decidir como explorar essas restrições, verificando de que forma serão administradas para que os demais recursos do sistema (as não restrições) possam suprir o que é consumido pelos gargalos do negócio. O terceiro passo diz respeito à subordinação de qualquer outra coisa às restrições, de modo a priorizar a restrição em relação ao restante, visando à minimização do seu impacto limitante no negócio. Na sequência, no quarto passo, objetiva-se o aumento da capacidade de restrição, de modo a minimizar seu impacto ou, até mesmo, eliminá-lo. Vale salientar que, para Goldratt e Cox (2004), elevar a restrição a ponto de eliminá-la não significa que a empresa não terá mais nenhuma restrição e que seu desempenho será ilimitado, pois certamente haverá outras limitações para tal. Por isso, tem-se o quinto passo: repetir todo o processo. É imprescindível que a inércia não seja a maior restrição do negócio, sendo, dessa forma, um processo de melhoria contínua (Goldratt & Cox, 2004).

REFERÊNCIAS

- Assaf Neto, A. (2006). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico e financeiro*. 8. ed. São Paulo: Atlas.
- Beuren, I. M., Barros, C. M. E., & Dal Vesco, D. G. (2016). Percepção de justiça organizacional dos gestores no uso do *Balanced Scorecard* para a mensuração do desempenho estratégico. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 10(27), 31-45.
- Cardoso, R. L., & Mendonça Neto, O. R. (2010). As entidades de P&D e os sistemas de acompanhamento estratégico: uma análise das metodologias utilizadas. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, 7(1), 121-140.
- Cheng, M. M., & Humphreys, K. A. (2016). Managing strategic uncertainty: the diversity and use of performance measures in the balanced scorecard. *Managerial Auditing Journal*, 31(4/5), 512-534.
- Corbett Neto, T. (1997). *Contabilidade de ganhos*. São Paulo: Nobel.
- Epstein, M. J. & Manzoni, J. F. (1997). *The Balanced Scorecard and Tableau de Bord: a global perspective on translating strategy into action*. Fontainebleau: Insead.
- Frezatti, F. (2005). Management accounting profile of firms located in Brazil: a field study. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(2), 147-165.
- Goldratt, E. M., & Cox, J. (2004). *The Goal: A process of ongoing improvement*. 3th ed. Croton-on-Hudson: North River Press.
- Harrison, E. F. (1993). Interdisciplinary models of decision making. *Management Decision, London*, 31(8), 27-33.
- Huang, X. (2009). Strategic decision making in Chinese SMEs. *Chinese Management Studies*, 3(2), 87- 101.
- Kaplan, R. S. & Norton, D. P. (1996). *The balanced scorecard: translating strategy into action*. Boston: Harvard Business Press.
- Kimura, H., & Suen, A. S. (2003). Ferramentas de análise gerencial baseadas em modelos de decisão multicriteriais. *Revista de Administração de Empresas*, 2(1), 1-18.
- Lourenço Junior, A., Oliveira, L. C. V. & Miranda, K. Z. (2010). O planejamento de cenários como aprendizado. *Future Studies Research Journal*, 2(1), 03-32.
- Machado, H. P. V. (2018). Crescimento de Empresas na Perspectiva de Pequenos Empreendedores de Base Tecnológica. *Revista de Administração Contemporânea*, 22(6), 817-840.
- Marques, J. A. V. da C., & Cia, J. N. de S. (1998). Teoria das restrições e contabilidade gerencial: interligando contabilidade a produção. *Revista de Administração de Empresas*, 38(3), 34-46.
- Noreen, E. W., Smith, D., & Mackey, J. T. (1996). *A teoria das restrições e suas implicações na contabilidade gerencial: um relatório independente*. São Paulo: Educator.
- Santos, E. A., Lima, E., & Rodrigues, L. C. (2015). Aprendizagem organizacional em microempresas: seu processo na tomada de decisão de equipes de direção. *Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)*, 17(43), 72-85.
- Santos, V., Dorow, D. R., & Beuren, I. M. (2016). Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. *Revista Ambiente Contábil*, 8(1), 153-186.

Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy Of Management Review*, 25(1), 217-226.

Vallim, C. R. (2018). *O processo de raciocínio da teoria das restrições alinhado à teoria da visão baseada em recursos na geração da vantagem competitiva*. 177f. (Tese de doutorado). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

3 NOTAS DE ENSINO

3.1 Curso e Disciplina de Uso do Caso

Sugere-se o uso deste caso de ensino como aplicação prática e teórica em aulas de Graduação e Pós-Graduação em Contabilidade e/ou Administração e em cursos e treinamentos que abordam a temática de decisão de investimentos e a importância do Planejamento Estratégico, tanto em um cenário pré-crise de empresas em crescimento, quanto aos reflexos advindos das incertezas da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) nas empresas brasileiras. Ainda, pode ser empregado no estudo da Teoria das Restrições, abordando gargalos da empresa, representado, nesse caso, pelo espaço físico. Recomenda-se a utilização nas disciplinas de Contabilidade Gerencial, Processos Decisórios, Tomada de Decisão, Simulações, Planejamento Estratégico, Orçamento e Gestão de Custos.

3.2 Objetivos Educacionais

Este caso de ensino é destinado para estudo da tomada de decisão alicerçada no Planejamento Estratégico e ferramentas gerenciais frente a cenário de incertezas financeiras em prol de refletir a respeito dos gargalos de produção e de desenvolvimento de empresas. Assim, têm-se as seguintes finalidades: i) propiciar análise sobre situações que levam o gestor a ter que decidir; ii) estimular os discentes a refletirem sobre a importância das ferramentas gerenciais como apoio à tomada de decisão em situações de crise, de expansão, bem como de acompanhamento do negócio; iii) instigar os discentes a observarem que os artefatos gerenciais são insumos da tomada de decisões, sendo ferramentas para acompanhamento da implementação das novas estratégias da companhia; e iv) desenvolver senso crítico sobre ambiente estratégico e processo de tomada de decisão em pequenas empresas.

3.3 Sugestão de Literatura para Embasamento de Aplicação do Caso

A leitura preliminar de conceitos teóricos não se faz necessária, contudo se o docente entender que é preciso, para a temática BSC sugere-se os estudos originais de Kaplan e Norton (1996; 1997; 2001) e Kaplan (2009). Para os elementos da SWOT, as contribuições de Leite e Gasparotto (2018); para cenários, o estudo de Santos et al. (2018); para o tema de orçamento empresarial e plano financeiro as estruturas apresentadas por Welsh (1994) e Frezzatti (2000). O conjunto de práticas e artefatos de contabilidade gerencial também pode ser apresentado de forma ampla, permitindo ao estudante compreender sua abrangência. Para tanto, os estudos de Anthony e Govindarajan (2008) e Garrison et al. (2013) são considerados clássicos nesta temática. Estudos recentes (Santos et al., 2018a; Venturini & Carraro, 2020) também são uma boa fonte de literatura para a preparação da turma na resolução do caso.

3.4 Fonte de Obtenção dos Dados

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas, pesquisa documental e observação em reuniões e encontros com os sócios da microempresa de consultoria contábil, tributária e de auditoria. Ressalta-se que as informações relacionadas ao nome da empresa, bem como dos seus sócios, objetivando preservar anonimato da organização e das pessoas, não condizem com a realidade. Ainda, os dados fornecidos e relacionados à gestão financeira e à estratégica foram adaptados para o caso de ensino, de modo a permitir aproveitamento das informações ao aprendizado discente. A primeira coleta de dados ocorreu em setembro de 2018, tendo os dados atualizados em agosto de 2020 com uma nova entrevista aos sócios a fim de refletir os impactos da pandemia de novo Coronavírus (COVID-19) no negócio. As entrevistas com cada sócio tiveram, em média, a duração de 40 minutos e foram realizadas na mesma semana, mas em dias distintos. Isso teve o propósito de escutar a entrevista de um e ajustar o roteiro de entrevista do outro, para ampliar a coleta de informações sobre o caso.

3.5 Questões Propostas para Estimular a Análise do Caso

3.5.1 Questões de Acompanhamento

- a) Quais seriam outras potenciais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da Consultoria Ltda constantes na Matriz SWOT da empresa (Tabela 1)?

- b) Quais seriam outros possíveis indicadores, metas e iniciativas para que os objetivos da Consultoria Ltda sejam atingidos, representados pelas lacunas (A), (B), (C), (D) e (E) no *Balanced Scorecard* (Tabela 2)?

3.5.2 Questões de Preparação

- a) De que forma os gargalos da Consultoria podem ser administrados para que possam ser minimizados ou eliminados?
- b) Se as atuais restrições da Consultoria fossem eliminadas, quais outras restrições poderiam surgir? Para isso, considere a projeção da contratação do colaborador e do empréstimo nos cenários otimista, realista e pessimista.

3.5.3 Questões para Discussão

- a) A necessidade de contratação de um(a) novo(a) colaborador(a) pode ser atribuída apenas aos reflexos do novo Coronavírus? Justifique.
- b) Assumindo que o isolamento social não é mais necessário e, o(a) novo(a) colaborador(a) foi contratado, a reforma das instalações seria a melhor alternativa para solucionar o problema da empresa? Justifique.
- c) Como o planejamento estratégico da Consultoria Ltda pode auxiliar a mitigar previamente possíveis efeitos negativos advindos de crises, como a da pandemia do Covid-19, em um cenário de recessão financeira como a do mercado brasileiro?

3.6 Recomendação de Utilização e Sugestão para Plano de Aula

Recomenda-se que o caso de ensino seja aplicado em duas aulas, com a duração de 50 minutos cada. Antes do início da primeira aula deverá ser disponibilizado o Caso, solicitando leitura e reflexão individual do dilema proposto bem como resposta das questões de acompanhamento. Para a condução em aula, propõe-se um passo a passo com a sequência e tempo de duração para tais atividades, conforme Tabela 5. A leitura prévia de estudos teóricos não é obrigatória. Porém, se o docente compreender ser necessário, sugere-se algumas pesquisas empíricas e outras semanais nas referências deste caso de ensino.

Tabela 5 - Sugestão de Plano de Aula

Atividade	Duração (minutos)
Leitura prévia individual do contexto e informações da empresa, refletindo sobre o dilema gerencial da Consultoria e respondendo às questões de acompanhamento.	-
Divisão da turma em grupos de no máximo 6 discentes para resolução das questões de preparação.	05
Debate do caso e das questões de preparação entre os membros de cada grupo, com interação do professor para dirimir possíveis dúvidas.	30
Mesa-redonda do caso, no grande grupo, sobre as questões de discussão, com moderação do professor.	25
Sintetização das avaliações realizadas pelo grande grupo, apontando as relevantes soluções levantadas no debate para o dilema gerencial do caso de ensino.	25
Fechamento do caso pelo docente com a identificação e reflexão das teorias e conceitos envolvidos.	15

Em relação à divisão da turma para resolução das questões de preparação, sugere-se que o professor escolha uma temática e, com base nisso decida os nomes dos grupos, de modo que cada aluno receba na chegada em sala de aula um *ticket* com a denominação de sua equipe (por exemplo, se o tema for sobre ferramentas tecnológicas utilizadas em Contabilidade, o nome de cada grupo pode ser: HP; Excel; ERP; etc.). Cabe ressaltar que, o docente deve controlar a quantidade de cada tipo de *ticket* distribuído a fim de que os grupos tenham quantitativos uniformes de integrantes. Quanto ao uso como atividade extraclasse e/ou via fórum, sugere-se dividir a turma em grupos de 4 a 6 pessoas, que deverão ler o caso de ensino e resolver as questões de acompanhamento e de preparação, fundamentando-as sempre que possível com referencial teórico. Com relação às questões de discussão, as mesmas podem ser debatidas por meio de fórum com todos os discentes, possibilitando alinhamento e reflexão sobre as ferramentas gerenciais e o dilema.

Recomenda-se também uso via gamificação (validada em uma turma de graduação, disciplina de Planejamento/Simulação Contábil) a fim de incentivar uma maior participação dos discentes e engajamento da turma com a discussão do caso. Dessa forma, antes do início da aula, é preciso alocar folha avaliativa (Tabela 6) para cada pequeno grupo (6 pessoas) que, posteriormente, será utilizada para correção e pontuação dos discentes, referente às respostas das questões de acompanhamento e as de preparação.

Tabela 6 - Folha avaliativa para cada pequeno grupo

Aspectos		Respostas
Matriz SWOT	Pontos FORTES elencados pelo grupo (sem repetição)	
	Pontos FRACOS elencados pelo grupo (sem repetição)	
	OPORTUNIDADES elencadas pelo grupo (sem repetição)	
	AMEAÇAS elencadas pelo grupo (sem repetição)	
BSC	(A) elencadas pelo grupo (sem repetição)	
	(B) elencadas pelo grupo (sem repetição)	
	(C) elencadas pelo grupo (sem repetição)	
	(D) elencadas pelo grupo (sem repetição)	
	(E) elencadas pelo grupo (sem repetição)	
Gargalos	Como podem ser eliminados ou minimizados os gargalos?	
	Se as atuais restrições da Consultoria fossem eliminadas, quais outras poderiam surgir?	

Para pontuar as respostas dos discentes, avaliar cada aspecto levantado nas questões de acompanhamento e de preparação, recomenda-se observância a Tabela 7.

Tabela 7 - Avaliação das respostas dos grupos

Aspectos		Formato de Avaliação
Matriz SWOT	Fortes	A pontuação é atribuída com base na quantidade de palavras válidas atribuídas pelo grupo para cada um dos aspectos da Matriz SWOT, de modo que cada palavra vale um ponto (de forma crescente) para cada um dos tópicos.
	Fracos	
	Oportunidades	
	Ameaças	
BSC	A	A pontuação é atribuída com base na validade da resposta para o contexto do BSC, tendo em vista que a conjuntura é mais limitada, induzindo a determinadas soluções, de modo que se essa está correta, vale um ponto (de forma binária).
	B	
	C	
	D	
	E	
Gargalos	A pontuação é atribuída, de forma binária, se o grupo conseguiu elencar, de forma coerente e interligada os questionamentos de preparação.	
Contribuição do grupo nas questões de discussão	A pontuação é atribuída com base na avaliação da participação do grupo no debate das questões de discussão, de forma binária.	

Ao término do “jogo”, o docente pode fazer os questionamentos de discussão com o grande grupo e encerrar a ideia proposta com a reflexão do caso de ensino.

3.7 Análise das Questões

Analisa-se as questões propostas, abordando o caso retratado e sugerindo possíveis relações e conceitos da literatura.

3.7.1 Questões de Acompanhamento

- a) **Quais seriam as outras potenciais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da Consultoria Ltda? Elenque e complete a Matriz SWOT da empresa (Tabela 1).**

Analisando o contexto da Consultoria, compreende-se que outras potenciais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças podem ser:

Tabela 8 - Matriz SWOT

<i>Ambiente Interno</i>	Forças: Transparência de seu trabalho; Capacidade técnica em novas formas de trabalho; Sócios realizam cursos de atualização.	Fraquezas: Gestão concentrada em um sócio; Negócio sem sede própria; Restrições de caixa para investimento em novas tecnologias e infraestrutura.
<i>Ambiente Externo</i>	Oportunidades: Parceiros estratégicos; Clientes de diversos estados do Brasil; Desenvolvimento de novos serviços de consultoria voltados às novas necessidades dos clientes.	Ameaças: Mudança de legislação; Recessão financeira grave, causando falência de diversos clientes.

b) Quais seriam outros possíveis indicadores, metas e iniciativas para que os objetivos da Consultoria Ltda sejam atingidos, representados pelas lacunas (A), (B), (C), (D) e (E) no *Balanced Scorecard* (Tabela 2)?

Outros possíveis indicadores, metas e iniciativas podem ser:

- (A) Inadimplência.
- (B) Contatar mensalmente seus clientes por telefone, e-mail ou pessoalmente.
- (C) Divulgar mais a empresa e seu trabalho através de Marketing.
- (D) Manter 100% online a agenda das obrigações da empresa e das reuniões com clientes.
- (E) Incentivar financeiramente para que exista a capacitação continuada por meio de cursos e palestras relacionados à previsão orçamentária.

3.7.2 Questões de Preparação

a) De que forma os gargalos da Consultoria podem ser administrados para que possam ser minimizados ou eliminados?

A identificação das restrições e a busca de mecanismos que alavanquem as capacidades proporcionam um melhoramento contínuo do desempenho das empresas, maximizando, por consequência, seu rendimento (Vallim, 2018). Para Goldratt e Cox (2004), as restrições que podem limitar o desempenho da empresa frente a sua meta de negócio são pautadas em uma teoria, denominada Teoria das Restrições (*Theory of Constraints – TOC*).

A contratação de um(a) novo(a) colaborador(a) poderia solucionar a restrição dos controles desatualizados, proporcionando melhor controle gerencial (contas a pagar, receber e fluxo financeiro) e administrativo (agenda do escritório) a empresa, otimizando seus processos internos e permitindo que os esforços especializados dos sócios sejam direcionados aos clientes, especialmente da Carla que terá mais tempo para os clientes atuais e potenciais, viabilizando a meta empresarial de melhorar o desempenho técnico. Ainda, a otimização do *layout* do escritório, de modo que haja espaços separados para a recepção e sala de reuniões, possibilitaria que um cliente fosse atendido ao mesmo tempo em que outro permaneça na sala de espera, evitando constrangimentos de terem que aguardar junto às estações de trabalho ou de agendar novo atendimento, além de oportunizar que, no término do isolamento social, haja atendimento de um maior número de clientes, gerando maior lucratividade para a Consultoria.

Aprovar e implementar a mudança de *layout* impulsiona o crescimento da Consultoria, mesmo que não haja reembolso por parte do locador do montante gasto na reforma, tendo em vista que a projeção do aumento de receitas, no cenário otimista, demonstra perspectiva de melhorias consideráveis no resultado da empresa, permitindo que o(a) colaborador(a) seja contratado e o empréstimo tenha suas parcelas adimplentes, além de alcançar o índice de lucratividade estimado. Nesse contexto, a contração do empréstimo fornece recurso para que seja possível efetuar as modificações na sede e atender mais clientes.

Outra opção seria a adoção apenas de trabalho remoto dos sócios, mesmo com a contratação de mais uma pessoa, de modo que as reuniões necessárias presencialmente fossem no cliente ou em espaços de *Coworking*.

b) Se as atuais restrições da Consultoria Ltda fossem eliminadas, quais outras restrições poderiam surgir? Para isso, considere a projeção da contratação do colaborador e do empréstimo nos cenários otimista, realista e pessimista.

Pressupondo a contração do(a) novo(a) colaborador(a) e a captação do empréstimo para a reformulação do espaço físico do escritório, entendesse que os respectivos gargalos do negócio seriam eliminados. Contudo, uma possível restrição que pode surgir como limitante à meta da empresa é a pequena folga financeira relacionada à lucratividade mensal da Consultoria Ltda. Isso pode acontecer em virtude dos novos compromissos financeiros que a empresa deverá assumir para eliminar seus gargalos. Por exemplo, no cenário pessimista, não seria possível honrar a totalidade de ambos os dispêndios (pagamento do salário do(a) novo(a) colaborador(a) e da prestação do empréstimo) e não incorrer em

prejuízo mensal (cálculos podem ser feitos com base na Tabela 4, os quais estão evidenciados nas Tabelas 9 e 10). Caso isso ocorra, os sócios podem renegociar a dívida ou as despesas mensais.

Observando o cenário pessimista na Tabela 3, os sócios elencam a possibilidade da crise financeira no Brasil tomar grandes proporções, e, com isso, obrigar as empresas a entrarem em processo de falência. Nesse aspecto, destacam-se os reflexos da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) em 2020, que obrigou o isolamento social e restringiu as atividades empresariais no país todo, fazendo com que muitas organizações revisem seus contratos junto a fornecedores, visando sua continuidade. Com isso, diversos clientes podem querer encerrar ou revisar o valor dos seus contratos com a Consultoria Ltda, mudando o rumo financeiro da empresa e podendo afetar a sua continuidade. Tal fato denota e reforça a relevância do constante acompanhamento do Planejamento Estratégico pela empresa.

Tabela 9 - Cálculo da Prestação Mensal do Empréstimo

Cálculo	Conta	Valor
$M = C \times (1 + i)^t$	Capital (C)	25.000,00
	Juros (i)	2,5%
	Tempo (t)	24
	Montante (M)	45.218,15
Prestação Mensal (M/t)		1.884,09

Tabela 10 - Resultado do Exercício

DRE	Empréstimo			Colaborador(a)			Empréstimo + Colaborador(a)		
	P	R	O	P	R	O	P	R	O
RL	3.494,80	10.714,00	21.158,80	3.494,80	10.714,00	21.158,80	3.494,80	10.714,00	21.158,80
(-) PME	-1.884,09	-1.884,09	-1.884,09	0	0	0	-1.884,09	-1.884,09	-1.884,09
(-) SEF	0	0	0	-2.100,00	-2.100,00	-2.100,00	-2.100,00	-2.100,00	-2.100,00
<i>Resultado</i>	<i>1.610,71</i>	<i>8.829,91</i>	<i>19.274,71</i>	<i>1.394,80</i>	<i>8.614,00</i>	<i>19.058,80</i>	<i>-489,29</i>	<i>6.729,91</i>	<i>17.174,71</i>

Nota. P = Pessimista; R = Realista; O = Otimista; RL = Resultado Líquido; PME = Parcela mensal do empréstimo; SEF = Salário e encargos do(a) colaborador(a).

3.7.3 Questões para Discussão

a) A necessidade de contratação de um(a) novo(a) colaborador(a) pode ser atribuída apenas aos reflexos do novo Coronavírus? Justifique.

Não. Como a própria Carla comenta na reunião mensal, os controles já estavam com dificuldade de acompanhamento e o aumento da demanda advinda dos impactos da pandemia agravou mais essa situação. Por isso, o(a) novo(a) colaborador(a) se mostra necessário(a) para auxiliar os sócios no crescimento do negócio, em virtude de não conseguirem dar conta da organização da agenda, nem dos controles contábeis e administrativos. O próprio espaço físico atual mostra que um colaborador pode contribuir no atendimento dos clientes atuais e potenciais, enquanto os sócios estão em atendimento simultâneos. Dessa forma, o crescimento proposto na Tabela 4 pode não ocorrer sem a contratação, ou seja, o colaborador mostra-se como um possível gargalo do crescimento desejado pelos sócios da empresa. Caso não haja contratação poderão surgir novos problemas, tais como: sobrecarga de trabalho para os sócios; atraso no planejamento; dificuldade de focar na gestão; falta de segregação das funções financeiras (contas a receber e a pagar); dificuldade para qualificação técnica dos sócios, não alcance das metas financeiras de crescimento e aumento de receitas, entre outros.

b) Assumindo que o isolamento social não é mais necessário e, o(a) novo(a) colaborador(a) foi contratado, a reforma das instalações seria a melhor alternativa para solucionar o problema da empresa? Justifique.

Não há uma única resposta correta para essa questão. Entretanto, alternativas à expansão do negócio, sem a contratação do empréstimo para reformas, seria explorar o *Coworking* para reuniões, que visa o compartilhamento de espaço e de recursos para escritórios. Isso se mostra pertinente, uma vez que a Consultoria tem conseguido prestar os serviços

aos clientes remotamente e, inclusive, adotou diversos canais de atendimento sem a necessidade de encontro presencial, de modo que quando for necessário, seria esporádico e por preferência do cliente, não carecendo, essencialmente, de uma estrutura própria.

A locação de outra sala no mesmo prédio ou em edifícios próximos para reuniões, também se mostra uma opção ao empréstimo até compreender o fluxo de atendimentos pós-pandemia, pois o aluguel atual da empresa é de R\$ 1.500,00 e o valor da prestação do empréstimo será de, aproximadamente R\$ 1.884,09, limitado em 24 meses. Além disso, podem adotar o *home office*, e os sócios se revezam nos atendimentos presenciais.

Outra forma de assegurar o crescimento da empresa pós-pandemia seria elevar os atendimentos na sede dos clientes que são de Porto Alegre e região, porém isso implicaria despesas e tempo despendido com viagens. Além disso, os atendimentos podem ser ampliados com o acréscimo de novos parceiros, ficando estes responsáveis pelo atendimento presencial e os sócios pela execução dos trabalhos.

c) Como o planejamento estratégico da Consultoria Ltda pode auxiliar a mitigar previamente possíveis efeitos negativos advindos de crises, como a da pandemia do Covid-19, em um cenário de recessão financeira como a do mercado brasileiro?

Na visão de Frezatti (2005), o uso de instrumentos de planejamento possibilita que a instituição eleve seu desempenho, bem como tenha maior liderança das suas atividades atuais e futuras. Sendo assim, o planejamento estratégico se mostra primordial para a empresa a qualquer tempo, em especial em períodos de incertezas como o de uma crise financeira. Baseando-se nele, a empresa pode traçar seus objetivos e gerar decisões melhor fundamentadas em períodos de adversidades, podendo salvá-la de um potencial problema de continuidade. Além disso, a retomada do planejamento permitirá compreender, de forma quase constante, o fluxo de caixa da empresa, o controle dos recebíveis e a pagar. Ainda, traçar cenários possibilita que a empresa fique mais previsível, contrate pessoas qualificadas, consiga pensar em reduzir despesas e guardar caixa. Além disso, aliando as suas metas com a simulação de cenários, a empresa consegue vislumbrar o provável resultado financeiro da empresa, tanto nos cenários realista e otimista, quanto no pessimista.

3.7 Fechamento e Implicações

A pandemia do Coronavírus à Consultoria Ltda, por uma ótica, trouxe novos clientes, demandas, mudanças de atendimento e implementação de novas tecnologias. Sob outro aspecto, ressaltou a necessidade do planejamento estratégico para compreensão, expansão e competitividade do negócio, tanto para dirimir sobre a contratação de um colaborador e mudanças de *layout* do escritório, quanto para se preparar para novas crises globais. Assim, o docente poderá deparar-se com diversas estratégias dos discentes para a resolução do caso. Entretanto, é preciso observar as metas da empresa (Tabela 2) que, em suma, visam permanecer e crescer no mercado.

REFERÊNCIAS

- Anthony, R. N., & Govindarajan, V. (2008). *Sistemas de controle gerencial*. AMGH Editora.
- Frezatti, F. (2000). *Orçamento empresarial*. São Paulo: Atlas.
- Frezatti, F. (2005). Management accounting profile of firms located in Brazil: a field study. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(2), 147-165. <https://doi.org/10.1590/S1807-76922005000100006>
- Goldratt, E. M., & Cox, J. (2004). *The Goal: A process of ongoing improvement*. 3th ed. Croton-on-Hudson: North River Press.
- Garrison, R. H., Noreen, E. W., & Brewer, P. C. (2013). *Contabilidade gerencial*. AMGH Editora.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1996). *Strategic learning & the balanced scorecard*. Strategy & Leadership.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1997). *A estratégia em ação: balanced scorecard*. Gulf Professional Publishing.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (2001). Transforming the balanced scorecard from performance measurement to strategic management: Part 1. *Accounting Horizons*, 15(1), 87-104.
- Kaplan, R. S. (2009). Conceptual foundations of the balanced scorecard. *Handbooks of management accounting research*, 3, 1253-1269.
- Leite, M. S. R., & Gasparotto, A. M. S. (2018). Análise Swot e suas funcionalidades: o autoconhecimento da empresa e sua importância. *Revista Interface Tecnológica*, 15(2), 184-195.
- Santos, V., Beuren, I. M., Corrêa, N. L., & Martins, L. B. B. (2018). Características das Empresas e dos Gestores que Influenciam o Uso de Controles Gerenciais. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11 (1), 003-023.
- Santos, V., Bennert, P., Figueiredo, G. H., & Beuren, I. M. (2018a). Uso dos instrumentos de Contabilidade Gerencial em pequenas e médias empresas e seu fornecimento pelo escritório de Contabilidade. *Pensar Contábil*, 20(71), 53-67, 2018.
- Marques, J. A. V. C., & Cia, J. N. S. (1998). Teoria das restrições e contabilidade gerencial: interligando contabilidade a produção. *Revista de Administração de Empresas*, 38(3), 34-46. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901998000300005>

Vallim, C. R. (2018). *O processo de raciocínio da teoria das restrições alinhado à teoria da visão baseada em recursos na geração da vantagem competitiva*. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Venturini, L. D. B., & Carraro, W. B. W. H. (2020). Estágio evolutivo da contabilidade gerencial em organizações contábeis de natureza jurídica EIRELI no município de Porto Alegre – RS. *Revista Capital Científico*, 18, 81-99.

Welsh, G. A. (1994). *Orçamento empresarial: planejamento e controle do lucro*. São Paulo, Atlas.